

FEADER
FUNDO EUROPEU AGRÍCOLA DE DESENVOLVIMENTO RURAL

ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL
E PROGRAMAÇÃO PARA 2007 -2013
PARA A REGIÃO DE ENTRE DOURO E MINHO
(PROPOSTA)

DIRECÇÃO REGIONAL DE AGRICULTURA DE ENTRE DOURO E MINHO
JULHO de 2006

ÍNDICE GERAL

I – INTRODUÇÃO.....	4
1. Apresentação.....	5
2. Compatibilidade da Proposta.....	6
3. Exequibilidade da Proposta.....	6
II – DADOS GERAIS DA REGIÃO.....	7
1. QUADRO GEOGRÁFICO E SOCIAL.....	8
2. AGRICULTURA NA REGIÃO DE ENTRE DOURO E MINHO.....	10
2.1. Importância do Sector.....	10
2.2. Explorações Agrícolas.....	11
2.3. Principais Produções.....	14
2.4. Produtores e Família Agrícola.....	15
2.5. Trabalho e Produtividade Agrícola.....	16
III. AVALIAÇÃO DO POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO.....	18
1. ANÁLISE DA SITUAÇÃO.....	19
Pontos Fracos.....	19
Ameaças.....	19
Pontos Fortes.....	20
Oportunidades.....	20
Resumo da Análise SWOT.....	21
2. PRINCIPAIS CONCLUSÕES DA ANÁLISE E PROPOSTAS.....	21
IV. ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO.....	23
1. PROPOSTAS DE DESENVOLVIMENTO.....	24
2. PRINCIPAIS RESULTADOS DAS PROPOSTAS.....	25
3. PRINCIPAIS OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO.....	25
3.1. Objectivos de Médio/Longo Prazo.....	25
3.2. Objectivos de Curto/Médio Prazo.....	26
Objectivos Específicos.....	26
Objectivos Operacionais.....	26
V. PROGRAMAÇÃO.....	29
V.0. Notas de Leitura.....	30
V.1. Eixo 1 – Competitividade.....	31
A. Nota Metodológica.....	32
B. Fileiras Produtivas.....	32
B.1. Notas Prévias.....	32
B.2. Apresentação.....	32
F1 – LEITE DE VACA E LACTICÍNIOS.....	33
F2 – CARNE DE BOVINO E PRODUTOS CÁRNEOS.....	49
F3 – SUÍNOS E TRANSFORMADOS.....	57
F4 – AVES E OVOS.....	67
F5 – CUNICULTURA.....	78
F6 – EQUÍDEOS.....	86
F7 – OVINOS + CAPRINOS E LACTICÍNIOS.....	92
F8 – APICULTURA.....	102
F9 – FRUTOS FRESCOS.....	109
F10 – FRUTOS SECOS.....	121
F11 – VITIVINICULTURA.....	131
F12 – OLIVICULTURA.....	144
F13 – CEREAIS PARA GRÃO.....	153
F14 – LINHO TÊXTIL.....	161
F15 – LEGUMINOSAS PARA GRÃO.....	166

F16 – HORTICULTURA E BATATA.....	174
F17 – FLORICULTURA E ORNAMENTAIS.....	185
B.3 Quadros Sínteses do Investimento imputado directamente às Fileiras.....	195
C. Medidas, Objectivos e Acções Comuns às Fileiras.....	197
C.1. Notas Prévias.....	197
C.2. Medidas: Evolução e Propostas Estratégicas.....	197
M1 – INFORMAÇÃO E FORMAÇÃO.....	198
M2 - JOVENS AGRICULTORES	200
M3 - REFORMA ANTECIPADA	202
M4 – SERVIÇOS DE ACONSELHAMENTO.....	204
M8 – MELHORIA DO VALOR DOS PRODUTOS AGRÍCOLAS.....	205
M11 – INFRA ESTRUTURAS.....	206
M11 – RESTABELECIMENTO DO POTENCIAL DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA.....	208
M12 – NORMAS EXIGENTES COMUNITÁRIAS.....	209
C.3 Medidas: Objectivos Operacionais, Acções, Metas e Investimento (ficha de programação AMI).....	210
D. Eixo 1 – Competitividade – Investimento Total por Medidas.....	215
V.2. - EIXO 2 – MELHORIA DO AMBIENTE E DA PAISAGEM.....	216
A. Nota Metodológica.....	217
B. Medidas.....	217
B.1. Notas Prévias.....	217
B.2. Apresentação.....	217
M15 e M16 – PAGAMENTOS EM ZONAS DE MONTANHA E PAGAMENTOS NOUTRAS ZONAS QUE NÃO AS ZONAS DE MONTANHA.....	218
M17 – PAGAMENTOS NATURA 2000.....	225
M18 – PAGAMENTOS AGRO-AMBIENTAIS.....	230
M 19 – PAGAMENTOS RELACIONADOS COM O BEM-ESTAR ANIMAL.....	244
M 20 – INVESTIMENTOS NÃO PRODUTIVOS.....	251
B.3. Medidas: Objectivos Operacionais, Acções, Metas e Investimento (ficha de programação AMI).....	253
V.2. - EIXO 3 – QUALIDADE DE VIDA E DIVERSIFICAÇÃO.....	255
A. Nota Metodológica.....	256
B. Actividades Produtivas.....	256
B.1. Notas Prévias.....	256
B.2. Apresentação.....	256
A1 – ARTESANATO.....	257
A2 – TURISMO.....	262
A3 – OUTRAS.....	268
B.3. Quadros sínteses do Investimento imputado directamente às Actividades	273
C. Medidas, Objectivos e Acções Comuns às Actividades	273
C.1. Notas Prévias	273
C.2. Medidas: Evolução e Propostas Estratégicas	273
M31 – SERVIÇOS BÁSICOS	274
M32 – RENOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ALDEIAS	276
M33 – PATRIMÓNIO RURAL	278
M34 – FORMAÇÃO E INFORMAÇÃO AGENTES DO EIXO 3	279
M35 – ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL	281
C.3. Medidas: Objectivos Operacionais, Acções, Metas e Investimento (ficha de programação AMI)	282
D. Eixo 3 – Qualidade de Vida e Diversificação – Investimento Total por Medidas	286
VI – INVESTIMENTO TOTAL DO PROGRAMA	287
VII – GESTÃO DO PROGRAMA	290
Siglas e conceitos utilizados no texto	293

I – INTRODUÇÃO

1. Apresentação

O presente relatório constitui uma proposta de planeamento estratégico e de programação para a Região de Entre Douro e Minho, para o período de 2007 – 2013, como resultado de exercício de planeamento realizado pela Direcção Regional no quadro do Regulamento (CE) N.º 1698/2005 do Conselho, de 20 de Setembro de 2005, relativo ao apoio ao desenvolvimento rural pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER)

O exercício de planeamento, cujo resultado agora se apresenta, foi supervisionado pelo Grupo de Trabalho criado pelo Despacho Interno n.º. 40, de 20 de Setembro de 2005, do Director Regional, assim constituído:

- Luísa Hipólito, Eng.^a., que coordenou;
- António Campos Cêa, Dr.,
- Fernando Miranda, Eng.,
- Luís Sobral Dias, Eng.,
- Maria Ângela Vasconcelos, Eng.^a.
- Maria Natália Santos Oliveira, Dra..

O Grupo de Trabalho, com base no referido Despacho Interno, contou com as contribuições dos seguintes quadros técnicos da Direcção Regional que integraram 21 Subgrupos de Trabalho:

Abel Nogueira, Eng.º Técnico	Joaquim Guerner Moreira, Eng.º.
Adelaide Inácio, Eng. ^a .	Joaquim Moreira, Eng.º.
Afonso Silva, Eng.º.	Jorge Costa, Eng.º.
Albano Cortês, Dr.	José M. Afonso, Eng.º.
Alda Brás, Eng. ^a .	José M. Leão Campos, Eng.º.
Alexandre Torres, Eng.º.	José Maria Maia, Eng.º.
Amália Xavier, Eng. ^a .	José Miranda Lopes, Eng.º. Técnico
Ana Barata, Eng. ^a .	José Rocha, Eng.º.
Ana Isabel Lencastre, Eng. ^a .	Júlio Costa, Eng.º Técnico
Ana Maria Xavier, Dra.	Leonarda Araújo, Dra.
Ana Oliveira, Eng. ^a .	Luís Filipe Pacheco, Eng.º
António Barroso, Eng.º Técnico	Luís Maia, Dr
António Matos, Eng.º Técnico	Luísa Casas, Eng. ^a .
António Matoso, Dr.	Manuel A. Oliveira, Eng.º.
António Silva, Eng.º.	Maria Joaquina Oliveira, Dra.
Augusto Assunção, Eng.º	Maria José Abreu, Eng. ^a .
Beatriz Ribeiro, Eng. ^a .	Maria Lurdes Ramalhete, Eng. ^a .
Bernardino Mota, Eng.º.	Miguel Folhadela, Eng.º.
Célia Leite, Eng. ^a .	Nuno Salvador, Dr.
Cristina Almeida, Eng. ^a .	Óscar Pereira, Eng.º.
David Santos, Eng.º.	Paula Cunha, Eng. ^a .
Durval Moreira, Eng.º.	Paulo Costa Leme, Eng.º.
Eduarda Correia, Eng. ^a .	Paulo Duque, Eng.º.
Eduarda Ferreira, Dra.	Paulo Sousa, Dr.
Fernanda Domingues, Eng. ^a .	Rosa Bernardino, Eng. ^a .
Gizela Chicau, Eng. ^a .	Rosa Ferreira, Eng. ^a Técnica
Graça Martins, Eng. ^a .	Rui Guedes, Eng.º. Técnico
Henrique Santos, Eng.º.	Silva Pereira, Dr.
Isabel Barrote, Eng. ^a .	Vanda Velez, Eng. ^a .
Isabel Correia, Eng. ^a .	Violeta Nunes, Eng. ^a .
João Santos Silva, Eng.º.	Zulmira Lopes, Eng. ^a .

No âmbito dos trabalhos levados a efeito nos Subgrupos várias foram as entidades e organizações auscultadas, a quem, desde já, se agradecem os contributos.

A metodologia seguida no presente trabalho consistiu essencialmente em quatro grandes fases, a primeira de caracterização da evolução da última década e meia e diagnóstico de todas as fileiras e medidas executadas, outra de definição da estratégia de desenvolvimento para o EDM, outra de programação, isto é, estabelecimento de objectivos e metas operacionais e quantificação dos investimentos necessários de acordo com a estratégia preconizada e, finalmente, uma última que foi compatibilizar as diferentes contribuições e propostas, o que se tenta espelhar no presente relatório.

O Relatório contém, para além da presente introdução, mais seis capítulos a saber:

- II – *Dados Gerais da Região de Entre Douro e Minho*
- III – *Análise do Potencial de Desenvolvimento*
- IV – *Estratégia de Desenvolvimento*
- V – *Programação*
- VI – *Investimento Total*
- VII – *Gestão do Programa.*

No capítulo II apresentam-se os principais dados gerais de caracterização do EDM. No capítulo III é feita a análise das potencialidades globais da região que fundamentam a estratégia de desenvolvimento que se apresenta no capítulo IV. No capítulo V apresentam-se as caracterizações, diagnósticos e propostas de actuação em relação às fileiras produtivas agrícolas, aos serviços de melhoria do ambiente e da paisagem e às actividades de diversificação da economia rural, bem como o estabelecimento de metas e dos investimentos necessários. O Investimento total proposto para os três eixos do FEADER encontra-se espelhado no capítulo VI. Finalmente, no capítulo VII apresentam-se algumas soluções e propostas de gestão do Programa.

Os Valores apresentados na Programação estão todos em *EUROS*.

A redacção deste relatório final é da responsabilidade de uma Equipa de Redacção constituída por: Luísa Hipólito, António Cêa, Maria Ângela de Vasconcelos e Maria Natália Oliveira.

2. Compatibilidade da Proposta

A proposta tomou em consideração os conteúdos programáticos do Regulamento do FEADER, das Orientações Estratégicas Comunitárias, das Recomendações da Comissão da União Europeia sobre a Especificidade da Agricultura Portuguesa e também as Orientações Estratégicas do PEN (Plano Estratégico Nacional).

Com efeito, salvo melhor leitura, estamos em condições de afirmar que a proposta em termos de enquadramento estratégico é compatível.

3. Exequibilidade da Proposta

Os Objectivos e as Metas Operacionais estabelecidos foram objecto de vários testes de sensibilidade sectoriais quer quanto aos custos e benefícios quer quanto às dinâmicas de investimento que foram desenhadas na última década e meia na Região.

Contudo, tomou-se consciência ao longo do exercício de planeamento e programação que alguns dos objectivos e metas operacionais poderão estar comprometidos se não for conseguido:

- Um grande envolvimento das Organizações e outras Entidades Regionais na divulgação e iniciativa;
- Uma forte e empenhada participação dos Serviços Regionais do Ministério da Agricultura na dinamização e assistência técnica em parceria com as Organizações e demais agentes;
- E, uma forte concertação de todas as Entidades com actuação no território, fundamentalmente na defesa e potenciação dos recursos endógenos.

Crentes de que uma boa sintonização e sincronização na actuação de todos será conseguida, estamos em condições de poder afirmar que os Resultados Globais fixados para a Estratégia de Desenvolvimento Regional (ver capítulo IV) serão em grande medida conseguidos já no término do período de programação.

II – DADOS GERAIS DA REGIÃO

1. ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO E SOCIAL

A Região do Entre Douro e Minho, situada no extremo noroeste de Portugal, apresenta características físicas que além de a diferenciarem das restantes regiões, são condicionantes dos sistemas agrícolas praticados. O contraste de relevo associado à forte influência atlântica e à hidrografia são determinantes na modelação da paisagem desta região.

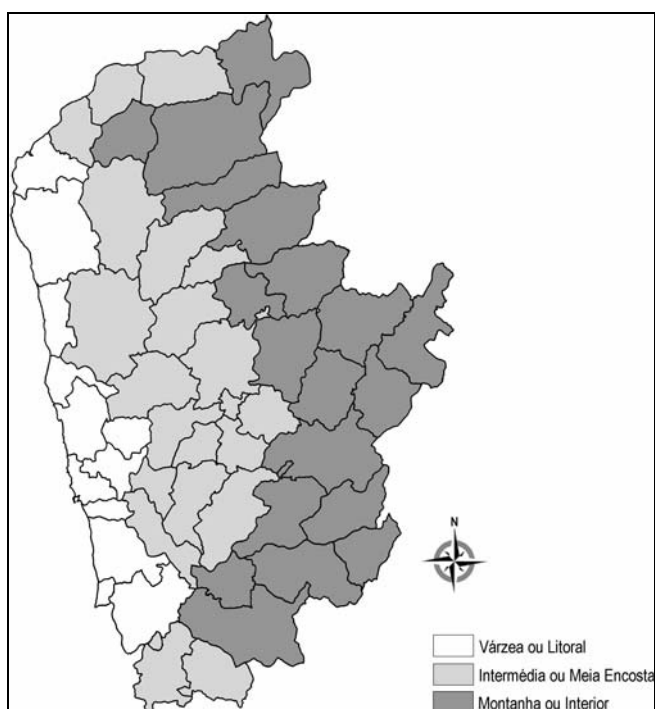
Tais características levaram mesmo a que em vários estudos efectuados sobre o EDM se tenha utilizado a divisão preconizada por Agostinho de Carvalho que, ainda que com manchas de transição por vezes pouco definidas, distingue na Região três zonas distintas:

- **Zona Litoral ou de Várzea**, com altitudes inferiores a 100 metros, onde predominam as terras chãs, planas e férteis e que se estende desde o litoral oceânico até às várzeas dos principais vales. Os declives quase não existem e as altitudes são baixas, sendo em termos climáticos a zona que mais forte influência tem do Oceano Atlântico, ou seja, onde se registam as mais baixas precipitações e a menor ocorrência de geadas.

- **Zona Intermédia ou de Meia Encosta**, com altitudes médias compreendidas entre os 100 e 400 metros, de transição entre o litoral e o interior montanhoso, onde predominam as encostas com declives variáveis que o homem combateu ao longo dos tempos armando o terreno em terraços e socalcos. Junto dos principais cursos de água podem identificar-se zonas com as características identificadas para a zona de várzea, ainda que, em termos térmicos se verifiquem valores mínimos mais baixos, tendo a ocorrência de geadas valores dignos de registo. Apesar de na sua generalidade e de em termos climáticos não existirem grandes contrastes, podem identificar-se microclimas.

- **Zona Serrana ou de Montanha**, com altitudes médias superiores a 400 metros, onde as terras altas e declivosas se encontram sujeitas a forte erosão, pondo a nu faixas de rochas graníticas. Trata-se da zona mais agreste da Região, onde, para além de difíceis condições físicas, se verificam as maiores adversidades climáticas. De facto é aqui que se registam as precipitações mais elevadas (atingindo os 3000 mm anuais) e onde as amplitudes térmicas e as geadas mais se fazem sentir. Decorrente do acidentado do relevo característico do Entre Douro e Minho, e que neste caso apresenta a sua máxima expressão, é possível encontrar nesta zona regiões cujas características se identificam com zonas de várzea ou de meia encosta, ainda que com amplitudes térmicas características da zona onde se enquadram.

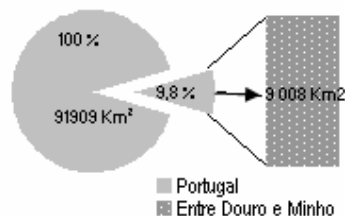
ZONAS AGRO-ECOLÓGICAS DO ENTRE DOURO E MINHO



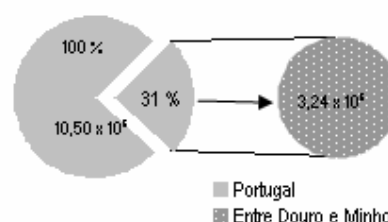
Território e População de Portugal e do EDM

Indicador	Portugal	E.D.M
Superfície Territorial	91 909 Km ²	9 008 Km ²
População Residente	10,5 M Hab.	3,24 M Hab.
Estrutura Etária da População Residente	15,7% <14anos; 67,5% >15 a 64 anos; 16,8% >65 anos	17,9% <14anos; 69,2% >15 a 64 anos; 12,9% >65 anos
Taxa de Crescimento da População Residente.	6,40%	8,10%
População Agrícola	11,7% * População Residente	8% * População Residente

Fonte: INE

Gráfico 1
Superfície territorial

Fonte: INE, RGA 1999

Gráfico 2
População residente

Fonte: Censos 2001

Com uma área de 9 008 km² o EDM ocupa cerca de 10 % do território nacional. É uma região muito povoada, 31 % da população portuguesa reside no EDM, com uma elevada densidade populacional (360 h/km² em 2001) e que registou uma taxa de crescimento no período de 1991 a 2001 (8,1 %) que foi superior à do crescimento nacional (6,4 %).

Trata-se de região mais jovem face ao todo nacional, tendo em conta a menor percentagem de residentes com idades superiores a 64 anos e a maior relativamente aos de idade inferior a 14 anos.

Utilização do Território do EDM

Usos:	1989		1999		Variação	
	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%
Agrícola	303 168	34	223 492	25	-79.676	-26,28
Florestal	362 889	40	352 263	39	-10.626	-2,93
Outros Usos	234 733	26	325 035	36	90.302	38,47
Território	900 790	100	900 790	100	0	0,00

Fontes: INE e Inventário Florestal.

Em termos dos usos do território regista-se que os usos agrícola e florestal cederam aos "outros usos" durante a década de 90 10%, em que a maior contribuição foi agrícola com 9%.

Evolução Demográfica de 1991 a 2001 do EDM

Zonas:	Nº. de Concelhos		
	Total	Aumento	Diminuição
Litoral	12	10	2
Intermédia	22	20	2
Interior	19	7	12

A evolução demográfica nos concelhos do EDM evidencia uma diminuição da população residente em 12 dos 19 concelhos da Zona Interior em contraponto a um aumento populacional centrado nos concelhos das Zonas Litoral e Intermédia em que apenas 4 perderam população.

Populações e Pesos (em 2001)

Unidade Geográfica	Residente		Activa Agrícola		Activa Total		PAA/PAT
	População	%	População	%	População	%	
Entre Douro e Minho	3.235.774	32,9	43.105	21,8	1.456.230	33,9	3,0%
Trás os Montes	444.605	4,5	31.675	16,0	150.170	3,5	21,1%
Beira Litoral	1.398.363	14,2	33.885	17,1	591.609	13,8	5,7%
Beira Interior	381.309	3,9	14.860	7,5	141.659	3,3	10,5%
Ribatejo e Oeste	3.447.173	35,1	38.733	19,6	1.575.890	36,6	2,5%
Alentejo	534.365	5,4	27.506	13,9	209.310	4,9	13,1%
Algarve	391.819	4,0	7.974	4,0	175.274	4,1	4,5%
Continente	9.833.408	100	197.738	100	4.300.142	100	4,6%

Fonte: GPPAA – Censos 2001

Gráfico 3
População

Fonte: GPPAA - Censos 2001

Embora no EDM a População Activa Agrícola represente apenas 3 % da sua População Activa Total, esta região não deixa de ser a que possui mais activos agrícolas em relação às demais regiões do Continente.

O crescimento e a concentração populacional, conjugada com o desenvolvimento da actividade económica e a transferência de população agrícola para outros sectores levaram ao reforço de importantes núcleos populacionais que constituem um interessante mercado para os produtos agro-alimentares.

2. A AGRICULTURA NA REGIÃO DO EDM**2.1. Importância do Sector****Produção do Continente e do EDM em 1995 e em 2000** Unidade: 10⁶ Euros

Descrição	1995			2000		
	Continente	E.D.M.	%EDM/Cont	Continente	E.D.M.	%EDM/Cont
Produção Agrícola	4.896,5	792,7	16,2%	5.231,7	687,7	13,1%
Consumos intermédios	2.426,8	388,5	16,0%	2.765,2	419,4	15,2%
V.A.B.	2.469,7	404,3	16,4%	2.466,4	268,3	10,9%

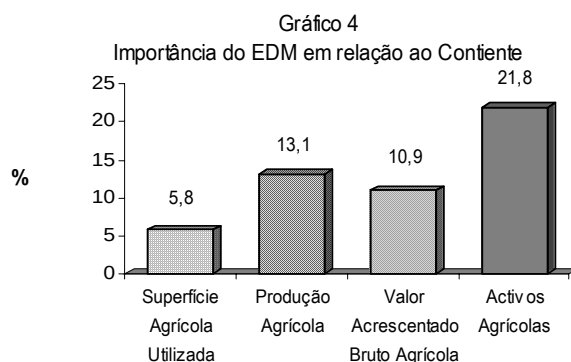
Fonte INE – Contas Económicas da Agricultura Regionais

O VAB entre 1995 e 2000 baixou significativamente e mais do que proporcionalmente ao decréscimo da produção porque se verificou um grande crescimento dos consumos intermédios.

Nº. e Superfície das Explorações Agrícolas e sua utilização no Continente e no EDM

Descrição	1989			1999		
	Continente	E.D.M.	% EDM/Cont	Continente	E.D.M.	% EDM/Cont
Nº. de explorações agrícolas	550 379	111 505	20,3	382 165	67 546	17,7
Superfície total das explorações	5.157.213	464.133	9,0	5.039.569	374.832	7,4
Superfície Florestal das explorações	1.802.914	187.076	10,4	1.927.165	151.340	7,9
- Sem terra arável ou pastagem sob coberto	965 676	160 966	16,7	997 497	133 236	13,36
- Com terra arável ou pastagem sob coberto	837 238	26 110	3,1	929 668	18 103	1,95
Superfície Agrícola Utilizada	3.879.579	289.624	7,5	3.736.140	215.675	5,8
- Terras Aráveis	2.361.692	176.575	7,5	1.746.853	109.407	6,3
- Culturas Permanentes	781.366	45.160	5,8	705.232	35.529	5,0
- Prados e Pastagens permanentes	736.521	64.072	8,7	1.284.056	70.739	5,5
Outras áreas	311.959	13.544	4,3	305.932	25.921	8,5

Fonte: Portugal 2000 – Panorama da Agricultura



Fonte: Portugal 2000 - Panorama Agricultura e
INE-Contas Económicas da Agricultura Regionais

Com apenas cerca de 6% da SAU das explorações agrícolas do Continente, o EDM contribui com 13,1% para a produção agrícola, 10,9% para o VAB agrícola e emprega cerca de 22% dos activos agrícolas, o que demonstra a sua importância quando se pensa na agricultura portuguesa.

De notar ainda que é no EDM que se localizam importantes estruturas de transformação e comercialização do agro-alimentar, nomeadamente no que respeita a sectores como o leite, a carne e o vinho.

2.2. Explorações Agrícolas

Situação das Explorações do EDM em 1989 e em 1999

Indicador:	1989				1999	
Superfície Total Nº Explorações	464.133	111.505			374.832	67.546
SAU Nº expl. agr. c/SAU	289.624	111.184			215.675	67.362
Area média expl. Nº. Blocos	4,16	4			5,55	5
% Nº. Expl. Classes area SAU	<1ha-29%, ≥1<2ha-34%, ≥2<5ha-27,9%, ≥5<10ha-7,1%, ≥10ha-1,9%				<1ha-26,9%, ≥1<2ha-37,2%, ≥2<5ha-25,7%, ≥5<10ha-15%, ≥10ha-3,3%	
% Area SAU / Classes área	<1ha-6%, ≥1<2ha-17,9, ≥2<5ha-31,9% ≥5<10ha-18%, ≥10ha-26,2%				<1ha-4,9%, ≥1<2ha-16%, ≥2<5ha-24,1% ≥5<10ha-15%, ≥10ha-40%	
Nº. Expl. Agrícola c/ regadio Area SAU	107 839	225 517			65 659	148 305
% Area Expl.Agrícolas em conta própria arrendamento parceria outras formas	70,6%	19,4%	7,7%	2,3%	77,6%	12,9% 4,2% 5,3%
% do Nº. Expl.Agrícolas em conta própria arrendamento parceria outras formas	81%	29,2%	15%	5,8%	86,3%	17,5% 9,4% 12,7%
Muito pequena dimensão econ. (<4 UDE)(a)	91.199 exp.				45.548 exp.	62.314 ha
Pequena dimensão econ. (≥4 a 8 UDE)(a)	13.979 exp.				12.485 exp.	38.883 ha
Média dimensão econ. (≥8 a 16 UDE)(a)	4.674 exp.				4.969 exp.	27.308 ha
Grande dimensão econ. (≥16 a 40 UDE)(a)	1.424 exp.				3.268 exp.	42.343 ha
Muito Grande dimensão econ. (≥40 UDE)(a)	227exp.				1.271 exp.	44.868 ha

Fonte: INE - RGA

(a) – Em 1989 não existem dados das áreas publicados.

Dimensão média das explorações e Intensidade do trabalho em 1999

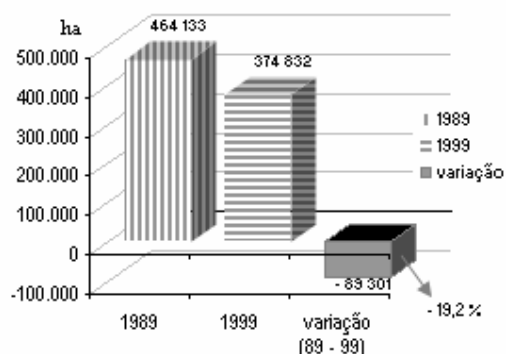
Indicador:	Portugal	Continente	EDM
SuperfícieTotal	5.188.955	5.039.582	374.836
NºExplorações	415.969	382.163	67.546
SAU (ha)	3.863.116	3.736.165	215.675
Nº. Explorações c/SAU	412.612	378.880	67.362
Nº. UTA	526.620	497.924	122.601
ST/Expl	12,47	13,19	5,55
SAU/Expl comSAU	9,36	9,86	3,20
ST/UTA	9,85	10,12	3,06
SAU/UTA	7,34	7,50	1,76
UTA/Exploração	1,27	1,30	1,82

Fonte: INE – RGA 99

A dimensão média das explorações do EDM é de 5,55 ha em termos de superfície total e de 3,2 ha em termos de SAU, isto é, cerca de um terço da dimensão média do país e da do continente.

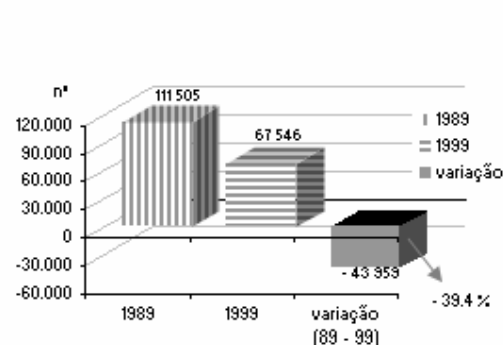
Em termos do grau de intensidade do trabalho regista-se que uma UTA do EDM trabalha em média 1,76 ha contra 7,5 ha no Continente.

Gráfico nº 5
Evolução da Superfície total das explorações agrícolas no EDM



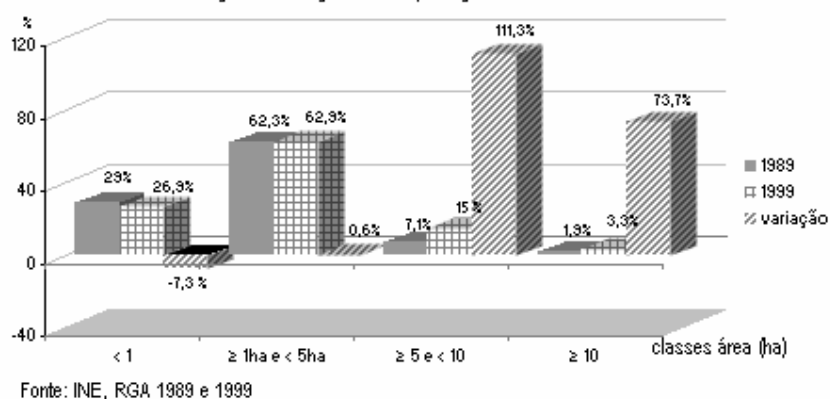
Fonte: INE, RGA 1989 e 1999

Gráfico nº 6
Evolução do Número de explorações agrícolas no EDM



Fonte: INE, RGA 1989 e 1999

Gráfico 7
Distribuição e variação das explorações / classe de área



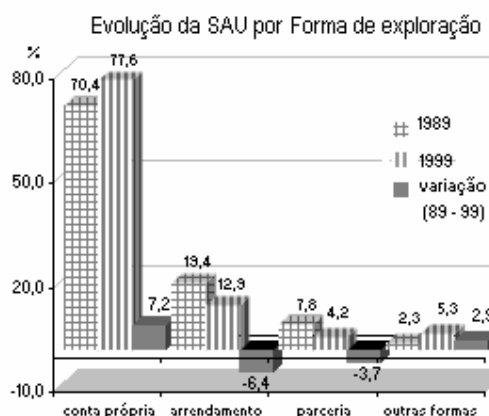
Fonte: INE, RGA 1989 e 1999

Em termos estruturais, a evolução das explorações agrícolas do EDM no período compreendido entre os RGA de 1989 e 1999 acompanhou a registada no Continente, que se traduziu na diminuição de cerca de 40 % do número de explorações e de 20 % da ocupação territorial.

Em termos evolutivos na década de noventa temos a registar um decréscimo de 73.949 ha da superfície agrícola utilizada na região. Verificou-se também na distribuição SAU por classes de área decréscimos em todos os escalões com excepção das explorações inscritas no escalão com áreas superiores a 10 hectares. Este último conjunto de explorações, correspondentes a 3,3% do total, ocupam 40% da SAU total, contrapõe-se ao grupo das pequenas explorações com áreas inferiores a 2 hectares que, apesar da sua representatividade ser de 64,1%, totalizam apenas 21% da SAU.

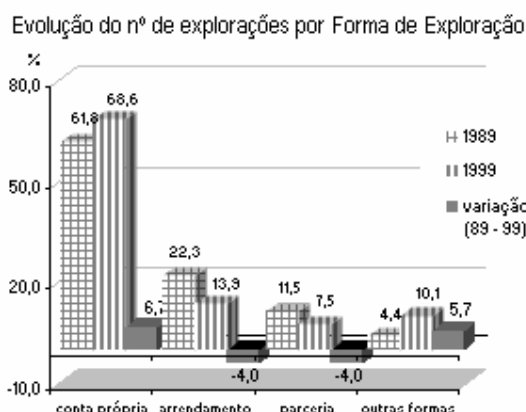
Embora tenha diminuído o nº de explorações com regadio e a superfície irrigada, continua a ser uma característica estrutural marcante da agricultura praticada na Região o elevado peso que o regadio representa, tanto em nº de explorações (98% do total), como em termos de superfície irrigável (89% do total de SAU sem as áreas de baldio).

Gráfico 8



Fonte: INE, RGA 1989 e 1999

Gráfico 9

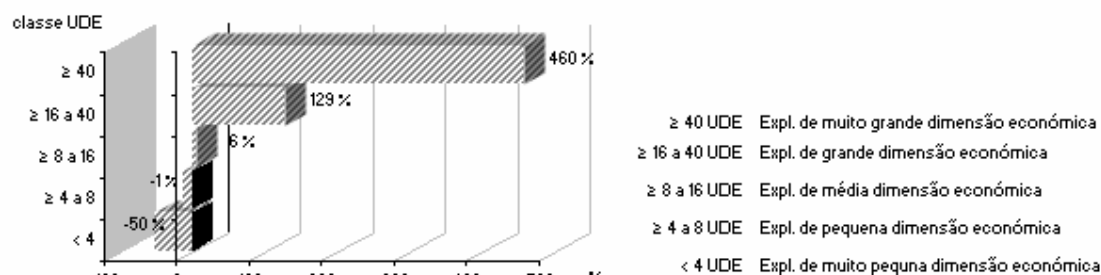


Fonte: INE, RGA 1989 e 1999

Uma outra característica estrutural prende-se com as formas de exploração da SAU, em que o lugar de destaque vai para a exploração por conta própria que corresponde a 86,3% das explorações e 77,6% do total da SAU, cuja representatividade cresceu relativamente a 1989. Nas "outras formas" constata-se também um acréscimo da SAU e do número de explorações.

Gráfico 10

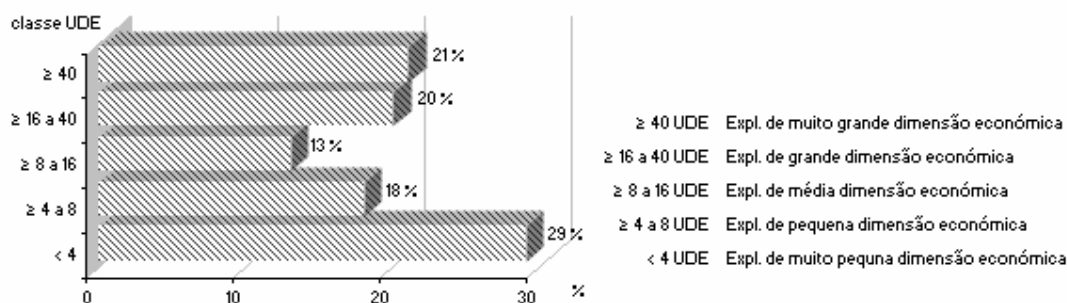
Variação da distribuição das explorações por classes de UDE
1989 - 1999



Fonte: INE, RGA 1989 - 1999

Gráfico 11

Distribuição da SAU das explorações por classes de UDE



Fonte: INE, RGA 1999

Analisadas as classes de Dimensão Económica (DE) pelas quais se distribuem as explorações na região, verifica-se que a redução do nº. de explorações atingiu principalmente as explorações de Muito Pequena dimensão económica (inferiores a 4 UDE), as quais sofreram uma diminuição de 50% e menos as explorações designadas de Pequena dimensão que apresentam uma ligeira redução (-11%). Contrapondo a esta situação, as classes de Grande e Muito Grande apresentam uma evolução muito positiva triplicando o seu número.

Os dados de 1999, indicando a distribuição da SAU pelas diferentes classes de dimensão, revelam que cerca de 40% da SAU se encontra nas explorações de maior dimensão económica, continuando a predominar as explorações de pequena e média dimensão.

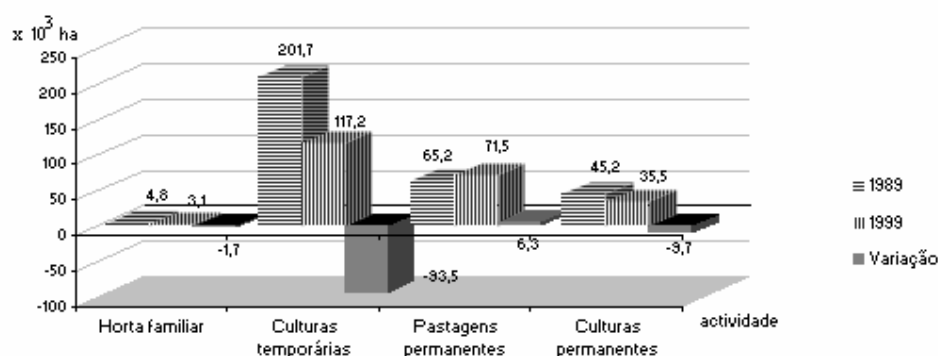
2.3. Principais produções

2.3.1. Actividades Vegetais

Actividades Vegetais Agrícolas:	1989	1999	Variação	% Varia
Horta Familiar	4.813,27	3.131,88	-1.681,39	-34,93
Culturas Temporárias	201.650,26	117.214,90	-84.435,36	-41,87
Pastagens Permanentes	65.233,27	71.533,41	6.300,14	9,66
Culturas Permanentes	45.159,83	35.528,65	-9.631,18	-21,33
Área Total	318.845,63	229.407,84	-89.437,79	-28,05

Fonte: INE – RGA 89 e 99.

Gráfico 12
Evolução da SAU nas principais actividades vegetais



Fonte: INE, RGA 1989 e 1999

A redução da área total das actividades vegetais traduziu-se em diminuições em todas as actividades com excepção das pastagens permanentes que não as compensou.

Conforme se pode ver na caracterização da evolução das fileiras produtivas no capítulo IV – Programação, a significativa redução da área com culturas temporárias ficou a dever-se a diminuições registadas nos cereais para grão, com principal enfoque no milho, nas leguminosas para grão, na batata e na horticultura extensiva.

Por outro lado, o decréscimo significativo nas culturas permanentes, foi resultado da redução na área de vinha, na de frutos frescos e na olivicultura.

Pode também afirmar-se que a redução global registada das actividades vegetais foi quase equivalente ao acréscimo registado nas áreas com fins não agrícolas e não florestais.

2.3.2. Actividades Pecuárias (efectivos)

Espécies:	1989	1999	Variação	% Vari
Bovinos	370.274	320.918	-49.356	-13,33
Suínos	151.059	116.602	-34.457	-22,81
Aves	4.423.267	3.735.592	-687.675	-15,55
Coelhos (reprodutoras)	138.837	84.300	-54.537	-39,28
Equídeos	5.120	7.486	2.366	46,21
Ovinos	133.686	140.883	7.197	5,38
Caprinos	80.060	66.202	-13.858	-17,31

Fonte: INE – RGA 89 e 99

Os efectivos animais sofreram quebras acentuadas com excepção dos ovinos e dos equídeos

2.4. Produtores e família agrícola

Natureza Jurídica do Produtor

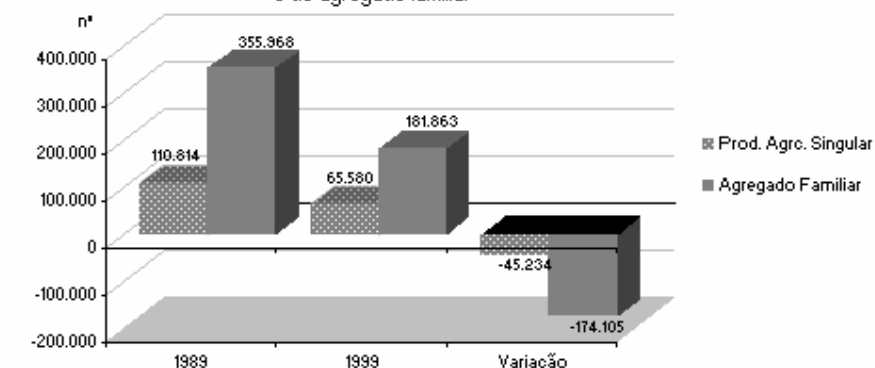
Tipos:	1989		1999	
	Nº.	%	Nº.	%
Produtores autónomos	108.203	97	64.690	95,8
Empresários	2 611	2,3	1 890	2,8
Sociedades	345	0,3	632	0,9
Baldios	202	0,2	183	0,3
Outra	144	0,1	151	0,2
Total	111 505	100	67 546	100

Produtor Singular e Agregado Familiar

Indicadores::				1989			1999		
Prod. Agrc. Singular		Agregado Familiar		110.814	355.968		65.580	181.863	
Prod. Agrc. Singular: <45anos		45 a 65anos	>65anos	23,8%	52,5%	23,8%	18,1%	49,1%	32,8%
Outros elementos do agregado: <45 anos		≥45 a 64	≥65	73,7%	17,2%	9,2%	65,3%	19,8%	14,9%
Prod Agrc. Singular Tempo completo		<50%	>50%	38,4%	30,5%	31,1%	37,1%	24,5%	38,4%
Prod Agrc. Singular: s/ act. fora da expl.		c/ act. fora da expl.		74,1%	25,9%		79,6%	20,4%	
Outros elementos do agregado: s/ act. na exp.		c/ act. na exp.		34,2%	65,8%		21,2%	78,8%	
Prod. Agric. Singular: s/ activ remunerada fora		c/ actv remunerada fora		74,1	25,9		79,6	20,4	
Outros elementos do agregado: s/act remunerada fora		c/act remun. fora		70,9%	29,1%		66,8%	33,2%	

No que respeita à população envolvida na actividade agrícola e analisando o universo dos produtores, constata-se o forte predomínio dos produtores autónomos, ou seja, dos que utilizam como mão-de-obra agrícola os elementos do seu agregado familiar (96%). É também neste grupo que, embora mantendo a sua importância relativa, se regista a maior redução (mais de 40 %). Pelo contrário as sociedades viram o seu nº. quase duplicar apesar de continuarem a representar menos de 1% do total de produtores.

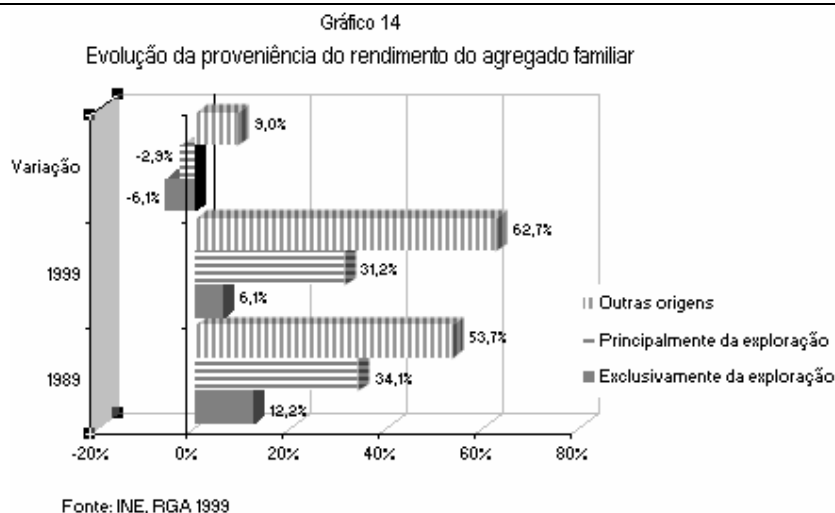
Gráfico13
Evolução do produtor agrícola familiar
e do agregado familiar



Fonte: INE, RGA 1989 e 1999

Também no que respeita à população que se encontra ligada às explorações agrícolas pelo trabalho ou pela vivência na exploração, que em 1999 representa 22% do total de população agrícola familiar do país, verificou-se uma redução que não só acompanhou como até ultrapassou a diminuição do número de produtores em termos relativos.

É ainda interessante verificar que, em 1999, apenas cerca de 1/5 dos produtores singulares e 1/3 dos elementos do agregado familiar exerciam actividade remunerada fora da exploração.



Registe-se que 37,3% das famílias agrícolas tinham como principal fonte de rendimento a exploração. Contudo, a variação ocorrida na década em análise foi negativa quanto aos rendimentos provenientes da exploração agrícola, assumindo maiores proporções na situação de exclusividade.

Apesar da evolução negativa apresentada face à década anterior, o peso da agricultura familiar na agricultura praticada no EDM continua a ser uma constante, já que a mão-de-obra familiar continua a ser dominante, representando em 1999 uma taxa de 89,4%.

2.5. Trabalho e produtividade agrícola

Trabalho e Produtividade Agrícola no EDM

Indicadores:	1989		1999	
Nº. Explorações	111 505		67 546	
Nº Total de UTA	217 915		122 592	
-Mão de obra familiar: nº. UTA %	200.062	91,8%	109.556	89,4%
-Mão de obra não familiar: nº. UTA %	17.853	8,2%	13.036	10,6%
SAU	289 624		215 675	
SAU / UTA	1,3		1,8	
Total UTA / Exploração	2		1,8	
MBTotal	294 572 361		473 231 896	
MB/ Exploração	2 641,8		7 006,1	
MB/ SAU	1 017,1		2 194,2	
MB/ UTA	1 351,8		3 860,2	

Fonte: INE – RGA 89 e 99 e DGDR-Ruralidade e Agricultura.

Nº. de produtores segundo a origem do rendimento do agregado doméstico

Origem::	1989		1999		% Variação
Exclusivamente da exploração	13 475	12,2%	4 087	6,1%	-69,7
Principalmente da exploração	37 787	34,1%	20 740	31,2%	-45,1
Outras origens	59 552	53,7%	41 753	62,7%	-29,9
Total	110 814	100	66 580	100	

Fonte: INE – RGA 89 e 99

Margens Brutas segundo a origem de rendimentos dos agregados familiares em 1999

Origem::	MBTotal	% MBTotal	MBTotal/Exploração	MBTotal/SAU
Exclusivamente da exploração	56.778.728	13	13 892,52	3 264,65
Principalmente da exploração	194.095.380	45	9 358,5	3 038,34
Outras origens	178.147.410	42	4 266,7	2 381,01
Região	429.021.518	100	6 443,7	2 748,48

Fonte: INE – RGA 99

O trabalho desenvolvido nas explorações agrícolas da região, expresso em unidades de trabalho agrícola (UTA), no ano de 1999 equivalia a um total de 122 592, correspondendo a um decréscimo de cerca de 44% relativamente a 1989, decréscimo esse proporcionalmente superior ao verificado na quebra do nº de explorações (39%).

Por seu lado, a redução da mão-de-obra não familiar foi menos acentuada, o que levou a um acréscimo da representatividade deste tipo de trabalho que de 8,2% em 1989 passou para 10,6% em 1999.

A superfície agrícola utilizada por unidade de trabalho agrícola (SAU/ UTA) apresenta uma subida, passando o seu valor médio regional de 1,3 em 1989, para 1,8 em 1999, evoluindo em sentido inverso ao nº. total de UTA/exploração que passou de 2 unidades para 1,8.

Quanto aos indicadores de produtividade da exploração, da terra e do trabalho, medidos com base na Margem Bruta verificamos ter havido uma evolução positiva em termos nominais para todos os indicadores.

A contribuição para a formação da MB total agrícola do EDM em 1999 foi de 13% por parte de agregados domésticos com actividade em exclusividade na exploração, de 45 % pelos agregados cuja fonte de rendimentos foi principalmente da exploração e 42 % pelos agregados com rendimentos principalmente obtidos fora da exploração.

As MB/exploração e as MB/SAU vão diminuindo de acordo com a importância da actividade agrícola na formação do rendimento da economia familiar, pelo que os menores índices de produtividade se encontram no grupo de explorações cuja origem de rendimento do agregado familiar provém principalmente de outras origens: 4.266,70 €/ exploração e 2.381,01 €/ SAU;

Confirma-se assim, que o grupo de produtores com dedicação exclusiva à agricultura, que representa apenas 13% da produção global da região expressa em MB total, gere explorações agrícolas com maiores índices de produtividade da terra e da exploração e que este, conjuntamente com os que têm como principal fonte de rendimento a exploração agrícola, representam mais de metade do total de produtores singulares.

Este facto, no entanto não pode esconder que os produtores que auferem rendimentos fora das explorações contribuem para 87% da MB regional, o que ilustra bem a importância que assume o pluri-rendimento e a pluri-actividade na manutenção e funcionamento das explorações agrícolas e na fixação da população rural.

III – AVALIAÇÃO DO POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO

1. ANÁLISE DA SITUAÇÃO

Pontos Fracos

- A ocupação do solo agrícola de melhor aptidão pelos usos urbanos, industriais e sociais tem reduzido a produção agrícola e gerado um movimento especulativo em torno do solo, dados os elevados valores que lhe são atribuídos por aqueles, com consequências negativas nas explorações agrícolas existentes na periferia daqueles usos traduzidas na instabilidade, o que não as favorece em termos de investimento, movimento que só poderá ser travado com um correcto ordenamento que crie um horizonte temporal estável;
- A utilização, nas últimas décadas, de sistemas culturais bastante intensivos com utilização de agro-químicos nas zonas litoral e intermédia da região, criou em parte destas problemas ambientais graves, tornando-as bastante vulneráveis para a produção de produtos de qualidade acrescida e com impactos negativos nas condições de vida dos diferentes seres vivos, vegetais e animais, incluindo nestes o próprio homem, situação que se tem vindo a inverter graças a uma persistente intervenção correctora que importa prosseguir;
- A diminuição da SAU, a evolução negativa dos preços agrícolas e a crescente incorporação de consumos intermédios provenientes do exterior da região nas actividades animais têm contribuído decisivamente para a quebra acentuada do VAB regional e para o decréscimo dos rendimentos;
- Os rendimentos agrícolas apresentam-se bastante baixos quando comparados com os obtidos nos restantes sectores da actividade económica;
- A evolução da estrutura fundiária tem-se mostrado pouco flexível na melhoria da escala produtiva (SA/UTA), isto é, tem-se mostrado pouco favorecedora do aumento da produtividade do trabalho, apesar desta ter aumentado na última década;
- A população activa agrícola e rural apresenta um grau de envelhecimento bastante acentuado, podendo no médio prazo comprometer a actividade agrícola;
- A qualificação académica e profissional da população activa agrícola e rural ainda apresenta níveis pouco consentâneos com as novas necessidades de desenvolvimento;
- O uso de TIC(s) é ainda bastante fraco, principalmente na obtenção de informação atempada para a gestão e a comercialização.

Ameaças

- Conforme se referiu nos pontos fracos, regista-se uma grande disputa dos melhores solos pelos restantes usos principalmente na zona litoral e na intermédia da região;
- A pressão existente por via do emprego faz com que o sector agrícola continue a ter de garantir uma forte participação directa nos rendimentos e nas condições de vida da população activa, pressão esta que aumenta sempre que os sectores secundário e terciário apresentam conjunturalmente desequilíbrios ou rupturas, o que acontece no presente e cuja duração poderá manter-se pelo menos na primeira metade da vigência do quadro de referência, isto é, fenómeno que se traduz num movimento pendular constante, em que o pêndulo está posicionado actualmente no sector agrícola, com consequências negativas na produtividade do trabalho;
- A forte concorrência que se faz sentir através da distribuição na região de produtos alimentares com origem noutras regiões do país e nos países da União Europeia, em particular da vizinha Espanha, poderá vir a crescer com a abertura aos países terceiros por força das decisões que têm sido tomadas em resultado das negociações efectuadas no âmbito da OMC, produtos que se apresentarão mais competitivos em termos de preços;
- Abandono da actividade agrícola em quase todo o território e nas zonas onde a actividade agro-florestal predomina assiste-se não só ao abandono da actividade agrícola mas também a um declínio da população sem que se tenham erigido actividades alternativas capazes de pelo menos sustentar e mesmo inverter esta tendência;

Pontos Fortes

- A diversidade de solos e a diversidade climática dão à região um potencial produtivo capaz de poder oferecer uma grande gama de produções e produtos;
- As características orográficas da região, que oferecem paisagens e condições atractivas para continuar o desenvolvimento de actividades ligadas ao turismo e ao lazer, constituem como que um reservatório de potencialidades para uma oferta permanente de novos bens e serviços;
- As condições ambientais das áreas de meia encosta e montanha oferecem padrões de qualidade que precisam de continuar a ser preservados e melhorados, o que pode ser conseguido com um melhor ordenamento e através do pagamento de serviços de qualidade aos utilizadores dos seus solos em contrapartida do uso de boas práticas agro-florestais e de outros compromissos agro-ambientais;
- O recurso água tem sido o principal motor do desenvolvimento histórico da região ao ter ofertado condições de vida e de constantes alternativas produtivas, recurso que dá à região um carácter peculiar quando a comparamos com as demais regiões do continente, quer em termos agro-florestais quer no que respeita ao desenvolvimento das actividades industriais, componente que constituiu sempre o principal factor de fertilidade natural ao longo da sua história que importa ver defendido e valorizado nesta função mas também como bem alimentar;
- A capacidade instalada de transformação primária dos principais produtos agrícolas também registou nos últimos anos um significativo desenvolvimento, necessitando contudo de prosseguir a caminhada que foi iniciada no apetrechamento tecnológico proporcionador de qualidade acrescida aos processos e aos produtos finais e de continuar a dar passos seguros na montagem de sistemas de certificação de produtos e na sua promoção nos diferentes mercados, a fim de os tornar mais apelativos e competitivos;
- A região viu erigir na última década uma densa malha de modernos pontos de distribuição de produtos alimentares que carecem porém de ser melhor articulados aos centros de recolha/concentração e de transformação já instalados e a instalar em torno da produção regional, onde se efectue uma correcta integração horizontal e vertical dos produtos agro-alimentares;
- A região dispõe já de boa capacidade técnica e científica específica que deverá ser utilizada na melhoria dos processos, dos produtos e da sua promoção na base do estabelecimento de plataformas de cooperação com os agentes, as quais devem ser bastante estreitas e objectivas na remoção de problemas e no encontrar de soluções.

Oportunidades

- A presença na região de cerca de um terço da população portuguesa enquanto consumidora, valor próximo de três milhões e trezentos mil habitantes, constitui uma grande oportunidade para os sectores produtivos na satisfação de necessidades de procura com vantagens competitivas resultantes da proximidade; potencial este que ainda é acrescido pelas regiões que a envolvem, isto é, a Galiza e Trás-os-Montes, dada a complementaridade de produções nelas efectuadas e pela atracção de visitantes dessas regiões cujo movimento se tem vindo a fortalecer;
- A existência de uma crescente procura de bens transaccionáveis de qualidade, alimentares e não alimentares, nos mercados regional, nacional e comunitário;
- O alargamento do mercado comunitário constitui também uma nova oportunidade importante para algumas produções regionais nomeadamente produtos vínicos;
- O crescimento da procura de bens alimentares regionais que se tem vindo a registar nos “mercados da saudade”, localizados na União Europeia, nos Estados Unidos da América e nos países africanos de expressão portuguesa, nomeadamente: vinhos, produtos de fumeiro, compotas, mel, frutos secos, pão, doçaria e também produtos do artesanato;
- A procura turística pela região, cujo número de visitantes tem vindo a crescer a bom ritmo, apresenta um enorme potencial de crescimento no médio/longo prazo;
- A existência de um quadro financeiro para o período de 2007-2013, assumido pela União Europeia para o segundo pilar da PAC, constitui uma grande oportunidade de desenvolvimento para a região que importa utilizar eficazmente.

Resumo da análise SWOT

Pontos Fracos	Pontos Fortes
<ul style="list-style-type: none"> • Instabilidade na exploração agrícola nas zonas peri-urbanas e intermédias pouco favorecedora do investimento de médio/longo prazo, dados os elevados preços do solo atribuídos pelos outros usos; • Áreas de boa aptidão com vulnerabilidades; • Decréscimo do VAB regional e dos rendimentos agrícolas por efeito da diminuição dos preços e do aumento dos consumos intermédios externos nas actividades animais e pela diminuição da SAU; • Rendimentos bastante baixos em comparação com os de outras actividades económicas; • Estrutura fundiária pouco flexível na melhoria da produtividade; • Envelhecimento da população activa e rural; • Qualificações académicas e profissionais baixas; • Uso de TICs bastante fraco. 	<ul style="list-style-type: none"> • Potencial produtivo capaz de oferecer grande gama de produtos; • Paisagens e condições atractivas para desenvolvimento do turismo e lazer no espaço rural; • Condições ambientais das terras altas apresentam padrões elevados de qualidade; • O recurso água como factor de fertilidade e como bem alimentar; • Transformação primária significativa; • Sistema de distribuição alimentar moderno em toda a região; • Existência de boa capacidade técnica e científica específica.
Ameaças	Oportunidades
<ul style="list-style-type: none"> • Grande disputa dos melhores solos pelos restantes usos; • Pressão sobre as explorações por razões de rupturas no emprego nos outros sectores produtivos; • Forte concorrência face à abertura de fronteiras em consequência dos acordos da OMC; • Abandono da actividade agrícola em quase todo o território; 	<ul style="list-style-type: none"> • População residente totaliza mais de um terço da população portuguesa; • Existência de uma crescente procura de bens transaccionáveis de qualidade, alimentares e não alimentares, em todos os mercados; • O alargamento comunitário constitui nova oportunidade para algumas produções; • Crescimento da procura nos “mercados da saúde”; • Procura turística em crescimento; • Quadro financeiro para desenvolvimento rural favorável.

2. PRINCIPAIS CONCLUSÕES DA AVALIAÇÃO E PROPOSTAS

Da avaliação feita constatamos que a remoção dos pontos fracos identificados é possível desde que se lance mão de uma estratégia que:

- Garanta o uso do solo agrícola e o qualifique;
- Favoreça a utilização dos recursos endógenos e promova a utilização de sistemas menos intensivos para as actividades animais;
- Promova o rejuvenescimento;
- Aumente as qualificações e o uso de TICs.

- *Por outro lado, no que respeita às ameaças a estratégia do sector para as contrariar terá de:*
- *Participar nos processos de ordenamento do território em defesa do uso agrícola;*
- *Obter produtos de qualidade acrescida em resposta às apetências do mercado, uma vez que no curto/médio prazo não é possível alterar significativamente a escala produtiva de forma a poder ter produtividades que permitam reduzir custos e tornar os produtos mais competitivos;*
- *Finalmente, o abandono da actividade agrícola só poderá ser atenuado através da valorização multifuncional da actividade, isto é, pagando-se o seu contributo positivo na defesa do solo, da água, da paisagem e do ambiente em contrapartida de um compromisso agro-ambiental.*

IV – ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO

1. PROPOSTAS DE DESENVOLVIMENTO

- Um futuro promissor que se deseja para a região dependerá da criação de condições que propiciem a obtenção de produtos com elevado valor acrescentado, o que só é possível conseguir através da generalização de modos de produção que qualifiquem globalmente os processos e os produtos finais, isto é, que se consiga obter uma produção de excelência devidamente garantida junto do consumidor.
- Com efeito, a região tem todas as condições naturais e de mercado para poder construir um modelo de desenvolvimento assente na qualidade global, necessitando porém de mobilizar todos os actores regionais nessa senda, integrando a formação, a investigação e os serviços de aconselhamento, para que em uníssono consigam resultados que se querem progressivamente melhorados.
- A qualidade global que se deseja deverá ter a si associada a sustentabilidade, pelo que importa nos territórios: por um lado, reproduzir os recursos sem constrangimentos e em melhoria permanente, isto é, conseguir o *equilíbrio*; por outro, garantir o *sustento*, o que significa associar todos os seres vivos aos recursos e àquilo que possam ofertar na satisfação das suas necessidades biológicas e simultaneamente produzir bens, quer no curto quer no médio/longo prazos, saudáveis com economicidade; e, finalmente, desenvolver com *harmonia*, o que significa conseguir o equilíbrio e o sustento com qualidade plena para os seres vivos que entram na cadeia de produção, sem nunca se esquecer que o homem é o sujeito e o objecto dessa cadeia, isto é, o principal destinatário dos níveis de qualidade alimentar e ambiental que se procura alcançar.
- Assim, em relação aos *Sectores Produtivos Agro-florestais* importa:
 - a. Aprofundar a integração horizontal e vertical, tendo-se em vista incrementar o valor acrescentado regional na base da qualidade global em termos dos produtos, dos processos de transformação e dos circuitos de comercialização, de forma a efectuar um correcto ajustamento à procura crescente de produtos finais de qualidade garantida;
 - b. Potenciar as actividades de I&D na resposta a dar ao desafio da qualidade em parceria com os agentes dos sectores produtivos;
 - c. Promover uma agricultura sã e ecologicamente sustentável com base nos modos de produção de protecção/produção integrada na senda da agricultura biológica e garantir, desde já, a existência desta sempre que as condições a tornem exequível; bem como criar as condições para o surgimento de produtos transformados inseridos nestes modos de produção;
 - d. Acreditar os produtos finais junto dos consumidores, em termos de garantir as suas características específicas e as condições higio-sanitárias na sua obtenção, é a grande aposta para se poder concorrer nas condições adversas impostas pela abertura dos mercados, a qual será acrescida em consequência dos acordos que têm vindo a ser estabelecidos e em negociação no seio da OMC e cujos efeitos se farão sentir já na vigência do próximo quadro de referência, pelo que o Estado em uníssono com as organizações das fileiras produtivas deverá ajudar a criar todos os instrumentos de certificação e de controlo e empenhar-se na implementação de um *sistema de inspecção* que garanta: a concorrência leal dos agentes; a protecção das marcas colectivas, uma vez que constituem património do Estado Português a potenciar e a defender; e a promoção destas nos mercados comunitário e mundial;
 - e. Favorecer todos os instrumentos que contribuam para uma formação profissional direccionada para todos os segmentos das fileiras produtivas assente nas novas tecnologias e na preparação de todos os actores no cumprimento das normas de qualidade dos produtos, dos processos de produção, das normas ambientais e das de protecção da higiene e segurança no trabalho.
- Em relação aos *territórios agrícolas e rurais* dever-se-á:
 - a. Continuar com a melhoria e aplicação dos instrumentos de ordenamento de forma coerente e sistemática;
 - b. Promover *planos de gestão integrada de requalificação e animação do desenvolvimento dos territórios*, através dos quais se possam orientar os decisores de projectos de investimento (públicos e privados) na vigência do quadro de referência;

A elaboração e a gestão de Planos de Gestão Integrada deverá contar com as contribuições cruzadas das Organizações Representativas dos Sectores Produtivos Agro-florestais e das Organizações de Desenvolvimento Regional/Local sob a égide da Administração Central Regionalizada e da Administração Autárquica e dos Centros de Investigação;

O conteúdo desses planos deverá contemplar: infra-estruturas, a pequena agricultura, a diversificação de actividades não agrícolas complementares, a pequena transformação de produtos agrícolas e alimentares, a valorização do património cultural e ambiental e o incentivo à actividade turística e artesanal;

- c. Efectuar o redimensionamento das explorações agro-florestais e a sua modernização, com vista a melhorar os níveis de produtividade e a obtenção de produtos de qualidade garantida, o que carece de instrumentos de apoio que contribuam para o rejuvenescimento do tecido empresarial a curto e médio/longo prazo, uma vez que o abandono da actividade agrícola em quase todo o território se tem vindo a processar a um ritmo bastante acentuado.

Um dos instrumentos que se propõe é o da criação de um serviço de “mediação fundiária” que permita articular a oferta de terras disponíveis por parte dos proprietários envelhecidos, desejosos muitos de abraçar os apoios da Reforma Antecipada previstos no Feader, e a procura por parte dos jovens que se querem instalar em condições de dimensão e de viabilidade sustentada.

2. PRINCIPAIS RESULTADOS DAS PROPOSTAS

- Coerentes na aplicação de planos de ordenamento melhorados, obtidos produtos e serviços de qualidade garantida desde a produção à restauração, e incrementado o número de alojamentos com qualidade, estamos capazes de oferecer a região a todos os que nela queiram partilhar as qualidades naturais e gastronómicas, sejam oriundos de outras regiões do país ou de outros países. Teremos assim as condições de base para de uma forma dinâmica se poder aproveitar todas as modalidades de turismo e de todas as actividades de animação que constituem o seu estímulo.
- Finalmente, como principal resultado, estaremos a introduzir melhorias significativas nas condições de vida dos que habitam a região, quer em termos de segurança alimentar quer em termos de acréscimo de rendimentos e de emprego.

3. PRINCIPAIS OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO

A pirâmide de objectivos fixada para o desenvolvimento da estratégia regional encontra a sua fundamentação e enquadramento nas “Orientações Estratégicas Comunitárias de Desenvolvimento Rural” (Decisão do Conselho de 20 de Fevereiro de 2006). É composta por dois conjuntos de objectivos, os de médio/longo prazo que fundamentam a estratégia escolhida e os de curto/médio prazo que concretizam os primeiros na vigência do quadro de referência, isto é, no período 2007-2013.

3.1. OBJECTIVOS DE MÉDIO/LONGO PRAZO

Com base na avaliação e propostas efectuadas e tendo-se em conta as principais conclusões inseridas no Relatório Sobre a Agricultura Portuguesa (Comissão (2003) 359 final, de 19.06.2003) estabelece-se como *objectivo estratégico de 1º nível* para a região o seguinte:

*“Obter bens e serviços de qualidade garantida
e garantir o desenvolvimento sustentável dos territórios agrícolas e rurais*”

O desenvolvimento do objectivo estratégico de 1º nível desenvolve-se com base nos seguintes dois *Objectivos Estratégicos de 2º nível*:

*.-“Desenvolver os sectores produtivos na base da qualidade global”
.-“Requalificar e animar os territórios agrícolas e rurais”.*

O desenvolvimento dos objectivos estratégicos de 2º. nível encontra a sua concretização na implementação dos seguintes *Objectivos Globais Específicos*:

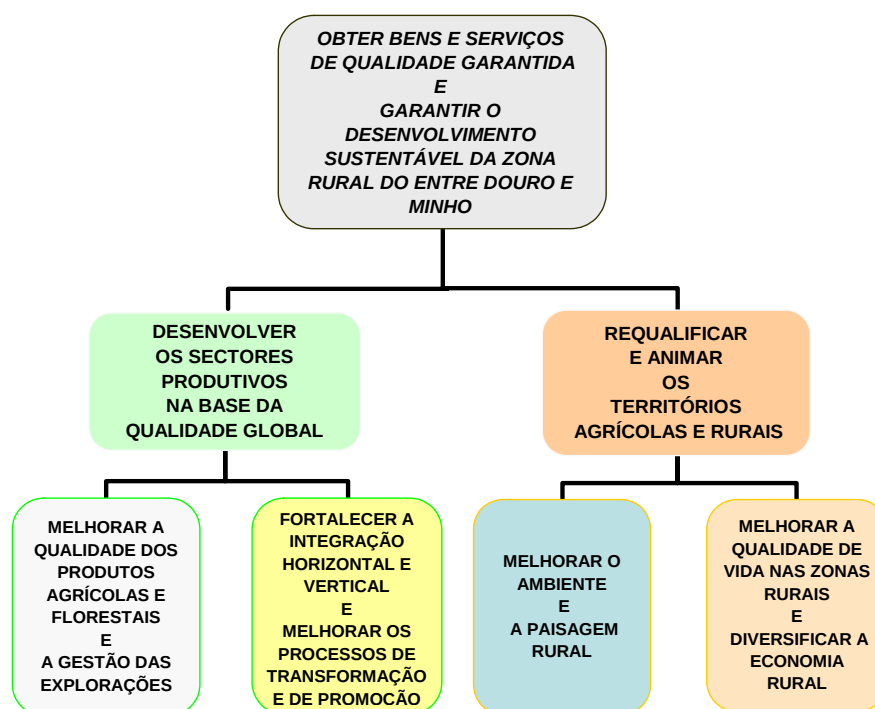
O primeiro, com base nos seguintes:

- | |
|---|
| - “Melhorar a qualidade dos produtos agrícolas e florestais e a gestão das explorações” |
| - “Fortalecer a integração horizontal e vertical e melhorar os processos de transformação e de promoção |

O segundo objectivo global específico consubstancia-se nos seguintes:

- | |
|---|
| - “Melhorar o ambiente e a paisagem agrícola e rural” |
| - “Melhorar a qualidade de vida nas zonas rurais e diversificar a economia rural” |

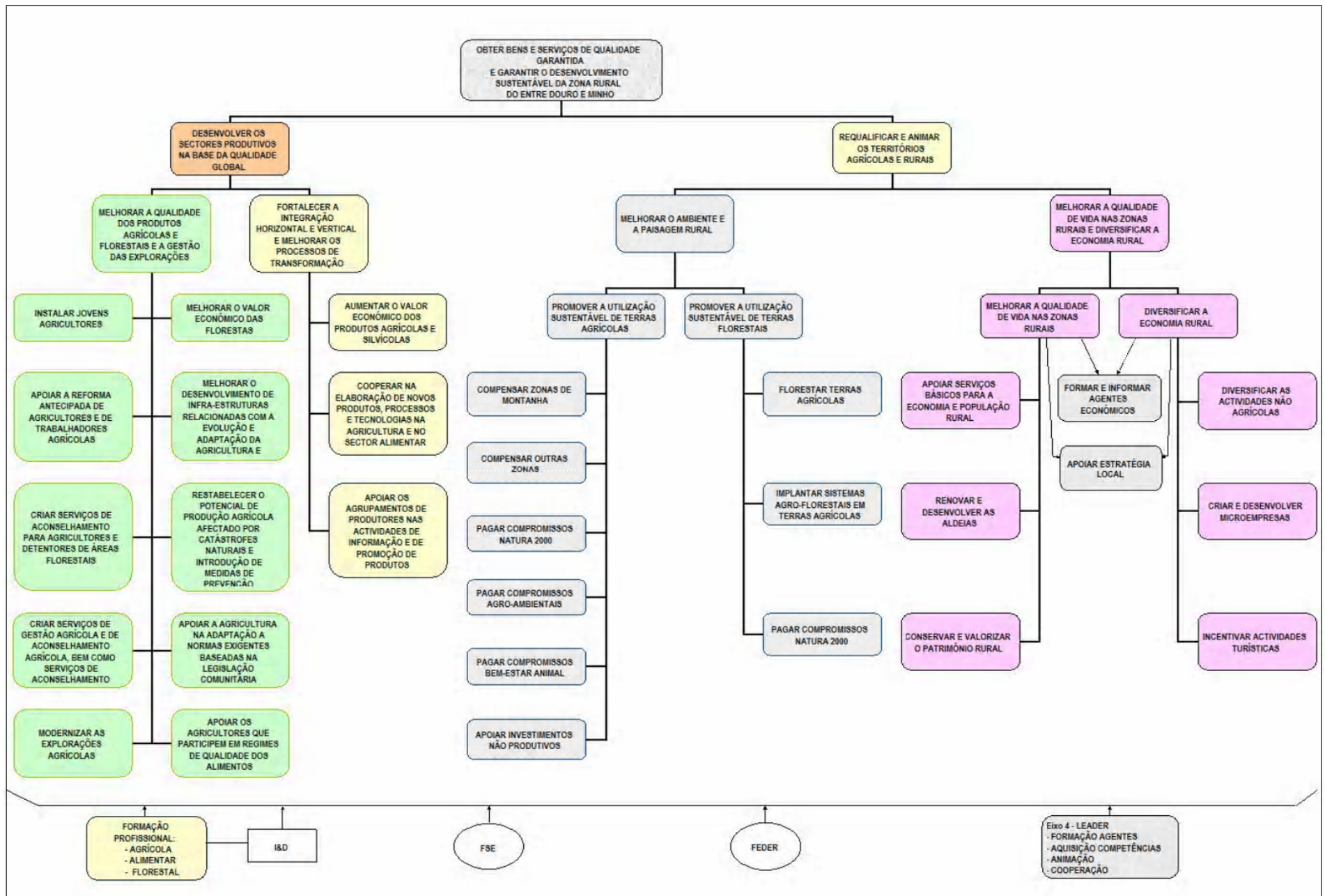
O organigrama seguinte sintetiza o que se acaba de expor.



3.2. OBJECTIVOS CURTO/MÉDIO PRAZO

Os *objectivos específicos* necessários para o desenvolvimento dos objectivos globais específicos no curto/médio prazo correspondem aos objectivos fixados para as medidas do Feader e que constam do organigrama que a seguir se apresenta.

Os *objectivos operacionais* que tentam concretizar os objectivos específicos e resultam do exercício de planeamento realizado pela Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho constam dos quadros inseridos na parte “V – Programação”.



Notas sobre o Organigrama:

- O posicionamento da “Formação Profissional” e da “I&E” significa que ambas as medidas contribuem simultaneamente para os dois objectivos estratégicos de 2ª. Nível;

- Também a presença do “FSE” – Fundo Social Europeu e do “FEDER” – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional significa que ambos também contribuirão complementarmente para o desenvolvimento dos mencionados objectivos estratégicos.

- Por fim, o “Eixo 4 – LEADER” é um instrumento que concorre para favorecer objectivos de desenvolvimento dos sectores produtivos e objectivos de requalificação e de animação dos territórios agrícolas e rurais.

V. PROGRAMAÇÃO

V.0. Notas de Leitura

A presente parte do relatório estabelece os Objectivos Operacionais e as Acções, Metas, Enquadramento e Investimento que se propõem como necessários para realizar as propostas estratégicas e os Objectivos específicos de curto/médio prazo da Estratégia de Desenvolvimento preconizada para a Região.

As acções operacionais e os investimentos preconizados foram ponderados com base nas dinâmicas históricas do investimento realizado no âmbito do Feoga nos últimos Quadros Comunitários de Apoio e Iniciativas Comunitárias na Região.

Por outro lado, feitos alguns testes de sensibilidade numa análise do custo/benefício das propostas, estamos em condições de ditar que a exequibilidade do programa é possível e desejável para o desenvolvimento das fileiras produtivas e para o equilíbrio do território.

O exercício de programação efectuado traduzido nas fichas de programação que a seguir se apresentam contempla, em termos de enquadramento no Regulamento do Feader, as seguintes nomenclaturas pré-estabelecidas para as suas medidas:

EIXO 1 – Competitividade		
...Potencial Humano		
M1	20-a) -i)	Formação e Informação
M2	20-a) -ii)	Instalação de Jovens Agricultores
M3	20-a) -iii)	Reforma Antecipada
M4	20-a) -iv)	Serviços de Aconselhamento
M5	20-a) -v)	Criação de Serviços Gestão, Substituição e Aconselhamento
...Reestruturar		
M6	20-b) -i)	Modernização das Explorações Agrícolas
M7	20-b) -ii)	Melhoria do valor económico das florestas
M8	20-b) -iii)	Melhoria do Valor dos Produtos Agrícolas e Florestais
M9	20-b) -iv)	Cooperação elaboração novos produtos, processos e tecnologias
M10	20-b) -v)	Infra-estruturas
M11	20-b) -vi)	Restabelecimento do Potencial de Produção Agrícola
...Qualidade Produção		
M12	20-c) -i)	Normas exigentes comunitárias
M13	20-c) -ii)	Apoio Agricultores Regimes de Qualidade
M14	20-c) -iii)	Apoio Agrupamentos Regimes de Qualidade
EIXO 2 - Ambiente e Paisagem		
...Sustentabilidade Terras Agrícolas		
M15	36-a) -i)	Pagamentos Zonas de Montanha
M16	36-a) -ii)	Pagamentos não Zonas de Montanha
M17	36-a) -iii)	Pagamentos Natura 2000
M18	36-a) -iv)	Pagamentos Agro-ambientais
M19	36-a) -v)	Pagamentos Bem-Estar Animal
M20	36-a) -vi)	Apoio a Investimentos não Produtivos
...Sustentabilidade Terras Florestais		
M21	36-b) -i)	Apoio à Florestação de Terras Agrícolas
M22	36-b) -ii)	Apoio à primeira implantação de sistemas agro-florestais
M23	36-b) -iii)	Apoio à primeira florestação de terrenos não agrícolas
M24	36-b) -iv)	Pagamentos Natura 2000
M25	36-b) -v)	Pagamentos Silvo-Ambientais
M26	36-b) -vi)	Restabelecimento Potencial e Medidas de Prevenção
M27	36-b) -vii)	Apoio a Investimentos não Produtivos
EIXO 3- Qualidade Vida e Diversificação da Economia		
...Diversificação Economia Rural		
M28	52-a) -i)	Diversificação para actividades não agrícolas
M29	52-a) -ii)	Criação e desenvolvimento microempresas
M30	52-a) -iii)	Incentivo a actividades turísticas
...Qualidade Vida Zonas Rurais		
M31	52-b) -i)	Serviços básicos para a economia e a população rurais
M32	52-b) -ii)	Renovação e desenvolvimento das aldeias
M33	52-b) -iii)	Conservação e valorização do património rural
...Formação Agentes do Eixo 3		
M34	52-c)	Formação e Informação de Agentes Económicos do Eixo 3
...Estratégia Desenvolvimento Local		
M35	52-d)	Aquisição de Competências e a Animação para Estratégia Local

V.1. - EIXO 1 – COMPETITIVIDADE

A. Nota Metodológica

No Eixo da Competitividade foi seguida a seguinte metodologia de programação:

- Em primeiro lugar foram identificadas as principais fileiras produtivas presentes na Região de Entre Douro e Minho merecedoras de enquadramento no Feader;
- De seguida foram identificadas as Medidas do Feader que deveriam ser operacionalizadas directamente em cada um dos Segmentos de cada Fileira e que são as seguintes: M1, M5, M6, M8, M9, M10, M13 e M14;
- Por outro lado, houve que eleger os principais *Domínios* preceituados no Feader para efeitos de programação, pelo que foram tratados os seguintes: Tecnológico Específico, Formação, Ambiente, TICs, Regimes de Qualidade, Cooperação e Inovação;
- Finalmente, identificaram-se as Medidas que deveriam ter um tratamento **horizontal**, total ou parcial, a todas as fileiras, no quadro das seguintes: M1, M2, M3, M4, M5, M10, M11 e M12.

B. FILEIRAS PRODUTIVAS

B.1. Notas Prévias

As principais Fileiras identificadas e tratadas, que a seguir se apresentam, são as seguintes:

- F1 – Leite de Vaca e Lacticínios
- F2 - Carne de Bovino e Produtos Cárneos
- F3 - Suínos e Transformados
- F4 - Aves e Ovos
- F5 - Cunicultura
- F6 - Equídeos
- F7 - Ovinos -Caprinos e Lacticínios
- F8 - Apicultura
- F9 - Frutos frescos
- F10 - Frutos Secos
- F11 - Vitivinicultura
- F12 - Olivicultura
- F13 – Cerais para Grão
- F14 - Linho Têxtil
- F15 – Leguminosas para Grão
- F16 - Horticultura e Batata
- F17 – Floricultura e Ornamentais

O tratamento feito em cada fileira foi o seguinte:

- 1º. Breve caracterização da evolução na última década e meia e situação;
- 2º. Análise do Potencial de Desenvolvimento (análise swot);
- 3º. Propostas estratégicas;
- 4º. Estabelecimento de Objectivos Operacionais, Acções, Metas, Investimento e Enquadramento.

B.2. Apresentação

F1 – LEITE DE VACA E LACTICÍNIOS

1. EVOLUÇÃO E SITUAÇÃO

1.0. Síntese

A fileira de “Leite de vaca e produtos lácteos”, na última década e meia, teve uma evolução da produção muito positiva em termos quantitativos e qualitativos, apesar da diminuição significativa das explorações e do número de vacas em produção que necessariamente foi compensada pelos elevados aumentos da produtividade por vaca e por área forrageira.

A melhoria ocorrida na produção é o resultado de um longo processo de melhoria de gestão acompanhado de investigação aplicada (que importa continuar a desenvolver) e de incorporação de novas tecnologias.

Os padrões de qualidade conseguidos foram o resultado da modernização das estruturas de produção, da recolha, da transformação e do salto organizacional dado na distribuição no período em análise, o que se traduziu na melhoria da eficácia da gestão e na melhoria do controlo da qualidade dos produtos finais, bem como da utilização de profissionais mais bem preparados técnica e cientificamente.

A fileira pode hoje contar com estruturas de transformação que se têm como das mais evoluídas no quadro europeu.

A evolução dos preços premiou a qualidade do produto. Contudo, os preços dos meios de produção utilizados pela fileira também registaram crescimentos mas ligeiramente inferiores aos registados no leite de qualidade.

Porém, a intensificação da produção forrageira e animal, cada vez mais concentrada em termos territoriais, provocou impactos ambientais negativos que importa ver resolvidos no curto/médio prazo.

1.1. Explorações

O Quadro 1 dá-nos a evolução das alterações na estrutura das explorações entre 1989 e 1999. As explorações com menos de 15 vacas reduziram-se em 77% no período e o nº total de explorações diminuiu em 72% mas o nº de vacas apenas se reduziu em 12%.

Quadro 1. Evolução do número de explorações e do efectivo de vacas leiteiras por classes

N.º Vacas leiteiras	1989				1999				Variação 99 – 89 (%)	
	Explorações		Vacas leiteiras		Explorações		Vacas Leiteiras		n.º expl.	n.º v. leite
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%		
< =15	35.676	96,1	90.669	70,0	8.149	78,0	25.538	22,0	- 77	- 72
16 a 40	1.272	3,5	30.099	23,0	1.695	16,0	44.118	39,0	33	47
41 a 80	129	0,4	6.808	5,2	584	5,6	32.866	28,8	353	383
>= 80	19	0,0	2.197	1,8	105	1,0	11.877	10,4	452	441
Total	37.096	100	29.773	100	10.543	100	114.399	100	- 72	- 12

Fonte: INE (RGA 89 e RGA 99)

O Quadro 2 permite-nos observar como foi a evolução da queda abrupta do nº de explorações na região que desceu para menos de 1/5 numa década.

Quadro 2. Variação do número de explorações leiteiras no EDM e no Continente

Unidade Geográfica	1989	1993/1994	1994/1995	1999/2000	2000/2001	2004/2005
EDM	37.096	25.198 (100)	20.349 (81)	10.042 (40)	6.684 (27)	4.460 (18)
Continente	88.932	53.388 (100)	45.307 (85)	25.744 (48)	18.432 (35)	11.794 (22)

Fonte: INE (RGA89) FENALAC

O Quadro 3 apresenta o número de produtores por escalão de quota leiteira detida. Verifica-se que o maior número de produtores (36,84%) possui uma quota inferior a 20 ton e cerca de 31,28% possuem uma quota superior a 160 ton.

Quadro 3. Nº. de produtores do EDM por escalão de quota leiteira detida (ton)

Quota leiteira	1993/1994	1994/1995	1999/2000	2000/2001	2004/2005
<20	20.751	16.046	6.217	3.283	1.643
>20 a 80	2.802	2.632	1.486	1.073	681
>80 a 160	1.046	1.040	1.051	989	741
>160 a 400	554	575	1.057	1.058	964
>400	45	56	231	281	431

Fonte: FENALAC

1.2. Produção e produtividade

Da análise do Quadro 4 constata-se que as explorações de maior dimensão, ou seja, as que produzem mais de 160 toneladas por ano entregaram, em 2004/05, cerca de 80% do leite da região.

Quadro 4. Entregas de leite corrigidas do EDM, por escalão de quota detida (ton)

Escalão	1993/1994	1994/1995	1999/2000	2000/2001	2004/2005
<20	99.537	81.540	32.112	15.639	7.159
>20 a 80	116.131	111.098	70.158	54.530	37.531
>80 a 160	117.049	116.997	121.557	113.618	89.614
>160 a 400	126.383	132.521	264.422	263.673	254.482
>400	25.329	31.648	133.648	162.441	280.564

Fonte: FENALAC

O Quadro 5 mostra a evolução dos volumes de leite recolhidos na região agrária de Entre Douro e Minho e em Portugal (continente e ilhas). Utilizando como base a campanha de 93/94 (índice 100), constata-se que a produção na região de Entre Douro e Minho teve um aumento de 38%, o Continente um aumento de 21% e de 28% em Portugal.

O impacto dos resgates de quotas leiteiras efectuados nos anos de 1993, 1997 e 2000 provocaram diminuições no volume de leite produzido nas campanhas imediatamente posteriores, perdas estas que foram recuperadas nas campanhas seguintes conforme se pode ver no quadro em análise.

Quadro 5. Evolução do volume de leite recolhido (ton) no EDM, Continente e Portugal

Unidade Geográfica	1993/1994	1994/1995	1999/2000	2000/2001	2004/2005
Entre Douro e Minho	484.429 (100)	473.804 (98)	621.897 (128)	609.901 (126)	669.350 (138)
Continente	1.162.206 (100)	1.159.102 (100)	1.424.133 (123)	1.356.160 (117)	1.401.012 (121)
Portugal	1.499.557 (100)	1.519.435 (101)	1.929.546 (129)	1.876.487 (125)	1.918.542 (128)

Fonte: FENALAC

O Quadro 6 apresenta a evolução das produções médias por exploração e das produtividades médias por vaca. As produções médias das explorações tiveram crescimentos de cerca de 6,89 vezes entre as campanhas 93/94 e 2004/2005 e de 11,54 vezes entre 1989 e 2004/2005.

A produtividade média, aos 305 dias, dos animais em contraste (ABLN), aumentou 55% entre o ano 1989 e o ano de 2004.

Para esta evolução contribuíram:

- a entrada de animais de maior capacidade produtiva desde meados da década de 80,
- o desaparecimento de efectivos de aptidão mista,
- a maior especialização produtiva,
- as alterações ao nível da nutrição animal, nomeadamente alterações dos diagramas forrageiros e introdução de subprodutos da indústria agrícola,
- a mecanização das operações de administração de forragens.

Quadro 6. Produções médias das explorações e produtividade/vaca no EDM

	1989	1993/1994	1994/95	1999/2000	2000/2001	2004/2005
Produção média por exploração (ton) ^{a)}	13 (100)	19 (146)	23 (177)	62 (477)	91 (700)	150 (1154)
Produtividade média aos 305 dias (kg/vaca) ^{b)}	5.224 (100)	6255 / 6322 (120 / 121)	6322 / 6634 (121 / 127)	7118 / 7381 (136 / 141)	7.381 / 7427 (141 / 142)	8.091 / n.d. (155)

Fonte: a) INE, INGA e FENALAC; b) ABLN; n.d. – não disponível

Contudo, ainda se registaram em 2005 produtividades diárias inferiores a 20 litros por vaca em 57% das explorações e inferiores a 25 litros em 85% das explorações.

1.3. Concentração espacial da produção

Da leitura dos Quadros 7 e 8 verificamos que, em consequência das alterações verificadas na década 89/99, a produção de leite acabou por praticamente se concentrar em 9 concelhos do litoral da região quer em volume de leite produzido quer em nº de vacas. Esta zona oferece uma estrutura fundiária e condições edafo-climáticas bastante favoráveis para a produção de leite.

Quadro 7. Evolução do n.º de explorações e dos efectivos na zona de maior concentração

Concelho	1989		1999		Variação (%)	
	Explorações	Vacas leiteiras	Explorações	Vacas leiteiras	Explorações	Vacas leiteiras
Barcelos	4.453	19.984	1.642	26.790	- 63	34
Vila do Conde	962	14.209	567	18.845	- 41	33
Póvoa de Varzim	658	5.698	306	9.495	- 53	67
Vila Nova Famalicão	1.045	6.988	318	8.890	- 70	27
S. Tirso e Trofa	688	4.426	255	5.643	- 63	27
Esposende	1.391	4.604	406	3.878	- 71	- 16
Matosinhos	278	2.600	139	2.557	- 50	- 2
Maia	256	2.573	107	2.716	- 58	6
Total 9 concelhos	9.731	61.082	3.740	78.814	- 62	29
Outros concelhos EDM	27 365	68 691	6 803	35 585	- 75	- 48
Total EDM	37.096	129.773	10.543	114.399	- 72	- 12

Fonte: INE - RGA (1989 e 1999)

Quadro 8. Volume de leite recolhido nos principais concelhos (Unid. 1000 ton)

Concelho	Leite recolhido em 1989		Leite recolhido em 2000/2001	
	Volume	% EDM	Volume	% EDM
Barcelos	73,5	14,9	156,3	25,6
Vila do Conde	57,2	11,6	110,7	18,1
Póvoa Varzim	35,0	7,1	63,3	10,4
V. N. Famalicão	28,3	5,7	48,2	7,9
S. Tirso e Trofa	16,0	3,2	31,5	5,2
Esposende	19,1	3,9	22,1	3,6
Maia	9,8	2,0	15,6	2,6
Matosinhos	9,0	1,8	13,8	2,3
Sub-Total	247,9	50,3	461,5	75,6
Outros Concelhos EDM	245,2	49,7	149,1	24,4
Total EDM	493,1	100,0	610,3	100,0

Fonte: Agros; FENALAC, INGA

O Quadro 9 reflecte a distribuição espacial da produção de leite no EDM. Nele podemos constatar o grande peso das NUTs Grande Porto e Cávado e dos 9 concelhos do litoral da região que se apresentam a **bold** e que detêm 71,4% da quota atribuída à região.

Quadro 9. Quota leiteira detida por NUT III e concelho.

NUT III	Concelhos	Quantidade (ton)	%	NUT III	Concelhos	Quantidade (ton)	%
Minho Lima	Arcos de Valdevez	80,01		Tâmega	Cabeceiras de Basto	0,00	
	Caminha	975,02			Celorico de Basto	1.832,83	
	Melgaço	0,00			Mondim de Basto	0,00	
	Monção	0,00			Ribeira de Pena	1.276,85	
	Paredes de Coura	1.889,90			Amarante	1.957,06	
	Ponte da Barca	562,99			Baião	0,00	
	Ponte de Lima	11.416,57			Cinfães	0,00	
	Valença	1.293,74			Felgueiras	4.985,34	
	Viana do Castelo	10.273,06			Lousada	1.770,68	
	Vila Nova de Cerveira	2.657,72			Marco de Canaveses	328,00	
	SUB - TOTAL	29 149,01	4,8		Paços de Ferreira		
Cávado	Amares	1.970,54		Entre Douro e Vouga	Paredes	2.570,34	
	Barcelos	152.389,90			Penafiel	5.127,10	
	Braga	13.006,10			Resende	729,99	
	Esposende	21.239,87			SUB - TOTAL	24 999,22	4,1
	Terras de Bouro	0,00			Arouca	12.373,56	
	Vila Verde	7.297,45			Oliveira de Azeméis	24.090,54	
	SUB - TOTAL	195 903,9	32,1		Santa Maria da Feira	5 248,82	

Ave	Fafe	935,93			São João da Madeira	56,29	
	Guimarães	11.629,84			Vale de Cambra	1.494,31	
	Póvoa de Lanhoso	4.138,66			SUB - TOTAL	43 263,51	7,1
	Santo Tirso	9.144,84			TOTAL EDM	609.866,27	100
	Trofa	22.789,94					
	Vieira do Minho	630,07					
	Vila Nova Famalicão	50.017,22					
	Vizela	653,10					
	SUB - TOTAL	99.939,60	16,4				
Grande Porto	Espinho	49,00					
	Gondomar	1.671,04					
	Maia	17.190,46					
	Matosinhos	12.948,55					
	Porto	67,72					
	Valongo	4.081,59					
	Vila Nova de Gaia	962,04					
	Póvoa de Varzim	61.867,03					
	Vila do Conde	117.773,66					
	SUB - TOTAL	216 611,08	35,5				

Fonte: IFADAP/INGA (2005)

1.4. Qualidade do leite

A evolução na ordenha e na refrigeração entretanto verificada criou as condições para o pagamento do leite em função da qualidade sanitária e microbiológica, o que veio a ser implementado através das Portaria n.º 346/91 e Portaria n.º 533/93, que promoveram a melhoria da qualidade do leite e a garantia da saúde pública, ao estabelecerem a redução do número de microrganismos totais a 30°C por mililitro, a redução do número de células somáticas por mililitro (<400.000) e principalmente a rejeição do leite proveniente de animais em tratamento com antibióticos e o cumprimento de períodos de segurança.

1.5. Estrutura de recolha

Em 2001, conforme se pode ver no Quadro 10, apenas 0,6% do leite recolhido pela principal entidade da região provinha de postos de recepção.

Quadro 10. Evolução da estrutura da rede de recolha da Agros(%)

Leite Recolhido:		Estábulo individuais	Salas colectivas ordenha mecânica	Postos recepção
		Produtores	Produtores	Produtores
Volume de leite recolhido	1990	49,3	30,3	20,4
	1999	85	11	4
	2001	91,9	7,5	0,6
N.º locais de recolha	1990	58,4	20,0	21,6
	2001	90,5	8,5	1,0
N.º produtores	1990	8,1	41,5	50,4
	1999	37	37	26
	2001	57,1	37,9	5,0

Fonte: Agros (1990,1999 e 2001)

1.6. Tecnologia da produção

1.6.1. Produção forrageira

A produção forrageira também se alterou significativamente, quer em termos das variedades quer no modo da sua obtenção.

Assim,

Recursos forrageiros mais utilizados:

- variedades de milho mais produtivas (sementes certificadas e introdução de novas variedades);
- predomínio actual dos milhos com ciclos mais curtos (FAO 400 e 500);

- silagens de milho com maior valor energético (aumento do teor em amido);
- utilização de consociações gramíneas/leguminosas;
- introdução de conservantes biológicos em detrimento dos químicos.

Quadro 11. Áreas utilizadas na produção de milho forragem

EDM	1979	1989	1999
Área de milho forragem (ha)	8 155	28 849	41 557

Fonte: INE (RAC 79; RGA89; RGA99)

Renovação do equipamento e incremento da mecanização da produção forrageira

Quadro 12. Evolução de equipamentos associados à produção de forragens no EDM

Equipamentos	1989		1999		Variação (%)	
	N.º exp.	N.º equip.	N.º exp.	N.º equip.	N.º exp.	N.º equip.
Semeadores	4084	4280	5699	5880	40	37
Gadanheiras	3258	3459	4174	4578	28	32
Colhedores de forragem	2390	2753	3111	3963	66	44
Enfardadeiras	688	696	1400	1428	103	105

Fonte: INE

Apesar da introdução de mecanização mais recente nas culturas de Outono-Inverno, a falta de conhecimento quanto à escolha das variedades e das melhores práticas culturais, principalmente colheita e conservação, fazem com que esta forragem por vezes não seja qualitativa e quantitativamente valorizada.

Acresce a elevada dependência no momento do corte e no enfardamento da forragem de equipamento de aluguer cuja oferta é insuficiente, o que por vezes condiciona a qualidade do produto final.

Verifica-se ainda um insuficiente controlo das importações de matérias-primas para fabrico de alimentos concentrados que tiveram um crescimento explosivo e com impacto negativo no valor acrescentado.

1.6.2. Produção animal

A introdução de animais de maior capacidade produtiva obrigou à alteração do modo de produção, nomeadamente:

- Nutrição: introdução de arraçoamentos com maior *aport* proteico e energético;
- Introdução de equipamento de mistura e recorte de alimentos – unifeed.

O Quadro 13 pretende ilustrar a origem e número dos animais importados entre 1998 e 2002, para reposição dos efectivos bovinos leiteiros.

Quadro 13. Bovinos de leite adultos importados para exploração em vida

Ano	N.º total de animais	Principais países de origem			
		Alemanha	Dinamarca	França	Holanda
1998	1 909	143	314	284	1164
1999	4 574	493	1227	496	2358
2000	1 921	241	504	379	797
2001	2 829	404	635	1225	565
2002	2 373	379	188	1323	483
Total	13 606	1 660	2868	3707	5367

A introdução de animais de diversas proveniências fez entrar no País algumas patologias e problemas sanitários que tem originado perdas económicas.

1.7. Transformação

A implementação da Portaria n.º 533/93, de 21 de Maio, obrigou os industriais a renovar e adaptar as unidades de transformação, pelo que, hoje, as unidades de lacticínios possuem as condições de laboração desejadas e muitas delas possuem já certificação ISO22000.

O Quadro seguinte apresenta a situação recente das indústrias de lacticínios em Portugal.

Quadro 14. Indústrias de lacticínios em Portugal

Ano	N.º empresas	Pessoal ao serviço	Volume negócios (10³ €)	Valor acrescentado bruto (10³ €)
2002	312	7.586	1.459.675	258.469
2003	297	7.688	1.520.070	278.309

Fonte: INE

1.8. Principais Produtos Lácteos

O Quadro 15 reflecte a evolução dos principais produtos transformados em Portugal.

Quadro 15. Evolução dos principais produtos produzidos em Portugal (ton)

Produtos:	1994	1997	2000	2004
Leite para consumo	763.661	801.731	891.239	899.013
Iogurtes e outros leites acidificados	84.174	101.348	99.374	97.984
Bebidas à base de leite			52.662	57.190
Manteiga	16.921	21.154	24.626	25.977
Queijo	40.391	50.438	58.627	57.208

Fonte: INE

1.9. Captações de produtos lácteos e do grau de auto-aprovisionamento

Os Quadros 16 e 17 apresentam os indicadores de consumo *per capita* e o grau de auto-aprovisionamento de alguns produtos lácteos.

Comparando os quadros é possível verificar a extrema dependência externa de produtos como os leites acidificados, nos quais se incluem os iogurtes. Também o aumento do deficit de queijo está mais dependente da dificuldade da indústria nacional em diversificar e em colocar no mercado produtos a preços competitivos.

Finalmente, é ainda possível verificar no Quadro 17 o crescente excesso de manteiga, o qual tem sido entregue à intervenção (O.C.M.).

Quadro 16. Consumo per capita dos principais produtos lácteos (kg/habitante)

Produtos	1994	2000	2003	Variação 2003/2004 (%)
Leite	88,5	88,6	88,6	0,0
Leites acidificados (incluindo iogurtes)	7,9	15,0	19,4	145,6
Manteiga	1,5	1,9	1,8	20,0
Queijo	7,0	10,0	9,9	41,4

a) Dados provisórios

Fonte: INE

Quadro 17. Grau de auto-aprovisionamento (%)

Produtos	1994	2000	2003 ^{a)}
Leites	99,0	110,6	107,2
Leites acidificados (incluindo iogurtes)	105,0	63,5	46,1
Manteiga	113,3	131,6	136,8
Queijo	94,4	81,4	78,6

a) Dados provisórios

Fonte: INE

1.10. Ambiente

A intensificação da produção forrageira e animal tem provocado impactos ambientais negativos devido principalmente a:

- Adubações intensivas;
- Aumento do encabeçamento (cabeças normais por hectare);
- Deficiente gestão dos efluentes.

1.11. Evolução dos Preços

A evolução dos índices de preços no produtor e nos meios de produção, tomando-se por base os preços em 1995, foram os seguintes:

Quadro 8. Índices de Preços do Leite e dos Meios Base: 100 - 1995

	Tipos	2 000	2 001	2 002
Produtos	Leite cru de vaca (3,7% MG)	118	115,8	117,6
	Leite de vaca a Teor Real	127,11	124,1	125,8
Meios de Produção	Sementes e plantas	93,69	117,7	116
	Energia e lubrificantes	96,91	102,9	115,5
	Adubos e correctivos	117,17	115,3	125
	Alimentos para animais	105,47	105,4	112,2
	Material e pequenos utensílios	99,68	95,7	94,7
	Serviços veterinários	105,13	105,1	113,9
	Máquinas e outros equipamentos	121,8	125,7	128,7

Fonte: INE

A evolução dos preços dos produtos desde 1995 tem sido crescente. De 2002 a 2004 a tendência é constante nos dois tipos de leite. Já quanto aos meios de produção utilizados pela fileira a evolução é também crescente na generalidade dos meios utilizados, mas registaram um ritmo de crescimento ligeiramente inferior ao verificado nos preços.

2. ANÁLISE DO POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO

Pontos fracos	Pontos Fortes
<p>Na produção</p> <ul style="list-style-type: none"> • Produção forrageira obtida com aplicação desmesurada de agro-químicos, tornando a zona de produção muito vulnerável em termos ambientais, particularmente para a produção de produtos de maior valor acrescentado; • Carência de conhecimentos específicos na produção de forragens; • Mau aproveitamento da capacidade produtiva dos solos; • Explorações com deficiências estruturais e com dificuldades no cumprimento de normas de eco-condicionalidade; • Dietas alimentares com elevado nível de azoto; • Extrema dependência de países terceiros de matérias-primas básicas para a preparação de alimentos concentrados; • Preços crescentes dos factores de produção; • Elevadas taxas de mortalidade, quer de bovinos adultos quer de vitelos; • Grau de dependência externa elevado na substituição de efectivos; • Explorações com reduzida capacidade de armazenamento de chorume; • Apoio técnico insuficiente e até para alguns inexistente; • Produção ainda a carecer de muita I&D; <p>Na recolha</p> <ul style="list-style-type: none"> • Não há pontos fracos a salientar; <p>Na transformação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elevado peso do <u>leite de consumo</u> na estrutura de transformação; • Inexistência de auxiliares tecnológicos nacionais; <p>Na comercialização/distribuição</p> <ul style="list-style-type: none"> • Baixa internacionalização do sector. 	<p>Na produção</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elevado grau de especialização de algumas explorações; • Produtividades que permitem produções em níveis estáveis; • Número significativo de produtores com sala individual de ordenha; • Progressos na melhoria da qualidade do produto; <p>Na recolha</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sistema cooperativo fortemente operativo ; • Equipamento de recolha que oferece garantia da qualidade do produto; • Integração vertical da recolha na transformação por via cooperativa. <p>Na transformação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Capacidade de transformação tecnologicamente avançada. <p>Na comercialização/distribuição</p> <ul style="list-style-type: none"> • Bom posicionamento no mercado e com marcas prestigiadas; • Boa integração nos centros e pontos de distribuição.
Ameaças	Oportunidades
<p>Na produção</p> <ul style="list-style-type: none"> • Disputa dos solos da bacia leiteira por usos não agrícolas; • Desligamento das ajudas poderá acelerar o abandono da actividade; • Aumento da concorrência intra-comunitária. <p>Na recolha</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aumento da concorrência na disputa da matéria-prima poderá aumentar e questionar o sistema actual de recolha 	<p>Na produção e na recolha</p> <ul style="list-style-type: none"> • Número de consumidores considerável desejosos de produtos biológicos e com outras menções de qualidade global garantida; <p>Na transformação, comercialização e distribuição</p> <ul style="list-style-type: none"> • Crescimento da procura de produtos lácteos de maior valor acrescentado (leites acidificados, sobremesas lácteos,

<p>Na transformação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conjuntura internacional (acordos OMC, reforma da OCM., alargamento a leste) poderá induzir a descida dos preços reais dos produtos lácteos; • A procura de alguns produtos lácteos (manteiga e leite em pó desnatado) poderá continuar a decrescer; • Deslocalização de indústrias produtoras de leites acidificados; <p>Na comercialização/distribuição</p> <ul style="list-style-type: none"> • Competitividade crescente por via da globalização do mercado. 	<p><i>alimentos probióticos);</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Procura crescente de produtos biológicos e com menções de qualidade garantida.
---	--

3. PROPOSTAS ESTRATÉGICAS

O modelo de exploração que foi implementado nas últimas décadas pode estar a atingir o seu ponto de ruptura. Com efeito, o conjunto de pontos fracos identificados na produção só serão passíveis de contrariar se se adoptar uma estratégia de médio/longo prazo para o sector assente num modelo menos intensivo em termos de encabeçamentos/ha, com produtividades por vaca mais baixas, com menor incorporação de factores com origem externa (alimentos compostos e animais) obtidos a preços cada vez mais elevados, forma de inverter a tendência decrescente dos rendimentos, e, também, que se potencie uma melhoria no produto final merecedora do reconhecimento dos consumidores que se têm vindo a mostrar mais exigentes.

A resolução dos problemas ambientais no curto prazo passa pela montagem de um plano integrado de requalificação das zonas mais vulneráveis, o qual favoreça a adequação das explorações às exigências da eco-condicionalidade e do bem – estar animal e que no quadro de investimentos a apoiar esteja também prevista a possibilidade de deslocalização de estábulos.

No âmbito da transformação e comercialização importa responder ao deficit registado no lado da oferta interna de leites acidificados no curto/médio prazo e preparar o sector para responder à tendência crescente da procura de produtos com qualidade global garantida, nomeadamente produtos biológicos, ainda na vigência do próximo quadro de referência.

4. OBJECTIVOS OPERACIONAIS, ACÇÕES, METAS, INVESTIMENTO E ENQUADRAMENTO

Nas Fichas OP e AMI que a seguir se apresentam estão estabelecidos os Objectivos Operacionais e as Acções, Metas, Enquadramento e Investimento que se propõem como necessários para realizar as propostas estratégicas e os Objectivos Específicos de curto/médio prazo da Estratégia de Desenvolvimento preconizada para a Região.

EIXO 1 - Competitividade 1.1 - <u>Fileiras</u>								Ficha: OP
FILEIRA Nº. 1 - LEITE DE VACA E LACTICÍNIOS								
DOMÍNIO: SEGMENTOS:	TECNOLÓGICO ESPECÍFICO	FORMAÇÃO	AMBIENTE	TICs	REGIMES DE QUALIDADE	COOPERAÇÃO	INOVAÇÃO	ENQUADRAMENTO
EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA	1. Melhorar infra-estruturas internas							M10
	2. Modernizar ordenha e equipamento de refrigeração e/ou conservação							M6
	3. Modernizar equip. de corte e conservação forragem							M6
	4. Modernizar o equipamento de alimentação e distribuição							M6
	5. Racionalizar consumo de água nas explorações bovinas							M6
	6. Apoiar a deslocalização de explorações							M6
		7. Criar / modernizar Centro de Experimentação e de Formação Animal						M1
		8. Formar/reciclar os agricultores e operadores na melhoria do ambiente, do bem-estar animal e da qualidade do produto final.						M1
			9. Adequar ambientalmente as explorações					M6
			10. Adequar as instalações para armazenamento e preparação e aplicação de fito fármacos					M6

DOMÍNIOS:	TECNOLÓGICO ESPECÍFICO	FORMAÇÃO	AMBIENTE	TICs	REGIMES DE QUALIDADE	COOPERAÇÃO	INOVAÇÃO	ENQUADRAMENTO
EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA (Contin.)				11. Melhorar utilização de fertilizantes				
				12. Racionalizar / otimizar / modernizar os sistemas de manejo				M6
					13. Certificar produtos obtidos em MPBe			M13
						14. Criar serviços de substituição		M5
							15. Promover a inovação de processos e de tecnologias	M9
RECOLHA OU CONCENTRAÇÃO	1. Melhorar o circuito de recolha e concentração							M8
	2. Criar rede de recolha leite biológico							M8
	3. Instalar unidade de concentração de leite biológico							M8
		4. Preparar operadores de recolha de leite						M1
		5. Preparar operadores de unidades de concentração de leite						M1
			6. Adequar ambientalmente as unidades de recolha de leite					M6
						7. Organizar rede de recolha de leite biológico		M14
TRANSFORMAÇÃO	1. Aumentar o número de unidades industriais de lacticínios							M8
	2. Diversificar a oferta de produtos lácteos							M8
	3. Reduzir a dependência da indústria Nacional de países terceiros							M8

DOMÍNIO:	TECNOLÓGICO ESPECÍFICO	FORMAÇÃO	AMBIENTE	TICs	REGIMES DE QUALIDADE	COOPERAÇÃO	INOVAÇÃO	ENQUADRAMENTO
TRANSFORMAÇÃO (cont.)	4. Modernizar unidades industriais							M8
	5. Modernizar equipamentos e processos de controlo							M8
	6. Instalar central tratamento leite biológico							M8
	7. Produzir queijo biológico							M8
	8. Produzir leites acidificados biológicos							M8
		9. Preparar operadores da indústria através dos seguintes cursos						M1
						10. Organizar produtores de lacticínios de modo de produção biológico		M14
							11. Investigar, desenvolver e testar bactérias lácticas com características probióticas	M9
							12. Investigar e desenvolver embalagens para produtos biológicos	M9
DISTRIBUIÇÃO							13. Pesquisar novos produtos	M9
	1. Renovar rede de distribuição							M8
	2. Montar unidade de distribuição de produtos lácteos biológicos							M8
		3. Preparar na área do marketing e comercialização						M1

EIXO 1 - Competitividade		ACÇÕES, METAS, ENQUADRAMENTO E INVESTIMENTO			Ficha: AMI
1.1 - <u>Fileiras</u>					
FILEIRA Nº. 1 - LEITE DE VACA E LACTICÍNIOS					
	OBJECTIVOS OPERACIONAIS	ACÇÕES A DESENVOLVER	METAS	ENQUADRAMENTO	INVESTIMENTO
Exploração Agrícola	1. Melhorar infra estruturas internas	Caminhos agrícolas	25 km	M10	2.500.000
		Electrificação	100 explorações		500.000
	2. Modernizar ordenha e equipamento de refrigeração e/ou conservação	Instalação novas ordenhas;	150 uni ordenha	M6	9.000.000
		Adequação instalações de ordenha	400 instalações		8.000.000
		Adequação equipamento de refrigeração e conservação do leite	400 equipamentos		6.000.000
	3. Modernizar equip. corte e conservação forragem	Aquisição de equipamento	150 gadanheiras; 20 enfardadeiras; 5 automotrizes; 10 plastificadores	M6	2.690.000
	4. Modernizar o equipamento de alimentação e distribuição	Aquisição de equipamento	50 equipamentos de alimentação automáticos;	M6	300.000
			50 unifeed's		2.250.000
	5. Racionalizar consumo de água nas explorações bovinas	Instalação bebedouros automáticos	125 explorações	M6	625.000
		Captação e distribuição de águas em locais de pastoreio	250 explorações		1.875.000
		Optimização /valorização águas brancas em abeberamento e limpeza de instalações	400 explorações		6.000.000
	6. Apoiar a deslocalização de explorações	Construção de instalações e equipamentos	50 explorações;	M6	5.000.000
	7. Criar / modernizar Centro de Experimentação e de Formação Animal	Reabilitação de Centro de Experimentação e de Formação	1 CEF	M1	750.000
	8. Formar/reciclar os agricultores e operadores na melhoria do ambiente, do bem-estar animal e da qualidade do produto final através dos seguintes cursos:	Culturas arvenses	40 cursos; 600 formandos; 1200 horas	M1	132.000
		Aplicação de fitofármacos	40 cursos; 600 formandos; 1200 horas	M1	132.000
		Operadores de ordenha	40 cursos; 600 formandos; 2400 horas	M1	264.000
		Tratadores de animais	40 cursos; 600 formandos; 2400 horas	M1	264.000
		Qualidade do leite e saúde pública	14 cursos; 210 formandos; 1260 horas	M1	138.600
		Gestão ambiental e recursos naturais	14 cursos; 210 formandos; 420 horas	M1	46.200
		Operadores em MPB	7 cursos; 105 formandos; 1050 horas	M1	115.500
		Informática e gestão animal	14 cursos; 210 formandos; 420 horas	M1	46.200
		SHST para empresários	40 cursos; 600 formandos; 1200 horas	M1	132.000
		Rastreabilidade da produção de leite	7 cursos; 105 formandos; 210 horas	M1	23.100
		Inseminação Artificial	7 cursos; 105 formandos; 1680 horas	M1	184.800
		Auto-controlo da exploração leiteira	7 cursos; 105 formandos; 210 horas	M1	23.100

Exploração Agrícola (Cont.)	9. Adequar ambientalmente as explorações	Adequação da capacidade de armazenamento,	400 explo.	M6	800.000
		Criação unidades de compostagem (pequena dimensão)	50 unidades		1.250.000
		Aquisição de equipamento de separação sólido/líquido;	250 separadores;	M6	6.250.000
		Aquisição equipamento de aplicação e distribuição de chorumes e outros correctivos;	100 eq. Injecção; 100 cisternas; 150 reboques; 150 distribuidores de adubos		10.625.000
	10. Adequar as instalações para armazenamento e preparação e aplicação de fitofármacos	Criação estruturas de armazenamento;	30 estruturas.;	M6	750.000
		Criação plataformas para preparação de fitofármacos;	50 plataformas (10 m2/ plataforma)		7.500
	11. Melhorar utilização de fertilizantes	Aquisição de software expedito de cálculos de fertilização;	50 explorações e/ou organizações	M6	200.000
	12. Racionalizar / otimizar / modernizar os sistemas de manejo	Aquisição de programas informáticos para gestão de fertilidade, acções veterinárias; alimentação;	50 explorações	M6	200.000
		Produção forrageira; aplicação de fitofármacos; gestão de efluentes;	50 explorações		200.000
	13. Certificar produtos produzidos em MPB e noutros regimes de qualidade	Apoio aos produtores biológicos	1 modos de produção	M13	90.000
	14. Criar serviços de substituição	Serviços de ordenhador, de tratador de animais, de operador de máquinas agrícolas;	5 serviço; 20 operadores	M5	500.000
	15. Promover a inovação de processos e de tecnologias através dos seguintes estudos	Conservação de gramíneas	1 estudo	M9	125.000
		Conservação de leguminosas	1 estudo		125.000
		Conservação leguminosas de grão	1 estudo (tremoço, tremocilhas, fava, grão)		150.000
		Novos sistemas de estabulação	1 estudo		250.000
		Tratamento de efluentes	1 estudo		200.000
		Valorização da matéria orgânica	1 estudo		100.000
		Novas dietas forrageiras	1 estudo		125.000
		Novas variedades forrageiras	1 estudo		100.000
		Bactérias lácticas na silagem	1 estudo		140.000
		Produtos homeopáticos	1 estudo		150.000
		Fontes de alimentos protéicos	1 estudo		160.000
		Maneios para eficiência alimentar	1 estudo		160.000
Recolha ou Concentração	1. Melhorar o circuito de recolha e concentração	Aquisição de camiões cisterna e equipamentos de amostragem e fluxómetros	10 camiões cisterna; 50 equipamentos de amostragem e fluxómetros;	M8	4.950.000
	2. Criar rede de recolha leite biológico	Aquisição de camiões	2 camião	M8	300.000
		Aquisição de equipamento de colheita de amostras e fluxómetros	2 equipamento		120.000
	3. Instalar unidade de concentração de leite biológico	Construção de unidade de concentração de leite biológico	1 unidade de concentração	M8	790.000

Recolha ou Concentração (cont.)	4. Preparar operadores de recolha de leite	Realização cursos operadores de recolha leite	7 cursos; 105 formandos; 420 horas	M1	46.200
	5. Preparar operadores de unidades de concentração de leite	Realização cursos de operadores de unidades de concentração de leite	7 cursos; 105 formandos; 840 horas	M1	92.400
	6. Adequar ambientalmente as unidades de recolha de leite	Criação de fossas ao nível dos postos de recolha e das SCOM's	50 fossas (20 m3 cada)	M6	250.000
		Ligação das águas residuais à rede pública	50 ligações		75.000
	7. Organizar rede de recolha de leite biológico	Criação de agrupamento de produtores de leite em MPB	1 agrupamento	M14	100.000
Transformação	1. Aumentar o número de unidades industriais de lacticínios	Criação de novas queijarias	2 queijarias	M8	2.129.000
		Instalação de unidades de produção de iogurtes e outros leites acidificados	1 unidades de produção		1.230.000
		Instalação de unidades de produtos lácteos frescos	1 unidades		952.000
		Instalação de unidades de produção de produtos lácteos prebióticos e/ou probióticos	1 unidades de produção		1.182.000
	2. Diversificar a oferta de produtos lácteos	Criação de unidade de valorização do lactosoro como bebida láctea	1 unidade de produção	M8	1.210.000
		Instalação de unidade de recuperação de proteínas lácteas e outros constituintes do leite, leites de substituição maternizados	1 unidade		1.500.000
	3. Reduzir a dependência da indústria Nacional de países terceiros	Criação de unidade de produção de bactérias ácido lácticas (fermentos)	1 unidade	M8	1.000.000
		Criação unidade de produção enzimas coagulantes (coalhos) de origem animal e vegetal	1 unidade		750.000
	4. Modernizar unidades industriais	Adequação de instalações	15 instalações	M8	3.000.000
		Adequação de equipamento de tratamento térmico e de conservação do leite	15 equipamentos de refrigeração; 15 de pasteurização; 15 de conservação	M8	7.200.000
		Adequação equipamento de transformação tecnológica	15 unidades		2.790.000
	5. Modernizar equipamentos e processos de controlo	Modernização de unidades de controlo de qualidade inseridas em unidades de lacticínios	15 unidades	M8	375.000
	6. Instalar central tratamento leite biológico	Construção da central	1 central	M8	150.000
		Aquisição de equipamento de tratamento e de embalagem	1 linha de processamento de 2000 litros por hora		252.500
		Aquisição de equipamento de controlo on.line	1 laboratório		15.000
	7. Produzir queijo biológico	Construção de queijaria	1 queijarias	M8	150.000
		Aquisição de equipamento de tratamento e de embalagem	1 linhas de processamento 4000 litros		500.500
		Aquisição de equipamento de controlo on.line	1 laboratório		15.000
	8. Produzir leites acidificados biológicos	Construção de central	1 central	M8	150.000
		Aquisição de equipamento de tratamento e de embalagem	1 linha de processamento de 1000 litros		606.000
		Aquisição de equipamento de controlo on.line	1 laboratório		15.000

Transformação (contin.)	9. Preparar operadores da indústria, através dos seguintes cursos	Operadores de fabrico de queijo	7 cursos; 105 formandos; 840 horas	M1	92.400
		Outros operadores da indústria	7 cursos; 105 formandos; 840 horas		92.400
		Controlo de qualidade de lacticínios	7 cursos; 105 formandos, 840 horas		92.400
		Técnicos de frio	7 cursos; 105 formandos; 1260 horas		138.600
	10. Organizar produtores de lacticínios de modo de produção biológico	Criação de agrupamento de produtores MPB	1 Agrupamento	M14	125.000
	11. Investigar, desenvolver e testar bactérias lácticas com características probióticas	Aquisição de estudo	1 estudo		300 000
	12. Investigar e desenvolver embalagens para produtos biológicos	Aquisição de estudos	2 estudos	M9	125.000
	13. Pesquisar novos produtos	Aquisição de estudo	1 estudo	M9	125.000
Distribuição	1. Adequar rede de distribuição	Aquisição de equipamento de transporte específico	25 veículos refrigerados	M8	1.125.000
		Certificação de empresas de distribuição	5 empresas		500.000
		Aquisição de equipamento de transporte específico	5 veículos refrigerados	M8	225.000
	2. Montar Unidade de distribuição de produtos lácteos biológicos				
	3. Preparar na área do marketing e comercialização	Realização cursos de marketing e distribuição	7 cursos; 105 formandos; 420 horas	M1	46 200
Total					104 531 600

5. INVESTIMENTO POR DOMÍNIOS OPERACIONAIS

<i>Domínios:</i> <i>Segmentos:</i>	<i>Tecnológico</i>	<i>Formação</i>	<i>Ambiente</i>	<i>TICs</i>	<i>Regimes Qualidade</i>	<i>Cooperação</i>	<i>Inovação</i>	Total
Exploração Agrícola	44.740.000	2.251.500	19.682.500	600.000	90.000	500.000	1.785.000	69.649.000
Recolha/Concentração	6 160 000	138 600	325 000	0	100 000	0	0	6 723 600
Transformação	25 172 000	415 800	0	0	0	125 000	550 000	26 262 800
Distribuição	1.850.000	46.200	0	0	0	0	0	1.896.200
Total	77.922.000	2.852.100	20.007.500	600.000	190.000	625.000	2.335.000	104.531.600

6. INVESTIMENTO POR MEDIDAS

<i>Medidas:</i>	<i>Investimento</i>
M1 Formação e Informação	2.852.100
M5 Criação de Serviços de Gestão, Substituição e Aconselhamento	500.000
M6 Modernização das Explorações Agrícolas	62.347.500
M8 Aumento do Valor dos Produtos Agrícolas e Florestais	33.182.000
M9 Cooperação para a elaboração de novos produtos, processos e tecnologias	2.335.000
M10 Infra-estruturas	3.000.000
M13 Apoio Agricultores Regimes de Qualidade	90.000
M14 Apoio Agrupamentos Regimes de Qualidade	225.000
Total	104.531.600

7. MEDIDAS DE POLÍTICA E RECOMENDAÇÕES

- Melhorar a gestão das quotas leiteiras;
- Dar coerência ao ordenamento do território anulando-se a conflitualidade no uso do solo.
- A produção biológica carece na sua fase inicial de apoio e animação pelos Serviços Agrícolas em parceria com as Organizações de Agricultores;

F2 – CARNE DE BOVINO E PRODUTOS CÁRNEOS

1. EVOLUÇÃO E SITUAÇÃO

1.0. Síntese

A fileira da “carne de bovino e produtos cárneos” teve um retrocesso grande na última década e meia em consequência da abertura dos mercados e do abandono agrícola.

As doenças ocorridas no período, designadamente a peripneumonia e a BSE, contribuíram bastante para a quebra que se registou.

A capacidade de abate disponível é bastante suficiente e foi devidamente licenciada no período para dar cumprimento às normas ambientais e higio-sanitárias decididas.

Apesar de tudo a evolução dos preços dos principais produtos mostrou-se relativamente positiva mas com crescimentos inferiores aos entretanto registados nos meios de produção utilizados.

1.1. Explorações e Efectivos

O Quadro 1 dá-nos as alterações das explorações e dos efectivos, ocorridas entre 1989 e 1999, nas regiões agrárias do continente. O EDM representava, em 1999, 44 % do total das explorações do continente e 27 % do total do efectivo, quando dez anos antes tinha os seguintes pesos: 40 % e 31 % respectivamente. Contudo, a evolução da região foi negativa com uma quebra nas explorações de 51 % e de 13 % no efectivo.

Quadro 1. Explorações e Efectivos bovinos segundo o RGA de 1989 e de 1999.

Região	Nº explorações				Nº animais			
	1989	%	1999	%	1989	%	1999	%
Entre Douro e Minho	81 244	40	39 448	44	370 274	31	320 918	27
Trás-os-Montes	20 053	10	10 634	12	91 625	8	79 340	7
Beira Litoral	59 544	30	23 929	26	220 371	18	153 379	13
Beira Interior	14 960	7	6 256	7	62 968	5	55 207	5
Ribatejo e Oeste	13 319	7	4 642	5	167 340	14	159 317	14
Alentejo	9 068	5	4 806	5	260 177	22	392 268	33
Algarve	2 998	1	902	1	23 322	2	12 008	1
Continente	201 186	100	90 617	100	1196077	100	1 172 437	100

N.B. - 80 % das explorações agrícolas do EDM possuíam em 1999 actividade pecuária bovina (leite e/ou carne).

1.2. Estrutura das Explorações

Da leitura dos Quadro 2 e 3 tiramos as seguintes conclusões:

- 45% das explorações possuíam um ou dois animais, correspondente a 8,5% do efectivo total;
- 60,5 % das explorações tinham um efectivo inferior a 10 animais cada e correspondiam apenas a 24,7 % do efectivo regional.
- O encabeçamento médio quase que duplicou, ao passar de 4,5 cabeças em 89 para 8,1 cabeças em 99.

Quadro 2. Explorações por classes de animais e por Nut III em 1999

		Classes do número de animais													
Unidade Geográfica	Nº. Expl.	1	2	3 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 99	100 a 199	200 a 299	>= 300
Entre Douro e Minho	39.448	8.203	9.610	9.620	6.056	1.628	850	1.018	631	436	334	690	326	37	9
Minho Lima	10.617	2.921	3.127	2.778	1.212	215	123	118	58	23	14	21	6	-	1
Cavado	7.823	1.256	1.594	1.673	1.389	484	299	372	211	155	119	195	65	7	4
Ave	5.579	929	1.202	1.451	1.021	283	122	154	95	81	59	118	59	5	-
Grande Porto	2.361	258	263	284	320	144	97	172	146	102	104	284	162	23	2
Tâmega	9.375	2.047	2.411	2.530	1.605	367	132	130	60	29	19	26	16	1	2
Entre Douro e Vouga	3.693	792	1.013	904	509	135	77	72	61	46	19	46	18	1	-

Quadro 3. Distribuição dos animais por Nut III e por classes de animais em 1999

Nut III	Nº. Animais	Classes do número de animais						
		1	2	3 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 29
Entre Douro e Minho	320.918	8.203	19.220	32.853	38.391	18.830	14.187	24.284
Minho Lima	39.720	2.921	6.254	9.346	7.475	2.479	2.043	2.795
Cavado	85.097	1.256	3.188	5.752	8.823	5.636	5.022	8.898
Ave	51.333	929	2.404	4.987	6.566	3.250	2.033	3.641
Grande Porto	75.028	258	526	977	2.097	1.684	1.623	4.155
Tâmega	44.896	2.047	4.822	8.726	10.208	4.227	2.190	3.080
Entre Douro e Vouga	24.844	792	2.026	3.065	3.222	1.554	1.276	1.715

Nut III		30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 99	100 a 199	200 a 299	>= 300
Entre Douro e Minho	...	21.353	19.140	18.145	51.963	41.614	8.648	4.087
Minho Lima	...	1.973	1.004	763	1.524	743	-	400
Cavado	...	7.116	6.845	6.442	14.294	8.192	1.582	2.051
Ave	...	3.219	3.539	3.206	8.887	7.534	1.138	-
Grande Porto	...	4.986	4.476	5.694	21.819	20.493	5.358	882
Tâmega	...	1.994	1.248	1.024	1.951	2.327	298	754
Entre Douro e Vouga	...	2.065	2.028	1.016	3.488	2.325	272	-

1.3. Localização e Concentração

O Quadro 4. compara-nos os efectivos totais de bovinos com as vacas leiteiras e da sua leitura podemos tirar as seguintes conclusões:

- Em termos de localização, a produção de carne a partir de animais de vocação leiteira estava mais circunscrita no litoral e os animais de aptidão carne predominavam nas zonas intermédia e interior,
- Os concelhos com mais efectivo bovino são Barcelos, Vila do Conde, Vila Nova de Famalicão, Vizela, Póvoa de Varzim e Oliveira de Azeméis que no conjunto concentravam mais de 50 % do efectivo;
- Em termos de vacas leiteiras são Barcelos, Vila do Conde, Póvoa de Varzim, Vila Nova de Famalicão, Oliveira de Azeméis, Esposende e Ponte de Lima que em conjunto concentram 57,1 % do efectivo.

Quadro 4. Efectivo Bovino Total e Vacas Leiteiras em 1999.

Região Nut III Concelho	Bovinos totais		Vacas de Leite		V.Carne Efectivo	Vacas Carne %	Vacas de Leite %	Zonas Agro-Ecológicas					
	Exp	Efectivo	Exp	Efectivo				Aptidão carne			Aptidão Leite		
								Lit	Idia	Int	Lit	Idia	Int
Entre Douro e Minho	39.448	320.918	10.543	114.399	206.519	100,0	100,0	26,5	56,1	26,6	41	53	6
Minho-Lima	10.617	39.720	3.438	9.846	29.874	14,5	8,6						
Arcos de Valdevez	2.142	8.236	233	466	7.770	3,8	0,4			3,8			0,4
Caminha	422	1.352	319	682	670	0,3	0,6	0,3			0,6		
Melgaço	550	1.740	3	8	1.732	0,8	0,0			0,8			0,0
Monção	1.162	3.526	63	186	3.340	1,6	0,2		1,6			0,2	
Paredes de Coura	715	2.458	313	855	1.603	0,8	0,7			0,8			0,7
Ponte da Barca	780	2.258	25	99	2.159	1,0	0,1			1,0			0,1
Ponte de Lima	2.474	8.986	1.286	3.608	5.378	2,6	3,2		2,6			3,2	
Valença	296	1.019	27	162	857	0,4	0,1		0,4			0,1	
Viana do Castelo	1.888	8.758	1.096	3.247	5.511	2,7	2,8	2,7			2,8		
Vila Nova de Cerveira	188	1.387	73	533	854	0,4	0,5		0,4			0,5	
Cávado	7.823	85.097	2.385	34.862	50.235	24,3	30,5						
Amares	407	1.961	15	406	1.555	0,8	0,4		0,8			0,4	
Barcelos	3.217	55.076	1.642	26.790	28.286	13,7	23,4		13,7			23,4	
Braga	1.083	9.931	249	2.698	7.233	3,5	2,4		3,5			2,4	
Esposende	904	8.566	406	3.878	4.688	2,3	3,4	2,3			3,4		
Terras do Bouro	462	1.984	1	1	1.983	1,0	0,0			1,0			0,0
Vila Verde	1.750	7.579	72	1.089	6.490	3,1	1,0		3,1			1,0	
Ave	5.579	51.333	857	18.393	32.940	16,0	16,1						
Fafe	1.234	4.740	27	274	4.466	2,2	0,2			2,2			0,2
Guimarães	1.123	7.810	168	2.422	5.388	2,6	2,1		2,6			2,1	
Póvoa de Lanhoso	584	3.146	37	777	2.369	1,1	0,7			1,1			0,7
Santo Tirso	483	4.810	113	1.962	2.848	1,4	1,7		1,4			1,7	
Trofa	257	7.266	142	3.681	3.585	1,7	3,2	1,7			3,2		
Vieira do Minho	648	3.455	16	190	3.265	1,6	0,2			1,6			0,2
Vila Nova de Famalicão	1.134	19.470	318	8.890	10.580	5,1	7,8		5,1			7,8	
Vizela	1.134	19.470	36	197	19.273	9,3	0,2		9,3			0,2	

Grande Porto	2.361	75.028	1.226	34.858	40.170	19,5	30,5						
Espinho	15	60	4	20	40	0,0	0,0	0,0				0,0	
Gondomar	212	1.565	25	251	1.314	0,6	0,2		0,6				0,2
Maia	254	6.630	107	2.716	3.914	1,9	2,4	1,9				2,4	
Matosinhos	237	6.426	139	2.557	3.869	1,9	2,2	1,9				2,2	
Póvoa de Varzim	553	18.048	306	9.495	8.553	4,1	8,3	4,1				8,3	
Valongo	149	2.004	39	625	1.379	0,7	0,5		0,7				0,5
Vila do Conde	747	38.752	567	18.845	19.907	9,6	16,5	9,6				16,5	
Vila Nova de Gaia	194	1.543	39	349	1.194	0,6	0,3	0,6				0,3	
Tâmega	9.375	44.896	867	6.327	38.569	18,7	5,5						
Amarante	914	3.569	34	407	3.162	1,5	0,4			1,5			0,4
Baião	460	1.358	17	28	1.330	0,6	0,0			0,6			0,0
Cabeceiras de Basto	673	3.643	18	29	3.614	1,7	0,0			1,7			0,0
Castelo de Paiva	283	1.028	21	119	909	0,4	0,1			0,4			0,1
Celorico de Basto	1.108	4.495	132	557	3.938	1,9	0,5			1,9			0,5
Cinfães	1.109	3.580	14	20	3.560	1,7	0,0			1,7			0,0
Felgueiras	631	3.940	125	872	3.068	1,5	0,8		1,5				0,8
Lousada	454	4.435	67	921	3.514	1,7	0,8		1,7				0,8
Marco de Canaveses	748	2.218	25	135	2.083	1,0	0,1			1,0			0,1
Mondim de Basto	502	2.063	8	16	2.047	1,0	0,0			1,0			0,0
Paços de Ferreira	357	2.365	132	985	1.380	0,7	0,9		0,7				0,9
Paredes	586	3.699	150	858	2.841	1,4	0,8		1,4				0,8
Penafiel	828	4.099	93	966	3.133	1,5	0,8		1,5				0,8
Resende	257	1.145	9	105	1.040	0,5	0,1			0,5			0,1
Ribeira de Pena	465	3.259	22	309	2.950	1,4	0,3			1,4			0,3
Entre Douro e Vouga	3.693	24.844	1.770	10.113	14.731	7,1	8,8						
Arouca	1.264	7.357	344	2.481	4.876	2,4	2,2			2,4			2,2
Oliveira de Azeméis	812	10.568	478	4.870	5.698	2,8	4,3		2,8				4,3
Santa Maria da Feira	616	4.219	286	1.471	2.748	1,3	1,3	1,3			1,3		
São João da Madeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Vale de Cambra	1.001	2.700	662	1.291	1.409	0,7	1,1		0,7				1,1

Fonte: INE – RGA 99

1.4. Produção

No Quadro 5 efectuamos uma estimativa da produção regional com base na produção indígena nacional publicada no Anuário Pecuário de 2004 e apenas ponderada pelo peso do efectivo regional no nacional no ano de 2002.

Quadro 5. Produção Regional e Nacional

	Efectivos	Produção (ton)
EDM	310 000	23 881
Portugal	1395 000	104 000

Como se observa por confronto com o Quadro 7. (ver ponto 1.4.), a produção regional apenas responde a 46% do consumo regional.

1.5- Abate e Transformação

O Quadro 6 dá-nos o total de abates efectuados em 2001 e em 2002 de acordo com o Anuário Pecuário de 2004 e verificamos que a região abate 36 % dos abates nacionais.

Quadro 6. Abates Efectuados em 2001 e 2002

	Cabeças			Toneladas		
	2001	2002	Var % 02/01	2001	2002	Var. % 02/01
EDM	166 330	181 383	9,1	34 389	38 295	11,6
Portugal	397 682	438 823	10,3	95 428	105 700	10,8

Tipologia das carcaças abatidas

A maioria das carcaças abatidas no EDM classifica-se nas categorias R, O e P, classificação SEUROP, o que denota a baixa qualidade das carcaças em termos comerciais, campo onde se deve intervir no sentido de corrigir a situação.

Capacidade de Abate e Transformação

Actualmente o número de matadouros em laboração é de 12 e têm instalado capacidade de abate bastante superior à produção regional.

1.6. Consumo de carne de bovino

Consumos per capita

O consumo per capita em Portugal foi de 15,9 kg em 2002, valor inferior ao da Europa a 15 que foi de 18 kg.

Consumo da Região

A região com os seus cerca de 3,3 milhões de habitantes consome o equivalente a 31,15 % da produção nacional quando apenas produz 23 %.

Quadro 7. Estimativa do Consumo Regional

	População Residente	Consumo (ton)
EDM	31,15 %	51 550
Portugal	100 %	165 000

1.7. Grau de auto-aprovisionamento de carne de bovino em Portugal

Portugal é deficitário em carne de bovino. Na última década o grau de aprovisionamento interno tem rondado os 60%, atingindo em 2002 o valor de 63%.

A actividade de produção de carne de bovino regional tem um mercado potencial para poder crescer no curto/médio prazo, pois se em termos de consumo *per capita* os valores nacionais são próximos da UE, já em termos de auto-aprovisionamento existe uma margem considerável para uma actuação.

1.8. Raças Autóctones

A evolução das fêmeas inscritas nos LZ, de acordo com dados da DGV, tem tido o seguinte comportamento no período de 1999 a 2004:

- Arouquesa - tem vindo a decrescer permanentemente;
- Barrosã – tem-se mantido praticamente estável;
- Cachena – tem mantido a mesma dimensão;
- Maronesa – tem decrescido;
- Minhota – tem vindo a crescer.

Com efeito, pode-se afirmar que a produção do conjunto de raças autóctones se mantém estagnada apesar de toda ter mercado assegurado e a preços razoáveis.

1.9. Bem-estar e Ambiente

O aumento do grau de concentração entretanto registado nos encabeçamentos por exploração, que entre 1989 e 1999 quase duplicou, fez emergir problemas ambientais bastante graves que importa corrigir no curto prazo e problemas de bem-estar animal por não adequação de grande parte das instalações pecuárias.

1.10. Preços dos Produtos e Factores

A evolução dos índices de preços no produtor e nos meios de produção, tomando-se por base os preços em 1995, foram os seguintes:

Quadro 8. Índices de Preços de Bovinos e Meios Base: 100 - 1995

	Tipos	2002	2003	2004
Produtos	Vitelos	115,2	117,3	112,7
	Bovinos adultos	105,7	105,8	94,4
Meios de Produção	Sementes e plantas	93,69	117,7	116
	Energia e lubrificantes	96,91	102,9	115,5
	Adubos e correctivos	117,17	115,3	125
	Alimentos para animais	105,47	105,4	112,2
	Material e pequenos utensílios	99,68	95,7	94,7
	Serviços veterinários	105,13	105,1	113,9
	Máquinas e outros equipamentos	121,8	125,7	128,7

Fonte: INE

A evolução dos preços dos produtos desde 1995 tem sido crescente. De 2002 a 2004 a tendência é de ligeiro decréscimo nos dois tipos de produtos. Já quanto aos meios de produção utilizados pela fileira a evolução é também crescente na generalidade dos meios utilizados, mas registaram um ritmo de crescimento superior ao verificado nos preços.

2. ANÁLISE DO POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO

<p>Pontos Fracos</p> <ul style="list-style-type: none"> Baixa formação profissional dos produtores de bovinos de carne; Produção regional com carcaças classificadas nos escalões mais baixos da grelha SEUROP; Deficiente gestão das explorações sob o ponto de vista tecnológico; O sector apresenta situações onde o bem-estar animal e os impactos ambientais são muito negativos; As raças autóctones carecem de outro enquadramento no Registo Zootécnico uma vez que o actual é inibidor da expansão das raças; O sector apresenta, na produção, deficiências organizativas consideráveis, particularmente sem a garantia de uma assistência técnica capaz e de uma integração comercial eficiente; Os sistemas de HACCP precisam de ser acompanhados e aperfeiçoados nas indústrias de carne; A produção e transferência de conhecimentos técnico-científicos são ainda insuficientes em toda a fileira; 	<p>Pontos Fortes</p> <ul style="list-style-type: none"> A região possui boas condições edafo-climáticas para a produção de bovinos de carne em sistemas extensivos e apenas com base em recursos endógenos; O sector tem procura garantida para os seus produtos; Tendência crescente dos preços reais em particular no comércio local e nas carnes com DOP; As características organolépticas da carne das raças regionais merecem a preferência dos consumidores; A capacidade de abate instalada é bastante superior à produção regional;
<p>Ameaças</p> <ul style="list-style-type: none"> Antevê-se o aumento da oferta externa com origem nos países da comunidade europeia em resultado do alargamento e também dos países terceiros por força dos acordos na OMC, particularmente da América Latina; 	<p>Oportunidades</p> <ul style="list-style-type: none"> A presença na região de uma procura muito significativa e a proximidade, a cultura e o conhecimento dos consumidores das carnes regionais é a melhor oportunidade que a produção regional tem na próxima década; A crescente procura de produção biológica constitui também uma boa oportunidade para que a produção regional se organize;

3. PROPOSTAS ESTRATÉGICAS

Tendo-se presentes os pontos fracos identificados e as ameaças, importa definir uma estratégia que aposte decididamente na qualidade em todos os segmentos da fileira e na sua melhor integração vertical e horizontal. Nesse sentido propõe-se o seguinte:

- Apoiar os sistemas mais extensivos de produção de carne de bovino com base nas raças autóctones ou de aptidão mista potenciando-se assim uma melhor utilização dos recursos alimentares endógenos;
- A certificação dos produtos e dos processos deve ser igualmente apoiada em toda a fileira quer dos produtos obtidos em sistema intensivo quer dos obtidos em outros modos de produção;
- Algumas das explorações de carnes com DOP e com IGP devem evoluir para um patamar de carne biológica;
- O fortalecimento da organização comercial primária deve continuar a nortear as actuações do sector pelo que se deve promover apoios na sua integração horizontal por intermédio das organizações já existentes;
- O abate, a desmancha, o acondicionamento e a comercialização deverá também evoluir no reforço da integração vertical com base nas organizações já existentes;
- A transferência de conhecimentos técnico-científicos deve ser também devidamente apoiada, em particular aquela que tenha em vista introduzir qualidade nos produtos e processos em estreita parceria com todos os agentes da fileira;
- A curto prazo importa resolver os problemas ambientais que a fileira apresenta e apoiar devidamente os investimentos necessários.

4. OBJECTIVOS OPERACIONAIS, ACÇÕES, METAS, INVESTIMENTO E ENQUADRAMENTO

Nas Fichas OP e AML que a seguir se apresentam estão estabelecidos os Objectivos Operacionais e as Acções, Metas, Enquadramento e Investimento que se propõem como necessários para realizar as propostas estratégicas e os Objectivos Específicos de curto/médio prazo da Estratégia de Desenvolvimento preconizada para a Região.

EIXO 1 – Competitividade 1.1 – <u>Fileiras</u> FILEIRA Nº.2 – BOVINOS DE CARNE								
Ficha: OP <u>MATRIZ DE OBJECTIVOS OPERACIONAIS</u>								
DOMÍNIO:	TECNOLÓGICO ESPECÍFICO	FORMAÇÃO	AMBIENTE	TICs	REGIMES DE QUALIDADE	COOPERAÇÃO	INOVAÇÃO	ENQUADRAMENTO
SEGMENTOS:								
EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA	1. Melhorar as condições de produção							M6
	2.Deslocalizar estábulos para fora das aldeias							M6
		3.Preparar os criadores para a importância dos registos e sua utilização						M1
			4.Produzir energia por biogás					M10
				5.Melhorar a gestão de efectivos				M6
					6.Produzir carne em MPB			M13
						7.Criar serviços de apoio à gestão e aconselhamento		M5
RECOLHA OU CONCENTRAÇÃO	1.Promover a melhoria do escoamento							M8
TRANSFORMAÇÃO	1. Modernizar as estruturas de abate e de transformação							M8
	2. Apetrechar as Unidades de Abate com Matadouros Móveis (MPB)							M8
		3. Preparar cortadores de carne						M1
		4. Preparar talhantes						M1
							5.Estudar características físico-químicas das carnes das raças autóctones	M9
							6.Estudar características organoléticas das carnes das raças autóctones	M9
							7.Estudar as características microbiológicas das carnes das raças autóctones	M9
							8. Avaliar a classificação de carcaças	M9
DISTRIBUIÇÃO	1.Montar serviço distribuição MPB							M8
							2.Estudar esquema de rastreabilidade do produto	M9

EIXO 1 – Competitividade

1.1 -

Fileiras

Ficha: AMI

ACÇÕES, METAS, ENQUADRAMENTO E INVESTIMENTO

FILEIRA Nº.2 – BOVINOS DE CARNE

	OBJECTIVOS OPERACIONAIS	ACÇÕES A DESENVOLVER	METAS	ENQUADRAMENTO	INVESTIMENTO
Exploração Agrícola	1. Melhorar as condições de produção	Modernização dos estábulos e dos equipamentos	150 exp	M6	3.750.000
	2.Deslocalizar estábulos para fora das aldeias	Aquisição de instalações para estábulos colectivos	10 estábulos	M6	500.000
	3.Preparar os criadores para a importância dos registos e sua utilização	Realização de acções de formação	300 cursos	M1	
			4500 criadores		
			9000 horas		990.000
	4.Produzir energia por biogás	Instalação de unidades de aproveitamento de dejectos	4 instalações	M10	4.000.000
	5.Melhorar a gestão de efectivos	Aquisição de software específico	150 exp	M6	75.000
Recolha ou Concentração	6.Produzir carne em MPB	Apoio aos agricultores na adaptação ao MPB	50 exp	M13	150.000
	7.Criar serviços de apoio à gestão e aconselhamento	Criação de organizações prestadoras de serviços	5 org	M5	1.250.000
			500 beneficiários		
	1.Promover a melhoria do escoamento	Aquisição de viaturas para transporte de bovinos	20 uni	M8	3.000.000
Transformação	1.Modernizar as estruturas de abate e de transformação	Aquisição de obras e equipamentos	5 unidades	M8	5.000.000
	2.Apetrechar as Unidades de Abate com Matadouros Móveis (MPB)	Aquisição de Matadouros Móveis (Zonas de Montanha)	2 unidades	M8	1.000.000
	3.Preparar cortadores de carne	Realização de acções de formação	21 cursos	M1	
			335 cortadores		
			630 horas		69 300
	4.Preparar talhantes	Realização de acções de formação	21 cursos	M1	
			335 talhantes		
			630 horas		69 300
	5.Estudar características físico-químicas das carnes das raças autóctones	Estudo da carne das raças autóctones	1 estudo	M9	100.000
	6.Estudar características organoléticas das carnes das raças autóctones	Estudo da carne das raças autóctones	5 estudos	M9	500.000
Distribuição	7.Estudar as características microbiológicas das carnes - raças autóctones	Estudo da carne das raças autóctones	1 estudo	M9	100.000
	8.Estudo sobre avaliação de carcaças	Estudo da avaliação de carcaças segundo a grelha SEUROP	1 estudo	M9	100.000
	1.Montar serviço de distribuição de carne em MPB	Aquisição de transportes distribuição	5 unid	M8	200.000
	2.Estudar esquema de rastreabilidade do produto	Estudo marcadores p ^a rastreabilidade da carne de raças autóctones	5 estudos	M9	500.000
Total					21.353.600

5. INVESTIMENTO POR DOMÍNIOS OPERACIONAIS

<i>Domínios:</i> <i>Segmentos:</i>	<i>Tecnológico</i>	<i>Formação</i>	<i>Ambiente</i>	<i>TICs</i>	<i>Regimes Qualidade</i>	<i>Cooperação</i>	<i>Inovação</i>	Total
Exploração Agrícola	4.250.000	990.000	4.000.000	75.000	150.000	1.250.000	0	10.715.000
Recolha/Concentração	3.000.000	0	0	0	0	0	0	3.000.000
Transformação	6.000.000	138.600	0	0	0	0	800.000	6.938.600
Distribuição	200.000	0	0	0	0	0	500.000	700.000
Total	13.450.000	1.128.600	4.000.000	75.000	150.000	1.250.000	1.300.000	21.353.600

6. INVESTIMENTO POR MEDIDAS

<i>Medidas:</i>	<i>Investimento</i>
M1 Formação e Informação	1.128.600
M5 Criação de Serviços de Gestão, Substituição e Aconselhamento	1.250.000
M6 Modernização das Explorações Agrícolas	4.325.000
M8 Aumento do Valor dos Produtos Agrícolas e Florestais	9.200.000
M9 Cooperação para a elaboração de novos produtos, processos e tecnologias	1.300.000
M10 Infra-estruturas	4.000.000
M13 Apoio Agricultores Regimes de Qualidade	150.000
M14 Apoio Agrupamentos Regimes de Qualidade	0
Total	21.353.600

7. MEDIDAS DE POLÍTICA E RECOMENDAÇÕES

- a) O apoio ao registo zootécnico deverá ser revisto;
- b) A produção biológica carece na sua fase inicial de apoio e animação pelos Serviços Agrícolas em parceria com as Organizações de Agricultores;

F3 – SUÍNOS E TRANSFORMADOS

1. EVOLUÇÃO E SITUAÇÃO

1.0. Síntese

A fileira de “Suínos e transformados” sofreu alterações profundas nas últimas duas décadas em consequência da integração num mercado aberto e competitivo.

A sub.fileira de “sistemas intensivos” apresenta problemas ambientais que urge resolver no curto prazo.

Em relação à sub-fileira de “sistemas tradicionais” verifica-se um aumento da procura dos seus transformados no período e que deve ser incrementado.

A evolução dos preços no produtor desde 1995 dos suínos vivos apresenta uma tendência de baixa que nos últimos três anos se manteve constante. Contudo, a evolução dos preços dos principais meios utilizados tiveram um crescimento bastante superior aos preços dos produtos.

1.1. Explorações e Effectivos

O Quadro 1 dá-nos as alterações das explorações e dos efectivos, ocorridas entre 1989 e 1999, nas regiões agrárias do continente. O EDM representava, em 1999, 21 % do total das explorações do continente e apenas 5 % do total do efectivo, quando dez anos antes tinha os seguintes pesos: 22 % e 6 % respectivamente. Contudo, a evolução da região foi negativa com uma quebra nas explorações de 49 % e de 23 % no efectivo.

Quadro 1. Explorações e Effectivos suínos segundo o RGA de 1989 e de 1999.

Região	Nº explorações				Nº animais			
	1989	%	1999	%	1989	%	1999	%
Entre Douro e Minho	49.824	22	25.324	21	151.059	6	116.602	5
Trás-os-Montes	23.960	11	14.872	12	75.500	3	63.261	3
Beira Litoral	83.269	37	48.219	40	503.875	21	475.420	20
Beira Interior	18.233	8	10.744	9	84.666	4	71.047	3
Ribatejo e Oeste	25.510	11	10.993	9	1.144.756	48	1.072.748	46
Alentejo	13.718	6	7.355	6	346.559	15	466.228	20
Algarve	7.638	3	4.174	3	73.818	3	67.558	3
Continente	222.152	100	121.681	100	2.380.233	100	2.332.864	100

1.2. Estrutura das Explorações

Das explorações existentes em 1999 no EDM, ver Quadros 2 e 3, haviam apenas 28 explorações industriais com mais de 200 suínos cada, que representam 50 % do efectivo, e as restantes correspondiam a explorações familiares. Nestas, cerca de 90 explorações estavam no regime complementar e as restantes no regime caseiro. A classificação adoptada está de acordo com o Decreto-Lei 339/99.

Ainda podemos observar que 94 % das explorações tinham menos de 4 suínos, representando 34% dos suínos totais e 99 % das explorações eram familiares.

O efectivo do EDM, em 1999, era constituído por 11 % de reprodutoras e os restantes 89 % por porcos de engorda.

Quadro 2 – Explorações por classes de animais e por NUT III em 1999

Nut III	Nº Explor	Classes do número de animais									
		1 a 2	3 a 4	5 a 9	10 a 19	20 a 49	50 a 99	100 a 199	200 a 399	400 a 999	> = 1000
EDM	25 324	20 762	3 067	895	416	115	27	14	10	7	11
Minho Lima	4 559	4 069	348	76	46	10	2	3	3	2	-
Cavado	4 455	3 737	473	136	93	10	1	4	-	-	1
Ave	3 580	2 996	376	124	57	14	6	2	1	3	1
Grande Porto	1 096	845	164	46	14	13	8	2	1	-	3
Tâmega	8 703	6 893	1 162	400	173	58	9	2	1	2	3
Entre Douro e Vouga	2 931	2 222	544	113	33	10	1	1	4	-	3

Fonte: INE

Quadro 3 Distribuição dos animais por NUT III e por classes de animais em 1999

Unidade Geográfica	Nº Animais	Classes do número de animais									
		1 a 2	3 a 4	5 a 9	10 a 19	20 a 49	50 a 99	100 a 199	200 a 399	400 a 999	> = 1000
EDM	116.602	29.735	10.037	5.722	5.341	3.172	1.846	2.003	2.873	4.439	51.434
Minho Lima	10.863	5.602	1.124	487	616	298	...	427	950	...	-
Cavado	14.755	5.184	1.546	877	1.203	282	...	579	-	-	-
Ave	11.443	4.250	1.240	807	716	337	411	...	...	1.948	...
Grande Porto	18.248	1.224	548	288	176	341	535	...	...	-	14.617
Tâmega	44.016	10.154	3.815	2.578	2.195	1.622	610	...	...	...	21.061
Entre Douro e Vouga	17.277	3.321	1.764	685	435	292	...	...	971	-	9.605

Fonte: INE

1.3. Localização e Concentração

O Quadro 4. dá-nos os efectivos por nuts e concelhos e por tipos e da sua leitura extraímos as seguintes conclusões:

- 37 % das explorações do EDM possuíam suínos;
- Regista-se que a região tem todo o ciclo de reprodução instalado;
- A maioria das explorações dedica-se à engorda;
- Os concelhos com maior produção são Póvoa de Varzim, Amarante, Santa Maria da Feira, Felgueiras, Celorico de Basto, Amares, Oliveira de Azeméis e Vila Verde, oito concelhos que no total produzem 52 %.

Quadro 4. Suínos por tipos, por Nuts III e por concelhos segundo o RGA 1999

Unidade Geográfica	Total de suínos		Suínos < de 20 kg de PV		Reprodutoras de 50 kg de PV e mais		Outros suínos de 20 a 50 kg de PV		Porcos de engorda 50 kg de PV e mais		Varrascos	
	Nº exp	Nº	Nº exp	Nº	Nº exp	Nº	Nº exp	Nº	Nº exp	Nº	Nº exp	Nº
Entre Douro e Minho	25.324	116.602	3.240	26.924	3.495	13.262	7.303	30.310	14.736	45.275	515	831
N3 - Minho-Lima	4.559	10.863	504	2.008	434	1.148	889	2.056	3.058	5.479	105	172
Arcos de Valdevez	595	958	80	174	41	52	164	239	349	485	3	8
Caminha	159	300	11	25	3	6	18	36	131	231	1	2
Melgaço	288	997	3	156	4	62	15	146	276	627	2	6
Monção	711	1.241	12	39	2	23	72	110	641	1.066	1	3
Paredes de Coura	427	667	37	62	9	15	80	126	313	463	1	1
Ponte da Barca	238	391	57	100	21	27	63	89	124	167	6	8
Ponte de Lima	1.118	3.302	216	968	304	706	273	622	499	940	49	66
Valença	184	1.189	12	272	8	139	32	325	120	407	28	46
Viana do Castelo	718	1.586	67	194	39	113	151	302	509	946	13	31
Vila Nova de Cerveira	121	232	9	18	3	5	21	61	96	147	1	1
N3 - Cávado	4.455	14.755	813	4.017	1.320	2.641	1.419	3.996	1.720	3.973	94	128
Amares	286	5.722	73	1.753	131	798	73	1.718	86	1.424	11	29
Barcelos	1.258	2.528	99	353	98	188	485	857	678	1.111	16	19
Braga	657	1.422	118	311	148	261	228	440	264	398	10	12
Esposende	450	716	42	103	68	87	163	239	211	275	7	12
Terras de Bouro	388	838	112	283	122	170	89	148	153	232	4	5
Vila Verde	1.416	3.529	369	1.214	753	1.137	381	594	328	533	46	51
N3 - Ave	3.580	11.443	525	2.826	314	1.120	1.281	3.249	1.975	4.123	66	125
Fafe	600	1.314	115	330	32	99	178	333	308	517	23	35
Guimarães	697	3.437	90	842	93	359	295	1.013	335	1.190	17	33
Póvoa de Lanhoso	470	969	102	323	52	76	146	223	251	341	6	6
Santo Tirso	293	1.431	50	367	35	179	101	391	162	481	5	13
Trofa	154	1.049	7	194	8	120	60	432	95	295	2	8
Vieira do Minho	634	1.477	119	406	69	92	185	321	402	650	6	8
Vila Nova de Famalicão	656	1.631	38	358	24	193	293	500	372	558	7	22
Vizela	76	135	4	6	1	2	23	36	50	91	-	-
N3 - Grande Porto	1.096	18.248	78	4.209	62	1.732	318	4.975	756	7.264	37	68
Espinho	15	32	1	1	1	3	6	10	7	17	1	1
Gondomar	198	723	10	129	9	46	38	124	158	417	6	7
Maia	100	302	5	42	7	14	36	118	66	126	2	2
Matosinhos	70	278	3	19	10	41	22	99	47	112	5	7
Porto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Póvoa de Varzim	200	13.535	21	3.208	7	1.135	73	3.973	115	5.194	4	25
Valongo	97	364	4	29	5	13	16	61	79	257	3	4

Vila do Conde	226	2.166	16	559	12	366	81	402	145	829	8	10
Vila Nova de Gaia	190	848	18	222	11	114	46	188	139	312	8	12
N3 - Tâmega	8.703	44.016	1.054	10.066	1.198	4.583	2.625	11.650	5.205	17.483	166	234
Amarante	765	12.383	57	2.613	45	1.219	187	3.511	547	5.019	9	21
Baião	795	1.460	42	93	22	41	197	350	571	975	1	1
Cabeceiras de Basto	530	1.956	160	878	202	325	114	246	216	481	20	26
Castelo de Paiva	431	1.015	29	161	52	73	141	267	293	508	6	6
Celorico de Basto	657	6.956	93	1.961	122	749	154	1.815	381	2.405	20	26
Cinfães	821	1.332	70	111	26	36	349	562	409	619	4	4
Felgueiras	492	6.971	42	1.376	45	780	176	2.099	301	2.683	13	33
Lousada	468	1.586	63	389	99	199	154	378	283	599	18	21
Marco de Canaveses	801	1.729	24	111	42	72	223	436	579	1.096	9	14
Mondim de Basto	323	1.480	70	503	28	192	139	400	135	374	8	11
Paços de Ferreira	240	637	20	155	29	45	74	154	152	274	7	9
Paredes	562	1.743	100	586	141	245	160	330	301	566	14	16
Penafiel	1.030	2.782	128	662	260	368	194	411	733	1.306	30	35
Resende	468	1.121	38	122	30	162	253	464	189	365	5	8
Ribeira de Pena	320	865	118	345	55	77	110	227	115	213	2	3
N3 - Entre D. e Vouga	2.931	17.277	266	3.798	167	2.038	771	4.384	2.022	6.953	47	104
Arouca	1.052	2.828	53	511	57	174	254	602	803	1.515	14	26
Oliveira de Azeméis	627	4.422	80	1.010	56	543	174	1.048	409	1.797	14	24
Santa Maria da Feira	486	8.240	24	1.919	35	1.150	113	2.347	357	2.791	7	33
São João da Madeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Vale de Cambra	766	1.787	109	358	19	171	230	387	453	850	12	21

As explorações familiares e as industriais, ver Quadro 5, tem a seguinte repartição por NUT III. Ambos os tipos de suinicultura se localizam predominantemente nas zonas intermédia e interior da região, com excepção do Grande Porto que tem um peso muito significativo nas industriais.

Quadro 5. Explorações familiares e industriais

NUT III	Familiares				Industriais			
	Nº Exp	%	Nº Animais	%	Nº Exp	%	Nº Animais	%
EDM	25 296	100	57.856	100	28	100	58.746	100
Minho Lima	4 554	18	8.657	15	5	18	2.206	4
Cavado	4 454	18	9.770	17	1	4	4.985	8
Ave	3 575	14	8.027	14	5	18	3.416	6
Grande Porto	1 092	4	3.378	6	4	14	14.870	25
Tâmega	8 697	34	21.323	37	6	21	22.693	39
Entre Douro e Vouga	2 924	12	6.701	12	7	25	10.576	18

Fonte: Estimativa da DRAEDM com base nos dados do INE.

1.4. Produção

No Quadro 6 efectuamos uma estimativa da produção regional com base na produção indígena nacional publicada no Anuário Pecuário de 2004 e apenas ponderada pelo peso do efectivo regional no nacional no ano de 2002.

Quadro 6. Produção Regional e Nacional

	Efectivos	Produção (ton)
EDM	102 000	12 793
Portugal	2 344 000	294 000

Como se observa por confronto com o consumo regional (ver ponto 1.4.) a produção regional apenas responde a 9 % do consumo regional.

1.5. Abate e Transformação

O Quadro 7 dá-nos o total de abates efectuados em 2001 e 2002 de acordo com o Anuário Pecuário de 2004.

Quadro 7. Abates efectuados em 2001 e 2002

	Cabeças			Toneladas		
	2002	2001	Var. % 02/01	2002	2001	Var. % 02/01
EDM	1 371 536	1 237 936	10,8	94 733	87 130	8,7
Portugal	5 099 122	4 831 104	5,5	329 589	317 230	3,9

Tipologia das carcaças abatidas

A maioria das carcaças abatidas no EDM classifica-se nas categorias S e E, classificação SEUROP, tal como acontece no conjunto do País, o que denota a elevada qualidade das carcaças, tendo em conta os critérios do mercado de carne dos sistemas intensivos – obtenção de elevada percentagem de carne magra. Quanto maior a percentagem de carne magra mais elevado é o preço. Deste modo a competitividade do sistema intensivo é directamente proporcional ao limite de conversão e à percentagem de carne magra da carcaça.

As carcaças S, E e U destinam-se ao consumo em verde, constituindo igualmente a maioria da matéria-prima utilizada nas fábricas de conservadores de suíno. Estas carcaças são oriundas dos génotipos melhorados sendo utilizados nas explorações intensivas – principalmente cruzamentos e linhas sintéticas, obtidas a partir das raças Large White, diferentes linhagens de Landrace, Pietrain, Duroc e Hampshire.

As carcaças classificadas em e entre R e P (menos de 10 % do total das carcaças) pertencem aos animais provenientes de sistemas tradicionais ou menos competitivos, nos quais é difícil determinar os génotipos, onde podemos encontrar o porco Bísaro.

Em geral as carcaças provenientes do sistema intensivo apresentam menor qualidade tecnológica (exsudação, deficiências na cor e na consistência) e organoléptica, apresentando elevadas perdas de água. Ao contrário a carne proveniente dos suínos tradicionais têm normalmente superior qualidade tecnológica e organoléptica, assim como maior poder bacteriostático e de conservação.

As carcaças de porco Bísaro ou cruzadas com ele, têm hoje uma procura bastante forte pelo que deverá aumentar a sua produção uma vez que a oferta ainda é limitada.

Capacidade de abate e transformação do EDM

A região de EDM detém uma importante capacidade de abate e de transformação instalada.

No EDM existem 28 matadouros licenciados, 28 entrepostos comerciais e 94 salas de transformação de carne. Dentro destas indústrias laboram, por sua vez, 62 salas de corte (Fonte: Núcleo de Licenciamento da DRAEDM, 2005).

Isso determina, independentemente da proveniência dos animais e/ou carcaças (sul do país, Espanha e Europa), que parte importante da qualidade da carne de suíno seja determinada pelos agentes que operam na região. Aqui incluem-se os operadores do sector dos transportes de animais, matadouros, transporte de frio, salas de desmancha e de transformação.

A inovação tecnológica competitiva, a adaptação às normas ambientais e a segurança alimentar constituem uma preocupação constante destes operadores económicos, contudo os elevados investimentos necessários à resolução de determinados problemas dificultam frequentemente a renovação e reestruturação das empresas.

Fabricação de produtos à base de carne de suíno

A transformação de carne de porco enquanto matéria-prima de produtos conservados de suínos caracteriza-se pela diversidade de produtos fabricados. Os principais produtos são:

- Enchidos do tipo nacional (chouriços, salpicões, paios, farinheiras, etc.);
- Enchidos ensacados de tipo estrangeiro (fiambres, salsichas, mortadelas, pastas, etc.);
- Presuntos e pás.

Em 1996, o fiambre, as salsichas e o chouriço de carne eram os produtos principais, representando mais de 50 % da quantidade de transformados produzidos.

A fabricação de produtos à base de carne de suíno conheceu entre 1997 e 2001 um crescimento médio anual de 4%, registando-se um acréscimo significativo da produção de 20% no mesmo período. Em 1998, a fabricação de produtos à base de carne contribuía com 29% para o volume e valor total da produção de carnes.

Durante a segunda metade dos anos 90 verificou-se um aumento de 7% na produção de transformados e de 11% no volume de facturação. Dos produtos que mais se destacaram foram, os fiambres e os chouriços de carne de suíno. Os presuntos aumentaram 15% e as carnes fumadas, secas, salgadas ou fumadas 17% (INE, 2002).

Esta tendência continuou a verificar-se até 2005, sendo prova disso, os investimentos efectuados pelas indústrias transformadoras de carne, nomeadamente, matadouros, salas de desmancha e de transformação de carne (DRAEDM, 2006).

A estratégia de produção destas empresas tem vindo também a alterar-se. De uma produção extremamente intensiva e “artificial”, muitas empresas, umas novas e outras já existentes, alteraram as suas estratégias tomando como prioridade os níveis de qualidade e diversificação dos produtos. A alteração do comportamento, ou da demanda por parte dos consumidores de produtos mais “naturais”, tipo tradicional e fabricados menos intensivamente, tem sido percebida pelo sector. Nesta base, o desenvolvimento do marketing, a aplicação de processos produtivos inspirados no tipo tradicional, e em inovações de produto, recorrendo a vários tipos de apresentação (fatiagem, acondicionamento e embalagem), rotulagem e certificação de qualidade, têm sido as diversas estratégias assumidas pelos produtores de suínos e pelas empresas de transformação e comercialização.

O desenvolvimento de fileiras de produtos certificados, recorrendo a IGs, marcas empresariais e do tipo Biológico, assume-se como um caminho natural e promissor.

1.6. Consumo de carne de suíno

Consumos per capita

A carne de suíno é a mais consumida no mundo, com um consumo Per Capita de 15,9 kg/pessoa, seguida da carne de aves (12,1 kg/p) e de bovino (9,8 kg/p) (FAOstat, 2005), e segundo as previsões até 2015, continuará a aumentar chegando aos 17,9 kg /pessoa e ano.

Na Europa o consumo Per Capita é bastante superior, 44 kg/habitante, sendo o consumidor espanhol, dinamarquês, austríaco e alemão os que mais carne de suíno comem por ano (entre 55 e 65 kg /habitante e ano).

Portugal com elevada tradição no consumo de carne de porco, situa-se na média Europeia, e no sexto lugar com um consumo *per capita* de 43,5 kg/habitante (2002).

Consumo da Região

A Região com os seus cerca de 3,3 milhões de habitantes consome o equivalente a 31,15 % da produção nacional quando apenas produz 4,35%.

Quadro 8. Consumo Regional e Nacional de Carne

	População Residente	Consumo (ton)
EDM	31,15	140 494
Portugal	100 %	451 000

1.7. Grau de Auto-aprovisionamento de carne de suíno em Portugal

Portugal é deficitário em carne de porco. No início dos anos noventa o grau de aprovisionamento interno rondava os 90%. A partir dessa data o consumo interno aumentou, sem resposta equilibrada por parte da produção, o que leva a registar em 2002 um grau de auto-aprovisionamento de apenas 65,2%. A tendência até 2006 manteve-se igual.

Neste contexto de crescente deficit em carne de porco, Portugal importa na sua maioria suínos vivos vindos directamente para abate de Espanha, da Bélgica e da França, carne fresca e carne congelada da Espanha, da França, da Irlanda, do Reino Unido e de outros.

Estes dados demonstram que a produção interna pode crescer, existindo uma elevada margem para o escoamento interno da produção. Contudo, Portugal não tem sido capaz de colmatar esta falha, principalmente devido à falta de investimento e falta de competitividade técnico-económica, ao nível da produção, da transformação e da comercialização.

1.8. Ambiente

Durante muitos séculos e até à primeira metade do século XX, a produção de suínos na Europa e em Portugal, assentava em **sistemas tradicionais** que basicamente se caracterizam pela diferente utilização dos recursos naturais que cada região proporciona.

Por volta do final da segunda Grande Guerra, com o choque industrial, a explosão demográfica, o êxodo rural e o desenvolvimento urbano, tornou-se necessário alimentar milhões de pessoas, tendo-se iniciado a partir dos anos 50 a produção **intensiva de suínos**. Doravante sob pressão da evolução do mercado de carne, os métodos de produzir porcos desenvolveram-se entre a exigência da satisfação de determinada qualidade (*mais carne e menos gordura*), os aumentos de produtividade e o abaixamento dos custos de produção, resultando daqui uma convergência dos sistemas de exploração.

As suiniculturas aumentaram de dimensão, padronizaram-se na redução das áreas disponíveis por animal, no tipo de instalações utilizadas, nos métodos de alimentação e na genética animal – aquilo a que chamamos hoje o **sistema intensivo** da produção de suínos.

Desde então e até aos dias de hoje, por razões geográficas, climatéricas e humanas, a produção de suínos regionalizou-se quer em quantidades produzidas quer nos sistemas de produção. Os sistemas intensivos instalaram-se por todo o país mas predominantemente na sua faixa litoral e nas regiões do interior apesar de existirem algumas explorações intensivas, predominam as pequenas exploração tradicionais.

Nalgumas zonas do país, a que não escapa o EDM, a produção intensiva apareceu muito concentrada e acumulou problemas ambientais que temos de resolver.

Num estudo efectuado em 2002 (*Plano de acção da qualificação agro-ambiental das suiniculturas, realizado pelos Ministério Agricultura e do Ministério do Ordenamento do Território e do Ambiente*) foram identificadas as zonas de risco para uma intervenção prioritária na resolução dos problemas ambientais (rios, aquíferos, solos, ar) entre elas figuram zonas do EDM que urge resolver, nomeadamente no Cávado, no Ave, no Tâmega, no Grande Porto e em Entre Douro e Vouga.

1.9. Preços dos Produtos e dos Meios

A evolução dos índices de preços dos produtos no produtor e dos meios de produção, tomando-se por base os preços em 1995, foram os seguintes:

Quadro 9. Índices de Preços de Suínos e Meios

Base: 100 - 1995

	Tipos	2002	2003	2004
Produtos	Suínos	91,9	86,3	92,5
Meios de Produção	Energia e lubrificantes	96,91	102,9	115,5
	Alimentos para animais	105,47	105,4	112,2
	Material e pequenos utensílios	99,68	95,7	94,7
	Serviços veterinários	105,13	105,1	113,9

Fonte: INE

A evolução dos preços dos produtos desde 1995 tem sido decrescente. De 2002 a 2004 a tendência é constante. Já quanto aos meios de produção utilizados pela fileira a evolução é também crescente na generalidade dos meios utilizados e registaram um ritmo de crescimento bastante superior ao verificado nos preços do produto.

2. ANÁLISE DO POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO

Na análise do potencial de desenvolvimento consideramos as duas sub-fileiras (sistemas intensivos e extensivos) uma vez que são sistemas com lógicas diferenciadas quanto ao posicionamento dos produtores, aos processos de produção e à natureza dos produtos finais.

2.1. Sistemas Intensivos

<p>Pontos Fracos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Problemas ambientais ainda não plenamente resolvidos e algumas suiniculturas necessitam ser deslocalizadas; • O bem-estar dos animais ainda apresenta problemas; • Ausência de sistemas de HACCP em toda a fileira; • Produção com base em alimentos compostos obtidos no exterior à região; 	<p>Pontos Fortes</p> <ul style="list-style-type: none"> • Modelo de produção tecnologicamente estabilizado; • Abate e transformação instalados com capacidade para favorecer o crescimento da produção regional;
<p>Ameaças</p> <ul style="list-style-type: none"> • A forte dependência externa dos factores de produção constitui uma ameaça permanente em termos de margens brutas; • A grande oferta externa de animais vivos e de carcaças constitui uma ameaça permanente à produção regional; • A grande diversidade de transformados que têm sido oferecidos com origem externa tem vindo a crescer; 	<p>Oportunidades</p> <ul style="list-style-type: none"> • Procura bastante superior à oferta interna e em crescimento per capita; • Procura de produtos certificados em crescendo.

2.2. Sistemas Tradicionais

<p>Pontos Fracos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pequena dimensão das explorações que importa corrigir; • Instalações rudimentares que importa adequar e qualificar; • Sistema tradicional choca muitas vezes com normas: sanitárias, do bem-estar animal e da segurança alimentar; • Muitas explorações ainda não se encontram licenciadas; • Baixo número de animais de génotipos reconhecidos; • Fracos índices de produtividade; • Heterogeneidade da matéria-prima a transformar; • Transformação rudimentar; • Quantidades limitadas para transformação; • Produtos sem rosto e sem rastreabilidade, que importa corrigir; • Promoção e comercialização pouco organizada. 	<p>Pontos Fortes</p> <ul style="list-style-type: none"> • Produção que valoriza os recursos disponíveis nas explorações agrícolas (hortas familiares); • Rendimento obtido é importante na formação dos rendimentos agrícolas para um número ainda significativo de explorações (mais de 50% das explorações da região); • Capacidade de abate suficiente; • O fumeiro tem contribuído para a valorização do território como factor de fixação de populações, de enriquecimento gastronómico, cultural e turístico; • Os preços do fumeiro têm tido uma tendência crescente; • Actividade que contribui positivamente para o valor acrescentado regional;
<p>Ameaças</p> <ul style="list-style-type: none"> • A exigência crescente dos consumidores em qualidade global pode vir a questionar a actividade suinícola tradicional; • O Sistema intensivo tem vindo a competir ao integrar e formatar produtos sucedâneos do fumeiro tradicional; 	<p>Oportunidades</p> <ul style="list-style-type: none"> • A forte procura que se faz sentir dos produtos tradicionais com qualidade designadamente produzidos em modo de produção biológica; • A forte presença no território de certames dedicados ao fumeiro tradicional

3. PROPOSTAS ESTRATÉGICAS

Tendo-se presentes os pontos fracos identificados, em particular os do sistema tradicional e as respectivas ameaças, importa definir uma estratégia que aposte decididamente na qualidade em todos os segmentos da fileira. Nesse sentido propõe-se o seguinte:

- a) Desenvolver novos produtos centrados na montagem de sistemas de produção de suínos que tenham em vista: um maior valor acrescentado e a sustentabilidade dos sistemas, inovando e divulgando modos de produção ao ar livre, modos de produção tradicionais qualificados e o modo de produção biológico, utilizando principalmente recursos alimentares endógenos;
- b) A certificação dos produtos e dos processos deve ser igualmente apoiada em toda a fileira quer dos produtos obtidos em sistema intensivo quer dos obtidos em outros modos de produção;
- c) A criação de serviços de apoio aos produtores e a montagem de actuações integradas de base territorial é condição para a salvaguarda e melhoramento da produção tradicional e de novos modos de produção cuja experimentação é ainda incipiente;
- d) A transferência de conhecimentos técnico-científicos deve ser também devidamente apoiada em particular aquela que tenha em vista introduzir qualidade nos produtos e processos em estreita parceria com todos os agentes da fileira;
- e) A curto prazo importa resolver os problemas ambientais que a fileira apresenta e apoiar devidamente os investimentos necessários.

4. OBJECTIVOS OPERACIONAIS, ACÇÕES, METAS, INVESTIMENTO E ENQUADRAMENTO

Nas Fichas OP e AMI que a seguir se apresentam estão estabelecidos os Objectivos Operacionais e as Acções, Metas, Enquadramento e Investimento que se propõem como necessários para realizar as propostas estratégicas e os Objectivos Específicos de curto/médio prazo da Estratégia de Desenvolvimento preconizada para a Região.

EIXO 1 – Competitividade

1.1 - Fileiras

Ficha: OP

MATRIZ DE OBJECTIVOS OPERACIONAIS

FILEIRA Nº. 3 - SUÍNOS E TRANSFORMADOS

DOMÍNIO SEGMENTOS	TECNOLÓGICO ESPECÍFICO	FORMAÇÃO	AMBIENTE	TICs	REGIMES DE QUALIDADE	COOPERAÇÃO	INOVAÇÃO	ENQUADRAMENTO
EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA	1.Modernizar explorações suínos Tradicionais							M6
		2. Formar suinicultores						M1
			3. Preservar o ambiente de suiniculturas intensivas					M6
					4. Produzir carne suíno biológica			M13
						5.Cria serviços substituição		M5
RECOLHA OU CONCENTRAÇÃO	1. Criar serviços de re- colha para abate (MPB)							M8
					2. Promover produção biológica			M14
TRANSFORMAÇÃO	1. Modernizar indús- trias de carne							M8
	2.Criar novos fumeiros Tradicionais							M8
	3. Produzir produtos Biológicos							M8
		4. Formar transformadores						M1
							5. Desenvolver T novos processos técnicos	M9
							6. Testar novos processos/produtos	M9
DISTRIBUIÇÃO	1. Criar serviços de distribuição produtos de qualidade							M8
				2. Criar plataforma vendas na internet				M8

EIXO 1 – Competitividade

1.1 - Fileiras

Ficha: AMI

ACCÕES, METAS, ENQUADRAMENTO E INVESTIMENTO**FILEIRA Nº. 3 - SUÍNOS E TRANSFORMADOS**

	OBJECTIVOS OPERACIONAIS	ACCÕES A DESENVOLVER	METAS	ENQUADRAMENTO	INVESTIMENTO
Exploração Agrícola	1. Modernizar explorações de suínos tradicionais	Novas instalações de suínos (sistemas alternativos)	150 exp	M6	3.750.000
	2. Formar suinicultores	Realização de cursos de produção suínos	20 cursos	M1	132.000
			300 agrcult		
			1200 horas		
	3. Preservar o ambiente (suiniculturas intensivas)	Unidades de Tratamento de efluentes	10 uni	M6	1.000.000
	4. Produzir carne de suíno biológica	Adaptação ao MPB (sistemas alternativos)	50 exp	M13	150.000
	5. Criar serviços substituição	Criação de organizações de prestação de serviços de substituição	5 uni	M5	1.250.000
Recolha ou Concentração	1. Criar serviços de recolha para abate (MPB)	Aquisição de viaturas para transporte de suínos	5 uni	M8	200.000
	2. Promover produção biológica	Accções de informação e promoção	50 accções	M14	100.000
Transformação	1. Modernizar as indústrias de carne	Obras e equipamentos de modernização	10 uni	M8	15.000.000
	2. Criar novos pequenos fumeiros tradicionais	Aquisição de instalações de transformação	20 uni	M8	1.000.000
	3. Produzir produtos biológicos	Adaptação instalações de transformação	5	M8	250.000
	4. Formar transformadores	Formação de operadores no MPB	2 cursos	M1	26 400
			30 operadores		
			240 horas		
	5. Desenvolver novos processos/tecnologias/produtos	Cooperação na elaboração de novos produtos	10	M9	500.000
	6. Testar novos processos/produtos	Realização de testes de novas tecnologias	2	M9	100.000
Distribuição	1. Criar Serviços distribuição de produtos qualidade	Aquisição de transporte distribuição	5	M8	200.000
	2. Criar plataforma de vendas na Internet	Criação de página de informação e vendas WEB	1	M8	20.500
Total					23.678 900

5. INVESTIMENTO POR DOMÍNIOS OPERACIONAIS

<i>Domínios:</i> <i>Segmentos:</i>	<i>Tecnológico</i>	<i>Formação</i>	<i>Ambiente</i>	<i>TICs</i>	<i>Regimes Qualidade</i>	<i>Cooperação</i>	<i>Inovação</i>	Total
Exploração Agrícola	3 750 000	132 000	1 000 000	0	150 000	1 250 000		6 282 000
Recolha/Concentração	200 000				100 000			300 000
Transformação	16 250 000	26 400					600 000	16 876 400
Distribuição	200 000			20 500				220 500
Total	20 400 000	158 400	1 000 000	20 500	250 000	1 250 000	600 000	23 678 900

6. INVESTIMENTO POR MEDIDAS

<i>Medidas:</i>	<i>Investimento</i>
M1 Formação e Informação	158 400
M5 Criação de Serviços de Gestão, Substituição e Aconselhamento	1 250 000
M6 Modernização das Explorações Agrícolas	4 750 000
M8 Aumento do Valor dos Produtos Agrícolas e Florestais	16 670 500
M9 Cooperação para a elaboração de novos produtos, processos e tecnologias	600 000
M10 Infra-estruturas	0
M13 Apoio Agricultores Regimes de Qualidade	150 000
M14 Apoio Agrupamentos Regimes de Qualidade	100 000
Total	23 678 900

7. MEDIDAS DE POLÍTICA E RECOMENDAÇÕES

a) As novas suiniculturas a instalar deverão ser localizadas em zonas previamente definidas por forma a conseguir-se impactos ambientais mínimos;

b) A produção biológica carece na sua fase inicial de apoio e animação pelos Serviços Agrícolas em parceria com as Organizações de Agricultores;

c) As acções de inovação deverão ser realizadas em parceria com os transformadores.

F4 – AVES E OVOS

1 EVOLUÇÃO E SITUAÇÃO

1.0. Síntese

A fileira de “Aves e Ovos” teve no seu conjunto uma evolução negativa na última década e meia, as principais espécies tiveram decréscimos quer em explorações quer no efectivo, com excepção de “Patos, Gansos e Pintadas” que assistiu a um crescimento do seu efectivo mas que, dado o seu peso, não compensou as perdas registadas nas outras espécies.

Os preços dos produtos têm-se mantido em conjunto constantes nos últimos três anos, com excepção de frangos e ovos que tiveram um ligeiro crescimento, mas inferior ao verificado nos meios de produção.

1.1. Explorações e Efectivos

Os Quadros 1. a 6. dão-nos as alterações das explorações e dos efectivos de Aves, ocorridas entre 1989 e 1999, nas regiões agrárias do continente por espécies e por total de aves em 1999, uma vez que o RGA de 89 não inquiriu “outras aves.

Frangos de Carne

O EDM possuía 30 % das explorações do Continente e 14 % do total do efectivo em 1989 e dez anos depois tinha 29 % e 9 % respectivamente. Contudo, a evolução da região teve uma quebra nas explorações de 41 % e também de 12 % no efectivo, o que significa que a dimensão média das explorações aumentou no período de 33 cabeças para 50.

Quadro 1. Explorações e Efectivos de Frangos de Carne segundo RGA de 1989 e 1999

Unidade Geográfica	Nº explorações				Nº animais			
	1989	%	1999	%	1989	%	1999	%
Entre Douro e Minho	75 553	30	44 747	29	2 538 551	14	2 245 509	9
Trás-os-Montes	31 431	12	19 502	13	182 443	1	301 838	1
Beira Litoral	64 492	25	41 496	27	8 101 771	46	11 006 619	44
Beira Interior	22 172	9	12 002	8	304 309	2	244 065	1
Ribatejo e Oeste	34 969	14	17 363	11	6 335 167	36	9 710 681	39
Alentejo	15 286	6	9 598	6	126 135	1	1 615 145	6
Algarve	10 087	4	7 494	5	190 799	1	60 815	0
Continente	253 990	100	152 202	100	17 779 175	100	25 184 672	100

Galinhas Poedeiras e Reprodutoras

O EDM possuía 25 % das explorações do Continente e 17 % do total do efectivo em 1989 e dez anos depois tinha 23 % e 11 % respectivamente. Contudo, a evolução da região teve uma quebra nas explorações de 45 % e também de 27 % no efectivo, o que significa que a dimensão média das explorações aumentou no período de 19 cabeças para 25.

Quadro 2. Explorações e Efectivos de Galinhas Poedeiras e Reprodutoras - RGA de 89 e 99

Unidade Geográfica	Nº explorações				Nº animais			
	1989	%	1999	%	1989	%	1999	%
Entre Douro e Minho	91 762	25	50 267	23	1 779 819	17	1 294 073	11
Trás-os-Montes	45 809	13	30 255	14	367 563	3	332 018	3
Beira Litoral	95 693	27	57 976	26	4 085 191	39	4 608 420	40
Beira Interior	41 509	11	30 940	14	552 804	5	401 096	3
Ribatejo e Oeste	48 480	13	25 970	12	3 139 554	30	4 410 908	38
Alentejo	22 684	6	13 918	6	390 591	4	337 063	3
Algarve	15 069	4	10 638	5	225 323	2	133 470	1
Continente	361 006	100	219 964	100	10 540 845	100	11 517 048	100

Perus

O EDM possuía 23 % das explorações do Continente e 2 % do total do efectivo em 1989 e dez anos depois tinha 18 % e 2 % respectivamente. Contudo, a evolução da região teve uma quebra nas explorações de 60 % e também de 15 % no efectivo, o que significa que a dimensão média das explorações aumentou no período de 4 cabeças para 9.

Quadro 3. Explorações e Efectivos de Perus segundo RGA de 89 e 99

Unidade Geográfica	Nº explorações				Nº animais			
	1989	%	1999	%	1989	%	1999	%
Entre Douro e Minho	5 890	23	2 343	18	23 405	2	19 967	2
Trás-os-Montes	5 590	22	1 789	13	19 982	2	6 305	1
Beira Litoral	4 469	18	2 510	19	97 068	8	66 438	5
Beira Interior	2 175	9	1 531	12	9 321	1	6 788	1
Ribatejo e Oeste	2 628	10	1 795	13	969 428	84	1 137 946	90
Alentejo	3 487	14	2 519	19	26 609	2	19 765	2
Algarve	1 025	4	822	6	13 959	1	2 643	0
Continente	25 264	100	13 309	100	1 159 772	100	1 259 852	100

Patos, Gansos e Pintadas

O EDM possuía 24 % das explorações do Continente e 12 % do total do efectivo em 1989 e dez anos depois tinha 21 % e 14 % respectivamente. Contudo, a evolução da região teve uma quebra nas explorações de 20 % e também de 30 % no efectivo, o que significa que a dimensão média das explorações aumentou no período de 6 cabeças para 10.

Quadro 4. Explorações e Efectivos de Patos, Gansos e Pintadas - RGA de 89 e 99

Unidade Geográfica	Nº explorações				Nº animais			
	1989	%	1999	%	1989	%	1999	%
Entre Douro e Minho	13 111	24	10 451	21	81 492	12	106 209	14
Trás-os-Montes	6 998	13	5 195	10	32 193	5	30 489	4
Beira Litoral	15 382	28	13 326	27	156 202	24	118 331	16
Beira Interior	5 698	10	5 693	11	28 002	4	39 860	5
Ribatejo e Oeste	7 859	14	7 503	15	318 595	48	394 900	52
Alentejo	4 174	8	5 043	10	36 309	5	50 926	7
Algarve	1 720	3	2 461	5	8 358	1	17 583	2
Continente	54 942	100	49 672	100	661 151	100	758 298	100

Outras Aves

O EDM possuía 25 % das explorações do Continente e 3 % do total do efectivo em 1999. Não temos um quadro de evolução dado que não foram inquiridas as explorações sobre outras aves em 1989. A dimensão média das explorações é de 20 cabeças.

Quadro 5. Explorações e Efectivos de Outras Aves - RGA de 89 e 99

Unidade Geográfica	Nº explorações				Nº animais			
	1989	%	1999	%	1989	%	1999	%
Entre Douro e Minho			3 568	25			69 834	3
Trás-os-Montes			1 132	8			12 672	0
Beira Litoral			2 649	18			161 080	6
Beira Interior			1 700	12			41 328	2
Ribatejo e Oeste			2 379	16			2 325 855	87
Alentejo			2 241	15			58 601	2
Algarve			823	6			8 346	0
Continente			14 492	100			2 677 716	100

Total de Aves

O EDM possuía 24 % das explorações do Continente e 9 % do total do efectivo em 1999. Não temos um quadro de evolução dado que não foram inquiridas as explorações "outras aves" em 1989. A dimensão média das explorações é de 64 cabeças de todas as espécies.

Quadro 6. Explorações e Total de Aves segundo o RGA de 1989 e o de 1999.

Unidade Geográfica	Nº explorações				Nº animais			
	1989	%	1999	%	1989	%	1999	%
Entre Douro e Minho			58 525	24			3 735 592	9
Trás-os-Montes			34 040	14			683 322	2
Beira Litoral			66 200	27			15 960 888	39
Beira Interior			31 971	13			733 137	2
Ribatejo e Oeste			30 675	12			17 980 290	43
Alentejo			14 690	6			2 081 500	5
Algarve			11 247	5			222 857	1
Continente			247 348	100			41 397 586	100

1.2. Estrutura das Explorações

Os Quadros 7, 8 e 9 dão-nos as estruturas das explorações de Frangos, Poedeiras e Perus por classes de dimensão. Regista-se que a diminuição Frangos se ficou a dever ao desaparecimento de explorações de maior dimensão. A diminuição de poedeiras regista-se em todas as classes. Nos perus a diminuição nas classes de menor dimensão é quase compensada com o aparecimento de uma exploração de dimensão superior a 500 animais.

As explorações da classe mais baixa, dos frangos, das galinhas e de perus, têm as suas produções orientadas para o auto-consumo familiar, as das classes imediatamente a seguir orientam-se para o mercado local e as duas classes de maior dimensão destinam as suas produções ao mercado regional e nacional.

As explorações das duas classes mais baixas assentam o seu modelo de produção em sistemas tradicionais (mais extensivos) e incorporam na dieta alimentar das aves alguns produtos obtidos na própria exploração agrícola, bem como utilizam regimes de manejo livres ou semi-livres. Já as das classes de maior dimensão assentam o seu modelo de produção em sistemas intensivos e em regimes fechados e a alimentação é feita na base de alimentos compostos obtidos no exterior da região.

Quadro 7. Estrutura das explorações de Frangos de Carne

Anos:		<25	25 a <50	50 a 1000	≥ 1000	Totais
1989	Nº. Exp	69 539	4 539	1 395	80	75 553
	Nº. Animais	373 880	140 832	97 885	1 925 854	2 583 551
1999	Nº. Exp	37 948	5 091	1 662	46	44 747
	Nº. Animais	303 821	159 872	110 135	1 671 681	2 245 509

Quadro 8. Estrutura das explorações de Galinhas Poedeiras

Anos:		<10	10 a <25	25 a 500	≥ 500	Totais
1989	Nº. Exp	49 667	37 221	4 819	55	91 762
	Nº. Animais	269 363	500 611	181 361	828 484	1 779 819
1999	Nº. Exp	26 173	20 990	3081	23	50 257
	Nº. Animais	139 878	286 389	117 537	750 269	1 294 073

Quadro 9. Estrutura das explorações de Perus

Anos:		<10	10 a <25	25 a 500	≥ 500	Totais
1989	Nº. Exp	5 435	420	35	0	5 890
	Nº. Animais	16 205	5 542	1 658	0	23 405
1999	Nº. Exp	2 153	159	30	1	2 343
	Nº. Animais	6 653	2 044	1 270	10 000	19 967

1.3. Localização e Concentração da Produção

Da leitura do Quadro 10. tiramos as seguintes conclusões:

- Praticamente todas as explorações inquiridas do EDM possuíam em 199 aves;
- Todos os concelhos, com excepção do Porto e São João da Madeira, tinham aves de todas as espécies;
- As espécies com grande representatividade na região são "Frangos de Carne" e "Poedeiras e Reprodutoras" que correspondem a 95 % do número de cabeças;
- A grande concentração de Frangos de Carne localiza-se no concelho de Guimarães com 24 % do total do efectivo da Região, mais de 70 % da produção realizava-se em apenas 9 concelhos (Caminha, Viana do Castelo, Amares, Barcelos,

Guimarães, Trofa, Oliveira de Azeméis e Vale de Cambra) e as Nut Ave + Entre Douro e Vouga representavam mais de 60 % do efectivo;

- Em termos de Galinhas Poedeiras a concentração ocorre em seis concelhos com mais de 52 % da produção (Guimarães, Amares, Valongo, Valença, Felgueiras e Oliveira de Azeméis) e por Nuts a produção encontra-se muito repartida não existindo nenhuma a destacar;

- A produção de Peru encontra-se concentrada em Oliveira de Azeméis com mais de 53,7 % da produção regional e por Nuts, só o Minho-Lima + o Entre Douro e Vouga totalizam 73 %;

-Nos Patos, Gansos e Pintadas o concelho de Viana do Castelo destaca-se com 19 % da produção regional e a Nut Minho-Lima detém quase 50 %.

Quadro 10. Explorações e Efectivos por espécies, por NUT III e por concelhos em 199

Região Nut III Concelho	1. Frangos de Carne		2. Galinhas Poedeiras		3. Perus		4. Patos, Gansos e Pintadas	
	Exp	Efectivos	Exp	Efectivos	Exp	Efectivos	Exp	Efectivos
Entre Douro e Minho	44.747	2.245.509	50.267	1.294.073	2.343	19.967	10.451	106.209
Minho-Lima	12.632	388.996	13.949	237.752	892	3.820	4.760	51.591
Arcos de Valdevez	2.178	13.347	2.694	25.710	125	499	672	4.440
Caminha	453	87.618	357	5.070	27	106	226	2.348
Melgaço	1.085	7.576	1.141	10.607	71	260	344	2.148
Monção	1.870	33.970	1.788	17.189	144	537	890	7.293
Paredes de Coura	869	4.065	1.054	11.716	54	241	302	1.893
Ponte da Barca	780	4.853	1.000	11.831	26	69	211	1.223
Ponte de Lima	2.842	34.858	2.944	37.277	159	631	952	8.540
Valença	615	24.070	661	80.412	84	494	274	2.524
Viana do Castelo	1.637	176.048	1.984	33.876	172	772	761	20.092
Vila Nova de Cerveira	303	2.591	326	4.064	30	211	128	1.090
Cavado	8.339	268.605	8.915	263.514	419	1.843	1.884	18.031
Amares	604	112.633	670	159.126	32	136	170	5.277
Barcelos	3.069	87.503	3.089	37.712	179	763	589	3.887
Braga	1.266	19.941	1.410	22.851	38	139	275	2.853
Esposende	850	21.269	995	13.053	91	527	269	2.395
Terras do Bouro	526	4.674	555	5.407	8	23	134	784
Vila Verde	2.024	22.585	2.196	25.365	71	255	447	2.835
Ave	6.570	814.888	6.824	282.789	224	1.170	1.023	8.081
Fafe	1.448	16.260	1.560	15.432	22	93	174	1.654
Guimarães	1.241	543.380	1.196	205.781	30	116	172	1.168
Póvoa de Lanhoso	833	34.453	904	16.086	28	225	123	690
Santo Tirso	525	29.301	651	14.281	45	220	152	1.060
Trofa	278	144.836	251	3.795	16	76	45	289
Vieira do Minho	846	7.117	1.009	10.309	25	104	125	671
Vila Nova de Famalicão	1.270	37.439	1.096	15.282	54	305	204	2.264
Vizela	129	2.102	157	1.823	4	31	28	285
Grande Porto	2.950	92.416	2.692	154.206	133	638	423	3.399
Espinho	17	457	23	392	-	-	2	2
Gondomar	520	18.966	414	3.837	18	100	71	428
Maia	318	16.655	342	5.380	14	51	59	498
Matosinhos	223	3.248	248	4.397	9	100	23	277
Póvoa de Varzim	828	14.228	429	4.177	28	90	63	532
Valongo	181	3.662	212	108.983	14	43	36	234
Vila do Conde	554	28.954	641	20.108	36	198	100	873
Vila Nova de Gaia	309	6.246	383	6.932	14	56	69	545
Tâmega	11.417	171.448	14.453	277.012	483	1.760	2.031	13.172
Amarante	1.270	15.750	1.603	15.240	43	149	210	1.078
Baião	948	8.789	1.302	10.284	67	191	171	914
Cabeceiras de Basto	803	9.925	956	7.715	19	66	180	1.525
Castelo de Paiva	548	7.754	410	3.382	25	86	94	1.046
Celorico de Basto	1.162	31.359	1.444	13.109	11	31	119	528
Cinfães	903	7.323	1.402	8.868	34	95	121	359
Felgueiras	855	19.964	922	69.582	40	132	179	1.125
Lousada	559	9.728	668	96.625	44	227	144	1.157
Marco de Canaveses	976	11.809	1.333	11.821	66	196	224	1.688
Mondim de Basto	437	3.531	477	3.567	12	27	46	126
Paços de Ferreira	335	12.772	430	5.228	29	169	69	671

Paredes	649	11.474	812	8.313	19	68	116	970
Penafiel	996	13.911	1.288	11.157	37	218	204	1.160
Resende	364	2.870	721	6.049	29	77	55	287
Ribeira de Pena	612	4.489	685	6.072	8	28	99	538
Entre Douro e Vouga	2.839	509.156	3.434	78.800	192	10.736	330	11.935
Arouca	921	66.852	1.240	11.519	74	272	92	327
Oliveira de Azeméis	683	344.511	694	55.154	32	10.107	98	10.603
Santa Maria da Feira	653	12.615	639	6.504	42	218	94	792
São João da Madeira	-	-	-	-	-	-	-	-
Vale de Cambra	582	85.178	861	5.623	44	139	46	213

1.4. Produção

Apresentamos de seguida apenas as estimativas das produções regionais de “carne de frango”, “carne de peru” e “ovos” uma vez que não dispomos de informação que nos permita também determinar as produções das restantes espécies.

Carne de Frango

No quadro 8. efectuamos uma estimativa da produção regional de carne de frango com base na produção estimada nacional publicada no Anuário Pecuário de 2004 e apenas ponderada pelo peso do efectivo regional no nacional no ano de 2002.

Quadro 11. Produção Regional de Carne de Frango

Unidade Geográfica	Efectivos	%	Produção (ton)
EDM	2 245 509	8,6605	20 709
Portugal	25 928 167	100	239 119

Ovos

No quadro 9. efectuamos uma estimativa da produção regional de ovos com base na produção estimada nacional publicada no Anuário Pecuário de 2004 e apenas ponderada pelo peso do efectivo regional no nacional no ano de 2002.

Quadro 12. Produção Regional de Ovos

Unidade Geográfica	Efectivos	%	Produção (ton)
EDM	1 294 073	10,8016	11 399
Portugal	11 980 332	100	105 534

Carne de Peru

No quadro 10.. efectuamos uma estimativa da produção regional de ovos com base na produção estimada nacional publicada no Anuário Pecuário de 2004 e apenas ponderada pelo peso do efectivo regional no nacional no ano de 2002.

Quadro 13. Produção Regional de Peru

Unidade Geográfica	Efectivos	%	Produção (ton)
EDM	19 967	1,5808	735
Portugal	1 263 067	100	46 500

1.5. Abate e Transformação

A região dispõe de capacidade suficiente para proceder ao abate e transformação e classificação de ovos da produção intensiva. Já quanto à produção tradicional urge montar um sistema de abate ajustado.

Os matadouros de aves e os centros de classificação estão devidamente licenciados e respeitam as normas ambientais, aliás o que aconteceu durante o período agora em análise. Não significa porém que não necessitem de introduzir melhorias no seu funcionamento.

1.6. Consumo

Carne de frango

Consumo per capita

O consumo *per capita* em Portugal foi de 23,8 kg em 2002, valor sensivelmente idêntico ao da Europa a 15.

Consumo da Região

A região com os seus cerca de 3,3 milhões de habitantes consome o equivalente a 31,15 % do consumo nacional, quando apenas produz 27,8 % desse consumo.

Quadro 14. Consumo Regional de Carne de Frango

Unidade Geográfica	População Residente	Consumo (ton)
EDM	31,15 %	74 600
Portugal	100 %	240 647

OvosConsumo per capita

O consumo *per capita* Portugal foi de 10 kg em 2002, valor inferior ao da UE 15:

Consumo da Região

A região com os seus cerca de 3,3 milhões de habitantes consome o equivalente a 31,15 % do consumo nacional quando apenas produz 36,3 % desse consumo.

Quadro 15. Consumo Regional de Ovos

Unidade Geográfica	População Residente	Consumo (ton)
EDM	31,15 %	31 356
Portugal	100 %	101 149

PeruConsumo per capita

O consumo *per capita* Portugal foi de 5,4 kg em 2002.

Consumo da Região

A região com os seus cerca de 3,3 milhões de habitantes consome o equivalente a 31,15 % do consumo nacional quando apenas produz 4,6 % desse consumo.

Quadro 16. Consumo Regional de Peru

Unidade Geográfica	População Residente	Consumo (ton)
EDM	31,15 %	15 958
Portugal	100 %	51 229

1.6. Graus de Auto-aprovisionamento

Em 2002, Portugal foi praticamente auto-suficiente em carne de frango com um grau de auto-aprovisionamento de 99 %, mais que auto-suficiente em ovos com 104 %, e deficitário em carne de peru com um de grau de 90,8 %.

A região apresenta os seguintes graus de auto-aprovisionamento:

Quadro 17. Graus de Auto-aprovisionamento do EDM

Produtos:	Consumo	Produção	Grau (%)
Carne de Frango	74 600	20 709	28
Ovos	31 356	11 399	36
Carne de Peru	15 881	735	5

Conclusão:

A actividade de produção regional de aves e ovos tem um mercado potencial para poder crescer no curto/médio prazo, desde que assegure um reforço na sua competitividade, dado que os volumes das produções regionais são demasiadamente baixos em relação aos consumos regionais.

1.5. Preços dos Produtos e dos Meios

A evolução dos índices de preços dos produtos no produtor e dos meios de produção, tomando-se por base os preços em 1995, foram os seguintes:

Quadro 18. Índices de Preços - Aves e Ovos Base: 100 - 1995

	Tipos	2002	2003	2004
Produtos	Aves (em geral)	89,3	99,7	99,5
	Frangos	93,3	106	102,6
	Galinhas	46,65	47,4	40,7
	Outras aves	87,9	83	99
	Ovos	101,2	118	87,1
Meios de Produção	Energia e lubrificantes	96,91	102,9	115,5
	Alimentos para animais	105,47	105,4	112,2
	Material e pequenos utensílios	99,68	95,7	94,7
	Serviços veterinários	105,13	105,1	113,9

Fonte: INE

A evolução dos preços dos produtos desde 1995 tem sido decrescente, com excepção dos frangos e ovos. De 2002 a 2004 a tendência é constante para o conjunto das aves, crescente para a carne de frango e ovos e decrescente para as outras aves. Já quanto aos meios de produção utilizados pela fileira a evolução é também crescente na generalidade dos meios utilizados e registaram um ritmo de crescimento bastante superior ao verificado nos preços dos produtos.

2. ANÁLISE DO POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO

Na análise do potencial de desenvolvimento consideramos as duas sub-fileiras (sistemas intensivos e tradicionais) uma vez que são sistemas com lógicas diferenciadas quanto ao posicionamento dos produtores, aos processos de produção e à natureza dos produtos finais e fundamentalmente na produção de carne de frango e na produção de ovos.

2.1. Sistemas Intensivos

<p>Pontos Fracos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Problemas ambientais ainda não plenamente resolvidos; • O bem-estar dos animais ainda apresenta problemas; • Ausência de sistemas de HACCP em toda a fileira; • Produção com base em alimentos compostos obtidos no exterior à região; 	<p>Pontos Fortes</p> <ul style="list-style-type: none"> • Modelo de produção tecnologicamente estabilizado; • Abate e transformação instalados com capacidade para favorecer o crescimento da produção regional;
<p>Ameaças</p> <ul style="list-style-type: none"> • A forte dependência externa dos factores de produção constitui uma ameaça permanente em termos de margens brutas; • A grande oferta externa de animais vivos e de carcaças constitui uma ameaça permanente à produção regional. 	<p>Oportunidades</p> <ul style="list-style-type: none"> • Procura bastante superior à oferta interna e em crescimento per capita; • Procura de produtos certificados em crescendo.

2.2. Sistemas Tradicionais

<p>Pontos Fracos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pequena dimensão das explorações que importa corrigir; • Instalações rudimentares que importa adequar e qualificar; • Sistema tradicional choca muitas vezes com normas: sanitárias, do bem-estar animal e da segurança alimentar e até ambiental; • Produtos sem rosto e sem rastreabilidade, que importa corrigir; • Capacidade de abate insuficiente em boas condições higio-sanitárias e até inexistente; • Promoção e comercialização pouco organizada. 	<p>Pontos Fortes</p> <ul style="list-style-type: none"> • Produção que valoriza recursos disponíveis nas explorações agrícolas (hortas familiares); • Rendimento obtido é importante na formação dos rendimentos agrícolas para um número ainda significativo de explorações (mais de 80% das explorações da região); • O frango e os ovos dos sistemas extensivos têm contribuído para a valorização do território como factor de fixação de populações e de enriquecimento gastronómico; • Produção que obtém preços mais elevados que a dos sistemas intensivos e que se dirige a nichos de mercado mais apreciadores; • Actividade que contribui positivamente para o valor acrescentado regional.
<p>Ameaças</p> <ul style="list-style-type: none"> • A exigência crescente dos consumidores em qualidade global pode vir a questionar a actividade avícola tradicional; • O Sistema intensivo tem vindo a competir ao integrar e formatar produtos sucedâneos dos do sistema tradicional. 	<p>Oportunidades</p> <ul style="list-style-type: none"> • Produção assente em raças autóctones ou cruzadas ainda muito enraizada e presente nos hábitos alimentares de muitos dos residentes da região • A forte procura que se faz sentir dos produtos tradicionais com qualidade designadamente produzidos em modo de produção biológica; • A forte presença no território de certames dedicados aos produtos tradicionais

3. PROPOSTAS ESTRATÉGICAS

Tendo-se presentes os pontos fracos identificados, em particular os do sistema tradicional e as respectivas ameaças, importa definir uma estratégia que aposte decididamente na qualidade em todos os segmentos da fileira. Nesse sentido propõe-se o seguinte:

a) Dados os elevados déficits de aves e ovos regionais, tudo justifica que se deve favorecer o aparecimento de novas explorações em sistema intensivo e em sistema tradicional, com potencial mais competitivo, e que também sejam melhoradas as condições de produção das empresas existentes, com o objectivo de aumentar o rendimento e satisfazer uma procura crescente;

b) Desenvolver novos produtos centrados na montagem de sistemas de produção de aves que tenham em vista: um maior valor acrescentado e a sustentabilidade dos sistemas, inovando e divulgando modos de produção ao ar livre, modos de produção tradicionais qualificados e o modo de produção biológico, utilizando recursos alimentares endógenos;

c) A certificação dos produtos e dos processos deve ser igualmente apoiada em toda a fileira quer dos produtos obtidos em sistema intensivo quer dos obtidos em outros modos de produção;

d) Criar serviços de apoio aos produtores e a montagem de actuações integradas de base territorial é condição para a salvaguarda e melhoramento da produção tradicional e de novos modos de produção cuja experimentação é ainda incipiente;

e) Apetrechar as explorações em sistema tradicional com estruturas de apoio a jusante que façam o abate, a desmancha e o acondicionamento;

f) A transferência de conhecimentos técnico-científicos deve ser também devidamente apoiada em particular aquela que tenha em vista introduzir qualidade nos produtos e nos processos em estreita parceria com todos os agentes da fileira;

g) A curto prazo importa resolver alguns dos problemas ambientais que a fileira apresenta e apoiar devidamente os investimentos necessários.

3. OBJECTIVOS OPERACIONAIS, ACÇÕES, METAS, INVESTIMENTO E ENQUADRAMENTO

Nas Fichas OP e AMI que a seguir se apresentam estão estabelecidos os Objectivos Operacionais e as Acções, Metas, Enquadramento e Investimento que se propõem como necessários para realizar as propostas estratégicas e os Objectivos Específicos de curto/médio prazo da Estratégia de Desenvolvimento preconizada para a Região

EIXO 1 – Competitividade

1.1 - Fileiras

Ficha: OP

MATRIZ DE OBJECTIVOS OPERACIONAIS**FILEIRA Nº.4 - AVES E OVOS**

DOMÍNIOS: SEGMENTOS	TECNOLÓGICO ESPECÍFICO	FORMAÇÃO	AMBIENTE	TICs	REGIMES DE QUALIDADE	COOPERAÇÃO	INOVAÇÃO	ENQUADR AMENTO
EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA	1.Aumentar a produção							M6
	2.Melhorar as condições de produção (tradicional)							M6
		3.Formar criadores produção biológica						M6
					4.Apoiar a produção biológica			M13
						5.Criar Organização de Produtores Biológicos		M5
							6.Valorizar raças autóctones	M9
RECOLHA OU CONCENTRAÇÃO								
TRANSFORMAÇÃO	1.Implementar linhas de abate adaptadas às produções locais							M8
			2.Corriger unidades com problemas ambientais					M8
DISTRIBUIÇÃO	1. Modernizar a comer- cialização local							M8

EIXO 1 – Competitividade

1.1 - Fileiras

Ficha : AMI

ACCÕES, METAS, ENQUADRAMENTO E INVESTIMENTO

FILEIRA Nº.4 - AVES E OVOS

	OBJECTIVOS OPERACIONAIS	ACÇÕES A DESENVOLVER	METAS	ENQUADRAMENTO	INVESTIMENTO
Exploração Agrícola	1.Aumentar a produção	Instalação de novas explorações	50 explorações	M6	250.000
			50 beneficiários		
			5000 animais		
	2.Melhorar as condições de produção	Adequação de instalações (sistema tradicional)	250 explorações	M6	1.250.000
			250 beneficiários		
			100 000 animais		
	3.Formar criadores em produção biológica	Realização de cursos de produção biológica	5 cursos	M1	55.000
			75 formandos		
			300 horas		
	4.Apoiar a produção (biológica)	Certificação das novas explorações	50 explorações	M13	150.000
			50 beneficiários		
			5000 animais		
Recolha ou Concentração	5. Criar Organização de produtores biológicos	Criação de Organização	1 unidade	M5	300.000
	6. Valorizar as raças autóctones	Estudo sobre as raças quanto à sua aptidão	1 estudo	M9	100.000
Transformação	1.Instalar unidades de abate (sist. tradicional)	Instalação pequenas unidades de abate	5 unidades	M8	500.000
	2.Corriger unidades com problemas ambientais	Instalação de unidades de tratamento	5 unidades	M8	750.000
Distribuição	1.Modernizar a comercialização local	Aquisição de transportes com frio	25 carrinhas	M8	2.500.000
Total					5.855.000

5. INVESTIMENTO POR DOMÍNIOS OPERACIONAIS

<i>Domínios:</i> <i>Segmentos:</i>	<i>Tecnológico</i>	<i>Formação</i>	<i>Ambiente</i>	<i>TICs</i>	<i>Regimes Qualidade</i>	<i>Cooperação</i>	<i>Inovação</i>	<i>Total</i>
Exploração Agrícola	1 500 000	55 000	0	0	150 000	300 000	100 000	2 105 000
Recolha/Concentração	0	0	0	0	0	0	0	0
Transformação	500.000	0	750.000	0	0	0	0	1.250.000
Distribuição	2 500 000	0	0	0	0	0	0	2 500 000
Total	4 500 000	55 000	750 000	0	150 000	300 000	100 000	5 855 000

6. INVESTIMENTO POR MEDIDAS

<i>Medidas:</i>	<i>Investimento</i>
M1 Formação e Informação	55.000
M5 Criação de Serviços de Gestão, Substituição e Aconselhamento	300 000
M6 Modernização das Explorações Agrícolas	1.500.000
M8 Aumento do Valor dos Produtos Agrícolas e Florestais	3.750.000
M9 Cooperação para a elaboração de novos produtos, processos e tecnologias	100 000
M10 Infra-estruturas	0
M13 Apoio Agricultores Regimes de Qualidade	150.000
M14 Apoio Agrupamentos Regimes de Qualidade	0
Total	5.855.000

7. MEDIDAS DE POLÍTICA E RECOMENDAÇÕES

a) O estudo sobre as raças autóctones e a avaliação do seu potencial gastronómico e comercial deverá ser elaborado em parceria com os agentes do sector;

b) A produção biológica carece na sua fase inicial de apoio e animação pelos Serviços Agrícolas em parceria com as Organizações de Agricultores;

c) Uma actuação sobre a fileira carece de uma actuação integrada de base territorial direccionada para a produção tradicional.

F5 – CUNICULTURA

1 EVOLUÇÃO E SITUAÇÃO

1.0. Síntese

A fileira de “Cunicultura” teve no seu conjunto uma evolução negativa na última década e meia, pois assistiu-se a uma quebra no efectivo e também no número de explorações.

A evolução de preços do coelho vivo teve uma tendência positiva de 2002 a 2004 e com valores de crescimento relativamente superiores ao verificado nos principais meios de produção utilizados.

1.1. Explorações e Efectivos

O Quadro 1. dá-nos as alterações das explorações e dos efectivos de coelhas-reprodutoras, ocorridas entre 1989 e 1999, nas regiões agrárias do continente. O EDM representava, em 1999, 29 % do total das explorações do Continente e 25 % do total do efectivo e dez anos antes tinha como pesos 27% e 29% respectivamente. Contudo, a evolução da região teve uma quebra nas explorações de 45 % e um decréscimo de 39 % no efectivo. A dimensão média das explorações passou de 3,2 reprodutoras para 3,56.

Quadro 1. Coelhas Reprodutoras segundo RGA de 1989 e 1999

Unidade Geográfica	Nº explorações				Nº animais			
	1989	%	1999	%	1989	%	1999	%
Entre Douro e Minho	43 157	27	23 623	29	138 837	29	84 300	25
Trás-os-Montes	14 922	9	9 653	12	38 643	8	41 866	13
Beira Litoral	42 654	27	21 726	27	125 213	26	107 022	32
Beira Interior	12 442	8	10 236	13	33 507	7	29 242	9
Ribatejo e Oeste	34 148	22	11 706	14	109 758	23	58 375	17
Alentejo	6 909	4	3 035	4	19 409	4	9 994	3
Algarve	3 597	2	1 641	2	9 293	2	3 799	1
Continente	157 829	100	81 620	100	474 660	100	334 598	100

O Quadro 2. dá-nos os efectivos totais em 1999 e sem possibilidades de os podermos comparar com os de 1989 uma vez que neste RGA não foram inquiridos os “coelhos para abate”. O EDM tinha um peso nas explorações de 28 % e nos efectivos de 21 %.

Quadro 2. Efectivos totais por tipos em 1999

Unidade Geográfica	Nº explorações						Nº animais					
	Reprodutoras	%	Coelhos para abate	%	Totais	%	Reprodutoras	%	Coelhos para Abate	%	Totais	%
Entre Douro e Minho	23 623	29	22 509	28	27 374	28	84 300	25	257 476	20	341 776	21
Trás-os-Montes	9 653	12	11 830	14	13 457	14	41 866	13	197 802	15	239 668	14
Beira Litoral	21 726	27	20 449	25	25 478	26	107 022	32	465 063	35	572 085	35
Beira Interior	10 236	13	10 647	13	12 417	13	29 242	9	115 853	9	145 095	9
Ribatejo e Oeste	11 706	14	11 934	15	14 347	15	58 375	17	242 861	18	301 236	18
Alentejo	3 035	4	2 715	3	3 308	3	9 994	3	30 838	2	40 832	2
Algarve	1 641	2	1 597	2	1 970	2	3 799	1	10 466	1	14 265	1
Continente	81 620	100	81 681	100	98 351	100	334 598	100	1 320 359	100	1 654 957	100

1.2. Localização e Concentração da Produção

Da leitura do Quadro 3. tiramos as seguintes conclusões:

- 40 % das explorações inquiridas do EDM possuíam coelhos em 1999;
- Todos os concelhos, com excepção do Porto e São João da Madeira, tinham coelhos em 1999 e o concelho com mais coelhos era Fafe com valores superiores a 6 % (total de coelhos);
- Em termos de Reprodutoras os concelhos com maiores efectivos eram Barcelos, Ponte de Lima e Fafe;
- A maior concentração de coelhos totais localizava-se nas Nuts Minho-Lima, Cávado e Ave que no conjunto representavam 64 % das coelhas reprodutoras e 63,5 % de coelhos para abate;
- Por Zonas Agro-ecológicas a maior concentração das “Coelhas Reprodutoras” ocorre na Zona Intermédia (48,9%) seguida de Zona Interior (37,3%)

Quadro 3. Explorações e Effectivos de Coelhos segundo o RGA 1999

Região	Coelhas reprodutoras		Coelhos para abate		Reprodutoras			
					%	Zonas Agro-ecológicas		
	Nut III	Exp	Efectivos	Exp		Efectivos	Litoral	Imédia
Concelho	%				%		%	
Entre Douro e Minho	23.623	84.300	22.509	257.476	100,0	15,5	50,9	33,6
Minho-Lima	5.349	19.471	5.537	62.213	23,1			
Arcos de Valdevez	854	2.806	851	6.282	3,3			3,3
Caminha	162	1.126	211	7.858	1,3	1,3		
Melgaço	459	1.198	442	2.688	1,4			1,4
Monção	740	2.173	759	6.113	2,6		2,6	
Paredes de Coura	458	1.331	433	2.765	1,6			1,6
Ponte da Barca	306	1.770	324	12.308	2,1			2,1
Ponte de Lima	1.242	5.156	1.307	14.847	6,1		6,1	
Valença	303	1.178	298	1.558	1,4		1,4	
Viana do Castelo	664	2.243	756	6.956	2,7	2,7		
Vila Nova de Cerveira	161	490	156	838	0,6		0,6	
Cavado	5.009	20.355	4.465	59.657	24,1			
Amares	420	2.200	362	11.679	2,6		2,6	
Barcelos	1.692	6.636	1.630	21.906	7,9		7,9	
Braga	927	4.166	793	8.547	4,9		4,9	
Esposende	667	2.879	548	8.539	3,4	3,4		
Terras do Bouro	270	1.040	259	2.558	1,2			1,2
Vila Verde	1.033	3.434	873	6.428	4,1		4,1	
Ave	3.523	14.288	3.363	41.788	16,9			
Fafe	795	5.339	782	16.476	6,3			6,3
Guimarães	646	2.021	603	5.502	2,4		2,4	
Póvoa de Lanhoso	443	1.238	316	2.102	1,5			1,5
Santo Tirso	392	1.322	473	3.850	1,6		1,6	
Trofa	127	472	674	9.237	0,6	0,6		
Vieira do Minho	434	1.172	68	518	1,4			1,4
Vila Nova de Famalicão	604	2.510	341	2.979	3,0		3,0	
Vizela	82	214	106	1.124	0,3		0,3	
Grande Porto	1.629	6.359	1.626	21.934	7,5			
Espinho	18	84	15	229	0,1	0,1		
Gondomar	264	974	260	3.181	1,2		1,2	
Maia	187	671	168	2.100	0,8	0,8		
Matosinhos	120	502	93	1.234	0,6	0,6		
Porto	-	-	-	-	-			
Póvoa de Varzim	447	1.576	519	6.991	1,9	1,9		
Valongo	100	350	86	1.204	0,4		0,4	
Vila do Conde	304	1.305	258	3.156	1,5	1,5		
Vila Nova de Gaia	189	897	227	3.839	1,1	1,1		
Tâmega	6.644	18.527	6.088	54.829	22,0			
Amarante	692	2.078	181	1.580	2,5			2,5
Baião	607	1.549	563	4.730	1,8			1,8
Cabeceiras de Basto	561	1.482	621	4.162	1,8			1,8
Castelo de Paiva	224	586	653	5.740	0,7			0,7
Celorico de Basto	606	1.422	453	3.377	1,7			1,7
Cinfães	419	913	449	3.559	1,1			1,1
Felgueiras	544	1.527	284	2.425	1,8		1,8	
Lousada	336	887	473	3.246	1,1		1,1	
Marco de Canaveses	518	1.051	213	2.210	1,2			1,2
Mondim de Basto	180	393	418	6.404	0,5			0,5
Paços de Ferreira	244	802	567	5.501	1,0		1,0	
Paredes	439	2.026	244	1.427	2,4		2,4	
Penafiel	739	2.043	290	2.315	2,4		2,4	
Resende	242	1.011	489	3.191	1,2			1,2
Ribeira de Pena	293	757	190	4.962	0,9			0,9
Entre Douro e Vouga	1.469	5.300	1.430	17.055	6,3			
Arouca	447	1.198	476	4.373	1,4			1,4
Oliveira de Azeméis	315	1.797	362	4.181	2,1		2,1	
Santa Maria da Feira	386	1.317	295	5.345	1,6	1,6		
São João da Madeira	-	-	-	-	-	0,0		
Vale de Cambra	321	988	297	3.156	1,2		1,2	

1.3. Estrutura das Explorações

A dimensão das explorações de “Reprodutoras” aumentou nas duas maiores classes. A classe mais baixa é normalmente para auto-consumo.

Quadro 4. Estrutura das explorações de Reprodutoras

Anos:		<15	15 a <100	≥ 100	Totais
1989	Nº. Exp	42 582	567	8	43 157
	Nº. Animais	124 241	12 996	1 600	138 837
1999	Nº. Exp	23 346	245	32	23 623
	Nº. Animais	65 643	5 823	12 834	84 300

Nas explorações de “Coelhos para Abate” a classe mais baixa é normalmente para auto-consumo e representa 74 % da produção total. As duas restantes classes correspondem a sistemas mais intensivos cuja alimentação é à base de concentrados enquanto que na classe mais baixa é normal o aproveitamento de alimentos endógenos da exploração.

Quadro 5. Estrutura das explorações de Coelhos para Abate

Anos:		<100	100 a <500	≥ 500	Totais
1999	Nº. Exp	22 423	64	22	22 509
	Nº. Animais	190 958	8 936	57 582	257 476

1.3. Produção

Estima-se que a produção regional possa ser da ordem de mais ou menos 2 000 toneladas por ano, isto é, o equivalente a 1/3 do consumo regional (ver 1.5).

Conclui-se, assim, que a região poderá crescer na produção de coelhos, desde que garanta uma maior competitividade na sua exploração.

1.4. Abate e Transformação

A região dispõe de capacidade de abate suficiente para a produção instalada de tipo industrial mas está totalmente desguarnecida no que respeita à produção de tipo tradicional.

1.5. Consumo

Com base num consumo *per capita* de 2,0 kg de carne de coelho, conclui-se que o consumo regional pode atingir cerca de 6 000 toneladas por ano.

1.6. Preços dos Produtos e dos Meios

A evolução dos índices de preços do coelho no produtor e dos meios de produção foram os seguintes:

Quadro 18. Índices de Preços Coelhos e Meios Base: 100 - 2002

	Tipos	2002	2003	2004
Produtos	Coelho vivo	100	134,0	131,9
	Energia e lubrificantes	100	106,1	119,1
Meios de Produção	Alimentos para animais	100	99,9	106,3
	Material e pequenos utensílios	100	96,0	95,0
	Serviços veterinários	100	99,9	108,3

Fonte: INE

A evolução dos preços dos coelhos nos anos de 2002 a 2004 teve uma tendência de crescimento significativa. Já quanto aos meios de produção utilizados pela fileira a evolução é também crescente na generalidade dos meios utilizados e registaram um ritmo de crescimento bastante inferior ao verificado no preço dos produtos.

2. ANÁLISE DO POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO

Na análise do potencial de desenvolvimento consideramos as duas sub-fileiras (sistemas intensivos e tradicionais) uma vez que são sistemas com lógicas diferenciadas quanto ao posicionamento dos produtores, aos processos de produção e à natureza dos produtos finais e fundamentalmente na produção de carne de frango e na produção de ovos.

2.1. Sistemas Intensivos

<p>Pontos Fracos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Problemas ambientais ainda não plenamente resolvidos; • O bem-estar dos animais ainda apresenta problemas; • Ausência de sistemas de HACCP em toda a fileira; • Produção com base em alimentos compostos obtidos no exterior à região; 	<p>Pontos Fortes</p> <ul style="list-style-type: none"> • Modelo de produção tecnologicamente estabilizado; • Abate e transformação instalados com capacidade para favorecer algum crescimento da produção regional;
<p>Ameaças</p> <ul style="list-style-type: none"> • A forte dependência externa dos factores de produção constitui uma ameaça permanente em termos de margens brutas; • A grande oferta externa de animais vivos e de carcaças constitui uma ameaça permanente à produção regional. 	<p>Oportunidades</p> <ul style="list-style-type: none"> • Procura bastante superior à oferta interna e com potencial de crescimento do consumo per capita;; • Procura de produtos certificados em crescendo.

2.2. Sistemas Tradicionais

<p>Pontos Fracos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pequena dimensão das explorações que importa corrigir; • Instalações rudimentares que importa adequar e qualificar; • Sistema tradicional choca muitas vezes com normas: sanitárias, do bem-estar animal e da segurança alimentar e até ambiental; • Produtos sem rosto e sem rastreabilidade, que importa corrigir; • Capacidade de abate insuficiente em boas condições higio-sanitárias e até inexistente; • Promoção e comercialização pouco organizada. 	<p>Pontos Fortes</p> <ul style="list-style-type: none"> • Produção que pode valorizar recursos disponíveis nas explorações agrícolas (hortas familiares); • Rendimento obtido é importante na formação dos rendimentos agrícolas para um número ainda significativo de explorações (mais de 30% das explorações da região); • O coelho do sistema tradicional têm contribuído para a valorização do território como factor de fixação de populações e de enriquecimento gastronómico; • Produção que obtém preços mais elevados que a dos sistemas intensivos e que se dirige a nichos de mercado mais apreciadores; • Actividade que contribui positivamente para o valor acrescentado regional.
<p>Ameaças</p> <ul style="list-style-type: none"> • A exigência crescente dos consumidores em qualidade global pode vir a questionar a actividade cunícola tradicional. 	<p>Oportunidades</p> <ul style="list-style-type: none"> • A forte procura que se faz sentir dos produtos tradicionais com qualidade designadamente produzidos em modo de produção biológica.

3. PROPOSTAS ESTRATÉGICAS

Tendo-se presentes os pontos fracos identificados, em particular os do sistema tradicional e as respectivas ameaças, importa definir uma estratégia que aposte decididamente na qualidade em todos os segmentos da fileira. Nesse sentido propõe-se o seguinte:

a) Dado o elevado deficit regional de carne de coelho, tudo justifica que se deve favorecer o aparecimento de novas explorações em sistema intensivo e em sistema tradicional, com potencial mais competitivo, e que também sejam melhoradas as condições de produção das empresas existentes, com o objectivo de aumentar o rendimento e satisfazer uma procura potencialmente crescente;

b) Desenvolver novos produtos centrados na montagem de sistemas de produção de coelhos que tenham em vista: um maior valor acrescentado e a sustentabilidade dos sistemas, inovando e divulgando o modo de produção biológico e utilizando recursos alimentares endógenos;

c) A certificação dos produtos e dos processos deve ser igualmente apoiada em toda a fileira quer do produto obtido em sistema intensivo quer do obtido em outros modos de produção;

d) Criar serviços de apoio aos produtores e montar actuações integradas de base territorial é condição para a salvaguarda e melhoramento da produção tradicional e de novos modos de produção cuja experimentação é ainda incipiente;

e) Apetrechar as explorações em sistema tradicional com estruturas de apoio a jusante que façam o abate, a desmancha e o acondicionamento;

f) A transferência de conhecimentos técnico-científicos deve ser também devidamente apoiada em particular aquela que tenha em vista introduzir qualidade nos produtos e nos processos em estreita parceria com todos os agentes da fileira.

4. OBJECTIVOS OPERACIONAIS, ACÇÕES, METAS, INVESTIMENTO E ENQUADRAMENTO

Nas Fichas OP e AMI que a seguir se apresentam estão estabelecidos os Objectivos Operacionais e as Acções, Metas, Enquadramento e Investimento que se propõem como necessários para realizar as propostas estratégicas e os Objectivos Específicos de curto/médio prazo da Estratégia de Desenvolvimento preconizada para a Região.

EIXO 1 – Competitividade

1.1 - Fileiras

Ficha: OP

MATRIZ DE OBJECTIVOS OPERACIONAIS**FILEIRA Nº.5 - CUNICULTURA**

DOMÍNIOS:	TECNOLÓGICO ESPECÍFICO	FORMAÇÃO	AMBIENTE	TICs	REGIMES DE QUALIDADE	COOPERAÇÃO	INOVAÇÃO	ENQUADRA MENTO
SEGMENTOS								
EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA	1.Aumentar a produção							M6
	2.Melhorar as condições de produção (tradicional)							M6
		3.Formar criadores produção biológica						M6
					4.Apoiar a produção biológica			M13
						5.Criar Organização de Produtores Biológicos		M5
							6 Valorizar a produção tradicional	M9
RECOLHA OU CONCENTRAÇÃO								
TRANSFORMAÇÃO	1.Implementar linhas de abate adaptadas às produções locais							M8
			2.Corriger unidades com problemas ambientais					M8
DISTRIBUIÇÃO	1. Modernizar a comercialização local							M8

EIXO 1 – Competitividade

1.1 - Fileiras

Ficha : AMI

ACCÕES, METAS, ENQUADRAMENTO E INVESTIMENTO

FILEIRA Nº.5 - CUNICULTURA

	OBJECTIVOS OPERACIONAIS	ACÇÕES A DESENVOLVER	METAS	ENQUADRAMENTO	INVESTIMENTO
Exploração Agrícola	1.Aumentar a produção (biológica)	Instalação de novas explorações	50 explorações	M6	375.000
			50 beneficiários		
			2 500 reprodutoras		
	2.Melhorar as condições de produção	Adequação de instalações (sistema tradicional)	100 explorações	M6	500.000
			100 beneficiários		
			200 000 reprodutoras		
	3.Formar criadores em produção biológica	Realização de cursos de produção biológica	5 cursos	M1	55.000
			75 formandos		
			500 horas		
	4.Apoiar a produção (biológica)	Certificação das novas explorações	50 explorações	M13	150.000
			50 beneficiários		
			2 500 reprodutoras		
Recolha ou Concentração	5. Criar Organização de produtores biológicos	Criação de Organização	1 unidade	M5	300.000
	6. Valorizar as raças autóctones	Estudo sobre nutrição com recursos endógenos	1 estudo	M9	100.000
Transformação	1.Instalar unidades de abate (sist. tradicional)	Instalação pequenas unidades de abate	5 unidades	M8	500.000
	2.Corrigir unidades com problemas ambientais	Instalação de unidades de tratamento	5 unidades	M8	750.000
Distribuição	1.Modernizar a comercialização local	Aquisição de transportes com frio	10 carrinhas	M8	1 000.000
Total					3 730.000

5. INVESTIMENTO POR DOMÍNIOS OPERACIONAIS

<i>Domínios:</i> <i>Segmentos:</i>	<i>Tecnológico</i>	<i>Formação</i>	<i>Ambiente</i>	<i>TICs</i>	<i>Regimes Qualidade</i>	<i>Cooperação</i>	<i>Inovação</i>	Total
Exploração Agrícola	875 000	55 000	0	0	150 000	300 000	100 000	1.480.000
Recolha/Concentração	0	0	0	0	0	0	0	0
Transformação	500.000	0	750.000	0	0	0	0	1.250.000
Distribuição	1 000 000	0	0	0	0	0	0	1 000 000
Total	2 375 000	55 000	750 000	0	150 000	300 000	100 000	3 730 000

6. INVESTIMENTO POR MEDIDAS

<i>Medidas:</i>	<i>Investimento</i>
M1 Formação e Informação	55.000
M5 Criação de Serviços de Gestão, Substituição e Aconselhamento	300.000
M6 Modernização das Explorações Agrícolas	875.000
M8 Aumento do Valor dos Produtos Agrícolas e Florestais	2.250.000
M9 Cooperação para a elaboração de novos produtos, processos e tecnologias	100.000
M10 Infra-estruturas	0
M13 Apoio Agricultores Regimes de Qualidade	150.000
M14 Apoio Agrupamentos Regimes de Qualidade	0
Total	3.730.000

7. MEDIDAS DE POLÍTICA E RECOMENDAÇÕES

a) O estudo sobre nutrição com base nos recursos endógenos e a avaliação do seu potencial gastronómico e comercial deverá ser elaborado em parceria com os agentes do sector;

b) A produção biológica carece na sua fase inicial de apoio e animação pelos Serviços Agrícolas em parceria com as Organizações de Agricultores;

c) Uma actuação sobre a fileira carece de uma actuação integrada de base territorial direccionada para a produção tradicional.

F6 – EQUÍDEOS

1 EVOLUÇÃO E SITUAÇÃO

1.0. Síntese

A fileira de “Equídeos” teve no seu conjunto uma evolução positiva na última década e meia, pois assistiu-se a um crescimento do efectivo apesar de o número de explorações se ter reduzido.

1.1. Explorações e Efectivos

O Quadro 1. dá-nos as alterações das explorações e dos efectivos de Equídeos, ocorridas entre 1989 e 1999, nas regiões agrárias do continente. O EDM representava, em 1999, 3 % do total das explorações do Continente e 8 % do total do efectivo e dez anos antes tinha como pesos 3 % e 4 % respectivamente. Contudo, a evolução da região teve uma quebra nas explorações de 10 % e um crescimento de 46 % no efectivo, o que significa que a dimensão média das explorações aumentou no período de 1,6 cabeças para 2,6.

Quadro 1. Explorações e Efectivos bovinos segundo o RGA de 1989 e o de 1999.

Região	Nº explorações				Nº animais			
	1989	%	1999	%	1989	%	1999	%
Entre Douro e Minho	3 209	3	2 882	5	5 120	4	7 486	8
Trás-os-Montes	35 053	34	24 197	42	48 914	35	30 548	34
Beira Litoral	14 328	14	7 055	12	15 962	11	8 791	10
Beira Interior	23 187	22	13 000	22	28 434	20	16 172	18
Ribatejo e Oeste	10 844	10	3 312	6	16 158	11	10 444	12
Alentejo	9 980	10	4 827	8	16 734	12	12 638	14
Algarve	6 815	7	2 889	5	9 540	7	4 465	5
Continente	103 416	100	58 162	100	140 862	100	90 544	100

1.2. Localização e Concentração

Da leitura dos Quadros 2. a 4. tiramos as seguintes conclusões:

- 90 % do efectivo corresponde a gado equino;
- A grande concentração dos equídeos localiza-se nas Nut Minho-Lima e Tâmega que em conjunto detém 64 % do efectivo.

Quadro 2. Explorações e Efectivos em 1999

NUT III	Equídeos Totais		Gado Equino		Gado Asinino		Gado Muar	
	Expl (nº)	Efectivo (nº)	Expl (nº)	Efectivo (nº)	Expl (nº)	Efectivo (nº)	Expl (nº)	Efectivo (nº)
Entre Douro e Minho	2.882	7.486	2.344	6.730	440	566	164	190
Minho Lima	908	3.361	789	3.173	109	163	21	25
Cávado	445	1.109	391	1.021	47	66	18	22
Ave	401	1.012	359	922	26	54	28	36
Grande Porto	230	428	188	378	23	25	23	25
Tâmega	835	1.412	558	1.077	234	257	70	78
Entre Douro e Vouga	63	164	59	159	1	1	4	4

Fonte: RGA 99

Quadro 3. Explorações de Equinos

NUT III	Equinos Totais		Fêmeas Reprodutoras		Outros Equinos	
	Expl (nº)	Efectivo (nº)	Expl (nº)	Efectivo (nº)	Expl (nº)	Efectivo (nº)
Entre Douro e Minho	2.344	6.730	1.216	3.545	1.641	3.185
Minho Lima	789	3.173	521	2.094	504	1.079
Cavado	391	1.021	233	549	254	472
Ave	359	922	183	420	247	502
Grande Porto	188	378	50	93	159	285
Tâmega	558	1.077	203	338	432	739
Entre Douro e Vouga	59	159	26	51	45	108

Fonte: RGA 99.

Quadro 4. Número de fêmeas adultas beneficiárias do prémio à manutenção da raça Garrana, entre 2001 e 2004

Unidade Geográfica	GARRANO (Fêmeas adultas)			
	2001	2002	2003	2004
Entre Douro e Minho	1276	1370	1560	1715
Minho-Lima	858	919	1050	1122
Arcos de Valdevez	475	502	616	661
Caminha	0	0	0	1
Melgaço	58	58	58	58
Monção	103	103	108	116
Paredes de Coura	7	7	8	13
Ponte da Barca	145	177	181	189
Ponte de Lima	5	5	12	15
Valença	11	11	11	13
Viana do Castelo	54	56	56	56
Cávado	162	177	214	257
Amares	0	0	9	23
Barcelos	0	0	0	3
Braga	0	0	1	1
Terras de Bouro	106	118	145	170
Vila Verde	56	59	59	60
Ave	184	202	224	262
Fafe	0	0	4	4
Póvoa de Lanhoso	0	4	5	5
Vieira do Minho	184	198	215	253
Tâmega	72	72	72	74
Cabeceiras de Basto	72	72	72	74
Total	1276	1370	1560	1715

Fonte: IFADAP/INGA (2005)

1.3. Produção

Na produção de equinos da raça garrana têm estado presentes dois objectivos, um, conseguir exemplares para o desporto e lazer e, outro, obter carne para consumo humano.

Dado o estágio de desenvolvimento do processo não é possível estimar capazmente os objectivos mencionados por falta de base de dados e também porque ainda se procura efectuar o melhoramento da raça e a sua preservação. Registe-se, a propósito, que os Registos Zootécnicos da raça tiveram o seu início em 1993 no quadro dos Serviços do Ministério e só em Dezembro de 2000 é que passaram para a alçada de uma Associação de Criadores.

1.4. Abate e Transformação

A região dispõe de capacidade suficiente para proceder ao abate e transformação.

1.5. Consumo

Não há dados que nos permitam determinar o consumo regional, quer da carne quer dos serviços que satisfaz.

2. ANÁLISE DO POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO

A Raça Garrana é dentro das raças de Equídeos aquela que tem norteado a fileira na Região e em relação à qual se apresenta a seguinte análise do seu potencial.

<p>Pontos Fracos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ausência de conhecimento técnico de produção equina; • Animais mal nutridos; • Limite de 2000 animais como indicador de raça em perigo de extinção; • Fraca procura de animais para outra valorização, o que leva ao abate após desmame dos poldros; • Ausência de conhecimentos na área de desbaste e ensino de cavalos; • Inexistência de estruturas para o ensino e desenvolvimento da actividade desportiva associada ao garrano;; • Ausência de selecção no sentido de utilização e valorização desportiva (maus andamentos, temperamento demasiado vivo e dificuldade na evolução no ensino); • Ausência de identificação nos animais não registados no livro zootécnico; • Carência de oportunidades para evidenciar o potencial da raça. 	<p>Pontos Fortes</p> <ul style="list-style-type: none"> • A rusticidade da raça garrana garante o aproveitamento dos recursos endógenos através do pastoreio directo e a custos baixos; • O sistema de pastoreio utilizado potencia o controlo da vegetação espontânea e a fertilização das áreas de pastoreio; • O garrano também contribui para a manutenção da biodiversidade, por força do regime livre de pastoreio que utiliza, como alimento do lobo e de outras espécies caninas selvagens; • O garrano possui excelentes características para poder ser utilizado como animal de desporto, de transporte e de lazer.
<p>Ameaças</p> <ul style="list-style-type: none"> • Extinção da raça; • Desertificação das zonas interiores. 	<p>Oportunidades</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fortalecer a utilização do garrano como cavalo de desporto; • Responder a eventos desportivos; • Utilização do animal em actividades de turismo e lazer.

3. PROPOSTAS ESTRATÉGICAS

Tendo-se presentes os pontos fracos identificados e as ameaças, importa definir uma estratégia que aposte decididamente na qualidade em todos os segmentos da fileira e na sua melhor integração vertical e horizontal. Nesse sentido propõe-se o seguinte:

- Apoiar a melhoria da gestão das explorações através de formação específica dos produtores;
- Apoiar a criação de uma rede primária de comercialização do Garrano tendo-se em vista os dois objectivos da sua produção;
- Potenciar a utilização do garrano como espécie de desporto, dadas as suas óptimas características para a equitação designadamente por públicos jovens;
- Criar um centro de melhoramento, de desbaste, de ensino e de divulgação propedêutica;
- Apoiar empresas que utilizem o garrano em actividades de lazer associadas ao turismo em espaço rural;
- Reequacionar os apoios à preservação da raça.

4. OBJECTIVOS OPERACIONAIS, ACÇÕES, METAS, INVESTIMENTO E ENQUADRAMENTO

Nas Fichas OP e AMI que a seguir se apresentam estão estabelecidos os Objectivos Operacionais e as Acções, Metas, Enquadramento e Investimento que se propõem como necessários para realizar as propostas estratégicas e os Objectivos Específicos de curto/médio prazo da Estratégia de Desenvolvimento preconizada para a Região

EIXO 1 - Competitividade 1.1 - <u>Fileiras</u>								Ficha: OP
MATRIZ DE OBJECTIVOS OPERACIONAIS								
FILEIRA Nº. 6 - EQUÍDEOS (garranos)								
DOMÍNIOS:	TECNOLOGICO ESPECÍFICO	FORMAÇÃO	AMBIENTE	TICs	REGIMES DE QUALIDADE	COOPERAÇÃO	INOVAÇÃO	ENQUADRAMENTO
SEGMENTOS:								
EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA	1.Criar centro de melhoramento, desbaste, ensino e divulgação propedêutica (CMDEP)							M1
	2. Modernizar explorações							M6
	3. Modernizar equipamentos de trelagem							M6
		4. Preparar na área do maneio de equídeos						M1
		5. Preparar ferradores						M1
		6. Preparar na área de desbaste e ensino do cavalo						M1
		7. Preparar na área da nutrição de equinos de desporto						M1
							8.Avaliar o potencial para a prática de trelagem, corridas, saltos, etc	M9
							9.Pesquisar, localizar, identificar e caracterizar o garrano do ecotipo castelhano	M9
RECOLHA OU CONCENTRAÇÃO								
TRANSFORMAÇÃO								
DISTRIBUIÇÃO				1.Criar plataforma de vendas do garrano via internet				M8

EIXO 1 – Competitividade

1.1 - Fileiras

Ficha: AMI

ACÇÕES, METAS, ENQUADRAMENTO E INVESTIMENTO

FILEIRA Nº.6 - EQUÍDEOS (garranos)

	OBJECTIVOS OPERACIONAIS	ACÇÕES A DESENVOLVER	METAS	ENQUADRAMENTO	INVESTIMENTO
Exploração Agrícola	1.Criar centro de melhoramento, desbaste, ensino e divulgação propedêutica (CMDEP)	Criação de um CMDEP	1 Centro	M1	692.000
	2. Modernizar explorações	Adequação de instalações (sala de arreios, equipamento de atrelagem e guia mecânica)	20 explorações	M6	290.000
	3. Modernizar equipamentos de trelagem	Aquisição de equipamentos de transporte	10 rolotes	M6	100.000
		Aquisição de equipamento adequado a cada modalidade	100 selins e cabeçadas; 30 arreios atrelagem; 2 campos obstáculos		121.000
	4. Preparar na área do manejo de equídeos	Realização de cursos de tratadores de animais	5 cursos, 75 formandos; 140 h/curso; 700h	M1	77.000
	5. Preparar ferradores	Realização de cursos de ferradores	2 cursos, 30 formandos; 140 h/curso; 240h	M1	30 800
	6. Preparar na área de desbaste e ensino do cavalo	Realização de cursos de desbaste e ensino de cavalos	5 cursos, 75 formandos; 300 h/curso; 1500h	M1	165.000
	7. Preparar na área da nutrição de equinos de desporto	Realização de cursos de nutrição de equinos	6 cursos; 90 formandos; 70h/curso; 420h	M1	46 200
	8.Avaliar o potencial para a prática de atrelagem, corridas, saltos, etc.	Realização de estudo	1 estudo	M9	400.000
Recolha ou Concentração	9.Pesquisar, localizar, identificar e caracterizar o garrano do ecotipo castelhano	Realização de estudo	1 estudo	M9	300.000
Transformação					
Distribuição	1.Criar plataforma de vendas do garrano via Internet	Criação de página de informação e vendas WEB	1 sitio	M8	20.500
Total					2.242.500

5. INVESTIMENTO POR DOMÍNIOS OPERACIONAIS

<i>Domínios:</i> <i>Segmentos:</i>	<i>Tecnológico</i>	<i>Formação</i>	<i>Ambiente</i>	<i>TICs</i>	<i>Regimes Qualidade</i>	<i>Cooperação</i>	<i>Inovação</i>	<i>Total</i>
Exploração Agrícola	511.000	1 011.000	0	0	0	0	700.000	2.222.000
Recolha/Concentração	0	0	0	0	0	0	0	0
Transformação	0	0	0	0	0	0	0	0
Distribuição	0	0	0	20.500	0	0	0	20.500
Total	511 000	1 011 000	0	20 500	0	0	700 000	2.242.500

6. INVESTIMENTO POR MEDIDAS

<i>Medidas:</i>	<i>Investimento</i>
M1 Formação e Informação	1 011.000
M5 Criação de Serviços de Gestão, Substituição e Aconselhamento	0
M6 Modernização das Explorações Agrícolas	511 000
M8 Aumento do Valor dos Produtos Agrícolas e Florestais	20 500
M9 Cooperação para a elaboração de novos produtos, processos e tecnologias	700 000
M10 Infra-estruturas	0
M13 Apoio Agricultores Regimes de Qualidade	0
M14 Apoio Agrupamentos Regimes de Qualidade	0
Total	2.242.500

7. MEDIDAS DE POLÍTICA E RECOMENDAÇÕES

- a) Rever o apoio ao Livro do Registo Zootécnico do Garrano;
- b) Tornar obrigatória a identificação dos equídeos que deverá ser feita por recurso a marcação electrónica.

F7 – OVINOS + CAPRINOS E LACTICÍNIOS

1. EVOLUÇÃO E SITUAÇÃO

1.0. Síntese

A fileira de “ovinos+caprinos e lacticínios” teve no seu conjunto uma evolução não acentuadamente negativa na última década e meia. O crescimento registado nos ovinos quase que compensou a quebra nos caprinos. Por outro lado, deu-se um passo na certificação do cabrito e também emergiram iniciativas empresariais de lacticínios.

A evolução dos preços dos produtos foi positiva mas a um ritmo de crescimento inferior ao verificado nos valores dos meios utilizados.

1.1. Explorações e Efectivos

Ovinos

O Quadro 1. dá-nos as alterações das explorações e dos efectivos de Ovinos, ocorridas entre 1989 e 1999, nas regiões agrárias do continente. O EDM representava, em 1999, 22 % do total das explorações do Continente e 5 % do total do efectivo e dez anos antes tinha os mesmos pesos. Contudo, a evolução da região teve uma quebra nas explorações de 30 % e um crescimento de 5 % no efectivo, o que significa que a dimensão média das explorações aumentou no período aumentando de 6 cabeças para 9.

Quadro 1. Explorações e Efectivos de Ovinos segundo os RGA de 1989 e de 1999.

Região	Nº explorações				Nº animais			
	1989	%	1999	%	1989	%	1999	%
Entre Douro e Minho	21 958	22	15 455	22	133686	5	140 883	5
Trás-os-Montes	6 390	6	5 363	8	289 698	10	325 519	11
Beira Litoral	26 672	27	17 079	25	195 943	7	189 734	7
Beira Interior	7 877	8	8 022	12	366 363	13	453 786	16
Ribatejo e Oeste	19 280	19	10 901	16	346 147	12	263 238	9
Alentejo	13 630	14	10 747	15	1 511 234	52	1 476 342	51
Algarve	3 094	3	1 793	3	68 972	2	68 217	2
Continente	98 901	100	69 360	100	2 912 043	100	2 917 719	100

Caprinos

O Quadro 2. dá-nos as alterações das explorações e dos efectivos de **Caprinos**, ocorridas entre 1989 e 1999, nas regiões agrárias do Continente. O EDM representava, em 1999, 12 % do total das explorações do continente e 13 % do total do efectivo e dez anos antes tinha 11 % e 11% respectivamente. Contudo, a evolução da região teve uma quebra nas explorações de 37 % e uma quebra também de 17 % no efectivo, mas a dimensão média por exploração aumentou de 9 cabeças para 24,5.

Quadro 2. Explorações e Efectivos de Caprinos segundo os RGA de 1989 e 1999

Região	Nº explorações				Nº animais			
	1989	%	1999	%	1989	%	1999	%
Entre Douro e Minho	9 092	11	5 705	12	80 060	11	66 202	13
Trás-os-Montes	5 862	7	3 096	6	116 371	17	73 522	14
Beira Litoral	29 412	34	16 298	33	110 994	16	82 470	16
Beira Interior	21 034	25	13 381	27	139 544	20	107 962	21
Ribatejo e Oeste	11 279	13	5 274	11	78 989	11	46 562	9
Alentejo	6 020	7	3 988	8	143 592	21	119 949	23
Algarve	2 560	3	1 422	3	27 921	4	22 351	4
Continente	85 259	100	49 164	100	697 471	100	519 018	100

1.2. Estrutura das Explorações

Ovinos

Da leitura do Quadro 3. retiramos as seguintes conclusões:

- 91 % das explorações possuíam menos de 20 animais, correspondente a 62 % do efectivo total;
- e, a grande concentração de ovinos ocorre em duas Nuts, Minho Lima e Tâmega, que em conjunto representam 73 % das explorações e 73 % do efectivo.

Quadro 3. Explorações por Classes do número de **Ovinos** e por Nut III em 1999

Nut III		Total	Classes do número de animais						
			1 a 9	10 a 19	20 a 49	50 a 99	100 a 199	200 a 499	> = 500
Entre Douro e Minho	expl (nº)	15.455	11.071	3.009	1.122	189	46	18	-
	efect (nº)	140.883	47.964	39.058	30.730	12.476	5.871	4.784	-
Minho Lima	expl (nº)	6.275	4.330	1.394	470	65	13	3	-
	efect (nº)	56.936	19.250	18.436	12.561	4.367	1.625	697	-
Cávado	expl (nº)	1.292	980	178	101	29	4	0	-
	efect (nº)	11.105	3.502	2.322	2.839	1.874	568	0	-
Ave	expl (nº)	1.145	726	271	120	20	5	3	-
	efect (nº)	12.843	3.089	3.520	3.468	1.346	586	834	-
Grande Porto	expl (nº)	811	569	168	64	8	2	0	-
	efect (nº)	7.127	2.653	2.113	1.653	500	208	0	-
Tâmega	expl (nº)	5.022	3.818	795	314	62	21	12	-
	efect (nº)	45.355	16.397	10.115	8.807	4.084	2.699	3.253	-
Entre Douro e Vouga	expl (nº)	910	648	203	53	5	1	0	-
	efect (nº)	7.517	3.073	2.552	1.402	305	185	0	-

Caprinos

Da leitura do Quadro 4. retiramos as seguintes conclusões:

- 91 % das explorações possuíam menos de 20 animais, correspondente a 62 % do efectivo total;
- e, a grande concentração de ovinos ocorre também em duas Nuts, Minho Lima e Tâmega, que em conjunto representam 67 % das explorações e 68 % do efectivo.

Quadro 4. Explorações por Classes do número de Caprinos e por Nut III em 1999

Nut III		Total	Classes do número de animais					
			1 a 9	10 a 19	20 a 49	50 a 99	100 a 499	> = 500
Entre Douro e Minho	expl (nº)	5 705	4 654	461	272	154	164	
	effect (nº)	66 202	14 146	5 975	8 466	10 523	27 092	
Minho Lima	expl (nº)	1 859	1 494	167	115	53	30	
	effect (nº)	19 093	4 336	2 203	3 607	3 510	5 437	
Cavado	expl (nº)	538	425	23	38	25	27	
	effect (nº)	8 643	1 136	295	1 157	1 637	4 418	
Ave	expl (nº)	559	439	67	30	9	14	
	effect (nº)	5 725	1 348	869	891	534	2 083	
Grande Porto	expl (nº)	148	133	13	2	-	-	
	effect (nº)	651	432	173	46	-	-	
Tâmega	expl (nº)	1 941	1 591	152	64	53	81	
	effect (nº)	25 672	4 755	1 939	1 988	3 780	13 210	
Entre Douro e Vouga	expl (nº)	660	572	39	23	14	12	
	effect (nº)	6 418	2 139	496	777	1 062	1 944	

1.3. Localização e Concentração dos Efectivos Ovinos e Caprinos

Da leitura do Quadro 5., construído apenas com os efectivos uma vez que muitas explorações de pequenos ruminantes são mistas, conclui-se que:

- Apesar de existirem pequenos ruminantes em todos concelhos agrícolas e rurais, a sua maior presença ocorre nos concelhos da Zona Interior com 62 % do total e tem uma presença pouco significativa no Litoral com apenas 6 %;

- É nos concelhos das terras altas da região que essa presença é mais notória, pois trata-se de actividade ligada às zonas silvo-pastoris onde os pastos mais abundam.

Quadro 5 - Efectivo Ovino e Caprino por Zonas, por Nut III e por Concelhos

RGA 1999	Efectivos				Zonas Agro-Ecológicas		
	Ovinos	Caprinos	Efectivo Total	%	Litoral	Intermédia	Interior
Entre Douro e Minho	140.883	66.202	207.085	100,00	6,01	32,31	61,68
Minho Lima	56.936	19.093	76.029	36,71			
Arcos de Valdevez	8.600	6525	15.125	7,30			7,30
Caminha	1.910	271	2.181	1,05	1,05		
Melgaço	6.894	2181	9.075	4,38			4,38
Monção	14.418	1082	15.500	7,48		7,48	
Paredes de Coura	8.005	815	8.820	4,26			4,26
Ponte da Barca	1.628	3564	5.192	2,51			2,51
Ponte de Lima	5.999	2341	8.340	4,03		4,03	
Valença	4.950	853	5.803	2,80		2,80	
Viana do Castelo	2.585	1038	3.623	1,75	1,75		
Vila Nova de Cerveira	1.947	423	2.370	1,14		1,14	
Cavado	11.105	8.643	19.748	9,54			
Amares	990	502	1.492	0,72		0,72	
Barcelos	1.729	439	2.168	1,05		1,05	
Braga	1.842	503	2.345	1,13		1,13	
Esposende	352	74	426	0,21	0,21		
Terras do Bouro	1.389	5336	6.725	3,25			3,25
Vila Verde	4.803	1789	6.592	3,18		3,18	
Ave	12.843	5.725	18.568	8,97			
Fafe	4.266	1243	5.509	2,66			2,66
Guimarães	855	200	1.055	0,51		0,51	
Póvoa de Lanhoso	1.859	1491	3.350	1,62			1,62
Santo Tirso	1.352	190	1.542	0,74		0,74	
Trofa	426	25	451	0,22	0,22		
Vieira do Minho	3.151	2261	5.412	2,61			2,61
Vila Nova de Famalicão	796	277	1.073	0,52		0,52	
Vizela	138	38	176	0,08		0,08	
Grande Porto	7.127	651	7.778	3,76			
Espinho	21	18	39	0,02	0,02		
Gondomar	2.963	122	3.085	1,49		1,49	
Maia	460	60	520	0,25	0,25		
Matosinhos	382	59	441	0,21	0,21		
Porto	-	0	0	0,00	0,00		
Póvoa de Varzim	235	91	326	0,16	0,16		
Valongo	641	85	726	0,35		0,35	
Vila de Conde	740	168	908	0,44	0,44		
Vila Nova de Gaia	1.685	48	1.733	0,84	0,84		
Tâmega	45.355	25.672	71.027	34,30			
Amarante	4.421	1982	6.403	3,09			3,09
Baião	5.409	1166	6.575	3,18			3,18
Cabeceiras de Basto	5.036	3295	8.331	4,02			4,02
Castelo de Paiva	3.092	404	3.496	1,69			1,69
Celorico de Basto	2.127	1667	3.794	1,83			1,83
Cinfães	6.211	2936	9.147	4,42			4,42
Felgueiras	305	588	893	0,43		0,43	
Lousada	872	202	1.074	0,52		0,52	
Marco de Canaveses	6.972	882	7.854	3,79			3,79
Mondim de Basto	325	4465	4.790	2,31			2,31
Paços de Ferreira	1.677	198	1.875	0,91		0,91	
Paredes	2.881	540	3.421	1,65			1,65
Penafiel	2.757	522	3.279	1,58		1,58	
Resende	2.330	410	2.740	1,32			1,32
Ribeira da Pena	940	6415	7.355	3,55			3,55
Entre Douro e Vouga	7.517	6.418	13.935	6,73			
Arouca	3.453	4582	8.035	3,88			3,88
Oliveira de Azeméis	754	338	1.092	0,53		0,53	
Santa Maria da Feira	1.636	159	1.795	0,87	0,87		
São João da Madeira	-	-	0	0,00		0,00	
Vale de Cambra	1.674	1339	3.013	1,45		1,45	

1.4. Produção de Carne

No Quadro 6. apresentamos uma estimativa da produção regional de carne de Ovinos + Caprinos com base na produção indígena nacional publicada no Anuário Pecuário de 2004 e ponderada pelo peso do efectivo regional no nacional no ano de 2002 cujos cálculos se apresentam de seguida.

Cálculo da Produção Estimada de Carne de Ovinos e Caprinos						
1º. Passo – Cálculo dos Pesos médios (Pm) dos abates por cabeça em 2002						
EDM	caprinos	Peso total	Cabeças	Pm		
	ovinos	288 000	49428	5,826657		
Portugal	caprinos	2 377 000	290 852	8,172541		
	ovinos	1 064 000	163 440	6,510034		
		12 076 000	1 134 836	10,64119		
2º. Passo – Cálculo dos Pesos médios ponderados (Pmp) pelo efectivo total em 2002						
EDM	caprinos	Cabeças	Pm (kg)	Pesos totais (Pt)	Pmp (kg)	Pt (EDM) / Pt (Portugal)
	ovinos	62 000	5,826657	361 252,7312		
	ovi+cap	147 000	8,172541	1 201 363,527		
		209 000	Pt (EDM)	1 562 616,258	7,476632815	
Portugal	caprinos	538 000	6,510034	3502398,292		
	ovinos	3 457 000	10,64119	36786593,83		
	ovi+cap	3 995 000	Pt (Portugal)	40 288 992,12	10,084854100	
						0,038785191
3º. Passo – Cálculo da Produção do EDM						
	Em peso	= 0,038785191 * 26 000 000 = 1 008 415 kg				
	Em Cabeças	= 1 008 415 / 7,476632815 = 134 875,6 cabeças				

Quadro 6. Produção Regional e Nacional de Carne

	Produção (ton)	%
EDM	1 008	3,9
Portugal	26 000	100

Como se observa, por confronto com o consumo regional (ver ponto 1.6.), a produção regional apenas respondeu a 9 % do consumo regional.

De acordo com dados disponíveis, em 2000, foram comercializados cerca de 400 carcaças de cabrito com a denominação “Terras Altas do Minho”. Estes valores (modestos) traduzem a facilidade de venda e um preço de mercado relativamente animador.

1.5- Abate e Transformação

O Quadro 6 dá-nos o total de abates efectuados em 2001 e em 2002 de acordo com o Anuário Pecuário de 2004 e verificamos que a região abate 20 % dos abates nacionais em tonelagem (ovinos + caprinos).

Quadro 6. Abates Efectuados em 2001 e 2002

		Cabeças			Toneladas		
		2001	2002	Var % 02/01	2001	2002	Var. % 02/01
EDM	Ovinos	292 381	290 852	- 0,5	2 312	2 377	2,8
	Caprinos	45 903	49 428	7,7	265	288	8,8
Portugal	Ovinos	1 115 355	1 134 836	1,7	11 335	12 076	6,5
	Caprinos	142 568	163 440	14,6	964	1 064	10,3

Capacidade de Abate e Transformação

Actualmente o número de matadouros em laboração é de 12 e têm instalado capacidade de abate bastante superior à produção regional.

1.6. Consumo de carne de ovino e caprino

Consumos per capita

O consumo per capita em Portugal foi de 3,5 kg em 2002, valor sensivelmente idêntico ao da Europa a 15.

Consumo da Região

A região com os seus cerca de 3,3 milhões de habitantes consome o equivalente a 31 % da produção nacional quando apenas produz 3,9 % dessa produção.

Quadro 7. Consumo Regional

	População Residente	Consumo (ton)
EDM	31,15 %	11 347
Portugal	100 %	36 000

1.7. Grau de auto-provisionamento de carne de ovino+caprino em Portugal

Portugal é deficitário em carne de ovino e caprino. Na última década o grau de auto-provisionamento interno tem variado entre os 75 % e 69 %, atingindo em 2002 o valor de 69,4 %.

A actividade de produção de carne de ovino e caprino regional tem um mercado potencial para poder crescer no curto/médio prazo, pois se em termos de consumo *per capita* os valores nacionais são próximos da UE, já em termos de auto-provisionamento existe uma margem considerável para uma actuação.

1.8. Produção de Leite e Queijo

As explorações especializadas na produção de leite de cabra e de ovelha surgiram recentemente na região de Entre Douro e Minho (EDM) e mantêm ainda uma expressão numérica modesta. Em cerca de dez explorações, a maioria das quais caprinas, existirá um efectivo que não deve ultrapassar as 1.600 fêmeas reprodutoras.

Apesar de não terem uma expressão económica e social de vulto, estas actividades (associadas ou não à transformação) constituem uma alternativa válida para requalificar algumas explorações bovinas orientadas para a produção de leite, promovendo-se assim: a diversificação de produtos isentos de quotas e de excedentes, a criação de riqueza e a valorização do território. Além do mais, os produtos lácteos à base de leite de cabra têm uma ampla margem de progresso. A prová-lo está, por exemplo, o acréscimo de preço em mais 50 % que um transformador do EDM estará disposto a pagar pelo leite de cabra produzido em modo de produção biológico.

A oferta de leite de cabra produzido no EDM é claramente inferior à procura, obrigando os transformadores a adquiri-lo noutras regiões do país e em Espanha.

1.9. Preços dos Produtos e dos Meios

A evolução dos índices de preços no produtor e nos meios de produção, tomando-se por base os preços em 1995, foram os seguintes:

Quadro 8. Índices de Preços dos Ovinos + Caprinos Base: 100 - 1995

	Tipos	2 000	2 001	2 002
Produtos	Ovinos e caprinos	106,6	107,8	102,2
Meios de Produção	Sementes e plantas	93,69	117,7	116
	Energia e lubrificantes	96,91	102,9	115,5
	Aduos e correctivos	117,17	115,3	125
	Alimentos para animais	105,47	105,4	112,2
	Material e pequenos utensílios	99,68	95,7	94,7
	Serviços veterinários	105,13	105,1	113,9
	Máquinas e outros equipamentos	121,8	125,7	128,7

Fonte: INE

A evolução dos preços dos produtos desde 1995 tem sido crescente. De 2002 a 2004 a tendência é também crescente. Já quanto aos meios de produção utilizados pela fileira a evolução é também crescente na generalidade dos meios utilizados, mas registaram um ritmo de crescimento ligeiramente superior ao verificado nos preços dos produtos.

2. ANÁLISE DO POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO

<p style="text-align: center;">Pontos Fracos</p> <ul style="list-style-type: none"> • A reduzida área de SAU das explorações e a sua dispersão por inúmeras parcelas; • Problemas higio-sanitários dos animais e das instalações; • Ausência de estratégias de comercialização conjuntas; • A inexistência de um sistema de investigação & acção e apoio técnico especializado; • A exiguidade dos alojamentos, bem como as suas deficientes condições de ventilação, luminosidade e funcionalidade; • O elevado dispêndio de mão-de-obra no pastoreio dos rebanhos de reduzida dimensão, quando não integrados em nenhum esquema de organização colectiva; • O elevado dispêndio de mão-de-obra no aleitamento guiado dos cabritos; • O baixo nível de instrução e formação profissional dos produtores • A degradação da vegetação das áreas silvopastoris, por sub-pastoreio. • A grande dependência das condições atmosféricas para a alimentação dos animais. • A desvalorização da lã, face à utilização massiva das fibras sintéticas. As dificuldades na venda da lã são evidentes. 	<p style="text-align: center;">Pontos Fortes</p> <ul style="list-style-type: none"> • A elevada diversidade de vegetação espontânea permite uma dieta bastante equilibrada; • Boa adaptação dos animais utilizados; • Boa qualidade da carne de cabrito e de anho produzidas; • A exploração conjunta de ovinos e caprinos permite um melhor aproveitamento dos recursos alimentares disponíveis; • O sistema de vezeira permite uma grande economia de mão-de-obra e de trabalho; • A tradição familiar na criação de pequenos ruminantes; • A relação inversa entre a idade dos produtores e a dimensão do seu rebanho; • A utilização (quase) generalizada dos baldios e outras superfícies de aptidão silvo-pastoril pelos caprinos protagoniza um papel fulcral na defesa contra os incêndios e na preservação da paisagem; • O corte frequente de mato para a preparação de camas limpa as superfícies florestais e protege-as dos incêndios; • A flexibilidade dos recursos alimentares utilizados na alimentação dos ovinos.
<p style="text-align: center;">Ameaças</p> <ul style="list-style-type: none"> • A desvalorização da lã, face à utilização massiva das fibras sintéticas cria dificuldades na sua comercialização; • Os incêndios florestais; • Os problemas derivados da erosão; • O desenvolvimento excessivo da vegetação arbustiva em determinadas zonas, inviabilizando o pastoreio e servindo de abrigo a predadores; • As mortes sucessivas provocadas pelo lobo e/ou cães vadios nas superfícies de pastoreio; • O êxodo rural. 	<p style="text-align: center;">Oportunidades</p> <ul style="list-style-type: none"> • O interesse crescente pelos produtos tradicionais de qualidade; • A maioria dos sistemas de produção praticados são consentâneos com as orientações da PAC; • A prestação de serviços de guia a zonas de rara beleza, só descobertas por quem convive de perto com a natureza, como é o caso dos pastores constitui um potencial de rendimento; • A proximidade de centros urbanos; • A grande disponibilidade de superfícies baldios; • A existência de pomares cujas entrelinhas podem ser pastoreadas por ovinos, em determinadas épocas do ano, consumindo as ervas daninhas e fertilizando o solo.

3. PROPOSTAS ESTRATÉGICAS

Tendo-se presentes os pontos fracos identificados e as ameaças, importa definir uma estratégia que aposte decididamente na qualidade em todos os segmentos da fileira e na sua melhor integração vertical e horizontal. Nesse sentido propõe-se o seguinte:

- É urgente a criação de condições para a melhoria das condições higio-sanitárias e do manejo dos rebanhos;
- Dever-se-á incentivar e apoiar a produção de leite para transformação em queijo;
- Algumas das explorações de carne com IGP devem evoluir para um patamar de carne biológica;
- O fortalecimento da organização comercial primária deve continuar a nortear as actuações do sector pelo que se deve promover apoios na sua integração horizontal por intermédio das organizações já existentes;

- e) O abate, a desmancha, o acondicionamento e a comercialização deverão também evoluir no reforço da integração vertical da fileira com base nas organizações já existentes;
- f) A transferência de conhecimentos técnico-científicos deve ser também devidamente apoiada, em particular aquela que tenha em vista introduzir qualidade nos produtos e nos processos em estreita parceria com todos os agentes da fileira;
- g) A curto prazo importa ajustar bem o sector ao território através de um correcto ordenamento silvo-pastoril.

4. OBJECTIVOS OPERACIONAIS, ACÇÕES, METAS, INVESTIMENTO E ENQUADRAMENTO

Nas Fichas OP e AMI que a seguir se apresentam estão estabelecidos os Objectivos Operacionais e as Acções, Metas, Enquadramento e Investimento que se propõem como necessários para realizar as propostas estratégicas e os Objectivos Específicos de curto/médio prazo da Estratégia de Desenvolvimento preconizada para a Região.

EIXO 1 - Competitividade

 1.1 – Fileiras

Ficha: OP

MATRIZ DE OBJECTIVOS OPERACIONAIS

FILEIRA Nº. 7 - OVINOS + CAPRINOS E LACTICÍNIOS

DOMÍNIOS: SEGMENTOS:	TECNOLÓGICO ESPECÍFICO	FORMAÇÃO	AMBIENTE	TICs	REGIMES DE QUALIDADE	COOPERAÇÃO	INOVAÇÃO	ENQUADRA MENTO
EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA	1.Aumentar a produtividade do trabalho e melhorar as condições da sua realização							M6
	2.Aumentar a oferta de leite de cabra e de ovelha no mercado regional							M6
		3.Formar pastores						M1
			4.Implementar a gestão integrada das superfícies pastoris dos baldios					M6 e Outro
						5.Criar uma bolsa de pastores		M5
						6. Criar serviço de gestão e aconselhamento especializado		M5
							7. Criar observatório do maneio e pastoreio	M9
							8.Criar sistema de apoio à tomada de decisão na gestão de superfícies pastoris	M9
RECOLHA OU CONCENTRAÇÃO	1.Monitorizar a qualidade do leite de cabra e de ovelha							M8
				2.Criar plataforma de informação via internet especializada				M8
	3.Criar serviço de recolha de leite até à transformação							M8
TRANSFORMAÇÃO	1.Aumentar a quota de mercado dos lacticínios							M8
	2. Divulgar queijos							M1
DISTRIBUIÇÃO								

EIXO 1 - Competitividade

1.1 - Fileiras

Ficha: AMI

ACÇÕES, METAS, ENQUADRAMENTO E INVESTIMENTO

FILEIRA Nº. 7 - OVINOS + CAPRINOS E LACTICÍNIOS

	OBJECTIVOS OPERACIONAIS	ACÇÕES A DESENVOLVER	METAS	ENQUADRAMENTO	INVESTIMENTO
Exploração Agrícola	1. Aumentar a produtividade do trabalho e melhorar as condições da sua realização	Construção de alojamentos apropriados	20 ovis ou capris	M6	1.000.000
		Requalificação de caminhos agrícolas	20 km	M10	400.000
		Instalação de cercas fixas e móveis	20 km de cercas móveis e 20 Km de cercas fixas	M6	120.000
		Instalação de pastagens	150 há	M6	90.000
		Aquisição de cães de volteio	20 cães	M6	40.000
		Aquisição de máquinas e equipamentos	20 explorações equipadas	M6	900.000
	2. Aumentar a oferta de leite de cabra e de ovelha no mercado regional	Aquisição de máquinas e equipamentos	20 explorações equipadas para produção de leite	M6	1.000.000
		Construção de alojamentos	20 capris e/ou ovis	M6	1.000.000
		Instalação de pastagens	100 há	M6	60.000
	3. Formar pastores	Cursos em situações reais de produção	70 cursos; 1050 formandos; 2100 horas	M1	231 000
	4. Implementar a gestão integrada das superfícies pastoris dos baldios	Requalificação e/ou manutenção de pastagens semi-naturais	250 há	M6	150.000
	5. Criar uma bolsa de pastores	Criação de uma bolsa de pastores	1 bolsa	M5	10.000
Recolha ou concentração	6. Criar serviço de gestão e aconselhamento	Criação de serviço de gestão especializado em pequenos ruminantes	2 técnicos; 1 administrativo e equipamento	M5	300 000
	7. Criar Observatório de manejo e pastoreio	Rede regional de observação e demonstração	50 explorações acompanhadas	M9	1.250.000
	8. Criar sistema de apoio à tomada de decisão na gestão de superfícies pastoris	Criar um sistema de posicionamento global dos percursos de pastoreio	25 rebanhos	M9	250.000
Transformação	1. Monitorizar a qualidade do leite de cabra e de ovelha	Requalificação de um laboratório	Unidade	M8	150.000
	2. Criar plataforma de informação via internet especializada	Criar e gerir um sitio para a colocação de toda a informação	1 sitio	M8	50.000
	3. Criar serviço de recolha de leite até à transformação	Criação de um serviço de recolha de leite da produção à transformação	1 serviço	M8	150.000
Distribuição	1. Aumentar a quota de mercado dos lacticínios	Instalação de queijarias	2 queijarias	M8	300.000
	2. Divulgar queijos	Realização de provas de queijos de cabra e de ovelha	30 acções	M1	36.000
Total					7.487 000

5. INVESTIMENTO POR DOMÍNIOS OPERACIONAIS

<i>Domínios:</i> <i>Segmentos:</i>	<i>Tecnológico</i>	<i>Formação</i>	<i>Ambiente</i>	<i>TICs</i>	<i>Regimes Qualidade</i>	<i>Cooperação</i>	<i>Inovação</i>	Total
Exploração Agrícola	4.610.000	231 000	150.000	0	0	310.000	1.500.000	6.801 000
Recolha/Concentração	350.000	0	0	0	0	0	0	350.000
Transformação	300.000	36.000	0	0	0	0	0	336.000
Distribuição	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	5.260.000	267 000	150.000	0	0	310.000	1.500.000	7.487 000

6. INVESTIMENTO POR MEDIDAS

<i>Medidas:</i>	<i>Investimento</i>
M1 Formação e Informação	267 000
M5 Criação de Serviços de Gestão, Substituição e Aconselhamento	310.000
M6 Modernização das Explorações Agrícolas	4.360.000
M8 Aumento do Valor dos Produtos Agrícolas e Florestais	650.000
M9 Cooperação para a elaboração de novos produtos, processos e tecnologias	1.500.000
M10 Infra-estruturas	400.000
M13 Apoio Agricultores Regimes de Qualidade	0
M14 Apoio Agrupamentos Regimes de Qualidade	0
Total	7.487 000

7. MEDIDAS DE POLÍTICA E RECOMENDAÇÕES

- a) Rever o apoio aos Livros de Registo Zootécnico;
- b) É urgente implementar o Sistema de Identificação Electrónica de pequenos ruminantes já decidido no âmbito da UE;
- c) É urgente definir-se uma tabela de classificação do leite entre produtores e transformadores, a qual pode ser mediada pelos Serviços Agrícolas;
- d) As acções de inovação deverão ser realizadas em parceria entre os Serviços Agrícolas com os produtores e os transformadores.

F8 – APICULTURA

1 EVOLUÇÃO E SITUAÇÃO

1.0. Síntese

A fileira de “Apicultura” teve no seu conjunto uma evolução bastante negativa entre 1989 e 1999, pois assistiu-se a uma quebra no efectivo e também no número de explorações.

Na última década foi implementada a IGP “Mel Terras Altas do Minho”.

Com base no registo veterinário o número de colmeias+cortiços evidencia ter existido um grande crescimento do nº de colmeias ou então o RGA não conseguiu inquirir todos os apicultores dados os seus estatutos de não profissionais e atendendo à natureza da actividade não estar necessariamente ligada a uma exploração agrícola própria.

Os preços têm tendência a decrescer por influência da forte concorrência internacional que já se faz sentir em resultado da abertura de fronteiras aos países terceiros e em consequência dos acordos na OMC. Observa-se, no entanto, que os preços na base da qualidade garantida têm tendência inversa.

1.1. Explorações e Efectivos

Os Quadros 1. dá-nos as alterações das explorações, das colmeias e dos cortiços, ocorridas entre 1989 e 1999, nas regiões agrárias do continente. O EDM representava, em 1999, 19 % do total das explorações do Continente e 8 % do total das “colmeias + cortiços” e dez anos antes tinha como pesos 25 % e 14 % respectivamente. A evolução da região teve uma quebra nas explorações de 67,5 % e uma quebra também de 54,5 % nas “colmeias+cortiços”, apesar da dimensão média ter passado de 5 para 7 “colmeias+cortiços” por exploração.

Quadro 1. Explorações, Colmeias e Cortiços segundo RGA 1989 e 1999

Unidade Geográfica	Nº. de colmeias povoadas				Nº. de cortiços povoados				Total colmeias + cortiços			
	1989		1999		1989		1999		1989		1999	
	Nº exp	Nº	Nº exp	Nº	Nº exp	Nº	Nº exp	Nº	Nº exp	Nº	Nº exp	Nº
Entre Douro e Minho	5498	28766	2982	20175	6346	22903	693	3324	10017	51669	3257	23499
Trás-os-Montes	3458	37495	1935	43556	4219	34595	606	3669	6080	72090	2072	47225
Beira Litoral	6491	31029	4423	33789	5881	31304	1134	8853	9802	62333	4686	42642
Beira Interior	2251	17821	2398	28135	5463	39822	1777	16986	6617	57643	3202	45121
Ribatejo e Oeste	1480	11018	963	16775	1345	6830	296	1962	2354	17848	1081	18737
Alentejo	1825	39639	1135	49602	2424	27824	739	10041	3336	67463	1369	59643
Algarve	898	23381	757	36541	890	8405	532	6520	1440	31786	1013	43061
Continente	21901	189149	14593	228573	26568	171683	5777	51355	39646	360832	16680	279928

INE-RGA 89-99

1.2. Localização e Concentração

Da leitura do Quadro 2. tiramos as seguintes conclusões:

- Todos os concelhos possuíam apicultura com excepção dos três concelhos urbanos;
- As Nuts Minho-Lima e Tâmega detinham mais de 57 % da “colmeias+cortiços”;
- A Zona Interior detinha 50 %, seguida da Zona Intermédia com 37 %:

Quadro 2. Colmeias e Cortiços por Nut III, concelhos e Zonas Agro-ecológicas

Unidade Geográfica	Nº. de colmeias		Nº. de cortiços		colmeias + cortiços		%	Zonas Agro-ecológicas		
	Nº exp	Nº	Nº exp	Nº	Nº exp	Nº		Lit	Idia	Int
Entre Douro e Minho	2.982	20.175	693	3.324	3.257	23.499	100,0	12,9	37,1	50,0
Minho-Lima	887	5.473	220	1.217	959	6.690	28,5			
Arcos de Valdevez	61	264	30	183	79	447	1,9			1,9
Caminha	78	962	30	128	82	1.090	4,6	4,6		
Melgaço	159	661	61	577	172	1.238	5,3			5,3
Monção	98	477	26	89	107	566	2,4		2,4	0,0
Paredes de Coura	44	217	16	40	52	257	1,1			1,1
Ponte da Barca	38	415	9	21	42	436	1,9			1,9
Ponte de Lima	183	819	17	70	189	889	3,8		3,8	
Valença	65	305	8	34	70	339	1,4		1,4	
Viana do Castelo	117	993	11	29	122	1.022	4,3	4,3		

Vila Nova de Cerveira	44	360	12	46	44	406	1,7		1,7	
Cávado	688	2.813	87	220	729	3.033	12,9			
Amares	65	456	3	5	65	461	2,0		2,0	
Barcelos	188	572	17	37	198	609	2,6		2,6	
Braga	95	279	10	13	97	292	1,2		1,2	
Esposende	29	171	2	2	29	173	0,7	0,7		
Terras de Bouro	131	776	22	85	138	861	3,7			3,7
Vila Verde	180	559	33	78	202	637	2,7		2,7	
Ave	425	2.709	45	209	448	2.918	12,4			
Fafe	68	886	6	17	70	903	3,8			3,8
Guimarães	91	333	5	5	93	338	1,4		1,4	
Póvoa de Lanhoso	65	238	9	47	73	285	1,2			1,2
Santo Tirso	29	169	5	19	31	188	0,8		0,8	
Trofa	8	164	2	14	10	178	0,8	0,8		
Vieira do Minho	109	651	13	96	114	747	3,2			3,2
Vila Nova de Famalicão	52	251	5	11	54	262	1,1		1,1	
Vizela	3	17	-	-	3	17	0,1		0,1	
Grande Porto	70	990	16	88	77	1.078	4,6			
Espinho	-	-	-	-	-	-	-			
Gondomar	22	491	2	8	23	499	2,1		2,1	
Maia	10	31	3	6	10	37	0,2	0,2		
Matosinhos	-	-	1	12	1	12	0,1	0,1		
Porto	-	-	-	-	-	-	-	-		
Póvoa de Varzim	2	...	-	-	2	6	0,0			
Valongo	13	295	8	49	17	344	1,5		1,5	
Vila do Conde	12	62	1	10	12	72	0,3	0,3		
Vila Nova de Gaia	11	105	1	3	12	108	0,5	0,5		
						1.078	4,6			
Tâmega	655	5.988	217	855	756	6.843	29,1			
Amarante	74	760	18	40	81	800	3,4			3,4
Baião	46	292	18	39	54	331	1,4			1,4
Castelo de Paiva	32	299	28	80	49	379	1,6			1,6
Cabeceiras de Basto	39	603	16	97	46	700	3,0			3,0
Celorico de Basto	53	346	25	87	69	433	1,8			1,8
Cinfães	50	368	14	38	56	406	1,7			1,7
Felgueiras	50	279	3	10	50	289	1,2		1,2	
Lousada	22	191	3	4	23	195	0,8		0,8	
Marco de Canaveses	64	390	11	16	71	406	1,7			1,7
Mondim de Basto	78	488	36	174	88	662	2,8			2,8
Paços de Ferreira	19	292	3	10	20	302	1,3		1,3	
Paredes	26	175	14	36	33	211	0,9		0,9	
Penafiel	65	1.027	9	15	70	1.042	4,4		4,4	
Resende	11	87	1	1	12	88	0,4			0,4
Ribeira de Pena	26	391	18	208	34	599	2,5			2,5
Entre Douro e Vouga	257	2.202	108	735	288	2.937	12,5			
Arouca	125	1.145	74	615	146	1.760	7,5			7,5
Oliveira de Azeméis	38	373	5	11	39	384	1,6		1,6	
Santa Maria da Feira	46	316	5	26	48	342	1,5	1,5		
São João da Madeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Vale de Cambra	48	368	24	83	55	451	1,9	0,0	1,9	

Fonte: RGA 1999

Observação: Com base no Programa Apícola Nacional 2005-2007 existiam registados na DGV em 18.01.2006 os seguintes dados relativamente ao EDM:

- N° Apicultores – 1 971
- N°. de Apiários – 3 123
- N°. de Colmeias/cortiços – 52 660.

Ora, com base nestes dados mais recentes pode-se eventualmente concluir que a actividade apícola teve um crescimento significativo desde 1999, traduzido no aumento de 124 % no número de colmeias+cortiços. Tal conclusão porém pode não ser totalmente aderente da realidade, uma vez que a actividade é exercida por muitos que não têm outra actividade agrícola, isto é, por não profissionais e que por esse facto não foram inquiridos no último RGA.

1.3. Produção

O Quadro 3. dá-nos as produções regionais mais recentes de mel e cera que foram estimadas partir da produção nacional (Fonte: INE) por aplicação do coeficiente ponderado da representação do EDM em colmeias e cortiços.

Quadro 3. Produção Estimada do EDM (Uni: 10³ ton)

Unidade Geográfica		2002	2003	2004
Portugal	Mel	7 861	7 310	6 737
	Cera	295	275	255
EDM	Mel	671	624	575
	Cera	25	24	22

As produções anuais do EDM são o equivalente a 8,5 % da produção nacional.

1.4. Extracção e Acondicionamento

O número de salas de extracção e de acondicionamento devidamente licenciadas em termos de higiene e de segurança alimentar mostram-se ainda insuficientes, pelo que é urgente o apoio na montagem de mais salas devidamente equipadas.

1.5. Consumo

Grau de Auto-Aprovisionamento

O grau de auto-aprovisionamento de mel, nos anos de 2000 – 2003, em Portugal situou-se em valores próximos de 80 %.

Consumo per capita

O consumo de mel *per capita* tem-se vindo a situar em 0,5 kg.

Consumo Regional (edível)

A região com os seus cerca de 3,3 milhões de habitantes consome o equivalente a 31,15 % do consumo nacional quando apenas produz cerca de 30 % do que consome.

Quadro 8. Estimativa do Consumo Regional

	População Residente	Consumo (ton)
EDM	31,15 %	1 558
Portugal	100 %	5 000

Fonte: INE.

1.6. Preços dos Produtos e dos Meios

Os preços do mel na produção têm tido uma tendência decrescente nos últimos anos. Em contrapartida os meios de produção utilizados evidenciam uma tendência crescente.

As afirmações anteriores têm como suporte recolhas directas na produção regional, pois não há informação estatística disponível.

Contudo, a produção na base da qualidade garantida tem tido uma tendência de evolução inversa no que diz respeito a preços.

2. ANÁLISE DO POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO

Pontos Fracos	Pontos Fortes
<ul style="list-style-type: none"> .Baixo nível de formação dos apicultores; .Actividade exercida em regime de complementaridade, isto é, por não profissionais; 	<ul style="list-style-type: none"> .A flora e as condições climatéricas são muito boas para a produção de méis de boa qualidade; .Os modelos de produção instalados permitem

<ul style="list-style-type: none"> • Falta de centrais meleiras que permitam melhorar as condições de higiene e segurança alimentar e a auto-organização dos apicultores; • Falta de um plano de ordenamento das zonas de pastoreio, acompanhado de regras e critérios de utilização que evitem encabeçamentos muito elevados e a disputa indiscriminada das mesmas por muitos apicultores, o que é fonte de problemas sanitários. 	<p><i>produções a custos de baixos e com produtividades elevadas.</i></p>
<p style="text-align: center;">Ameaças</p> <ul style="list-style-type: none"> • Entrada de mel de países terceiros a preços mais baixos, nomeadamente da China. 	<p style="text-align: center;">Oportunidades</p> <ul style="list-style-type: none"> • A proximidade de um grande mercado consumidor continua a constituir uma oportunidade fundamental para os apicultores regionais e está desejoso de qualidade garantida.

3. PROPOSTAS ESTRATÉGICAS

Tendo-se presentes os pontos fracos identificados e as ameaças, importa definir uma estratégia que aposte decididamente na qualidade em todos os segmentos da fileira e na sua melhor integração vertical e horizontal. Nesse sentido propõe-se o seguinte:

- a) Aumentar a produção uma vez que existe um potencial de pastoreio disponível e a produção regional é ainda bastante reduzida face ao consumo;
- b) Melhorar as condições de produção, modernizando os apiários;
- c) Melhorar a preparação dos apicultores, através de programas de formação contínua;
- d) Aumentar o número de centrais meleiras que promova a qualificação do mel e a auto-organização dos apicultores;
- e) Criar uma plataforma de promoção da comercialização dos méis regionais com base na internet.

4. OBJECTIVOS OPERACIONAIS, ACÇÕES, METAS, INVESTIMENTO E ENQUADRAMENTO

Nas Fichas OP e AMI que a seguir se apresentam estão estabelecidos os Objectivos Operacionais e as Acções, Metas, Enquadramento e Investimento que se propõem como necessários para realizar as propostas estratégicas e os Objectivos Específicos de curto/médio prazo da Estratégia de Desenvolvimento preconizada para a Região.

EIXO 1 - Competitividade								
1.1 – <u>Fileiras</u>								
Ficha: OP								
<u>MATRIZ DE OBJECTIVOS OPERACIONAIS</u>								
FILEIRA Nº 8 - APICULTURA								
DOMÍNIOS:	TECNOLÓGICO ESPECÍFICO	FORMAÇÃO	AMBIENTE	TICs	REGIMES DE QUALIDADE	COOPERAÇÃO	IDE	ENQUADRAMENTO
SEGMENTOS:								
EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA	1. Aumentar a produção							M6
	2. Melhorar as condições de produção							M6
	3. Formar os apicultores							M1
EXTRACÇÃO E ACONDICIONAMENTO	1. Melhorar a extracção e o acondicionamento							M8
							2. Promover um estudo sobre cristalização do mel	M9
							3. Estudar novas formas de acondicionamento	M9
DISTRIBUIÇÃO				4. Erguer uma plataforma de promoção e venda				M8

EIXO 1 – Competitividade

 1.1 – Fileiras

 Ficha: **AMI**

 FILEIRA Nº. 8 - APICULTURA
ACÇÕES, METAS, ENQUADRAMENTO E INVESTIMENTO

	OBJECTIVOS OPERACIONAIS	ACÇÕES A DESENVOLVER	METAS	ENQUADRAMENTO	INVESTIMENTO
Exploração Agrícola	1. Aumentar a produção	Aquisição de colmeias povoadas, alças, rede e instalação	200 apiários	M6	600 000
	2. Melhorar as condições de produção	Adaptação da instalação das colmeias e cortiços existentes	400 apiários	M6	200.000
	3. Formar os apicultores	Realização de cursos específicos de apicultura	100 cursos	M1	990 000
			1500 formandos		
			9000 horas		
Extracção e Acondicionamento	1. Melhorar a extracção e o acondicionamento	Instalação de salas de extracção e acondicionamento	50 salas	M6	625 000
	2. Promover estudo sobre cristalização do mel	Realização de estudo sobre técnicas de anular a cristalização	1 estudo	M9	100 000
Distribuição	3. Estudar novas formas de acondicionamento do mel	Realização de estudo sobre formas de acondicionamento	1 estudo	M9	100 000
Distribuição	1. Erguer uma plataforma de promoção e distribuição	Aquisição de plataforma para a promoção e comercialização por internet	1 unidade	M8	20.500
Total					2 635 500

5. INVESTIMENTO POR DOMÍNIOS OPERACIONAIS

<i>Domínios:</i> <i>Segmentos:</i>	<i>Tecnológico</i>	<i>Formação</i>	<i>Ambiente</i>	<i>TICs</i>	<i>Regimes Qualidade</i>	<i>Cooperação</i>	<i>Inovação</i>	Total
Exploração Agrícola	800 000	990 000	0	0	0	0	0	1 790 000
Recolha/Concentração	-	-	-	-	-	-	-	-
Transformação	625 000	0	0	0	0	0	200 000	825 000
Distribuição	0	0	0	20 500	0	0	0	20 500
Total	1 425 000	990 000	0	20 500	0	0	200 000	2 635 500

6. INVESTIMENTO POR MEDIDAS

<i>Medidas:</i>	<i>Investimento</i>
M1 Formação e Informação	990 000
M5 Criação de Serviços de Gestão, Substituição e Aconselhamento	0
M6 Modernização das Explorações Agrícolas	1 425 000
M8 Aumento do Valor dos Produtos Agrícolas e Florestais	20 500
M9 Cooperação para a elaboração de novos produtos, processos e tecnologias	200 000
M10 Infra-estruturas	0
M13 Apoio Agricultores Regimes de Qualidade	0
M14 Apoio Agrupamentos Regimes de Qualidade	0
Total	2 635 500

7. MEDIDAS DE POLÍTICA E RECOMENDAÇÕES

Recomenda-se que se promova a elaboração de um plano de ordenamento das pastagens de pastoreio apícola e se promova o licenciamento dos apiários na base do plano por razões essencialmente de prevenção sanitária e nutricionais.

F9 – FRUTOS FRESCOS

1. EVOLUÇÃO E SITUAÇÃO

1.0. Síntese

A fileira de “Frutos frescos” na última década e meia teve uma evolução no conjunto positiva, apesar de se ter assistido a uma quebra nas áreas e nas explorações mas que foram compensadas por aumentos de produtividade.

Assistiu-se também:

- a uma quebra na produção de “frutos frescos sem citrinos e sem sub-tropicais” que foi atenuada pelo grande incremento registado na cereja;
- a um aumento na produção de “sub-tropicais”, principalmente de kiwi;
- e, a uma produção constante nos citrinos.

Conclui-se, assim, que a maçã, a pêra e o pêssego são as principais responsáveis pela quebra nos frutos frescos quer em área quer no n.º de explorações.

Uma boa parte da produção de frutas passou a ser produzida em modo de protecção integrada.

Muitas das estruturas de selecção, de acondicionamento e de comercialização existentes na região nasceram no período em análise e as mais antigas carecem de modernização.

A evolução dos preços na última década foram crescentes e em ritmo ligeiramente superior ao verificado nos meios de produção mais utilizados.

1.1. Explorações e Áreas

Frutos Frescos (sem citrinos e sub-tropicais)

O Quadro 1. dá-nos as alterações das explorações e das áreas, ocorridas entre 1989 e 1999, nas regiões agrárias do continente em Frutos Frescos. O EDM representava, em 1999, 4 % da no total da área do Continente e 8 % das explorações e dez anos antes representava também 4 % da área e 9 % das explorações. Verifica-se também que a região em frutos frescos registou uma quebra nas explorações de 36 % e um decréscimo de 31 % na área.

Quadro 1. Frutos Frescos segundo os RGA 89 e 99

Unidade Geográfica	1989				1999			
	Nº exp	%	Área	%	Nº exp	%	Área	%
Entre Douro e Minho	7.985	9	2.709	4	5.106	8	1.868	4
Trás-os-Montes	12.793	15	7.985	11	14.130	23	9.051	17
Beira Litoral	10.350	12	4.457	6	7.475	12	3.563	7
Beira Interior	7.470	9	10.215	13	7.085	12	6.769	13
Ribatejo e Oeste	31.559	37	38.763	51	15.986	26	24.614	47
Alentejo	4.383	5	5.369	7	3.270	5	2.686	5
Algarve	10.728	13	6.217	8	8.425	14	3.791	7
Continente	85.268	100	75.715	100	61.477	100	52.342	100

Citrinos

O Quadro 2. dá-nos as alterações das explorações e das áreas, ocorridas entre 1989 e 1999, nas regiões agrárias do continente em citrinos. O EDM representava, em 1999, 3 % do total da área do Continente e 13 % das explorações quando dez anos antes era de 4 % e 14 % respectivamente. Verifica-se também que a região registou uma quebra nas explorações de 29 % e um decréscimo de 26 % na área.

Quadro 2. Citrinos segundo os RGA 89 e 99

Unidade Geográfica	1989				1999			
	Nº exp	%	Área	%	Nº exp	%	Área	%
Entre Douro e Minho	6.876	14	937	4	4.929	13	696	3
Trás-os-Montes	1.696	4	483	2	2.350	6	585	3
Beira Litoral	6.017	13	851	3	4.579	12	631	3
Beira Interior	2.000	4	593	2	2.649	7	415	2
Ribatejo e Oeste	12.981	27	4.285	17	8.044	21	2.789	12
Alentejo	6.366	13	3.666	14	5.142	14	2.188	10
Algarve	11.785	25	14.783	58	9.964	26	15.124	67
Continente	47.721	100	25.598	100	37.657	100	22.428	100

Frutos Sub-Tropicais

O Quadro 3. dá-nos as alterações das explorações e das áreas, ocorridas entre 1989 e 1999, nas regiões agrárias do continente em “frutos sub-tropicais”. O EDM representava, em 1999, 65 % do total da área do Continente e 55 % das explorações, quando dez anos antes tinha 60 % e 53 % respectivamente. Verifica-se também que a região registou um aumento nas explorações de 75 % e um crescimento de 26 % na área.

Quadro 3. Frutos Sub-Tropicais segundo os RGA 89 e 99

Unidade Geográfica	1989				1999			
	Nº exp	%	Área	%	Nº exp	%	Área	%
Entre Douro e Minho	561	53	621	60	984	55	780	65
Trás-os-Montes	21	2	5	0	21	1	4	0
Beira Litoral	184	17	138	13	343	19	173	14
Beira Interior	14	1	30	3	36	2	4	0
Ribatejo e Oeste	62	6	62	6	70	4	12	1
Alentejo	24	2	58	6	33	2	7	1
Algarve	200	19	128	12	294	17	217	18
Continente	1.066	100	1.042	100	1.781	100	1.197	100

Kiwi

Dado que o principal fruto sub-tropical do EDM é o Kiwi, apresenta-se no Quadro 4. as alterações das explorações e das áreas, ocorridas entre 1989 e 1999, nas regiões agrárias do continente. O EDM representava, em 1999, 80 % do total da área do Continente e 68 % das explorações, quando dez anos antes tinha 72 % e 67 % respectivamente. Verifica-se também que a região registou um aumento nas explorações de 77 % e um crescimento de 27 % na área.

Quadro 4. Kiwi segundo os RGA 89 e 99

Unidade Geográfica	1989				1999			
	Nº exp	%	Área	%	Nº exp	%	Área	%
Entre Douro e Minho	555	67	612	72	980	68	778	80
Trás-os-Montes	21	3	5	1	21	1	4	0
Beira Litoral	179	22	137	16	329	23	171	18
Beira Interior	13	2	25	3	36	3	4	0
Ribatejo e Oeste	45	5	59	7	34	2	8	1
Alentejo	5	1	2	0	13	1	3	0
Algarve	11	1	6	1	18	1	2	0
Continente	829	100	846	100	1.431	100	970	100

1.2. Localização e Concentração

Da leitura do Quadro 5. tiramos as seguintes conclusões:

- Quase todos os concelhos são produtores de fruta;
- Nos frutos frescos destacam-se os concelhos de Resende (com a cereja) e Ponte de Lima (com a maçã);
- Nos citrinos o destaque vai para os concelhos de Amares, Baião e Santa Maria da Feira;
- Nos frutos sub-tropicais os concelhos mais representativos são Felgueiras, Vila Verde, Amares e Guimarães (todos em kiwi);
- A Zona Intermédia é maioritária em frutas com 50 % seguida da Zona Interior;
- A Nut Tâmega destaca-se com perto de 40 % da área total de fruta.

Quadro 5. Explorações de frutos frescos por Nuts III, por concelhos e Zonas Agro-ecológicas

Unidade Geográfica	Frutos frescos		Citrinos		Sub-tropicais		Área Total	Lit	Idia	Int
	Nº explorações	Área	Nº explorações	Área	Nº explorações	Área	%	%	%	%
Entre Douro e Minho	5.106	1.868	4.929	696	984	780	100,0	7,3	40,7	52,0
Minho-Lima	682	188	679	52	121	75	10,1			
Arcos de Valdevez	116	7	118	6	9	3	0,4			0,4
Caminha	67	6	51	3	6	0	0,3	0,3		
Melgaço	14	1	14	0	2	1	0,1			0,1
Monção	31	1	17	0	15	3	0,1		0,1	

Paredes de Coura	12	3	4	1	2	1	0,2		0,2
Ponte da Barca	27	6	43	1	4	1	0,3		0,3
Ponte de Lima	144	117	181	24	25	19	6,3	6,3	
Valença	27	3	15	1	13	26	0,2	0,2	
Viana do Castelo	232	43	233	16	42	21	2,3	2,3	
Vila Nova de Cerveira	12	1	3	0	3	1	0,1	0,1	
Cavado	1.339	341	1.837	268	207	189	18,3		
Amares	143	117	460	142	36	59	6,3	6,3	
Barcelos	490	59	532	41	55	29	3,2	3,2	
Braga	228	75	230	28	61	36	4,0	4,0	
Esposende	314	13	312	10	8	0	0,7	0,7	
Terras de Bouro	18	6	86	7	5	0	0,3		0,3
Vila Verde	146	71	217	40	42	65	3,8	3,8	
Ave	789	214	908	98	154	146	11,5		
Fafe	44	6	61	4	8	3	0,3		0,3
Guimarães	215	60	227	21	35	58	3,2	3,2	
Póvoa de Lanhoso	48	29	164	13	9	27	1,6		1,6
Santo Tirso	195	50	145	21	31	7	2,7	2,7	
Trofa	40	9	25	3	12	5	0,5	0,5	
Vieira do Minho	19	4	97	10	3	0	0,2		0,2
Vila Nova de Famalicão	214	41	179	23	51	38	2,2	2,2	
Vizela	14	16	10	2	5	8	0,9	0,9	
Grande Porto	429	90	283	46	193	183	4,8		
Espinho	6	3	5	1	2		0,2	0,2	
Gondomar	74	23	53	10	36	18	1,2	1,2	
Maia	68	12	37	3	29	37	0,6	0,6	
Matosinhos	24	7	13	2	8	8	0,4	0,4	
Porto							0,0	0,0	
Póvoa de Varzim	110	5	63	2	26	8	0,3	0,3	
Valongo	17	8	5	1	14	19	0,4	0,4	
Vila do Conde	57	9	50	15	22	44	0,5	0,5	
Vila Nova de Gaia	73	24	57	12	56	48	1,3	1,3	
Tâmega	1.435	983	968	166	219	167	52,6		
Amarante	38	23	33	5	19	19	1,2		1,2
Baião	132	69	183	66	10	1	3,7		3,7
Castelo de Paiva	106	6	71	3	5	1	0,3		0,3
Cabeceiras de Basto	39	10	35	6	2	1	0,5		0,5
Celorico de Basto	74	18	126	8	3	0	1,0		1,0
Cinfães	85	43	53	6	1	1	2,3		2,3
Felgueiras	76	27	22	2	40	69	1,4	1,4	
Lousada	48	13	23	4	24	15	0,7	0,7	
Marco de Canaveses	122	49	174	34	20	14	2,6		2,6
Mondim de Basto	33	3	30	1	2	1	0,2		0,2
Paços de Ferreira	37	7	13	1	10	4	0,4	0,4	
Paredes	85	24	49	7	23	12	1,3	1,3	
Penafiel	135	27	94	10	52	27	1,4	1,4	
Resende	420	655	62	15	7	1	35,1		35,1
Ribeira de Pena	5	8			1	1	0,4		0,4
Entre Douro e Vouga	432	52	254	66	90	19	2,8		
Arouca	174	26	53	2	16	1	1,4		1,4
Oliveira de Azeméis	165	17	128	7	41	4	0,9	0,9	
Santa Maria da Feira	38	5	41	55	21	9	0,3	0,3	
São João da Madeira							0,0	0,0	
Vale de Cambra	55	4	32	1	12	7	0,2	0,2	

1.3. Produções e Produtividades

Frutos Frescos (sem citrinos mas com sub-tropicais)

O Quadro 6. dá-nos às áreas mais recentes, as produções e as produtividades regionais dos frutos frescos e dos principais frutos sem incluir os citrinos mas incluindo os sub-tropicais

Quadro 6. Principais Frutos Frescos - produções e produtividades

		2000	2001	2002	2003	2004	Média Quinq.
Total Frutos Frescos	Área (ha)	2.770,72	2.788,00	2.816,50	2.833,50	2.872,94	2.816,33
	Rendimento (kg/ha)	7.094,26	4.647,24	8.841,47	6.960,65	7.341,73	6.982,85
	Produção(t)	19.656,21	12.956,50	24.902,00	19.723,00	21.092,35	19.666,01
Ameixa	Área (ha)	65,88	65,70	66,00	66,00	64,70	65,66
	Rendimento (kg/ha)	7.351,70	7.287,67	8.136,36	5.318,18	6.166,92	6.854,30
	Produção(t)	484,33	478,80	537,00	351,00	399,00	450,03
Cereja	Área (ha)	792,60	800,60	813,00	813,00	815,60	806,96
	Rendimento (kg/ha)	1.334,85	965,78	4.113,16	3.280,44	3.430,60	2.637,11
	Produção(t)	1.058,00	773,20	3.344,00	2.667,00	2.798,00	2.128,04
Dióspiro	Área (ha)	-	-	-	14,00	14,10	5,62
	Rendimento (kg/ha)	-	-	-	14.642,86	14.503,55	14.572,95
	Produção(t)	-	-	-	205,00	204,50	81,90
Kiwi	Área (ha)	778,00	788,00	805,00	808,00	855,50	806,90
	Rendimento (kg/ha)	9.296,92	7.340,10	11.289,44	10.712,87	10.819,40	9.918,70
	Produção(t)	7.233,00	5.784,00	9.088,00	8.656,00	9.256,00	8.003,40
Maçã	Área (ha)	709,00	709,00	707,50	707,50	703,00	707,20
	Rendimento (kg/ha)	11.101,55	6.368,83	12.180,92	8.148,41	8.844,95	9.329,04
	Produção(t)	7.871,00	4.515,50	8.618,00	5.765,00	6.218,00	6.597,50
Marmelo	Área (ha)	18,24	17,70	18,00	18,00	18,04	18,00
	Rendimento (kg/ha)	9.080,59	9.435,03	9.555,56	6.888,89	8.306,54	8.651,70
	Produção(t)	165,63	167,00	172,00	124,00	149,85	155,70
Pêra	Área (ha)	166,00	166,00	166,00	166,00	164,00	165,60
	Rendimento (kg/ha)	6.770,48	3.391,57	7.746,99	4.951,81	5.170,73	5.607,37
	Produção(t)	1.123,90	563,00	1.286,00	822,00	848,00	928,58
Pêssego	Área (ha)	241,00	241,00	241,00	241,00	238,00	240,40
	Rendimento (kg/ha)	7.138,38	2.800,83	7.705,39	4.701,24	5.121,85	5.494,47
	Produção(t)	1.720,35	675,00	1.857,00	1.133,00	1.219,00	1.320,87

Fonte: INE

Citrinos

O Quadro 7. dá-nos às áreas mais recentes, as produções e as produtividades regionais de citrinos e dos principais frutos.

Quadro 7. Citrinos e principais frutos – produções e produtividades

		2000	2001	2002	2003	2004	Média Quinq.
Citrinos	Area (ha)	700	702	702	702	702	702
	Rendimento (kg/ha)	10.501	10.194	10.823	10.689	10.405	10.522
	Produção (t)	7.353	7.156	7.598	7.504	7.308	7.384
Laranja	Area (ha)	510	510	510	510	510	510
	Rendimento (kg/ha)	9.968	9.739	10.502	10.371	10.112	10.138
	Produção (t)	5.084	4.967	5.356	5.289	5.157	5.171
Limão	Area (ha)	92	92	92	92	92	92
	Rendimento (kg/ha)	14.000	13.913	13.957	13.859	13.522	13.850
	Produção (t)	1.284	1.280	1.284	1.275	1.244	1.273
Tangerina	Area (ha)	99	100	100	100	100	100
	Rendimento (kg/ha)	10.000	9.090	9.580	9.400	9.037	9.419
	Produção (t)	985	909	958	940	907	940

1.4. Concentração, Acondicionamento e Escoamento

As principais estruturas de concentração e acondicionamento nasceram na última década e meia com excepção de duas e no conjunto dispõem de capacidade suficiente para tratamento da fruta produzida na região independentemente de começarem a carecer de substituir ou inovar alguns dos equipamentos que utilizam.

1.5. Consumo

Frutos Frescos (sem citrinos mas com sub-tropicais)

Grau de Aprovisionamento

O grau de aprovisionamento em 2002/2003 foi de 64 % em “frutos frescos sem citrinos e incluindo os sub-tropicais” em Portugal.

Consumo per capita

O consumo do total de frutos frescos *per capita* em Portugal foi de 87 kg em 2002/2003.

Consumo da Região

A região com os seus cerca de 3,3 milhões de habitantes consome o equivalente a 31,15 % do consumo nacional quando apenas produz 5 % do que consome

Quadro 8. Estimativa do Consumo Regional

	População Residente	Consumo (ton)
EDM	31,15 %	281 907
Portugal	100 %	905 000

Fonte: GPPAA - Anuário Vegetal de 2004.

Citrinos

Grau de Aprovisionamento

O grau de aprovisionamento em 2002/2003 foi de 85,1 % em “citrinos”. Portugal é assim um país importador.

Consumo per capita

O consumo de citrinos *per capita* em Portugal foi de 32,2 kg em 2002/2003.

Consumo da Região

A região com os seus cerca de 3,3 milhões de habitantes consome o equivalente a 31,15 % do consumo nacional quando apenas produz 7 % do que consome.

Quadro 9. Estimativa do Consumo Regional

	População Residente	Consumo (ton)
EDM	31,15 %	104 350
Portugal	100 %	335 000

Fonte: GPPAA - Anuário Vegetal de 2004.

1.6. Preços dos Produtos e dos Meios

A evolução dos índices de preços no produtor e dos meios de produção, tomando-se por base os preços em 1995, foram os seguintes:

Quadro 9. Índices de Preços dos Frutos Frescos e Meios Base: 100 - 1995

	Tipos	2002	2003	2004
Produtos	Frutos frescos (conjunto)	111,5	137,2	148,9
	Maçã: conjunto de variedades	117,4	117,4	137,5
	Pêra: conjunto de variedades	129,6	201,2	185,2
	Citrinos (conjunto)	82,9	86,5	93,6
	Laranja: conjunto de variedades	78,7	81	92,1
	Tangerina: conjunto de variedades	100,3	102	98
	Limão: conjunto de variedades	81,6	118,9	102,8
	Outros frutos frescos	109	148,5	163,9
	Pêssego: conjunto de variedades	103,8	143,2	164,1
	Melão: conjunto de variedades	139,7	109,2	114,2
	Sementes e plantas	93,69	117,7	116
Meios de Produção	Energia e lubrificantes	96,91	102,9	115,5
	Adubos e correctivos	117,17	115,3	125
	Máquinas e outros equipamentos	121,8	125,7	128,7

Fonte: INE

A evolução dos preços dos frutos frescos desde 1995 tem sido crescente, com excepção de alguns citrinos. De 2002 a 2004 a tendência foi francamente crescente. Já quanto aos meios de produção utilizados pela fileira a evolução foi negativa em todos os meios utilizados, mas com crescimentos inferiores aos dos preços dos produtos.

2. ANÁLISE DO POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO

<p>Pontos Fracos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pomares de pomóideas envelhecidos a necessitarem de substituição; • Pomares de citrinos a necessitarem de apoio na expansão e na organização; • Os pequenos frutos ainda com baixas produções necessitam de promoção e organização; • Fraca preparação dos produtores e operadores, particularmente em novos modos de produção; • Algumas unidades de concentração e selecção necessitam de se modernizar; 	<p>Pontos Fortes</p> <ul style="list-style-type: none"> • O sector tem tido um franco desenvolvimento no kiwi que importa continuar a desenvolver dadas as condições edafo-climáticas da região que se apresentam muito boas para a cultura; • A procura de kiwi tem vindo a aumentar e a região ainda não cobre 50 % dessas necessidades, no entanto já passou a ser uma região exportadora; • Boas condições para uma maior diversificação de frutos frescos; • Grande parte da produção tem sido feita em protecção integrada.
<p>Ameaças</p> <ul style="list-style-type: none"> • A região se não investir em pomóideas corre o risco de perder estas produções a médio prazo. 	<p>Oportunidades</p> <ul style="list-style-type: none"> • Portugal e a Região são deficitários em frutos frescos com um mercado consumidor a aumentar; • Aumento de produção em modo de produção biológico.

3. PROPOSTAS ESTRATÉGICAS

Tendo-se presentes os pontos fracos identificados e as ameaças, importa definir uma estratégia que aposte decididamente na qualidade em todos os segmentos da fileira e na sua melhor integração vertical e horizontal. Nesse sentido propõe-se o seguinte:

- Apoiar a reconversão dos pomares de macieiras e de pereiras;
- Apoiar a instalação de novos pomares de actinídeas, ameixoeiras e citrinos;
- Fomentar uma maior diversificação da produção através da instalação de pomares de pequenos frutos, com procura crescente e para os quais a região possui boas condições de estrutura fundiária e de recursos humanos;
- Apoiar as necessidades de inovação das estruturas de acondicionamento e comercialização;
- Apoiar a integração horizontal dos operadores na comercialização internacional;
- Estabelecer um plano de formação para técnicos, produtores e outros operadores que dê prioridade aos novos modos de produção;
- Desenvolver a inovação de processos e de produtos com os parceiros das fileiras, designadamente novos métodos de colheita, em novas formas de acondicionamento e de apresentação;

4. OBJECTIVOS OPERACIONAIS, ACÇÕES, METAS, INVESTIMENTO E ENQUADRAMENTO

Nas Fichas OP e AMI que a seguir se apresentam estão estabelecidos os Objectivos Operacionais e as Acções, Metas, Enquadramento e Investimento que se propõem como necessários para realizar as propostas estratégicas e os Objectivos Específicos de curto/médio prazo da Estratégia de Desenvolvimento preconizada para a Região.

EIXO 1 – Competitividade
 1.1 – Fileiras

Ficha: OP

MATRIZ DE OBJECTIVOS OPERACIONAIS

FILEIRA Nº 9 - FRUTOS FRESCOS

DOMÍNIOS: SEGMENTOS:	TECNOLÓGICO ESPECÍFICO	FORMAÇÃO	AMBIENTE	TICs	REGIMES DE QUALIDADE	COOPERAÇÃO	INOVAÇÃO	ENQUADRA MENTO
EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA	1. Melhorar as condições de produção das explorações e reestruturar e instalar novas plantações							M10/M6
	2.Otimizar a operação da colheita							M6
		3.Formar fruticultores e outros operadores da exploração						M1
			4.Otimizar a utilização da água					M6
			5-Minimizar o impacto ambiental da actividade agrícola					M6
				6.Incentivar a utilização das novas tecnologias na inovação, desenvolvimento e gestão empresarial				M6
					7.Apoiar fruticultores de novos modos de produção			M13
					8. Apoiar agrupamentos de produtores de novos modos de produção			M14
						9. Criar serviço de gestão e aconselhamento		M5
						10.Apoiar formas de organização multifuncionais para prestação de serviços		M5
							11.Desenvolver e demonstrar novas tecnologias e processos de produção	M9
							12.Promover a diversificação de produtos	M9

DOMÍNIOS:	TECNOLÓGICO ESPECÍFICO	FORMAÇÃO	AMBIENTE	TICs	REGIMES DE QUALIDADE	COOPERAÇÃO	INOVAÇÃO	ENQUADRAMENTO
RECOLHA OU CONCENTRAÇÃO	1-Modernizar a recolha e concentração							M8
		2-Formar operadores de colheita e concentração						M1
							3- Desenvolver, adaptar e divulgar novas metodologias pós-colheita	M9
TRANSFORMAÇÃO	1.Modernizar do ponto de vista tecnologico as unidades existentes							M8
	2.Criar uma unidade de transformados de fruta							M8
		3.Formar operadores das unidades de transformação						M1
				4.Criar plataformas de informação sobre mercados e aconselhamento				M8
							5.Desenvolver, adaptar e divulgar novas metodologias de transformação e novos produtos	M8
DISTRIBUIÇÃO	1.Criar unidades de distribuição de frutos e de transformados							M8
		2. Preparar os operadores das unidades de distribuição						M1
					3. Apoiar promoções de agrupamentos de produtores			M14
						4.Realizar campanhas em cooperação de promoção no mercado ibérico		M8
							5.Estudar mercados	M9

EIXO 1 – Competitividade

1.1 – Fileiras

Ficha: AMI

ACÇÕES, METAS, ENQUADRAMENTO E INVESTIMENTO

FILEIRA Nº 9 - FRUTOS FRESCOS

	OBJECTIVOS OPERACIONAIS	ACÇÕES A DESENVOLVER	METAS	ENQUADRAMENTO	INVESTIMENTO
Exploração Agrícola	1. Melhorar as condições de produção das explorações e reestruturar e instalar novas plantações	Construção de caminhos dentro das explorações	10 Km	M10	150.000
		Exploração de água - Poços, furos e charcas	100 Expl		300.000
		Instalação de sistemas de rega	100 Expl		500.000
		Electrificação	100 Expl		100.000
		Drenagem	15 Km		90.000
		Construção de muros	5 Km		32.500
		Redimensionamento das parcelas	100 ha		100.000
		Coberturas para os pomares	5 ha	M6	130.000
		Aquisição e modernização de equipamento	250 Expl		7.500.000
		Reestruturação varietal (Cereja, Pêssego, Maçã, Kiwi, Citrinos e Outras)	110 ha		300.000
		Novas plantações (Cereja, Pêssego, Maçã, Kiwi, Citrinos e Outras)	750 ha		5.625.000
		Coberturas (estufas e estufins) - (Mertilo, Groselha, Framboesa, etc...)	10 expl		200.000
		Novas plantações (Mertilo, Groselha, Framboesa, etc...)	15 ha		225.000
	2.Otimizar a operação da colheita	Aquisição de equipamento para determinação da época de colheita	250 Expl	M6	625.000
	3.Formar fruticultores e outros operadores da exploração	Formação de aplicação de Produtos Fitofármacos	315 Formandos; 21 cursos; 630 horas	M1	69.300
		Formação sobre Modo de Produção Biológico	90 Formandos; 6 cursos; 600 horas		66.000
		Formação de Produção Integrada	90 Formandos; 6 cursos; 600 horas		66.000
		Formação de Podadores e Enxertadores	135 Formandos; 9 cursos; 270 horas		29.700
		Formação em Fertilização	315 Formandos; 21 cursos; 630 horas		69.300
		Formação de Intervenções em verde	135 Formandos; 9 cursos; 270 horas		29.700
		Formação de Operadores de máquinas	45 Formandos; 3 cursos; 180 horas		19.800
		Formação geral em Fruticultura	135 Formandos; 9 cursos; 270 horas		29.700
		Formação na área da Certificação das explorações	45 Formandos; 3 cursos; 360 horas		39.600
	4.Otimizar a utilização da água	Instalação de sistema de avisos de rega	150 expl	M6	375.000
	5-Minimizar o impacto ambiental da actividade agrícola	Criação de estruturas de armazenamento fitofarmacos	250 Expl	M6	75.000
		Criação de plataformas para preparação de fitofarmacos	30		180.000
	6.Incentivar a utilização das novas tecnologias na inovação, desenvolvimento e gestão empresarial	Instalação de sistemas informáticos de controlo e gestão técnica da produção - rega, fertilização e controle de doenças	250 Expl	M6	500.000

	OBJECTIVOS OPERACIONAIS	ACÇÕES A DESENVOLVER	METAS	ENQUADRAMENTO	INVESTIMENTO
Exploração Agrícola (continuação)		Instalação de sistemas informáticos de gestão da exploração agrícola	250 Expl	M6	500.000
	7. Apoiar fruticultores de novos modos de produção	Apoio à certificação	200 produtores	M13	600.000
	8. Apoiar agrupamentos de produtores de novos modos de produção	Apoio a acções de promoção e divulgação	14 acções	M14	60.000
	9. Criar serviço de gestão e aconselhamento	Criação de um serviço especializado de aconselhamento	4 técnicos+2administrativos+equipam.	M5	600.000
	10. Apoiar formas de organização multifuncionais para prestação de serviços	Organização de serviços de substituição em regime de prestação de serviços (equipamento)	3 serviços	M5	300.000
	11. Desenvolver e demonstrar novas tecnologias e processos de produção	Estudo sobre utilização racional da água	1 estudo	M9	75.000
		Estudo sobre aplicação de fertilizantes	1 estudo		75.000
		Estudo sobre nutrição das plantas em fruticultura	1 estudo		75.000
		Estudo sobre manutenção de solo	1 estudo		75.000
		Zonagem frutícola	1 estudo		75.000
		Estudo sobre adaptação de variedades e porta-enxertos	3 estudos		225.000
	12. Promover a diversificação de produtos	Introdução de novas espécies	2 estudos	M9	150.000
		Introdução de novas variedades vs porta-enxerto	2 estudos		75.000
Recolha ou Concentração	1- Modernizar a recolha e concentração	Aquisição de equipamento específico para colheita	3 Unidades	M8	450.000
		Aquisição de viaturas específicas	6 viaturas		1.200.000
		Instalação de unidades de concentração de produtos certificados	3 Unidades		750.000
		Aquisição de equipamentos para calibração	5 Unidades		1.000.000
		Aquisição de equipamentos para acondicionamento	200 Expl		1.000.000
	2- Formar operadores de colheita e concentração	Formação de operadores das unidades de concentração	30 Formandos; 2 curso; 60 horas	M1	6.600
		Formação em higiene, saúde e segurança no trabalho	30 Formandos; 2 cursos; 60 horas		6.600
		Formação na certificação das explorações	30 Formandos; 2 cursos; 240 horas		26.400
	3- Desenvolver, adaptar e divulgar novas metodologias pós-colheita	Estudo de novos tipos de embalagens que permitam aumentar o tempo de vida dos produtos	2 estudos	M9	150.000
		Estudos dos tratamentos pós-colheita e tecnologias de conservação	2 estudos		150.000
Transformação	1. Modernizar do ponto de vista tecnológico as unidades existentes	Modernização das centrais de recepção, transformação e acondicionamento dos frutos	5 unidades	M8	3.750.000
	2. Criar uma unidade de transformados de fruta	Criação de unidade de transformação (compotas, purés, licores....)	1 unidade	M8	1.000.000
	3. Formar operadores das unidades de transformação	Formação sobre Modo de Produção Biológico	15 Formandos; 1 curso; 120 horas	M1	13.200
		Formação de Produção Integrada	30 Formandos; 2 cursos; 240 horas		26.400
		Formação em técnicas de Laboratório	15 Formandos; 1 curso; 120 horas		13.200
		Formação em Certificação das empresas da fileira	15 Formandos; 1 curso; 120 horas		13.200
		Formação em transformados (compotas, licores,...)	30 Formandos; 2 cursos; 240 horas		26.400

	OBJECTIVOS OPERACIONAIS	ACÇÕES A DESENVOLVER	METAS	ENQUADRAMENTO	INVESTIMENTO
Transformação (continuação)		Formação em higiene, saúde e segurança no trabalho	30 Formandos; 2 cursos; 60 horas		6.600
	4.Criar plataformas de informação sobre mercados e aconselhamento	Aquisição de sitios na internet	5 unidades	M8	100.000
	5.Desenvolver, adaptar e divulgar novas metodologias de transformação e novos produtos	Promoção de estudos com vista à definição de parâmetros de qualidade de "novos" produtos (compotas, marmeladas, sumos, cidra, licor, produtos de 4.ª geração)	1 estudo	M9	80.000
Distribuição	1.Criar unidades de distribuição de frutos e de transformados	Aquisição de logística e transportes	2 unidades	M8	1.000.000
	2. Preparar os operadores das unidades de distribuição	Realização de cursos para operadores de logística e distribuição	30 formandos; 2 cursos; 240 horas	M1	26.400
	3. Apoiar promoções de agrupamentos de produtores	Realização de acções de promoção de produtos pelos agrupamentos de produtores	28 acções	M14	200.000
	4.Realizar campanhas em cooperação de promoção no mercado ibérico	Realização de campanhas de promoção no mercado ibérico	7 campanhas	M8	500.000
	5.Estudar mercados	Realização de estudos de mercado tendo-se em vista estabelecer novos processos de distribuição	4 estudos	M9	80.000
Total					31.926 200

5. INVESTIMENTO POR DOMÍNIOS OPERACIONAIS

<i>Domínios: Segmentos:</i>	<i>Tecnológico</i>	<i>Formação</i>	<i>Ambiente</i>	<i>TICs</i>	<i>Regimes Qualidade</i>	<i>Cooperação</i>	<i>Inovação</i>	Total
Exploração Agrícola	15.877.500	458 700	630.000	1.000.000	660.000	900.000	825.000	20.351 200
Recolha/Concentração	4 400 000	39 600	0	0	0	0	300 000	4.739.600
Transformação	4.750.000	99.000	0	0	0	100.000	80.000	5.029.000
Distribuição	1 000 000	26 400	0	0	200 000	500 000	80 000	1.806.400
Total	26.027.500	623 700	630.000	1.000.000	860.000	1.500.000	1.285.000	31.926 200

6. INVESTIMENTO POR MEDIDAS

<i>Medidas:</i>	<i>Investimento</i>
M1 Formação e Informação	623 700
M5 Criação de Serviços de Gestão, Substituição e Aconselhamento	900 000
M6 Modernização das Explorações Agrícolas	16 235 000
M8 Aumento do Valor dos Produtos Agrícolas e Florestais	10 750 000
M9 Cooperação para a elaboração de novos produtos, processos e tecnologias	1 285 000
M10 Infra-estruturas	1 272 500
M13 Apoio Agricultores Regimes de Qualidade	600 000
M14 Apoio Agrupamentos Regimes de Qualidade	260 000
Total	31 926 200

7. MEDIDAS DE POLÍTICA E RECOMENDAÇÕES

- A requalificação ambiental das explorações passa por ser garantida a recolha sistemática de todos os resíduos químicos e resíduos sólidos (pneus, plásticos, vidros) por empresas municipais ou nacionais encarregues dessa recolha;
- A implementação dos novos modos de produção carece na sua fase inicial de um forte empenhamento dos Serviços Agrícolas com particular destaque para a transferência de conhecimentos e a dinamização da fileira.

F10 – FRUTOS SECOS

1. EVOLUÇÃO E SITUAÇÃO

1.0. Síntese

A fileira de “Frutos secos” na última década e meia teve uma evolução positiva, traduzida no aumento das explorações e das áreas e do aumento da produção.

Os dois principais frutos, castanha e noz, tiveram aumentos das áreas de produção, entre 89 e 99, de 121 % e 150 %, respectivamente.

A avelã e a amêndoa também tiveram um crescimento de 20 % nas explorações e 60 % na área mas têm no conjunto ainda pouca presença.

A evolução dos preços foi francamente favorável aos produtores e os meios de produção utilizados tiveram também um bom crescimento mas inferior ao ocorrido com os preços dos produtos finais.

1.3. Explorações e Áreas

Frutos Secos (total)

O Quadro 1. dá-nos as alterações das explorações e das áreas, ocorridas entre 1989 e 1999, nas regiões agrárias do continente em Frutos Secos. O EDM representava, em 1999, 0,8 % da área total do Continente e 2,8 % das explorações e dez anos antes representava 0,4 % da área e 2,7 % das explorações. Verifica-se também que região registou um aumento nas explorações de 3 % e um acréscimo de 127 % na área.

Quadro 1. Frutos Secos (total) segundo os RGA 89 e 99

Unidade Geográfica	1989				1999			
	Nº exp	%	Área	%	Nº exp	%	Área	%
Entre Douro e Minho	1.336	2,7	297	0,4	1.378	2,8	674	0,8
Trás-os-Montes	26.423	53,7	38.399	52,1	28.087	56,5	46.334	57,7
Beira Litoral	1.356	2,8	876	1,2	2.425	4,9	996	1,2
Beira Interior	3.496	7,1	5.065	6,9	3.966	8,0	4.276	5,3
Ribatejo e Oeste	1.496	3,0	605	0,8	1.352	2,7	746	0,9
Alentejo	724	1,5	1.886	2,6	828	1,7	1.997	2,5
Algarve	14.406	29,3	26.610	36,1	11.702	23,5	25.258	31,5
Continente	49.237	100,0	73.738	100,0	49.738	100,0	80.281	100,0

Castanheiros

O Quadro 2. dá-nos as alterações das explorações e das áreas, ocorridas entre 1989 e 1999, nas regiões agrárias do continente em castanheiros. O EDM representava, em 1999, 1,6 % do total da área do Continente e 5 % das explorações quando dez anos antes era de 1,3 % e 7 % respectivamente. Verifica-se também que a região registou um aumento nas explorações de 1,5 % e um acréscimo de 121 % na área.

Quadro 2. Castanheiros segundo os RGA 89 e 99

Unidade Geográfica	1989				1999			
	Nº exp	%	Área	%	Nº exp	%	Área	%
Entre Douro e Minho	1 095	7	201	1,3	1 111	5	444	1,6
Trás-os-Montes	12 871	78	12.342	81,9	16 352	76	23.388	84,9
Beira Litoral	334	2	189	1,3	1 221	6	435	1,6
Beira Interior	1 855	11	1.721	11,4	2 570	12	2.664	9,7
Ribatejo e Oeste	38	0	21	0,1	69	0	29	0,1
Alentejo	258	2	553	3,7	184	1	556	2,0
Algarve	34	0	34	0,2	52	0	18	0,1
Continente	16 485	100	15.061	100,0	21 559	100	27.535	100,0

Nogueiras

O Quadro 3. dá-nos as alterações das explorações e das áreas, ocorridas entre 1989 e 1999, nas regiões agrárias do continente em nogueiras. O EDM representava, em 1999, 8 % do total da área do Continente e 9 % das explorações quando dez anos antes era de 5 % e 10 % respectivamente. Verifica-se também que a região registou um aumento nas explorações de 4,5 % e um acréscimo de 150 % na área.

Quadro 3. Nogueiras segundo os RGA 89 e 99

Unidade Geográfica	1989				1999			
	Nº exp	%	Área	%	Nº exp	%	Área	%
Entre Douro e Minho	422	10	84	5	441	9	211	8
Trás-os-Montes	1.522	37	649	37	1.897	37	1.113	41
Beira Litoral	577	14	224	13	1.013	20	327	12
Beira Interior	69	2	55	3	182	4	91	3
Ribatejo e Oeste	958	23	406	23	899	18	557	20
Alentejo	198	5	258	15	415	8	375	14
Algarve	349	9	83	5	277	5	66	2
Continente	4.095	100	1.760	100	5.124	100	2.741	100

Outros Frutos Secos

Para além da castanha e da noz a região também produz em quantidades reduzidas avelãs e amêndoas conforme Quadro 4., cuja evolução se traduz num crescimento de 20 % nas explorações e 60 % na área.

Quadro 4. Avelãs + Amendoeiras segundo RGA 89 e 99

Unidade Geográfica	1989		1999	
	Nº exp	Área	Nº exp	Área
Entre Douro e Minho	39	11,22	47	18,02

1.4. Localização e Concentração

Da leitura do Quadro 4. tiramos as seguintes conclusões:

- Quase todos os concelhos são produtores de frutos secos;
- Na castanha destacam-se os concelhos de Resende (27,5 %), Ponte de Lima (6,5 %) e Baião (5,4 %);
- Na noz o destaque vai para os concelhos de Póvoa de Lanhoso (11,4 %) e Guimarães (11 %);
- A Zona do Interior é maioritária em frutos secos com 56 % seguida da Zona Intermédia;
- A Nut Tâmega destaca-se com perto de 44 % da área total de frutos secos.

Quadro 4. Explorações de frutos secos por Nuts III, por concelhos e Zonas Agro-ecológicas – RGA 99

Unidade Geográfica	Castanheiros		Nogueiras		Outros frutos secos		Total de frutos secos			Z. Agro-ecológicas		
	Nº exp	Área	Nº exp	Área	Nº expl	Área	Nº exp	Área	%	Lit	Idia	Int
Entre Douro e Minho	1111	444,30	441	211,33	47	18,02	1378	673,65	100,00	3,48	39,88	56,64
Minho-Lima	217	67,57	53	29,00	3	0,63	244	97,20	14,43			
Arcos de Valdevez	66	15,36	15	5,79	1	0,30	71	21,45	3,18			3,18
Caminha	9	0,89	1	3,40	-	-	10	4,29	0,64	0,64		
Melgaço	3	1,02	1	1,20	-	-	3	2,22	0,33			0,33
Monção	10	0,78	2	0,16	-	-	11	0,94	0,14		0,14	
Paredes de Coura	3	4,87	2	3,62	-	-	4	8,49	1,26			1,26
Ponte da Barca	27	8,41	6	6,06	-	-	29	14,47	2,15			2,15
Ponte de Lima	68	29,00	13	5,96	1	0,30	78	35,26	5,23		5,23	
Valença	3	0,54	3	0,82	-	-	5	1,36	0,20		0,20	
Viana do Castelo	27	6,65	8	0,86	1	0,03	31	7,54	1,12	1,12		
Vila Nova de Cerveira	1	0,05	2	1,13	-	-	2	1,18	0,18		0,18	
Cavado	172	59,80	102	32,69	3	2,05	239	94,54	14,03			
Amares	30	8,79	20	4,09	-	-	42	12,88	1,91		1,91	
Barcelos	35	15,24	22	5,46	-	-	50	20,70	3,07		3,07	
Braga	32	12,00	31	12,49	3	2,05	56	26,54	3,94		3,94	
Esposende	4	0,79	2	0,11	-	-	5	0,90	0,13	0,13		
Terras de Bouro	20	4,71	4	0,63	-	-	21	5,34	0,79			0,79
Vila Verde	51	18,27	23	9,91	-	-	65	28,18	4,18		4,18	
Ave	112	63,59	105	81,19	4	0,51	175	145,29	21,57			
Fafe	7	1,44	8	5,48	-	-	14	6,92	1,03			1,03

Guimarães	23	14,82	27	23,45	2	0,26	43	38,53	5,72		5,72	
Póvoa de Lanhoso	20	3,59	12	24,00	-	-	27	27,59	4,10			4,10
Santo Tirso	22	13,76	21	11,33	1	0,10	34	25,19	3,74		3,74	
Trofa	4	1,34	5	1,35	-	-	6	2,69	0,40	0,40		
Vieira do Minho	6	3,09	4	1,22	-	-	7	4,31	0,64			0,64
Vila Nova de Famalicão	22	17,19	24	11,66	1	0,15	36	29,00	4,30		4,30	
Vizela	8	8,36	4	2,70	-	-	8	11,06	1,64		1,64	
Grande Porto	33	9,02	32	3,36	1	0,10	57	12,48	1,85			
Espinho	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
Gondomar	14	5,46	18	1,01	-	-	27	6,47	0,96		0,96	
Maia	3	0,66	2	0,53	-	-	4	1,19	0,18	0,18		
Matosinhos	1	0,30	1	0,05	-	-	1	0,35	0,05	0,05		
Porto	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
Póvoa de Varzim	2	0,02	5	0,05	-	-	7	0,07	0,01	0,01		
Valongo	1	0,30	-	-	-	-	1	0,30	0,04		0,04	
Vila do Conde	3	0,21	3	0,32	1	0,10	5	0,63	0,09	0,09		
Vila Nova de Gaia	9	2,07	3	1,40	-	-	12	3,47	0,52	0,52		
Tâmega	453	223,70	131	59,67	32	13,18	533	296,55	44,02			
Amarante	18	11,17	7	7,84	1	0,20	22	19,21	2,85			2,85
Baião	39	23,77	18	12,82	5	7,00	53	43,59	6,47			6,47
Cabeceiras de Basto	33	14,10	10	4,72	2	0,08	37	18,90	2,81			2,81
Castelo de Paiva	45	1,97	6	0,37	1	0,01	45	2,35	0,35			0,35
Celorico de Basto	27	8,54	20	5,57	3	0,71	40	14,82	2,20			2,20
Cinfães	59	9,34	3	0,04	1	0,03	61	9,41	1,40			1,40
Felgueiras	4	1,03	8	3,63	3	0,69	12	5,35	0,79		0,79	
Lousada	7	1,41	4	0,80	-	-	9	2,21	0,33		0,33	
Marco de Canaveses	8	3,14	8	4,75	8	3,60	17	11,49	1,71			1,71
Mondim de Basto	57	5,14	5	1,41	1	0,01	62	6,56	0,97			0,97
Paços de Ferreira	4	1,87	6	2,17	1	0,01	7	4,05	0,60		0,60	
Paredes	10	2,26	3	0,66	3	0,57	14	3,49	0,52		0,52	
Penafiel	12	5,93	9	2,28	1	0,02	15	8,23	1,22		1,22	
Resende	118	122,01	22	8,91	2	0,25	125	131,17	19,47			19,47
Ribeira de Pena	12	12,02	2	3,70	-	-	14	15,72	2,33			2,33
Entre Douro e Vouga	124	20,62	18	5,42	4	1,55	130	27,59	4,10			
Arouca	90	14,97	8	1,85	2	0,75	92	17,57	2,61			2,61
Oliveira de Azeméis	15	2,96	3	2,85	-	-	16	5,81	0,86		0,86	
Santa Maria da Feira	8	1,13	5	0,68	1	0,50	10	2,31	0,34	0,34		
São João da Madeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
Vale de Cambra	11	1,56	2	0,04	1	0,30	12	1,90	0,28		0,28	

1.7. Produções e Produtividades

O Quadro 5. dá-nos às áreas mais recentes, as produções e as produtividades regionais dos frutos secos e dos principais frutos.

Quadro 5. Frutos secos e principais frutos – produções e produtividades

		2000	2001	2002	2003	2004	Média Quinq.
Total frutos secos	Área (ha)	655	654	667	667	667	662
	Rendimento (kg/ha)	1 050	1 089	1 327	1 261	1 363	1219
	Produção (ton)	688	712	885	841	909	807
Castanha	Área (ha)	444	444	454	454	454	450
	Rendimento (kg/ha)	1 027	1 086	1 363	1244	1 297	1205
	Produção (ton)	456	482	619	565	589	542,
Noz	Área (ha)	211	210	213	213	213	212
	Rendimento (kg/ha)	1 098	1 095	1 249	1296	1 502	1249
	Produção (ton)	232	230	266	276	320	265

Fonte: INE

1.8. Concentração, Acondicionamento e Escoamento

São inexistentes estruturas de concentração, acondicionamento e escoamento que facilitem a normalização e a comercialização e que potenciem outros serviços de apoio aos fruticultores de forma auto-organizada, pelo que importa criá-las no curto prazo para permitirem um crescimento da produção em moldes mais integrados.

1.9. Consumo

Grau de Aprovisionamento

O grau de aprovisionamento em 2002/2003 foi de 106,1 % em “frutos secos” em Portugal.

Consumo per capita

O consumo *per capita* em Portugal foi de 6,1 kg em 2002/2003.

Consumo da Região

A região com os seus cerca de 3,3 milhões de habitantes consome o equivalente a 31,15 % do consumo nacional quando apenas produz 1,3 % do que se consome.

Quadro 8. Estimativa do Consumo Regional

	População Residente	Consumo (ton)
EDM	31,15 %	19 936
Portugal	100 %	64 000

Fonte: GPPAA - Anuário Vegetal de 2004.

1.10. Preços dos Produtos e dos Meios

A evolução dos índices de preços no produtor e dos meios de produção, tomando-se por base os preços em 1995, foram os seguintes:

Quadro 9. Índices de Preços dos Frutos Secos e Meios Base: 100 - 1995

	Tipos	2002	2003	2004
Produtos	Frutos Secos	109,6	132,6	144,5
Meios de Produção	Sementes e plantas	93,69	117,7	116
	Energia e lubrificantes	96,91	102,9	115,5
	Adubos e correctivos	117,17	115,3	125
	Máquinas e outros equipamentos	121,8	125,7	128,7

Fonte: INE

A evolução dos preços dos frutos secos desde 1995 tem sido crescente. De 2002 a 2004 a tendência foi francamente crescente. Já quanto aos meios de produção utilizados pela fileira a evolução foi negativa em todos os meios utilizados, mas com crescimentos inferiores aos dos preços dos produtos.

2. ANÁLISE DO POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO

Pontos Fracos

- Pomares de frutos secos a necessitarem de apoio na expansão e na organização;
- Fraca preparação dos produtores e operadores, particularmente em novos modos de produção;
- Falta de unidades de concentração e selecção que agrupem a produção;
- Falta de serviços especializados de assistência técnica;
- Escoamento organizado da produção praticamente inexistente.

Pontos Fortes

- O sector tem tido um franco desenvolvimento nos produtos que são centrais nesta proposta (castanha, noz e avelã) que importa continuar a desenvolver dadas as condições edafo-climáticas da região que se apresentam muito boas para as culturas;
- A procura de frutos secos tem vindo a aumentar e a região apenas cobre 1,3 % das necessidades regionais;
- Boas condições de mercado em termos de preços que permitem antever algum sucesso no médio/longo prazo;
- Actividades pouco exigentes em mão-de-obra pelo que se enquadram muito bem no quadro social da região e

<i>na estrutura fundiária.</i>	
<i>Ameaças</i>	<i>Oportunidades</i>
<ul style="list-style-type: none"> • A fraca dimensão do sector constitui um entrave à sua auto-organização; 	<ul style="list-style-type: none"> • A Região é deficitária em frutos secos com um mercado consumidor a aumentar; • Aumento de produção em modo de produção biológico.

3. PROPOSTAS ESTRATÉGICAS

Tendo-se presentes os pontos fracos identificados e as ameaças, importa definir uma estratégia que aposte decididamente na qualidade em todos os segmentos da fileira e na sua melhor integração vertical e horizontal. Nesse sentido propõe-se o seguinte:

- Apoiar a reconversão varietal e a instalação de novos pomares de castanheiros, nogueiras e aveleiras;
- Criar estruturas de acondicionamento e distribuição;
- Criar capacidade de transformação com maior valor acrescentado;
- Estabelecer um plano de formação para técnicos, produtores e outros operadores que dê prioridade aos novos modos de produção;
- Desenvolver a inovação de processos e de produtos com os parceiros das fileiras, designadamente novos métodos de colheita, em novas formas de acondicionamento e de apresentação;

4. OBJECTIVOS OPERACIONAIS, ACÇÕES, METAS, INVESTIMENTO E ENQUADRAMENTO

Nas Fichas OP e AMI que a seguir se apresentam estão estabelecidos os Objectivos Operacionais e as Acções, Metas, Enquadramento e Investimento que se propõem como necessários para realizar as propostas estratégicas e os Objectivos Específicos de curto/médio prazo da Estratégia de Desenvolvimento preconizada para a Região.

EIXO 1 – Competitividade
1.1 - Fileiras

Ficha: OP

MATRIZ DE OBJECTIVOS OPERACIONAIS

FILEIRA Nº 10 - FRUTOS SECOS

DOMÍNIOS: SEGMENTOS:	TECNOLÓGICO ESPECÍFICO	FORMAÇÃO	AMBIENTE	TICs	REGIMES DE QUALIDADE	COOPERAÇÃO	INOVAÇÃO	ENQUADRA MENTO
EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA	1. Melhorar as condições de produção das explorações e reestruturar e instalar novas plantações							
	2-Optimizar a operação da colheita							
		3.Formar fruticultores e outros operadores						
			4.Otimizar a utilização da água					
			5.Minimizar o impacto ambiental da actividade agrícola					
				6-Incentivar a utilização das novas tecnologias na inovação, desenvolvimento e gestão empresarial				
					7. Apoiar fruticultores de novos modos de produção			
					8. Apoiar agrupamentos de produtores de novos modos de produção			
						9.Criar serviço de gestão e aconselhamento especializado		
						10.Apoiar formas de organização multifuncionais para prestação de serviços		
							11.Desenvolver e demonstrar novas tecnologias e processos de produção	
							12.Promover a diversificação de produtos	

DOMÍNIOS:	TECNOLOGICO ESPECÍFICO	FORMAÇÃO	AMBIENTE	TICs	REGIMES DE QUALIDADE	COOPERAÇÃO	INOVAÇÃO	ENQUADRA MENTO
RECOLHA OU CONCENTRAÇÃO	1.Criar uma unidade de recolha e concentração de frutos secos							
		2. Preparar os operadores da unidade de transformados						
							3.Desenvolve r, adaptar e divulgar novas tecnologias de colheita	
TRANSFORMAÇÃO	1. Criar uma unidade de transformados a partir de frutos biológicos e de produção integrada							
		2. Preparar os operadores da unidade de transformados						
							3.Desenvolve r, adaptar e divulgar novas metodologias de transformaçã o e novos produtos	
DISTRIBUIÇÃO	1.Criar unidade de distribuição de frutos e de transformados							
		2. Preparar os operadores da unidade de distribuição						
					3. Apoiar promoções de agrupamentos de produtores			
							4. Estudar mercados	

EIXO 1 – Competitividade

1.1 – Fileiras

Ficha: AMI

FILEIRA Nº 10 - FRUTOS SECOS		ACÇÕES, METAS, ENQUADRAMENTO E INVESTIMENTO			
	OBJECTIVOS OPERACIONAIS	ACÇÕES A DESENVOLVER	METAS	ENQUADRAMENTO	INVESTIMENTO
Exploração Agrícola	1. Melhorar as condições de produção das explorações e reestruturar e instalar novas plantações	Construção de caminhos dentro das explorações	5 Km	M10	75.000
		Exploração de água - Poços, furos e charcas	50 Expl		150.000
		Instalação de sistemas de rega	50 Expl		250.000
		Electrificação	50 Expl		50.000
		Drenagem	10 Km		60.000
		Construção de muros	5 Km		32.500
		Redimensionamento das parcelas	20 ha		20.000
		Modernização de equipamento	25 Expl		750.000
		Reestruturação varietal	10 ha	50.000	
		Novas plantações	150 ha	750.000	
	2.Otimizar a operação da colheita	Aquisição de equipamento para operação de colheita, lavagem e secagem	20 Expl	M6	600.000
	3.Formar fruticultores e outros operadores	Formação na aplicação de Produtos Fitofármacos	105 Formandos; 7 cursos; 210 horas	M1	23.100
		Formação sobre Modo de Produção Biológico	30 Formandos; 2 cursos; 200 horas		22.000
		Formação em Produção Integrada	30 Formandos; 2 cursos; 200 horas		22.000
		Formação de Podadores e Enxertadores	45 Formandos; 3 cursos; 90 horas		9.900
		Formação em Fertilização	105 Formandos; 7 cursos; 210 horas		23.100
		Formação em Intervenções em verde	45 Formandos; 3 cursos; 90 horas		9.900
		Formação de Operadores de máquinas	15 Formandos; 1 curso; 60 horas		6.600
		Formação geral em Fruticultura	45 Formandos; 3 cursos; 90 horas		9.900
		Formação na área da Certificação das explorações	15 Formandos; 1 curso; 120 horas		13.200
		Formação em Higiene, Saúde e Seg. no trabalho	105 Formandos; 7 cursos; 98 horas		10.780
	4.Otimizar a utilização da água	Instalação de sistema de avisos de rega	50	M6	125.000
	5.Minimizar o impacto ambiental da actividade agrícola	Criação de estruturas de armazenamento de fitofármacos	50 Expl	M6	15.000
		Criação de plataformas para preparação de fitofármacos	10 unidades		130.000
	6-Incentivar a utilização das novas tecnologias na inovação, desenvolvimento e gestão empresarial	Instalação de sistemas informáticos de controlo e gestão técnica da produção - rega, fertilização e controlo de doenças	20 Expl	M6	40.000
		Instalação de sistemas informáticos de gestão da exploração agrícola	20 Expl		40.000
7. Apoiar fruticultores de novos modos de produção	Apoio à certificação	100 produtores	M13	300.000	
8. Apoiar agrupamentos de produtores de novos modos de produção	Apoio a acções de promoção e divulgação	14 acções	M14	60.000	
9.Criar serviço de gestão e aconselhamento especializado	Criação de um serviço especializado de aconselhamento	2 técnicos + administrativo + equip.	M5	300.000	
10.Apoiar formas de organização multifuncionais para prestação de serviços	Organização de serviços de substituição em regime de prestação de serviços (equipamento)	2 serviços	M5	200.000	
11.Desenvolver e demonstrar novas tecnologias e processos de produção	Utilização racional da água	2 estudos	M9	200.000	
	Aplicação de fertilizantes	2 estudos		200.000	
	Nutrição das plantas em fruticultura	2 estudos		200.000	
	Manutenção de solo	1 estudo		100.000	
	Adaptação de variedades e porta-enxertos	3 estudos		300.000	

	OBJECTIVOS OPERACIONAIS	ACÇÕES A DESENVOLVER	METAS	ENQUADRAMENTO	INVESTIMENTO
Exp Ag (contin)	12.Promover a diversificação de produtos	Introdução de novas espécies	2 estudos	M9	150.000
		Introdução de novas variedades vs porta-enxerto	2 estudos		150.000
Recolha ou Concentração	1.Criar uma unidade de recolha e concentração de frutos secos	Aquisição de equipamento específico para colheita	1 Unidade	M8	150.000
		Aquisição de viaturas específicas	2 viaturas		400.000
		Instalação de unidade de concentração de produtos certificados	1 Unidade		250.000
		Aquisição de equipamentos para calibração	2 Unidades		50.000
		Formação de operadores das unidades de concentração	15 Formandos; 1 curso; 30 horas		3.300
	2-Formar operadores de colheita e concentração	Formação na área da higiene, saúde e segurança no trabalho	15 Formandos; 1 curso; 30 horas	M1	3.300
		Formação na área da certificação das explorações	15 Formandos; 1 curso; 120 horas		13.200
	3.Desenvolver, adaptar e divulgar novas tecnologias de colheita	Estudo de novos tipos de embalagens que permitam aumentar o tempo de vida dos produtos	2 estudos	M9	150.000
		Estudos dos tratamentos pós-colheita e tecnologias de conservação	2 estudos		150.000
Transformação	1. Criar uma unidade de transformados a partir de frutos biológicos e de produção integrada	Criação de unidade de transformação a partir de frutos biológicos e de produção integrada(doces, farinhas, purés, etc....)	1 unidade	M8	1.000.000
	2. Preparar os operadores da unidade de transformados	Formação de operadores da unidade de transformados	15 Formandos; 1 curso; 120 horas	M1	13.200
	3.Desenvolver, adaptar e divulgar novas metodologias de transformação e novos produtos	Promoção de estudos com vista à definição de parâmetros de qualidade de "novos" produtos (doces, farinhas, purés, etc...)	1 estudo	M9	80.000
Distribuição	1.Criar unidade de distribuição de frutos e de transformados	Aquisição de logística e transportes	1 unidade	M8	400.000
	2. Preparar os operadores da unidade de distribuição	Realização de curso para os operadores	15 Formandos; 1 curso; 120 horas	M1	13.200
	3. Apoiar promoções de agrupamentos de produtores	Realização de acções de promoção de produtos pelos agrupamentos de produtores	14 acções	M14	100.000
	4.Estudar mercados	Realização de estudos de mercado tendo-se em vista estabelecer novos processos de distribuição	2 estudos	M9	40.000
Total					8.264 180

5. INVESTIMENTO POR DOMÍNIOS OPERACIONAIS

<i>Domínios:</i> <i>Segmentos:</i>	<i>Tecnológico</i>	<i>Formação</i>	<i>Ambiente</i>	<i>TICs</i>	<i>Regimes Qualidade</i>	<i>Cooperação</i>	<i>Inovação</i>	Total
Exploração Agrícola	2 787 500	150 480	270 000	80 000	360 000	500 000	1 300 000	5 447 980
Recolha/Concentração	850 000	19 800	0	0	0	0	300 000	1 169 800
Transformação	1 000 000	13 200	0	0	0	0	80 000	1 093 200
Distribuição	400 000	13 200	0	0	100 000	0	40 000	553 200
Total	5 037 500	196 680	270 000	80 000	460 000	500 000	1 720 000	8 264 180

6. INVESTIMENTO POR MEDIDAS

<i>Medidas:</i>	<i>Investimento</i>
M1 Formação e Informação	196 680
M5 Criação de Serviços de Gestão, Substituição e Aconselhamento	500.000
M6 Modernização das Explorações Agrícolas	2.500.000
M8 Aumento do Valor dos Produtos Agrícolas e Florestais	2.250.000
M9 Cooperação para a elaboração de novos produtos, processos e tecnologias	1.720.000
M10 Infra-estruturas	637.500
M13 Apoio Agricultores Regimes de Qualidade	300.000
M14 Apoio Agrupamentos Regimes de Qualidade	160.000
Total	8.264 180

7. MEDIDAS DE POLÍTICA E RECOMENDAÇÕES

- A requalificação ambiental das explorações passa por ser garantida a recolha sistemática de todos os resíduos químicos e resíduos sólidos (pneus, plásticos, vidros) por empresas municipais ou nacionais encarregues dessa recolha;
- A implementação dos novos modos de produção carece na sua fase inicial de um forte empenhamento dos Serviços Agrícolas com particular destaque para a transferência de conhecimentos e a dinamização da fileira.

F11 – VITIVINICULTURA

1. EVOLUÇÃO E SITUAÇÃO

1.0. Síntese

A fileira de “Vitivinicultura” na última década e meia teve uma evolução negativa em termos quantitativos, traduzida na diminuição das explorações e das áreas e numa redução também na produção, porém registou-se em termos qualitativos a uma melhoria dos níveis de qualidade quer da vinha quer do vinho que contribuíram para melhor posicionar os produtos nos mercados, cada vez mais exigentes e competitivos, em níveis aceitáveis face à redução dos consumos *per capita* no período e com tendência a agravarem-se.

A melhoria ocorrida na vinha é o resultado de um longo processo de investigação aplicada (que importa continuar a desenvolver) que foi concretizado na reconversão vitícola, no incremento da formação, da demonstração e no fornecimento de material de propagação vegetativa geneticamente mais ajustado e qualificado.

Os padrões de qualidade conseguidos em termos enológicos foram o resultado da modernização das estruturas de vinificação ocorrida no período, através da incorporação de novas tecnologias mais consentâneas com a melhoria da eficácia da gestão e facilitadoras de um melhor controlo da qualidade dos produtos finais, bem como da utilização de profissionais mais bem preparados técnica e cientificamente.

As estruturas de vinificação também, perante as novas exigências ambientais e de higiene e segurança alimentar impostas no período, responderam positivamente ao efectuarem obras de adaptação necessárias, apresentando-se todas hoje devidamente licenciadas e com sistemas de HACCP montados, o que passou a constituir um aumento na garantia de qualidade junto dos consumidores finais e na melhor inserção do sector na comunidade.

Finalmente, a evolução dos preços premiou a qualidade e puniu os vinhos correntes de mesa. Contudo, os preços dos meios de produção utilizados pela fileira também registam crescimentos mas ligeiramente inferiores aos registados nos vinhos de qualidade.

1.1. Explorações e Áreas

O Quadro 1. dá-nos as alterações das explorações e das áreas, ocorridas entre 1989 e 1999, nas regiões agrárias do continente em “Vinha”. O EDM representava, em 1999, 14 % da área total do Continente e 29 % das explorações e dez anos antes representava também 14 % da área e 26 % das explorações. Verifica-se também que região registou uma diminuição nas explorações de 40 % e um decréscimo de 20 % na área.

Quadro 1. Vinha (total) segundo os RGA 89 e 99

Unidade Geográfica	1989				1999			
	Nº exp	%	Área	%	Nº exp	%	Área	%
Entre Douro e Minho	100.190	29	37.809	14	60.273	26	30.231	14
Trás-os-Montes	59.756	17	69.743	27	49.714	21	64.294	30
Beira Litoral	91.642	27	33.558	13	54.243	23	24.494	12
Beira Interior	29.251	8	24.865	9	28.424	12	21.148	10
Ribatejo e Oeste	54.712	16	78.574	30	31.811	14	52.084	25
Alentejo	4.257	1	13.029	5	3.726	2	16.580	8
Algarve	4.564	1	4.448	2	4.208	2	2.991	1
Continente	344.372	100	262.025	100	232.399	100	211.821	100

O Quadro 2. dá-nos a evolução e composição de castas no período verificando-se o seguinte:

- As castas brancas passaram a dominantes em 99 com 54 %, contra 34 % em 89;
- As castas tintas em 99 envelheceram passando de 74 % para 77 % da respectiva área a ter uma idade superior a 20 anos, enquanto que as brancas rejuvenesceram ao passarem de 46 % para 41 % no mesmo grupo etário;
- Em termos absolutos a área de vinha com castas brancas cresceu em 3 751 has enquanto que as tintas tiveram uma quebra de 10 446 has.

Quadro 2. Castas segundo o RGA 89 e 99

Castas	Anos	1989			1999		
		Nº exp	Área	%	Nº exp	Área	%
Brancas	<3	5.548	1.127	9	1.335	708	4
	≥3e <10	13.370	2.809	23	6.923	5.374	33
	≥10 e <20	16.628	2.787	23	9.327	3.572	22
	≥20 e <30	14.519	2.321	19	8.961	1.871	12
	≥30	18.517	3.328	27	22.443	4.597	29

	Total		12.372	100		16.123	100
Tintas	<3	7.722	554	2	1.714	372	3
	≥3e <10	17.480	1.784	7	5.740	1.113	8
	≥10 e <20	28.008	3.963	17	11.076	1.677	12
	≥20 e <30	32.943	5.497	23	14.434	2.296	17
	≥30	49.243	12.204	51	40.042	8.098	60
	Total		24.002	100		13.556	100
	Área Total		36.374			29.678	
	Outras		1 154	-		-	
	Bacelada	868	244		863	521	
	Uva de Mesa	120	37		123	31	
	Área total		37 809			30 231	

O Quadro 3. expressa-nos que os vinhos VQPRD são predominantes na região e que tiveram uma ligeira evolução no peso entre 1989 e 1999.

Quadro 3. Explorações e áreas por tipos de vinhos

Vinhos:	1989			1999		
	Nº. exp	Área	%	Nº. exp	Área	%
VQPRD	83 367	32 158	85	50 025	26 734	90
Outros	42 695	5 614	15	24 065	2 945	10
Total		37 772	100		29 679	100

O Quadro 4. dá-nos as áreas das castas mais representativas (+ de 5 %) com base nas “declarações de colheita e produção”, registadas no Inventário das Superfícies Vitícolas do IVV, e as áreas de VQPRD do EDM e de Portugal, verificando-se que nas tintas são as castas “Vinhão”, “Espadeiro” e “Borraçal” e nas brancas são as castas “Loureiro”, “Azal”, “Arinto”, “Trajadura” e Alvarinho”. Mais se conclui que 98,2 % da área declarada do EDM é VQPRD enquanto que o valor total declarado no país é de apenas 39,2 %.

Da leitura do Quadro também se regista que a área declarada é superior à de 1999, o que poderia fazer sentido pois é determinada com base em informação obtida em data posterior, mas se a confrontarmos com indicada pelo INE em 2003 (ver ponto 1.4.) apuramos uma diferença de 3 712 ha.

Quadro 4. Castas e VQPRD

			Área (ha)	%
Castas	Vinhão	T	7 745	23
	Loureiro	B	5 388	16
	Azal	B	4 715	14
	Arinto	B	3 704	11
	Trajadura	B	2 021	6
	Espadeiro	T	1 684	5
	Borraçal	T	1 684	5
	Alvarinho	B	1 684	5
	Outras		5 051	15
	Total		33 676	100
EDM	VQPRD		33 143	98,4
	Total		33 676	100
Portugal	VQPRD		94 113	39,2
	Total		239 951	100

Fonte: IVV – Inventário das Superfícies Vitícolas (01.09.2003)

1.2. Localização e Concentração

Da leitura do Quadro 5. tiramos as seguintes conclusões:

- Todos os concelhos, com excepção de Espinho, Porto e São João da Madeira, continuaram a deter vinha em 1999;
- 20 concelhos detinham 75 % da área em 99 e deles 10 detinham quase 50%;
- O concelho com mais área de vinha era Amarante (6,93 %) em 99;
- A área de castas brancas aumentou em 40 dos 52 concelhos vitícolas entre 89 e 99 e em contrapartida a área de castas tintas diminuiu em todos os concelhos;
- Apenas 11 concelhos viram aumentar a sua área vitícola no período e os que mais aumentaram foram Celorico de Basto e Ponte de Lima;

- Os concelhos que mais áreas vitícolas perderam foram: Guimarães (969 ha), Barcelos (874 ha) e Póvoa de Lanhoso (617 ha);
- A Zona Intermédia em 99 detinha 51,11 % da área total seguida da Zona Interior com 44,3 %;
- Todos os concelhos da Zona Litoral perderam área de vinha no período;
- E, a Nut Tâmega é que tinha maior presença vitícola.

Quadro 5. Áreas de Vinha e Castas por Nuts III, por concelhos e Zonas Agro-ecológicas

Unidade Geográfica	brancas		Tintas		Branças +Tintas		Variação			B + TI	Litoral	Intermé	Interior
	1989	1999	1989	1999	1989	1999	Branças	Tintas	Total	99 (%)			
RA - Entre Douro e Minho	12.372	16.123	24.002	13.556	36.374	29.678	3.751	-10.446	-6.695	100,00	4,59	51,11	44,30
N3 - Minho-Lima	1.155	2.505	4.415	2.767	5.570	5.272	1.350	-1.648	-298	17,76			
Arcos de Valdevez	56	187	668	608	724	795	131	-60	71	2,68			2,68
Caminha	21	28	99	51	120	79	8	-48	-41	0,27	0,27		
Melgaço	84	324	311	159	395	483	240	-152	87	1,63			1,63
Monção	282	650	665	391	946	1.041	368	-273	95	3,51		3,51	
Paredes de Coura	12	9	93	54	104	63	-3	-39	-42	0,21			0,21
Ponte da Barca	57	97	491	258	548	354	40	-234	-194	1,19			1,19
Ponte de Lima	390	876	1.060	715	1.450	1.591	486	-345	141	5,36		5,36	
Valença	44	87	175	116	219	203	43	-59	-17	0,68		0,68	
Viana do Castelo	202	231	784	387	986	618	29	-398	-368	2,08	2,08		
Vila Nova de Cerveira	9	17	69	29	77	46	8	-39	-31	0,15		0,15	
N3 - Cávado	1.355	1.957	4.394	2.388	5.749	4.345	602	-2.006	-1.404	14,64			
Amares	230	403	404	309	634	712	173	-95	78	2,40		2,40	
Barcelos	704	856	1.701	674	2.404	1.531	152	-1.026	-874	5,16		5,16	
Braga	205	365	853	530	1.058	895	160	-323	-163	3,02		3,02	
Esposende	92	87	199	85	292	172	-6	-114	-120	0,58	0,58		
Terras de Bouro	5	10	327	179	331	189	5	-148	-143	0,64			0,64
Vila Verde	119	237	910	610	1.029	847	117	-299	-182	2,85		2,85	
N3 - Ave	1.490	2.084	5.650	2.583	7.140	4.667	594	-3.067	-2.473	15,73			
Fafe	106	141	804	537	910	678	34	-266	-232	2,28			2,28
Guimarães	402	596	1.921	758	2.324	1.355	194	-1.163	-969	4,57		4,57	
Póvoa de Lanhoso	71	184	1.092	362	1.163	546	113	-730	-617	1,84			1,84
Santo Tirso	272	351	392	171	664	523	79	-221	-141	1,76		1,76	
Trofa	55	43	143	50	198	92	-12	-94	-106	0,31	0,31		
Vieira do Minho	6	28	485	325	491	353	21	-160	-138	1,19			1,19
Vila Nova de Famalicão	525	666	682	313	1.207	978	141	-369	-228	3,30		3,30	
Vizela	52	76	132	67	184	143	24	-64	-41	0,48		0,48	
N3 - Grande Porto	835	561	686	182	1.520	743	-273	-503	-777	2,50			
Espinho	1	0	0	0	2	0	-1	0	-1	0,00	0,00		
Gondomar	415	257	139	26	555	283	-158	-113	-271	0,95		0,95	
Maia	57	63	88	31	145	95	6	-56	-50	0,32	0,32		
Matosinhos	7	6	24	9	31	15	-1	-14	-15	0,05	0,05		
Porto	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00		
Póvoa de Varzim	59	47	121	27	181	74	-12	-95	-107	0,25	0,25		
Valongo	138	104	63	23	201	127	-35	-40	-75	0,43		0,43	
Vila do Conde	68	54	182	51	249	105	-13	-131	-144	0,35	0,35		
Vila Nova de Gaia	88	29	70	16	158	45	-60	-53	-113	0,15	0,15		
N3 - Tâmega	7.139	8.633	8.250	5.312	15.389	13.945	1.493	-2.937	-1.444	46,99			
Amarante	1.208	1.284	1.160	771	2.368	2.055	76	-389	-313	6,93			6,93
Baião	1.056	1.072	462	333	1.518	1.404	16	-130	-114	4,73			4,73
Cabeceiras de Basto	61	203	937	574	998	777	141	-363	-221	2,62			2,62
Castelo de Paiva	137	129	311	135	448	264	-8	-176	-184	0,89			0,89
Celorico de Basto	499	752	563	511	1.062	1.263	252	-51	201	4,26			4,26
Cinfães	384	334	510	244	894	577	-50	-267	-317	1,95			1,95
Felgueiras	848	1.024	532	386	1.380	1.409	176	-146	30	4,75		4,75	
Lousada	494	632	433	310	928	942	138	-123	14	3,17		3,17	
Marco de Canaveses	473	780	824	523	1.297	1.303	307	-301	6	4,39			4,39
Mondim de Basto	118	204	399	347	517	551	86	-52	34	1,86			1,86
Paços de Ferreira	140	100	196	67	336	167	-40	-129	-169	0,56		0,56	
Paredes	499	486	386	150	886	636	-14	-236	-250	2,14		2,14	
Penafiel	754	1.043	817	371	1.571	1.415	290	-446	-156	4,77		4,77	
Resende	457	510	279	250	737	760	53	-29	24	2,56			2,56
Ribeira de Pena	11	80	439	340	450	420	70	-100	-30	1,42			1,42
N3 - Entre Douro e Vouga	398	383	608	323	1.005	706	-15	-284	-299	2,38			
Arouca	184	148	390	164	575	312	-36	-227	-263	1,05			1,05
Oliveira de Azeméis	50	52	49	30	99	82	2	-19	-17	0,28		0,28	

Santa Maria da Feira	43	44	38	24	82	68	1	-15	-13	0,23	0,23		
São João da Madeira	2	0	2	0	4	0	-2	-2	-4	0,00		0,00	
Vale de Cambra	119	138	128	106	247	244	20	-22	-2	0,82		0,82	

1.3. Área instalada entre 1991 e 2004 com apoio público

Em resultado de realização de projectos apoiados foram instaladas as áreas de vinha que constam do Quadro 4.

Quadro 6. Projectos apoiados e áreas instaladas de 1991-2004

Anos	Nº projectos	Área de vinha	Área/projecto
1991 - 1994	807	2 533,0	3,14
1995 - 1999	1 344	3 406,2	2,53
2000 - 2004	1 518	1 600,8	1,05
Total	3 669	7 640,0	2,08

1.4. Produções e Produtividades

O Quadro 7. dá-nos as áreas mais recentes, as produções e as produtividades regionais do vinha e dos principais produtos.

Quadro 7. Vinho – produções e produtividades (DCP)

		2000	2001	2002	2003	2004	Média Quinq.
EDM	Área (ha)	30 321	30 541	30 246	30 153	29 964	30 245
	Rendimento (hl/ha)	29	47	27	28	33	33
	Produção (hl)	872 814	1 436 045	829 914	843 428	988 045	994 049

Fonte: INE

1.5. Transformação

A região dispõe de estruturas de vinificação devidamente licenciadas na última década que foram previamente sujeitas a obras de adaptação às normas ambientais e de higiene e segurança alimentar e equipadas com tecnologias mais recentes, facilitadoras do controlo de qualidade dos processos e dos produtos finais e que permitem a adopção de uma gestão mais eficaz.

A capacidade de laboração instalada tem-se mostrado globalmente suficiente para as quantidades de uvas a transformar.

1.6. Consumo

Grau de Aprovisionamento

O grau de aprovisionamento de vinho em Portugal no triénio 2001/2004 situou-se em valores próximos de 120 %, o que significa que o país é *superavitário*.

Consumo per capita

O consumo *per capita* de vinho em Portugal foi de cerca de 50 l no mesmo período.

Consumo da Região

A região com os seus cerca de 3,3 milhões de habitantes consome o equivalente a 31,15 % do consumo nacional quando apenas produz o equivalente em volume de aproximadamente 67 % do que consome.

Quadro 8. Estimativa do Consumo Regional

	População Residente (%)	Consumo Médio de 2000/04 (1000hl)
EDM	31,15	1 486
Portugal	100	4 769

Fonte: INE.

1.7. Preços dos Produtos e dos Meios

A evolução dos índices de preços no produtor e dos meios de produção, tomando-se por base os preços em 1995, foram os seguintes:

Quadro 9. Índices de Preços dos Vinhos e Meios Base: 100 - 1995

	Tipos	2002	2003	2004
Produtos	Vinhos Verdes	132,11	125,8	130,5
	Vinhos de Mesa	68,9	67,3	68,7
Meios de Produção	Sementes e plantas	93,69	117,7	116
	Energia e lubrificantes	96,91	102,9	115,5
	Aduos e correctivos	117,17	115,3	125
	Máquinas e outros equipamentos	121,8	125,7	128,7

Fonte: INE

A evolução dos preços dos vinhos de qualidade desde 1995 tem sido crescente, já os vinhos de mesa tiveram quebras acentuadas. De 2002 a 2004 a tendência foi ligeiramente decrescente. Já quanto aos meios de produção utilizados pela vitivinicultura a evolução foi negativa em todos os meios utilizados, mas com crescimentos ligeiramente inferiores aos dos preços dos vinhos de qualidade.

2. ANÁLISE DO POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO

Pontos Fracos	Pontos Fortes
<ul style="list-style-type: none"> Excesso de oferta, em resultado de: <ul style="list-style-type: none"> - Existir grandes oscilações nas produções anuais - Matéria-prima de fraca qualidade; - Inexistência de uma gestão de stocks, através de concentração de mosto e produção de aguardentes (registe-se que a região nas campanhas de 2000/01 e 2001/02 aplicou mostos concentrados e rectificados, objecto de ajuda à sua utilização, nas seguintes quantidades 4 786 e 15 412 hectolitros respectivamente); - Impossibilidade de utilizar mecanismos de retirada do mercado; Deficiente estado sanitário das videiras, em resultado de: <ul style="list-style-type: none"> - Instalação deficiente de vinhas; - Problemas fitossanitários (por ex: esca, armilária, etc); - Utilização de material vegetativo (porta-enxertos e garfos) de qualidade sanitária duvidosa; - Envelhecimento das vinhas; - Utilização inadequada dos fitofarmacos, motivada pela sua venda indiscriminada e sem acompanhamento técnico; - Ausência de controlo de fertilidade do solo e da planta; - Deficiente preparação dos profissionais; Deficiente gestão do potencial vitícola regional <ul style="list-style-type: none"> - Importa salvar os interesses regionais aproximando a actividade de condicionamento das regiões vitícolas, aumentando as suas competências e conferir-lhes poder de decisão; - Gestão de um cadastro vitícola actualizado que reflita o potencial vitícola regional; - Rigoroso cumprimento por parte dos viticultores da legislação vigente sobre a obrigatoriedade de declaração do potencial vitícola de cada um deles; Aumento do número de produtores engarrafadores e marcas com dispersão da oferta o que limita o acesso aos mercados <p>Aspectos a serem considerados:</p>	<ul style="list-style-type: none"> Potencial Vitícola e Enológico elevado <ul style="list-style-type: none"> - Existência de elevada variabilidade genética das castas; - Existência de instalações de transformação, conservação e engarrafamento dotadas de novas tecnologias; - Existência de encepamentos melhorados utilizados na instalação das vinhas novas; Preocupação já existente em muitos produtores de que há que melhorar a qualidade dos produtos vitícolas da região, adaptando-os aos novos perfis de consumidores; Capacidade da Região em produzir produtos diferentes e únicos com qualidade para um mercado específico;

<ul style="list-style-type: none"> - A grande pulverização de marcas provenientes da pequena produção na região implica restrições severas na conquista de mercados em função das quantidades exigidas; - Falta de concentração da oferta, em virtude da reduzida existência de estruturas de marketing e comercialização profissionalizadas; - Aumento da concorrência com reflexos na qualidade e preço do produto; - Pouca longevidade dos vinhos (período de vida útil 1 a 2 anos), que inviabiliza a sua stockagem; • Controlo deficiente do cumprimento das regras de comercialização do VQPRD <ul style="list-style-type: none"> - Ausência de uma fiscalização sistemática sobre as parcelas com vinha e o vinho comercializado; - Nos VQPRD existem parâmetros quantitativos não adequados à produção de vinhos de qualidade (produção/hectare); - Ausência de outros parâmetros (por ex. ácido málico) que se revelam importantes para a definição de um vinho VQPRD. 	
<p style="text-align: center;">Ameaças</p> <ul style="list-style-type: none"> • Convencimento existente na Região de que ao produzir-se um produto único se tem automaticamente um mercado assegurado, o que a poderá limitar no seu esforço de competição; • Hábitos de consumo em alteração, dado que: <ul style="list-style-type: none"> - Há um envelhecimento da população; - Existem novos produtos; - Existe uma nova cultura de consumo; • Aumento da oferta de vinhos de outras proveniências: internas e externas. 	<p style="text-align: center;">Oportunidades</p> <ul style="list-style-type: none"> • A proximidade de grandes centros de consumidores ávidos de produtos de qualidade garantida constitui uma oportunidade; • A procura de vinho biológico tende a aumentar; • O “mercado da saudade” continua a constituir uma grande oportunidade de internacionalização do sector; • Os mercados dos novos estados membros da UE constituem uma nova oportunidade para todos os produtos víquicos aguardentes.

3. PROPOSTAS ESTRATÉGICAS

Tendo-se presentes os pontos fracos identificados e as ameaças, importa definir uma estratégia que aposte decididamente na qualidade em todos os segmentos da fileira e na sua melhor integração vertical e horizontal. Nesse sentido propõe-se o seguinte:

- a) Reconhecer que o mercado interno não é suficiente para absorver a produção nacional pelo que importa apoiar a promoção dos vinhos verdes no mercado internacional;
- b) Apoiar a reorganização das adegas cooperativas através de projectos de integração horizontal para a comercialização no mercado nacional e internacional
- c) Apoio à criação de marca (s) para exportação;
- d) Apoiar a reestruturação das vinhas em zonas com potencial determinado quer em castas brancas quer em tintas;
- e) Dotar as adegas cooperativas de meios para que possam realizar estudos de mercado;
- f) Promover, junto dos produtores engarrafadores, a utilização de infra estruturas e equipamentos em comum;
- g) Apoiar a criação de centrais de compras;
- h) Apoiar a criação de empresas de prestação de serviços quer na actividade enológica quer na vinha;
- i) Melhorar a qualidade dos produtos víquicos, adoptando-os aos novos perfis dos consumidores, tendo-se em vista a sua valorização comercial em particular aqueles obtidos em modos de produção qualificados como os de produção e/ou protecção integrada e os de produção biológica;
- j) Incrementar a qualidade da produção, através da:

- Inovação e desenvolvimento de I&D na resolução de problemas já identificados na produção e na transformação em parceria com todos os agentes da fileira;
 - Formação profissional orientada para as necessidades dos técnicos e produtores;
- k) Implementação do SIG-PV em toda a região;

4. OBJECTIVOS OPERACIONAIS, ACÇÕES, METAS, INVESTIMENTO E ENQUADRAMENTO

Nas Fichas OP e AMI que a seguir se apresentam estão estabelecidos os Objectivos Operacionais e as Acções, Metas, Enquadramento e Investimento que se propõem como necessários para realizar as propostas estratégicas e os Objectivos Específicos de curto/médio prazo da Estratégia de Desenvolvimento preconizada para a Região.

EIXO 1 - Competitividade
 1.1 - Fileiras

Ficha: OP

MATRIZ DE OBJECTIVOS OPERACIONAIS

FILEIRA Nº. 11 - VITIVINICULTURA

DOMÍNIOS:	TECNOLÓGICO ESPECÍFICO	FORMAÇÃO	AMBIENTE	TICs	REGIMES DE QUALIDADE	COOPERAÇÃO	INOVAÇÃO	ENQUADRAMENTO
SEGMENTOS:								
EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA	1. Melhorar as condições de produção das explorações vitícolas e reestruturar e instalar novas plantações							M6/M10
	2-Optimizar a operação de colheita							M6
		3-Formar viticultores e outros operadores vitícolas						M1
			4-Optimizar a utilização da água					M6
			5-Minimizar o impacto ambiental da actividade vitivinícola					M6
				6-Incentivar a utilização das novas tecnologias na inovação, desenvolvimento e gestão empresarial				M6
					7-Apoiar viticultores de Modos de Produção de Qualidade			M13
					8-Apoiar agrupamentos de produtores de novos modos de produção			M14
						9-Promover formas de organização multifuncionais para prestação de serviços		M5
							10-Desenvolver e demonstrar novas tecnologias e processos de produção	M9
							11-Promover a diversificação de produtos	M9

DOMÍNIOS:	TECNOLÓGICO ESPECÍFICO	FORMAÇÃO	AMBIENTE	TICs	REGIMES DE QUALIDADE	COOPERAÇÃO	INOVAÇÃO	ENQUADRAMENTO
RECOLHA OU CONCENTRAÇÃO	1-Criar infraestruturas de manuseamento e conservação							M6
					2-Organizar a recolha de produtos de novos modos de produção			M8
							3- Desenvolver, adaptar e divulgar novas metodologias pós-colheita	M9
TRANSFORMAÇÃO	1-Modernizar as unidades de transformação							M8
	2-Apoiar a concentração de unidades de transformação							
	3-Promover a valorização de subprodutos							M8
		4-Formar operadores da transformação						M1
			5-Incentivar a recolha selectiva de embalagens					M8
				6-Modernizar sistemas de informatização dos equipamentos				M8
DISTRIBUIÇÃO	1-Reforçar a internacionalização do sector							M8
	2-Apoiar campanhas promocionais no mercado europeu							M8
	3-Promover a traçabilidade dos produtos							M8
		4-Promover a qualificação profissional dos agentes das áreas técnicas de gestão e marketing						M1
					5-Promover a valorização dos produtos dos novos modos de produção no mercado nacional			M14
							6-Promover estudos de mercado e imagem do produto	M9

EIXO 1 - Competitividade

1.1 - Fileiras

Ficha: AMI

ACÇÕES, METAS, ENQUADRAMENTO E INVESTIMENTO

FILEIRA Nº.11 - VITICULTURA

	OBJECTIVOS OPERACIONAIS	ACÇÕES A DESENVOLVER	METAS	ENQUADRAMENTO	INVESTIMENTO
Exploração Agrícola	1. Melhorar as condições de produção das explorações vitícolas e reestruturar e instalar novas plantações	Construção de caminhos dentro das explorações	30 Km	M10	450.000
		Exploração de água - poços, furos e charcas	500 Expl		1.500.000
		Electrificação das explorações	500 Expl		500.000
		Drenagem	35 km		175.000
		Construção de muros	35 Km		1.575.000
		Redimensionamento das parcelas	150 ha		150.000
		Instalação de sistemas de rega	500 Expl	M6	937.500
		Modernização de equipamentos	250 Expl		7.500.000
		Reestruturação de vinhas	3000 ha		45.000.000
		Novas plantações	350 ha		5.250.000
	2-Optimizar a operação de colheita	Aquisição de equipamento para a determinação da época de colheita	500 unidades	M6	125.000
	3-Formar viticultores e outros operadores vitícolas	Formação sobre Aplicação de Produtos Fitofarmacêuticos	1050 Formandos; 70 cursos; 2100 h	M1	231.000
		Formação em Modo de Produção Biológico	105 Formandos; 7 cursos; 700 h		77.000
		Formação em Produção Integrada	525 Formandos; 35 cursos; 3500 h		385.000
		Formação de Podadores e Enxertadores	1050 Formandos; 70 cursos; 2100 h		231.000
		Formação em Planeamento do Trabalho Agrícola	1050 Formandos; 70 cursos; 2100 h		231.000
		Formação de Fertilização	1050 Formandos; 70 cursos; 2100 h		231.000
		Formação Geral em Viticultura	1050 Formandos; 70 cursos; 2100 h		231.000
		Formação de Intervenções em Verde	1050 Formandos; 70 cursos; 2100 h		231.000
		Formação de Operadores de Máquinas	355 Formandos; 21 cursos; 1260 h		138.600
		Formação na área da Certificação das Explorações	60 Formandos; 4 cursos; 360 h		39.600
		Formação em Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho	1050 Formandos; 70 cursos; 980 h		107.800
	4-Optimizar a utilização da água	Instalação de sistema de avisos de rega	500 exp	M6	1.250.000
	5-Minimizar o impacto ambiental da actividade vitivinícola	Criação de estruturas de armazenamento de fitofármacos	500 exp	M6	1.500.000
		Criação de plataformas para preparação de fitofármacos	70 unidades		350.000
	6-Incentivar a utilização das novas tecnologias na inovação, desenvolvimento e gestão empresarial	Instalação de sistemas informáticos de controlo e gestão da exploração - rega, fertilização e controle de doenças	250 Expl	M6	500.000
		Instalação de sistemas informáticos de gestão da exploração agrícola	250 Expl		500.000

Exploração Agrícola (contin)	7-Apoiar viticultores de Modos de Produção de Qualidade	Apoio à certificação	100 viticultores	M13	300.000
	8-Apoiar agrupamentos de produtores de novos modos de produção	Divulgação do Modo de Produção Biológico	1000 Folhetos	M14	20.000
		Divulgação da Produção Integrada	10000 Folhetos		20.000
		Divulgação de outras normas a certificar na produção	10000 Folhetos		20.000
	9-Promover formas de organização multifuncionais para prestação de serviços	Organização de serviços de substituição e aconselhamento (equipamento)	25 unidades	M5	2.500.000
	10-Desenvolver e demonstrar novas tecnologias e processos de produção	Estudos sobre utilização racional da água	5 estudos	M9	375.000
		Estudos sobre aplicação de fertilizantes	5 estudos		375.000
		Estudos sobre a manutenção de solo	3 estudos		225.000
		Zonagem Vitícola	1 estudo		75.000
		Estudos sobre a afinidade casta/porta-enxerto	6 estudos		450.000
	11-Promover a diversificação de produtos	Estudo para produção de "novos" produtos	2 estudos	M9	150.000
Recolha ou Concentração	1-Criar infraestruturas de manuseamento e conservação	Aquisição de equipamentos para colheita e transporte de uvas	500 Expl	M6	1.250.000
	2-Organizar a recolha de produtos de novos modos de produção	Instalação de unidade de produtos certificados	1 unidade	M8	250.000
	3- Desenvolver, adaptar e divulgar novas metodologias pós-colheita	Estudo de minimização dos efeitos do transporte de uvas	1 estudo	M9	75.000
Transformação	1-Modernizar as unidades de transformação	Criação de estruturas de recolha selectiva de produtos de modo de produção certificado	15 unidades	M8	750.000
		Regularização das área de recepção e exteriores da adega	15 unidades		1.500.000
		Adaptação às novas exigências ambientais, certificação e segurança alimentar	15 unidades		450.000
		Modernização dos centros de recepção, transformação e acondicionamento	15 unidades		7.500.000
		Instalação de laboratórios de apoio à actividade dos centros de vinificação	15 unidades		450.000
		Implementação de métodos de controlo de qualidade	15 unidades		900.000
	2-Apoiar a concentração de unidades de transformação	Concentração de unidades de transformação de produtores engarrafadores	10 unidades	M8	15.000.000
		Concentração de unidades de transformação cooperativas	2 unidades	M8	5.000.000
	3-Promover a valorização de subprodutos	Criação de unidades para transformação e valorização dos subprodutos	2 unidades	M8	900.000
		Criação de unidades de transformação (Aguardente, vinagre....)	5 unidades		1.500.000
	4-Formar operadores da transformação	Acções de Formação de Enologia	570 Formandos; 38 cursos; 3420 h	M1	376.200
		Acções de Formação de Provadores	150 Formandos; 10 cursos; 1350 h		79.200

Transformação (continuação)		Acções de Formação de Adequeiros	150 Formandos; 10 cursos; 900 h		99.000
	4-Formar operadores da transformação (continuação)	Acções de Formação na área de Implementação do Autocontrolo	210 Formandos; 14 cursos; 840 h		92.400
		Acções de Formação de Operadores de Laboratório	30 Formandos; 2 cursos; 240 h		6.600
		Acções de Formação de Certificação das Empresas da Fileira	30 Formandos; 2 cursos; 240 h		6.600
		Acções de Formação na área da transformação (aguardente, licores,...)	30 Formandos; 2 cursos; 60 h		6.600
		Acções de Formação na área da Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho	30 Formandos; 2 cursos; 60 h		6.600
	5-Incentivar a recolha selectiva de embalagens	Criação de ecopontos de apoio aos vitivinicultores	30 unidades	M8	150.000
	6-Modernizar sistemas de informatização dos equipamentos	Aquisição de sistemas informáticos que permitam a monitorização e gestão dos equipamentos das estruturas de vinificação	15 sistemas	M8	4.000.000
	7-Desenvolver, adaptar e divulgar novas metodologias de transformação e novos produtos	Promoção de estudos com vista à definição de parâmetros de qualidade de "novos" produtos (vinagre, licor, vinagre aromatizado, espumantes, etc)	3 estudos	M9	300.000
Distribuição	1-Reforçar a internacionalização do sector	Criação de unidades de distribuição para o mercado internacional	5 unidades	M8	1.500.000
	2-Apoiar campanhas promocionais no mercado europeu	Realização de acções de promoção de produtos no mercado europeu	2 acções	M8	5.000.000
	3-Promover a traçabilidade dos produtos	Aquisição de equipamento que permita a traçabilidade dos produtos	10 equipamentos	M8	100.000
	4-Promover a qualificação profissional dos agentes das áreas técnicas de gestão e marketing	Acções de Formação de Gestão e Comercialização do Produto	105 Formandos; 7 cursos; 840 h	M1	92.400
		Acções de Formação de Técnicas de Marketing	105 Formandos; 7 cursos; 840 h		92.400
		Acções de Formação de Escanções	30 Formandos; 2 cursos; 180 h		19.800
		Acções de Formação em Gestão de Stocks e Técnicas de Venda	105 Formandos; 7 cursos; 840 h		92.400
		Acções de Formação em Provas	105 Formandos; 7 cursos; 630 h		69.300
	5-Promover a valorização dos produtos dos novos modos de produção no mercado nacional	Realização de acções de divulgação dos produtos obtidos de acordo com novos modos de produção no mercado nacional	7 acções	M14	700.000
	6-Promover estudos de mercado e imagem do produto	Estudos de desenvolvimento do conceito "produto" (produto + embalagem...)	1 estudo	M9	400.000
	Total				122.621 000

5. INVESTIMENTO POR DOMÍNIOS OPERACIONAIS

<i>Domínios:</i> <i>Segmentos:</i>	<i>Tecnológico</i>	<i>Formação</i>	<i>Ambiente</i>	<i>TICs</i>	<i>Regimes Qualidade</i>	<i>Cooperação</i>	<i>Inovação</i>	Total
Exploração Agrícola	63.162.500	2 134 000	3.100.000	1.000.000	360.000	2.500.000	1.650.000	73 906 500
Recolha/Concentração	1.500.000	0	0	0	0	0	75.000	1.575.000
Transformação	33.950.000	673.200	150.000	4.000.000	0	0	300.000	39.073.200
Distribuição	6.600.000	366.300	0	0	700.000	0	400.000	8.066.300
Total	105.212.500	3 173 500	3.250.000	5.000.000	1.060.000	2.500.000	2.425.000	122.621 000

6. INVESTIMENTO POR MEDIDAS

<i>Medidas:</i>	<i>Investimento</i>
M1 Formação e Informação	3 173 500
M5 Criação de Serviços de Gestão, Substituição e Aconselhamento	2.500.000
M6 Modernização das Explorações Agrícolas	64.162.500
M8 Aumento do Valor dos Produtos Agrícolas e Florestais	45.250.000
M9 Cooperação para a elaboração de novos produtos, processos e tecnologias	2.125.000
M10 Infra-estruturas	4.350.000
M13 Apoio Agricultores Regimes de Qualidade	300.000
M14 Apoio Agrupamentos Regimes de Qualidade	760.000
Total	122.621 000

7. MEDIDAS DE POLÍTICA E RECOMENDAÇÕES

- a) Recuperar e reforçar a imagem de qualidade dos vinhos produzidos na Região Demarcada dos Vinhos Verdes, em especial a denominação “vinho verde”;
- b) Apoiar através dos “programas de apoio ao emprego” a contratação de jovens técnicos para as empresas de transformação;
- c) Extensão dos conceitos de “VQPRD” e “VINHO REGIONAL” à parcela de vinha e ao vinho;
- d) Aumentar a precisão do conceito de “VPQRD” (produtividade) e alargar o limite máximo para 10.000 l/ha;
- e) Promover arranques definitivos em zonas pré definidas como produtoras de vinhos de menor qualidade;
- f) Enquadrada numa política de produção de qualidade, as Estruturas de Vinificação devem adoptar um código de boas práticas tendo em vista a aplicação simultânea de um conjunto de procedimentos, como por exemplo: uvas inteiras e transportadas em caixas, produtividades diferenciadas por casta, álcool provável mínimo diferenciado por casta;
- g) Pôr em funcionamento regular a Rota de Vinho Verde para promoção do enoturismo;
- h) Recuperar as aguardentes vínicas e bagaceiras simplificando-se o licenciamento;
- i) Redefinir a política de mostos concentrados e rectificados;
- j) Melhorar a fiscalização e controlo do cumprimento das regras de comercialização do “VQPRD” e do “vinho regional”;

F12 – OLIVICULTURA

1. EVOLUÇÃO E SITUAÇÃO

1.0. Síntese

A fileira de “Olivicultura” na última década e meia teve uma evolução negativa, traduzida na diminuição das explorações e das áreas e uma redução também na produção.

Praticamente toda a azeitona produzida na região é para transformação em azeite, pois a azeitona de mesa é inexpressiva.

Regista-se que no período em análise os lagares em funcionamento na região foram licenciados o que implicou obras de adaptação às normas ambientais e às de higiene e segurança alimentar.

Finalmente, assinala-se que os preços do azeite tiveram uma evolução muito negativa desde 1995 e a evolução dos meios de produção utilizados teve um crescimento bastante superior. Contudo se nos restringirmos ao período de 2002-2004 concluímos que a evolução dos preços tem sido muito favorável nos padrões de maior qualidade.

1.1. Explorações e Áreas

O Quadro 1. dá-nos as alterações das explorações e das áreas, ocorridas entre 1989 e 1999, nas regiões agrárias do continente em “Olival”. O EDM representava, em 1999, 0,3 % da área total do Continente e 4,2 % das explorações e dez anos antes representava 0,8 % da área e 7,7 % das explorações. Verifica-se também que região registou uma diminuição nas explorações de 51 % e um decréscimo de 58 % na área.

Quadro 1. Olival (total) segundo os RGA 89 e 99

Unidade Geográfica	1989				1999			
	Nº exp	%	Área	%	Nº exp	%	Área	%
Entre Douro e Minho	13.786	7,7	2.660	0,8	6.695	4,2	1.126	0,3
Trás-os-Montes	35.886	20,0	61.744	18,1	37.344	23,5	72.288	21,6
Beira Litoral	26.070	14,5	15.439	4,5	26.339	16,6	17.585	5,2
Beira Interior	36.401	20,3	59.300	17,4	35.176	22,1	60.325	18,0
Ribatejo e Oeste	28.815	16,0	45.289	13,3	19.878	12,5	36.829	11,0
Alentejo	27.215	15,2	148.392	43,6	22.513	14,2	138.084	41,2
Algarve	11.397	6,3	7.689	2,3	11.084	7,0	8.791	2,6
Continente	179.570	100,0	340.514	100,0	159.029	100,0	335.028	100,0

1.2. Localização e Concentração

Da leitura do Quadro 2. tiramos as seguintes conclusões:

- 14 concelhos não detêm nenhuma área de olival e em alguns nos restantes o olival tem pouco significado;
- A azeitona para mesa não tem também presença significativa pois fica-se pelos cerca de 5 has;
- A Zona do Interior é maioritária em olival com 84 % seguida da Zona Intermédia;
- A Nut Tâmega destaca-se com perto de 69 % da área total.

Quadro 2. Explorações de Olival por Nuts III, por concelhos e Zonas Agro-ecológicas

Unidade Geográfica	Azeitona de mesa		Olival para azeite		Total de olival				Lit	Idia	Int
	Nº expl	Área	Nº exp	Área	Nº exp	Área	%				
Entre Douro e Minho	39	5,29	6663	1121,18	6695	1126,47	100,00	4,50	11,67	83,76	
Minho-Lima	-	-	1577	120,34	1577	120,34	10,68				
Arcos de Valdevez	-	-	131	11,06	131	11,06	0,98				0,98
Caminha	-	-	101	5,45	101	5,45	0,48	0,48			
Melgaço	-	-	1	0,17	1	0,17	0,02				0,02
Monção	-	-	12	0,56	12	0,56	0,05			0,05	
Paredes de Coura	-	-	-	-	-	-					
Ponte da Barca	-	-	237	9,77	237	9,77	0,87				0,87
Ponte de Lima	-	-	588	50,49	588	50,49	4,48			4,48	
Valença	-	-	8	0,31	8	0,31	0,03			0,03	
Viana do Castelo	-	-	495	42,43	495	42,43	3,77	3,77			
Vila Nova de Cerveira	-	-	4	0,1	4	0,1	0,01			0,01	
Cávado	1	0,25	704	67,59	704	67,84	6,02				
Amares	-	-	153	21,55	153	21,55	1,91			1,91	
Barcelos	-	-	188	18,23	188	18,23	1,62			1,62	
Braga	-	-	61	8,88	61	8,88	0,79			0,79	
Esposende	1	0,25	19	1,81	19	2,06	0,18	0,18			

Terras de Bouro	-	-	109	6	109	6	0,53		0,53
Vila Verde	-	-	174	11,12	174	11,12	0,99		0,99
Ave	-	-	541	77,08	541	77,08	6,84		
Fafe	-	-	46	6,51	46	6,51	0,58		0,58
Guimarães	-	-	27	4,54	27	4,54	0,40		0,40
Póvoa de Lanhoso	-	-	180	35,93	180	35,93	3,19		3,19
Santo Tirso	-	-	2	...	2	...			
Trofa	-	-	2	...	2	...			
Vieira do Minho	-	-	279	29,41	279	29,41	2,61		2,61
Vila Nova de Famalicão	-	-	4	0,15	4	0,15	0,01		0,01
Vizela	-	-	1	...	1	...			
Grande Porto	3	0,22	4	1,63	7	1,85	0,16		
Espinho	-	-	-	-	-	-			
Gondomar	-	-	3	1,03	3	1,03	0,09		0,09
Maia	1	...	-	-	1	...			
Matosinhos	-	-	-	-	-	-			
Porto	-	-	-	-	-	-			
Póvoa de Varzim	1	...	-	-	1	...			
Valongo	1	...	-	-	1	...			
Vila do Conde	-	-	-	-	-	-			
Vila Nova de Gaia	-	-	1	0,6	1	0,6	0,05	0,05	
Tâmega	33	4,61	3349	768,95	3376	773,56	68,67		
Amarante	5	2,14	367	137,44	372	139,58	12,39		12,39
Baião	7	0,31	327	99,79	334	100,1	8,89		8,89
Cabeceiras de Basto	-	-	421	133,02	421	133,02	11,81		11,81
Castelo de Paiva	6	0,17	344	45,85	349	46,02	4,09		4,09
Celorico de Basto	-	-	651	98,63	651	98,63	8,76		8,76
Cinfães	-	-	233	36,43	233	36,43	3,23		3,23
Felgueiras	3	0,12	1	0,1	3	0,22	0,02		0,02
Lousada	3	0,15	2	0,17	4	0,32	0,03		0,03
Marco de Canaveses	3	0,31	389	63,14	391	63,45	5,63		5,63
Mondim de Basto	-	-	253	30,87	253	30,87	2,74		2,74
Paços de Ferreira	1	0,02	-	-	1	0,02	0,00		0,00
Paredes	1	0,71	7	0,84	8	1,55	0,14		0,14
Penafiel	2	0,08	46	10,04	47	10,12	0,90		0,90
Resende	2	0,6	68	17,84	69	18,44	1,64		1,64
Ribeira de Pena	-	-	240	94,79	240	94,79	8,41		8,41
Entre Douro e Vouga	2	0,21	488	85,59	490	85,8	7,62		
Arouca	1	0,06	482	83,34	483	83,4	7,40		7,40
Oliveira de Azeméis	-	-	-	-	-	-			
Santa Maria da Feira	-	-	2	0,17	2	0,17	0,02	0,02	
São João da Madeira	-	-	-	-	-	-			
Vale de Cambra	1	0,15	4	2,08	5	2,23	0,20		0,20

1.3. Produções e Produtividades

O Quadro 3. dá-nos as áreas mais recentes, as produções e as produtividades regionais do olival e dos principais produtos.

Quadro 5. Olival – produções e produtividades

		2000	2001	2002	2003	2004	Média Quinq.
Olival	Área (ha)	1 159	1 157	1 157	1 157	1 160	1.158
	Rendimento (kg/ha)	387	1 300	1 146	1 008	2 124	1.193
	Produção (ton)	449	1 504	1 326	1 166	2 464	1.382
Azeitona para azeite	Área (ha)	1 154	1 154	1 157	1 157	1 160	1.156
	Rendimento (kg/ha)	386	1 302	1 146	1 008	0	1.194
	Produção (ton)	445	1 503	1 326	1 166	2 464	1.381
Azeite	Azeitona (ton)	577	1 856	1 715	2 262	2 464	1.775
	Funda (l/kg)	0,12	0,12	0,11	0,13	0,20	0,15
	Azeite (hl)	697	2 316	1 950	2 977	5 038	2.596
	Azeite* (ton)	64	212	179	273	462	238

Fonte: INE ; Nota: 1 hl = 91,66 kg.

1.4. Transformação

A região dispõe de 17 lagares licenciados na última década e que foram previamente sujeitos a obras de adaptação às normas ambientais e de higiene e segurança alimentar. A capacidade de laboração instalada tem-se mostrado suficiente para as quantidades de azeitona produzidas.

1.5. Consumo

Grau de Aprovisionamento

O grau de aprovisionamento de azeite em Portugal era em 2003/04 de 51,7 %.

Consumo per capita

O consumo *per capita* de azeite em Portugal foi de 5,8 kg em 2003/04.

Consumo da Região

A região com os seus cerca de 3,3 milhões de habitantes consome o equivalente a 31,15 % do consumo nacional quando apenas produz 1,3 % do que consome

Quadro 8. Estimativa do Consumo Regional

	População Residente	Consumo (ton)
EDM	31,15 %	18 690
Portugal	100 %	60 000

Fonte: GPPAA – Anuário Vegetal de 2004.

1.6. Preços dos Produtos e dos Meios

A evolução dos índices de preços no produtor e dos meios de produção, tomando-se por base os preços em 1995, foram os seguintes:

Quadro 8. Índices de Preços do Azeite e Meios de Produção Base: 100 - 1995 e/ou 2002

	Tipos	2002	2003	2004
Produtos	Azeite (no conjunto) – Base 100 -1995	62,2	66,1	77,1
	Azeite – extra virgem (até 1 grau) – Base 100 - 2002	100	104,1	132,3
	Azeite – virgem (de 1,1 a 2 graus) – Base 100 – 2002	100	104,6	124,1
	Azeite – Virgem corrente – Base 100 - 2002	100	105,8	-
Meios de Produção	Sementes e plantas – Base 1995	93,69	117,7	116
	Energia e lubrificantes – Base 1995	96,91	102,9	115,5
	Adubos e correctivos - Base 1995	117,17	115,3	125
	Máquinas e outros equipamentos – Base 1995	121,8	125,7	128,7

Fonte: INE

A evolução dos preços do azeite desde 1995 tem sido decrescente. De 2002 a 2004 a tendência foi ligeiramente crescente. Já quanto aos meios de produção utilizados pela olivicultura a evolução para a produção foi negativa em todos os meios utilizados e com crescimentos bastante superiores à evolução dos preços do azeite.

Restringindo-nos ao período de 2002 a 2004 concluímos que os azeites mais qualificados tem tido uma evolução de preços bastante interessante.

2. ANÁLISE DO POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO

Pontos Fracos	Pontos Fortes
<ul style="list-style-type: none"> Falta de preparação dos produtores; Pomares envelhecidos a necessitarem de serem reconvertidos; Tecnologias de produção utilizadas são muito tradicionais e ultrapassadas; Fraca utilização de sistemas informáticos na rega, fertilização e no controlo de doenças; Equipamento utilizado na colheita inadequado; Colheita e transporte em condições deficientes; 	<ul style="list-style-type: none"> Boas condições edafo-climáticas para a produção de azeite de qualidade superior (baixo grau de acidez) em zonas da região onde a cultura tem vindo a ser desenvolvida;

<ul style="list-style-type: none"> • As áreas de recepção dos lagares são deficientes; • As águas ruças não são devidamente tratadas; 	
<p>Ameaças</p> <ul style="list-style-type: none"> • Atrofiamento da actividade face à forte concorrência de outras regiões em processo de modernização caso não se inicie um processo idêntico; • Aumento da capacidade de oferta externa, em particular da vizinha Espanha. 	<p>Oportunidades</p> <ul style="list-style-type: none"> • Áreas disponíveis para aumentar a área de produção em alternativa a outras culturas; • A proximidade de grandes centros de consumidores ávidos de produtos de qualidade garantida constitui uma oportunidade; • Procura de azeite biológico tem vindo a aumentar.

3. PROPOSTAS ESTRATÉGICAS

Tendo-se presentes os pontos fracos identificados e as ameaças, importa definir uma estratégia que aposte decididamente na qualidade em todos os segmentos da fileira e na sua melhor integração vertical e horizontal. Nesse sentido propõe-se o seguinte:

- Apoiar o rejuvenescimento dos pomares e a instalação de novos pomares para a produção de azeite, no sentido de se aumentar a produção e as produtividades por ha;
- Melhorar as condições de produção permitindo-se a correcção de pomares mal implantados e mal geridos;
- Melhorar o equipamento de colheita e de transporte da azeitona, bem como a sua recepção nas unidades de transformação;
- Criar capacidade de transformação com maior valor acrescentado, designadamente através da implementação do modo de produção biológico;
- Em termos ambientais, importa reduzir significativamente a poluição dos solos com águas-ruças através de tratamento adequado;
- Estabelecer um plano de formação para técnicos, produtores e outros operadores que dê prioridade aos novos modos de produção;
- Preparar os olivicultores e todos os operadores na fileira de forma activa, o que não se registou nas últimas décadas;
- Desenvolver a inovação de processos e de produtos com os parceiros da fileira, designadamente novos métodos de colheita e novas formas de acondicionamento e de apresentação;

3. OBJECTIVOS OPERACIONAIS, ACÇÕES, METAS, INVESTIMENTO E ENQUADRAMENTO

Nas Fichas OP e AML que a seguir se apresentam estão estabelecidos os Objectivos Operacionais e as Acções, Metas, Enquadramento e Investimento que se propõem como necessários para realizar as propostas estratégicas e os Objectivos Específicos de curto/médio prazo da Estratégia de Desenvolvimento preconizada para a Região.

EIXO 1 – Competitividade

 1.1 - Fileiras

Ficha: OP

MATRIZ DE OBJECTIVOS OPERACIONAIS

FILEIRA Nº. 12 - OLIVICULTURA

DOMÍNIOS: SEGMENTOS:	TECNOLÓGICO ESPECÍFICO	FORMAÇÃO	AMBIENTE	TICs	REGIMES DE QUALIDADE	COOPERAÇÃO	INOVAÇÃO	ENQUADRA MENTO
EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA	1. Melhorar as condições de produção das explorações e rejuvenescer e instalar novas plantações							M10/M6
	2.Otimizar a operação de colheita							M6
		3.Formar olivicultores e outros operadores na exploração						M1
			4.Otimizar a utilização da água					M6
			5.Minimizar o impacto ambiental da actividade agrícola					M6
				6.Incentivar a utilização das novas tecnologias na inovação, desenvolvimento e gestão empresarial				M6
					7.Apoiar olivicultores de novos modos de produção			M13
					8. Apoiar agrupamentos de produtores de novos modos de produção			M14
						9.Promover formas de organização multifuncionais para prestação de serviços		M5

DOMÍNIOS:	TECNOLÓGICO ESPECÍFICO	FORMAÇÃO	AMBIENTE	TICs	REGIMES DE QUALIDADE	COOPERAÇÃO	INOVAÇÃO	ENQUADRAMENTO
							10.Desenvolver e demonstrar novas tecnologias e processos de produção	M9
							11.Promover a diversificação de produtos	M9
RECOLHA OU CONCENTRAÇÃO	1.Melhorar o transporte da azeitona							M8
	2.Organizar a recolha de azeitona biológica							M8
		3.Formar operadores de recolha						M1
TRANSFORMAÇÃO	1.Modernizar as unidades de transformação							M8
	2.Apoiar a concentração de unidades de transformação							M8
	3. Promover a valorização de subprodutos							M8
		4. Formar operadores da transformação						M1
			5. Criar unidades de tratamentos de águas-ruças e efluentes					M8
DISTRIBUIÇÃO	1.Criar uma unidade de distribuição de produtos biológicos							M8
					2.Promover o azeite biológico			M14

EIXO 1 – Competitividade

1.1 – Fileiras

Ficha: AMI

ACCÕES, METAS, ENQUADRAMENTO E INVESTIMENTO

FILEIRA Nº. 12 - OLIVICULTURA

	OBJECTIVOS OPERACIONAIS	ACCÕES A DESENVOLVER	METAS	ENQUADRAMENTO	INVESTIMENTO
Exploração Agrícola	1. Melhorar as condições de produção das explorações e rejuvenescer e instalar novas plantações	Construção de caminhos dentro das explorações	5 Km	M10	75.000
		Exploração de água - Poços, furos e charcas	50 Expl		200.000
		Electrificação das explorações	20 Expl		300.000
		Redimensionamento de parcelas	50 Expl		50.000
		Aquisição de sistemas de rega	50 Expl	M6	375.000
		Aquisição de equipamento de colheita	50 Expl		250.000
		Novas plantações	250 ha		1.250.000
		Rejuvenescimento de pomares	50 ha		125.000
	2.Otimizar a operação de colheita	Aquisição de caixas para o transporte de azeitona	50 Expl	M6	125.000
	3.Formar olivicultores e outros operadores na exploração	Formação geral em Olivicultura	105 Formandos; 7 cursos; 210 horas	M1	23.100
		Formação sobre aplicação de Produtos Fitofármacos	105 Formandos; 7 cursos; 210 horas		23.100
		Formação no Modo de Produção Biológico	60 Formandos; 4 cursos; 400 horas		44 000
		Formação em Produção Integrada	60 Formandos; 4 cursos; 400 horas		44 000
		Formação de Podadores	30 Formandos; 2 cursos; 60 horas		6.600
		Formação em Fertilização	105 Formandos; 7 cursos; 210 horas		23.100
		Formação em planeamento do trabalho na exploração	15 Formandos; 1 curso; 60 horas		6.600
		Formação de Operadores de máquinas e equipamentos	30 Formandos; 2 cursos; 120 horas		13.200
		Formação na certificação das explorações	15 Formandos; 1 curso; 120 horas		13.200
		Formação em higiene, saúde e segurança no trabalho	105 Formandos; 7 cursos; 98 horas		10.780
		Dia aberto sobre equipamentos de colheita	2 Dias; 14 horas		1.540
	4.Otimizar a utilização da água	Instalação de sistemas de avisos de rega	50 unidades	M6	125.000
	5.Minimizar o impacto ambiental da actividade agrícola	Criação de estruturas de armazenamento fitofármacos	50 Expl	M6	150.000
		Criação de plataformas para preparação de fitofármacos	2 unidades		10.000
	6.Incentivar a utilização das novas tecnologias na inovação, desenvolvimento e gestão empresarial	Instalação de sistemas informáticos de controle e gestão da exploração - rega, fertilização e controlo de doenças	5 Expl	M6	10.000
		Instalação de sistemas informáticos de gestão da exploração agrícola	5 Expl		10.000
	7.Apoiar olivicultores de novos modos de produção	Apoio à certificação	200 produtores	M13	600.000
	8. Apoiar agrupamentos de produtores de novos modos de produção	Apoio a acções de promoção e divulgação	14 acções	M14	60.000
	9.Promover formas de organização multifuncionais para prestação de serviços	Criação de empresas de prestação de serviços (equipamentos)	2 unidades	M5	200.000
	10.Desenvolver e demonstrar novas tecnologias e processos de produção	Estudo sobre utilização racional da água	1 estudo	M9	75.000
		Estudo sobre aplicação de fertilizantes	1 estudo		75.000
		Estudo sobre a manutenção de solo	1 estudo		75.000
		Zonagem Olivícola	1 estudo		75.000
		Estudo sobre adaptação de variedades	1 estudo		75.000
		Estudo sobre densidades de plantação	1 estudo		75.000
		Estudo sobre determinação do ponto óptimo de colheita	1 estudo		75.000
	11.Promover a diversificação de produtos	Estudo sobre adaptação de novas variedades para a produção de azeite	1 estudo	M9	75.000

Recolha ou Concentração	1.Melhorar o transporte da azeitona	Aquisição de equipamento específico para transporte e conservação	12 Unidades	M8	300.000
	2.Organizar a recolha de azeitona biológica	Criação de recolha e concentração selectiva de azeitona produzida em modo de produção biológico	12 Unidades	M8	300.000
	3.Formar operadores de recolha	Formação na área da higiene, saúde e segurança no trabalho	30 Formandos; 2 cursos; 60 horas	M1	6.600
		Formação na área da certificação das empresas	30 Formandos; 2 cursos; 240 horas		26.400
Transformação	1.Modernizar as unidades de transformação	Regularização das áreas de recepção e exteriores dos lagares	10 Unidades	M8	500.000
		Adaptação às novas exigências ambientais, certificação e segurança alimentar	10 Unidades		250.000
		Modernização dos centros de recepção, transformação e acondicionamento	10 Unidades		450.000
		Aquisição de linhas de enchimento	10 Unidades		500.000
	2.Apoiar a concentração de unidades de transformação	Concentração de unidades de transformação	2 unidades	M8	600.000
	3. Promover a valorização de subprodutos	Aquisição de equipamento para transformação e valorização dos sub-produtos	10 Unidades	M8	500.000
	4. Formar operadores da transformação	Formação de Provadores	30 Formadores; 2 cursos; 60 horas	M1	6.600
		Formação de Lagareiros	30 Formadores; 2 cursos; 120 horas		13.200
		Formação em higiene, saúde e segurança no trabalho	30 Formandos; 2 cursos; 60 horas		6.600
		Formação em certificação	15 Formandos; 1 curso; 120 horas		13.200
	5. Criar unidades de tratamentos de águas-ruças e efluentes	Criação de unidades de tratamento de águas-ruças e efluentes	10 Unidades	M8	300.000
Distribuição	1.Criar uma unidade de distribuição de produtos biológicos	Aquisição de logística e transportes	1 unidade	M8	300.000
	2.Promover o azeite biológico	Realização de acções de divulgação	7 acções	M14	100.000
					8.896 820

5. INVESTIMENTO POR DOMÍNIOS OPERACIONAIS

<i>Segmentos:</i>	<i>Domínios:</i> <i>Tecnológico</i>	<i>Formação</i>	<i>Ambiente</i>	<i>TICs</i>	<i>Regimes Qualidade</i>	<i>Cooperação</i>	<i>Inovação</i>	Total
Exploração Agrícola	2 750 000	209 220	285 000	20 000	660 000	200 000	600 000	4 724 220
Recolha/Concentração	600 000	33 000	0	0	0	0	0	633 000
Transformação	2 800 000	39 600	300 000	0	0	0	0	3 139 600
Distribuição	300 000	0	0	0	100 000	0	0	400 000
Total	6 450 000	281 820	585 000	20 000	760 000	200 000	600 000	8 896 820

6. INVESTIMENTO POR MEDIDAS

<i>Medidas:</i>	<i>Investimento</i>
M1 Formação e Informação	281 820
M5 Criação de Serviços de Gestão, Substituição e Aconselhamento	200 000
M6 Modernização das Explorações Agrícolas	2 430 000
M8 Aumento do Valor dos Produtos Agrícolas e Florestais	4 000 000
M9 Cooperação para a elaboração de novos produtos, processos e tecnologias	600 000
M10 Infra-estruturas	625 000
M13 Apoio Agricultores Regimes de Qualidade	600 000
M14 Apoio Agrupamentos Regimes de Qualidade	160 000
Total	8 896 820

7. MEDIDAS DE POLÍTICA E RECOMENDAÇÕES

- Recomenda-se que se promova o arranque definitivo de pomares envelhecidos e mal implantados em área equivalente a 300 has;
- A requalificação ambiental das explorações passa também por se garantir a recolha sistemática de todos os resíduos químicos e resíduos sólidos (pneus, plásticos, vidros) por empresas municipais ou nacionais encarregues dessa recolha
- A implementação dos novos modos de produção carece na sua fase inicial de um forte empenhamento dos Serviços Agrícolas com particular destaque para a transferência de conhecimentos e a dinamização da fileira.

F13 – CEREAIS PARA GRÃO

1 EVOLUÇÃO E SITUAÇÃO

1.0. Síntese

A fileira de “Cereais para grão” teve no seu conjunto uma evolução negativa na última década e meia, pois assistiu-se a uma quebra nas áreas e também no número de explorações.

Inevitavelmente as produções baixaram e as produtividades globais também por força do comportamento do milho.

Os preços dos cereais nos últimos três anos são decrescentes e muito abaixo dos de 1995.

Os meios de produção utilizados tiveram preços crescentes nos últimos três anos de forma bastante superiores aos de 1995.

1.1. Explorações e Áreas

Os Quadros 1. e 2. dão-nos as alterações das explorações e das áreas, ocorridas entre 1989 e 1999, nas regiões agrárias do continente. O EDM representava, em 1999, 7 % do total da área e dez anos antes tinha um peso de 10 %, já quanto às explorações “em cultura principal” o EDM representava 28 % e 27 % respectivamente. Contudo, a evolução da região teve uma quebra nas explorações “em cultura principal” de 48 % e um decréscimo de 47 % na área total dedicada a cereais.

Quadro 1. Cereais para grão segundo os RGA 89 e 99

Uni. Geográfica	cultura principal				cultura sucessiva				sob-coberto			
	1989		1999		1989		1999		1989		1999	
	Nº exp	Área	Nº exp	Área	Nº exp	Área	Nº exp	Área	Nº exp	Área	Nº exp	Área
Entre Douro e Minho	95.166	78.918	49.974	40.566	5.346	1.891	2.615	987	31.698	5.558	18.230	3.360
Trás-os-Montes	46.985	109.985	29.834	56.791	84	14	28	14	1.643	916	1.157	483
Beira Litoral	105.070	77.384	58.050	47.962	5.317	2.385	4.384	1.923	7.578	2.822	6.328	1.970
Beira Interior	38.738	78.709	18.127	39.471	1.112	988	946	1.035	4.366	2.169	3.488	1.138
Ribatejo e Oeste	29.559	79.399	12.633	68.689	1.408	1.645	514	794	4.406	4.457	1.228	1.134
Alentejo	17.426	412.022	10.863	320.842	62	213	37	309	2.490	13.299	1.122	4.680
Algarve	7.984	21.863	3.043	8.413	303	105	87	46	1.687	1.766	451	392
Continente	340.928	858.279	182.524	582.736	13.632	7.241	8.611	5.109	53.868	30.987	32.004	13.158

INE 2001 – RGA 89 e 99

Quadro 2. Cereais segundo os RGA 89 e 99, área total e explorações em cultura principal

Unidade Geográfica	Área Total de Cereais (ha)				Explorações em Cultura Principal			
	1989	%	1999	%	1989	%	1999	%
Entre Douro e Minho	86.367	10	44.914	7	95.166	28	49.974	27
Trás-os-Montes	110.916	12	57.288	10	46.985	14	29.834	16
Beira Litoral	82.590	9	51.856	9	105.070	31	58.050	32
Beira Interior	81.866	9	41.645	7	38.738	11	18.127	10
Ribatejo e Oeste	85.500	10	70.617	12	29.559	9	12.633	7
Alentejo	425.534	47	325.832	54	17.426	5	10.863	6
Algarve	23.734	3	8.852	1	7.984	2	3.043	2
Continente	896.507	100	601.003	100	340.928	100	182.524	100

O Quadro 3. dá-nos os tipos de cereais que foram cultivados em 1989 e 1999 na região de EDM, verificando-se que o milho-grão foi a cultura mais realizada e representou 88,5 % e 93,34 %, respectivamente.

Quadro 3. Áreas por tipo de cereais para grão no EDM

Tipos Cereais:	1989	%	1999	%
Trigo mole	566	0,66	118	0,26
Trigo duro	7	0,01	0	0
Centeio	7 920	9,17	2 368	5,27
Cevada	72	0,08	14	0,03
Aveia	1 345	1,56	481	1,07
Triticale	8	0,01	0	0
Milho Grão	76 436	88,5	41 922	93,34
Outros cereais	13	0,02	11	0,02
Total	86 367	100	44 914	100

1.2. Localização e Concentração (milho grão)

Dado o peso do milho para grão no conjunto dos cereais, conforme já referido, apresenta-se de seguida, no Quadro 4, a sua localização: por concelhos, por Nuts III e por variedades em 1999 e por zonas agro-ecológicas e da sua leitura tiramos as seguintes conclusões:

- Só duas Nuts totalizavam em conjunto 54,45 % da área (Tâmega e Minho-Lima);
- O milho grão está presente em toda a região, mas 42,4 % da área concentrava-se em 10 concelhos (Ponte de Lima, Guimarães, Braga, Vila Verde, Amarante, Viana do Castelo, Fafe, Felgueiras, Penafiel e Arcos de Valdevez);
- É na Zona Intermédia que reside a maior percentagem do “milho grão”, as variedades híbridas predominam também nesta zona e as variedades regionais estão mais presentes na Zona Interior;
- As variedades híbridas correspondiam a 54 % da área total;
- No Litoral a presença de milho grão é fraca uma vez que nela são predominantes os milhos forrageiros;

Quadro 4. Milho Grão por Nut III, concelhos e variedades e Zonas Agro-ecológicas, em 1999

Região Nut III	REGIONAL		HÍBRIDO		Total		Regional			Híbrido			Total		
	Área	%	Área	%	Área	%	Lit	Idia	Int	Lit	Idia	Int	Lit	Idia	Int
Concelho															
Entre Douro e Minho	19.085	100,0	22.837	100,0	42.022	100,0	3,1	39,9	56,8	16,3	59,3	24,4	10,4	50,5	39,2
Milho-Lima	3.285	17,2	5.391	23,6	8.693	20,7									
Arcos Valdevez	987	5,2	322	1,4	1.314	3,1			5,2			1,4			3,1
Caminha	28	0,1	251	1,1	279	0,7	0,1			1,1			0,7		
Melgaço	33	0,2	205	0,9	238	0,6			0,2			0,9			0,6
Monção	360	1,9	431	1,9	793	1,9		1,9			1,9			1,9	
Paredes Coura	269	1,4	236	1,0	507	1,2			1,4			1,0			1,2
Ponte Barca	380	2,0	178	0,8	560	1,3			2,0			0,8			1,3
Ponte Lima	922	4,8	1.629	7,1	2.556	6,1		4,8			7,1			6,1	
Valença	119	0,6	489	2,1	609	1,4		0,6			2,1			1,4	
Viana do Castelo	116	0,6	1.468	6,4	1.584	3,8	0,6			6,4			3,8		
Vila Nova de Cerveira	71	0,4	181	0,8	253	0,6		0,4			0,8			0,6	
Cávado	2.564	13,4	4.285	18,8	6.863	16,3									
Amares	192	1,0	530	2,3	723	1,7		1,0			2,3			1,7	
Barcelos	675	3,5	582	2,5	1.261	3,0		3,5			2,5			3,0	
Braga	575	3,0	1.397	6,1	1.975	4,7		3,0			6,1			4,7	
Esposende	67	0,4	413	1,8	480	1,1	0,4			1,8			1,1		
Terras Bouro	292	1,5	141	0,6	434	1,0			1,5			0,6			1,0
Vila Verde	763	4,0	1.223	5,4	1.990	4,7		4,0			5,4			4,7	
Ave	4.809	25,2	2.819	12,3	7.654	18,2									
Fafe	1.123	5,9	449	2,0	1.578	3,8			5,9			2,0			3,8
Guimarães	1.128	5,9	976	4,3	2.110	5,0		5,9			4,3			5,0	
Póvoa Lanhoso	758	4,0	294	1,3	1.056	2,5			4,0			1,3			2,5
Santo Tirso	261	1,4	437	1,9	699	1,7		1,4			1,9			1,7	
Trofa	37	0,2	124	0,5	161	0,4				0,5			0,4		
Vieira Minho	388	2,0	241	1,1	631	1,5			2,0			1,1			1,5
Vila Nova de Famalicão	1.036	5,4	168	0,7	1.210	2,9		5,4			0,7			2,9	
Vizela	79	0,4	129	0,6	208	0,5		0,4			0,6			0,5	
Grande Porto	389	2,0	1.308	5,7	1.700	4,0									
Espinho	3	0,0	24	0,1	27	0,1	0,0			0,1			0,1		
Gondomar	79	0,4	359	1,6	438	1,0		0,4			1,6			1,0	
Maia	32	0,2	152	0,7	184	0,4	0,2			0,7			0,4		
Matosinhos	31	0,2	76	0,3	107	0,3	0,2			0,3			0,3		
Porto	-	-	-	-	-	-	0			0			0		
Póvoa de Varzim	74	0,4	50	0,2	125	0,3	0,4			0,2			0,3		
Valongo	31	0,2	136	0,6	167	0,4		0,2			0,6			0,4	
Vila do Conde	100	0,5	93	0,4	193	0,5	0,5			0,4			0,5		
Vila Nova de Gaia	40	0,2	419	1,8	459	1,1	0,2			1,8			1,1		
Tâmega	7.257	38,0	6.897	30,2	14.191	33,8									
Amarante	905	4,7	942	4,1	1.852	4,4			4,7			4,1			4,4
Baião	839	4,4	34	0,1	877	2,1			4,4			0,1			2,1
Cabeceiras de Basto	667	3,5	241	1,1	911	2,2			3,5			1,1			2,2
Castelo de Paiva	331	1,7	93	0,4	426	1,0			1,7			0,4			1,0
Celorico de Basto	545	2,9	644	2,8	1.191	2,8			2,9			2,8			2,8
Cinfães	903	4,7	26	0,1	933	2,2			4,7			0,1			2,2
Felgueiras	243	1,3	1.255	5,5	1.499	3,6		1,3			5,5			3,6	
Lousada	113	0,6	761	3,3	875	2,1		0,6			3,3			2,1	
Marco de Canaveses	980	5,1	209	0,9	1.195	2,8			5,1			0,9			2,8
Mondim de Basto	415	2,2	226	1,0	644	1,5			2,2			1,0			1,5
Paços de Ferreira	130	0,7	324	1,4	455	1,1		0,7			1,4			1,1	
Paredes	84	0,4	748	3,3	833	2,0		0,4			3,3			2,0	

Penafiel	291	1,5	1.032	4,5	1.324	3,2		1,5		4,5		3,2	
Resende	220	1,2	7	0,0	228	0,5		1,2		0,0		0,5	
Ribeira de Pena	590	3,1	355	1,6	948	2,3		3,1		1,6		2,3	
Entre Douro e Vouga	780	4,1	2.137	9,4	2.922	7,0							
Arouca	209	1,1	721	3,2	931	2,2		1,1		3,2		2,2	
Oliveira de Azeméis	75	0,4	442	1,9	518	1,2		0,4		1,9		1,2	
Santa Maria da Feira	105	0,5	658	2,9	763	1,8	0,5		2,9		1,8		
São João da Madeira	-	-	0	0,0	-	-		0		0,0		0	
Vale Cambra	392	2,1	316	1,4	710	1,7		2,1		1,4		1,7	

1.3. Produção e Produtividade

No Quadro 5. constam as produções e as produtividades dos cereais no período de 2000 a 2004 e da sua leitura extraem-se as seguintes observações:

- As áreas mantêm a tendência de decrescimento que registamos na comparação dos RGA de 89 e 99 em todos os tipos de cereais;
- As produções também evoluíram desfavoravelmente na região em todos os tipos;
- As produtividades tiveram comportamento idêntico com excepção do centeio e da cevada.

Quadro 5. Cereais – Produções e Produtividade no período 2000-2004

		2000	2001	2002	2003	2004	Média quinq.
Total de Cereais	Área (ha)	43.200	41.382	36.944	35.978	35.729	38.647
	Rendimento (kg/ha)	3.888	3.940	3.561	3.536	3.493	3.698
	Produção (ton)	167.971	163.059	131.572	127.208	124.816	142.925
Trigo	Área (ha)	109	70	80	54	50	73
	Rendimento (kg/ha)	713	462	813	741	747	695
	Produção (ton)	78	32	65	40	37	50
Centeio	Área (ha)	2.243	1.754	1.822	1.460	1.477	1.751
	Rendimento (kg/ha)	975	753	894	861	850	873
	Produção (ton)	2.187	1.320	1.628	1.257	1.256	1.530
Aveia	Área (ha)	478	409	387	338	319	386
	Rendimento (kg/ha)	866	658	755	757	755	762
	Produção (ton)	414	269	292	256	241	294
Cevada	Área (ha)	15	15	10	8	5	11
	Rendimento (kg/ha)	500	507	600	500	680	537
	Produção (ton)	8	8	6	4	3	6
Milho	Área (ha)	40.355	39.134	34.645	34.118	33.878	36.426
	Rendimento (kg/ha)	4.096	4.125	3.740	3.683	3.639	3.872
	Produção (ton)	165.285	161.430	129.581	125.651	123.278	141.045

1.4. Secagem e armazenamento

Na zona maior produtora verifica-se continuar a existir uma grande carência de estruturas de secagem e armazenamento, pois as actualmente utilizadas (tradicionalis) pecam por degradação e apresentam-se inadequadas às novas exigências de qualidade e de gestão.

1.5. Consumo

Cereais totais

Grau de Aproveitamento

O grau de aproveitamento de cereais situou-se em torno de 30 % em 2000-2003. Portugal é um país importador.

Consumos per capita

O consumo humano *per capita* em Portugal foi cerca de 127 kg em 2000-2003;

O consumo total (alimentação animal + alimentação humana) per capita em Portugal situa-se em torno de 425 kg com tendência ligeira para diminuir na alimentação animal.

Consumo da Região

A região com os seus cerca de 3,3 milhões de habitantes consome o equivalente a 31,15 % do consumo nacional quando apenas produz 10 % do que consome.

Quadro 6. Estimativa do Consumo Regional

	População Residente	Consumo total (ton)
EDM	31,15 %	1 377 453
Portugal	100 %	4 422 000

Milho

Grau de Aprovisionamento

O grau de aprovisionamento de milho situou-se em torno de 40 % em 2000-2003. Portugal é um país importador.

Consumos per capita

O consumo humano *per capita* em Portugal situou-se em 10 kg em 2000-2003;

O consumo total (alimentação animal + alimentação humana) *per capita* situou-se em 200 kg;

Consumo da Região

A região com os seus cerca de 3,3 milhões de habitantes consome pelo menos o equivalente a 31,15 % do consumo nacional, consumo que será sempre superior a este valor dado o peso da componente animal, quando apenas produz 21,5 % do que consome.

Quadro 7. Estimativa do Consumo Regional

	População Residente	Consumo total (ton)
EDM	31,15 %	654 150
Portugal	100 %	2 100 000

1.6. Evolução dos Preços

A evolução dos índices de preços no produtor e nos meios de produção, tomando-se por base os preços em 1995, foram os seguintes:

Quadro 8. Índices de Preços dos Cereais e Meios Base: 100 - 1995

	Tipos	2002	2003	2004
Produtos	Cereais (todos)	78,9	83,7	70,7
	Trigo mole	78,4	78,3	87,5
	Cevada	78,7	92,7	91,7
	Aveia	69,1	110,6	94,2
	Milho Grão	83,1	98,8	86,2
	Outros	87,8	92,7	91,07
Meios de Produção	Sementes e plantas	93,69	117,7	116
	Energia e lubrificantes	96,91	102,9	115,5
	Adubos e correctivos	117,17	115,3	125
	Máquinas e outros equipamentos	121,8	125,7	128,7

Fonte: INE

A evolução dos preços dos produtos desde 1995 tem sido decrescente. De 2002 a 2004 a tendência é crescente em todos os tipos de cereais produzidos na região. Já quanto aos meios de produção utilizados pelos cereais é negativa em todos os meios utilizados.

2. ANÁLISE DO POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO

Da avaliação realizada sobre a “fileira cereais” com particular enfoque no milho grão, aponta-se para esta cultura a seguinte análise do seu potencial.

Pontos Fracos	Pontos Fortes
<ul style="list-style-type: none"> Cultura desenvolvida nas zonas mais deprimidas do ponto de vista de recursos físicos (fertilidade dos solos, topografia dos terrenos, caminhos rurais e agrícolas) e humanos; 	<ul style="list-style-type: none"> Cultura tradicional enraizada nas populações rurais em termos agrológicos; Cultura desenvolvida onde há maior valor paisagístico e cultural;

<ul style="list-style-type: none"> • <i>Cultura exigente em disponibilidades de água, em UTA (unidade de trabalho agrícola) e em factores de produção;</i> • <i>Carência de progresso técnico compatível com o equilíbrio dinâmico da modernidade agrária sustentável;</i> • <i>Produtividades muito baixas comparativamente com a média nacional;</i> • <i>Escassez de estruturas de transformação e de comercialização nas zonas onde é mais representativa a cultura;</i> • <i>Falta de apoio específico á fileira;</i> 	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Cultura desenvolvida em áreas onde há condições para gerar produtos do modo de produção biológico;</i> • <i>Desenvolvida em áreas onde há recursos para gerar produtos com denominação de origem geográfica;</i> • <i>Cultura ainda sustentada por elevada biodiversidade e por isso com potencial no âmbito da obtenção de produtos com denominação de origem e modo biológico;</i> • <i>Cultura que se ajusta na perfeição ao conceito de multifuncionalidade agrária.</i>
<p style="text-align: center;">Ameaças</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Insuficiente dinâmica de actividades no espaço agro-recreativo e do investimento na recuperação de aldeias;</i> • <i>A introdução de OGM- organismos geneticamente modificados;</i> • <i>A abertura de mercados em resultado da OMC;</i> 	<p style="text-align: center;">Oportunidades</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>A quebra populacional do espaço rural tem vindo a ser progressivamente compensada com fluxos de turistas ávidos de produtos tradicionais;</i> • <i>Satisfação da procura crescente de produtos de qualidade garantida;</i> • <i>Obtenção de matéria-prima para a produção de broas com certificação de qualidade:</i>

3. PROPOSTAS ESTRATÉGICAS

Tendo-se presentes os pontos fracos e as ameaças, a estratégia a desenvolver deverá ir ao encontro das oportunidades a partir dos pontos fortes identificados, pelo que se propõe o seguinte:

1º. Melhorar as condições de produção de forma a garantir-se níveis mais elevados de produtividade, quer em investimentos materiais mais adequados quer em infra-estruturas de apoio (acessibilidades, rega, secagem e armazenamento);

2º. Melhorar o nível de conhecimentos profissionais dos produtores;

3º. Apoiar os agricultores na utilização de modos de produção que garantam um maior valor acrescentado aos produtos, designadamente através da produção biológica;

4º. Fortalecer a integração da fileira preconizando-se o seu alargamento até à indústria de panificação, através de um objectivo de médio/longo prazo a consciencializar em comum traduzido na obtenção e colocação no mercado de broas com denominação a registar como marcas colectivas;

5º. Acompanhar a fileira no aprofundamento de novas técnicas e de novos processos através de projectos de I&D a desenvolver em conjunto com os agentes na base do território.

4. OBJECTIVOS OPERACIONAIS, ACÇÕES, METAS, INVESTIMENTO E ENQUADRAMENTO

Nas Fichas OP e AMI que a seguir se apresentam estão estabelecidos os Objectivos Operacionais e as Acções, Metas, Enquadramento e Investimento que se propõem como necessários para realizar as propostas estratégicas e os Objectivos Específicos de curto/médio prazo da Estratégia de Desenvolvimento preconizada para a Região.

EIXO 1 - Competitividade

 1.1 - Fileiras

Ficha: OP

MATRIZ DE OBJECTIVOS OPERACIONAIS

 FILEIRA Nº 13 - CEREAIS (MILHO-GRÃO)

DOMÍNIOS: SEGMENTOS:	TECNOLÓGICO ESPECÍFICO	FORMAÇÃO	AMBIENTE	TICs	REGIMES DE QUALIDADE	COOPERAÇÃO	INOVAÇÃO	ENQUADRA MENTO
EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA	1. Melhorar as condições de produção							M10 M6
	2. Melhorar as condições de armazenamento e de secagem							M6
		3. Formar os agricultores						M1
					4. Promover a broa de Milho como "especialidade tradicional garantida"			M13 M14
						5. Criar serviços gestão aconselhamento		M5
							6. Promover a utilização de variedades locais	M9
							7. Desenvolver actividades de demonstração e experimentação	M9
RECOLHA OU CONCENTRAÇÃO	1. Apoiar a concentração e embalagem de cereais							M8
		2. Formar operadores de recolha, concentração e secagem de milho-grão						M1
TRANSFORMAÇÃO	1. Instalar unidades Industriais de broa garantida como ETG							M8
		2. Preparar industriais e padeiros em broa de Milho ETG						M1
DISTRIBUIÇÃO	1. Promover canais de distribuição e de promoção da broa tradicional							M8

EIXO 1 - Competitividade

1.1 - Fileiras

Ficha: AMI

FILEIRA Nº. 13 - CEREAIS (MILHO-GRÃO)ACÇÕES, METAS, ENQUADRAMENTO E INVESTIMENTO

	OBJECTIVOS OPERACIONAIS	ACÇÕES A DESENVOLVER	METAS	ENQUADRAMENTO	INVESTIMENTO
Exploração Agrícola	1. Melhorar as condições de produção	Construção e/ ou recuperação de regadios individuais	200 explorações	M10	2.000.000
		Construção de tanques de armazenamento de água	200 tanques	M10	500.000
		Aquisição de máquinas adequadas à cultura	200 explorações	M6	4.000.000
	2. Melhorar as condições de armazenamento e secagem	Recuperação de espigueiros	100 espigueiros	M6	750.000
		Aquisição de secadores solares	10 secadores solares	M6	200.000
	3. Formar agricultores	Formação na área de gestão e utilização da água de rega	6 cursos; 90 form; 360 h	M1	39 600
		Formação em técnicas da mobilização e protecção do solo	6 cursos; 90 form; 360 h	M1	39 600
		Formação na área de secagem e acondicionamento dos cereais	6 cursos; 90 form; 360 h	M1	39 600
		Realização de cursos com certificação e especificidade para a cultura do milho grão até à broa	6 cursos; 90 form; 540 h	M1	59 400
		Realização de cursos com certificação para milho grão em modo de produção integrada e em protecção integrada	6 cursos; 90 form; 720 h	M1	79 200
	4. Promover a broa de Milho como "especialidade tradicional garantida" (ETG)	Certificação de agricultores individuais	70 agric.	M13	175.000
		Criação de Agrupamentos de produtores	1 agrupamento	M14	70.000
	5. Criar serviços de gestão e aconselhamento	Criação de serviços de gestão e aconselhamento	1 serviços (2 técnicos, 1 admi.)	M5	1.600.000
	6. Promover a utilização de variedades locais	Criação de rede de produtores de semente	1 rede de 15 produtores	M9	50.000
	7. Desenvolver actividades de demonstração e de experimentação	Criação de rede de pequenas unidades de DE assentes em módulos essencialmente "móveis" de carácter extensionista	4 campos de DE	M9	100.000
Recolha ou Concentração	1. Apoiar a concentração e embalagem de cereais	Instalação de central de recolha, concentração, secagem e Embalagem	1 central	M8	250.000
	2. Formar operadores de recolha, concentração e secagem do milho grão	Formação de operadores	1 curso; 15 form; 60 h	M1	6.600
Transformação	1. Instalar unidades industriais de broa garantida como ETG	Instalação de unidades de transformação - pequena dimensão	7 unidades	M8	420.000
		Instalação de unidades de transformação - média dimensão	2 unidades	M8	120.000
	2. Preparar industriais e padeiros em broa do Milho "ETG"	Formação em Broa do Milho "ETG"	2 cursos; 30 form ; 120 h	M1	13 200
Distribuição	1. Desenvolver canais de distribuição e de promoção da broa tradicional	Criação de central de distribuição e logística	1 unidade	M8	100.000
Total					10.608 600

5. INVESTIMENTO POR DOMÍNIOS OPERACIONAIS

<i>Domínios:</i> <i>Segmentos:</i>	<i>Tecnológico</i>	<i>Formação</i>	<i>Ambiente</i>	<i>TICs</i>	<i>Regimes Qualidade</i>	<i>Cooperação</i>	<i>Inovação</i>	Total
Exploração Agrícola	7.450.000	253 800	0	0	245.000	1.600.000	155.000	9.698 800
Recolha/Concentração	250.000	6.600	0	0	0	0	0	256.600
Transformação	540.000	13 200	0	0	0	0	0	553 200
Distribuição	100.000	0	0	0	0	0	0	100.000
Total	8.340.000	273 600	0	0	245.000	1.600.000	155.000	10.608 600

6. INVESTIMENTO POR MEDIDAS

<i>Medidas:</i>	<i>Investimento</i>
M1 Formação e Informação	273 600
M5 Criação de Serviços de Gestão, Substituição e Aconselhamento	1.600.000
M6 Modernização das Explorações Agrícolas	4.950.000
M8 Aumento do Valor dos Produtos Agrícolas e Florestais	890.000
M9 Cooperação para a elaboração de novos produtos, processos e tecnologias	150.000
M10 Infra-estruturas	2.500.000
M13 Apoio Agricultores Regimes de Qualidade	175.000
M14 Apoio Agrupamentos Regimes de Qualidade	70.000
Total	10.608 600

7. MEDIDAS DE POLÍTICA E RECOMENDAÇÕES

- O processo de implementação da “Broa de Milho” carece de forte apoio dos Serviços Agrícolas em parceria com os agentes;
- Na zona de produção a demarcar dever-se-á evitar a presença de milhos “transgénicos”.

F14 – LINHO TÊXTIL

1 EVOLUÇÃO E SITUAÇÃO

1.0. Síntese

A fileira de “Linho Têxtil” apresenta uma situação estacionária, avaliação feita com base na observação directa da região, uma vez que não possuímos elementos estatísticos que o possam comprovar.

1.1. Explorações e Áreas

Os Quadros 1. dá-nos a situação em 1999 das explorações e das áreas nas regiões agrárias do continente, pois não nos permite ter um referencial de comparação no tempo por não dispormos dos dados respeitantes ao RGA de 89. O EDM representava, em 1999, 22,22 % do total das explorações do Continente e 0,09 % do total da área utilizada. A situação da região é precária quando comparada com a de algumas outras regiões ou com outras culturas na região.

Quadro 1. A cultura do linho segundo os RGA de 1989 e de 1999

Região	Nº explorações				Área			
	1989	%	1999	%	1989	%	1999	%
Entre Douro e Minho	x		30	22,22	x		3,46	0,09
Trás-os-Montes	x		9	6,67	x		0,99	0,02
Beira Litoral	x		9	6,67	x		44,11	1,10
Beira Interior	x		3	2,22	x		45,02	1,12
Ribatejo e Oeste	x		20	14,81	x		321,63	8,03
Alentejo	x		63	46,67	x		3.590,53	89,63
Algarve	x		1	0,74	x		0,02	0,00
Continente	x		135	100,00	x		4.005,76	100,00

INE, 2001-RGA89/99.

1.2. Localização e Concentração

Da leitura do Quadro 2. verificamos que o maior nº de explorações se localizava no Minho-Lima e a maior área concentrava-se no Tâmega.

Quadro 2. Situação do EDM em 1999

Unidade Geográfica	Nº explor	%	Área	%
Entre Douro e Minho	30	100,00	3,46	100,00
Minho-Lima	15	50,00	0,92	26,59
Cávado	3	10,00	0,09	2,60
Ave	2	6,67	0,69	19,94
Grande Porto	0	0,00	0,00	0,00
Tâmega	10	33,33	1,76	50,87
Entre Douro e Vouga	0	0,00	0,00	0,00

INE – RGA 99

1.3. Produção e Produtividade

Não existem dados disponíveis para conhecermos a produção e a produtividade da cultura.

1.4. Transformação

O produto da cultura do linho constitui apenas matéria prima do artesanato local.

A ausência de nova tecnologia adequada à dimensão da produção, que permitisse facilitar algumas operações relacionadas com a fição parecem ser o principal estrangulamento à expansão da cultura, uma vez que a tecnologia tradicional é muito custosa em mão de obra.

1.5. Consumo

O surgimento de vários centros de artesanato de linho na região, nas últimas duas décadas, demonstram que a procura da matéria-prima tem crescido, mas a produção tem estado estrangulada na fiação pela razão já exposta.

2. ANÁLISE DO POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO

<p><i>Pontos Fracos</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Elevados custos a jusante da produção, na transformação do produto em fio, dada a tecnologia artesanal utilizada, porque não há no país tecnologia mais moderna que a substituísse;</i> 	<p><i>Pontos Fortes</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>A cultura do linho distribui-se pelas Zonas Intermédia e Interior da região onde existe menor disponibilidade de emprego;</i> • <i>Existe a percepção que a actividade do linho dispõe de elevadas potencialidades ao nível cultural e turístico;</i> • <i>Sendo a fileira do linho uma actividade assegurada essencialmente pela mulher, pode constituir um prolongamento das suas lides domésticas e um complemento ao seu rendimento familiar.</i>
<p><i>Ameaças</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>A utilização na produção das peças do artesanato de matéria-prima exterior ao país.</i> 	<p><i>Oportunidades</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>A procura de peças de artesanato que garantam matéria-prima local tem maior procura e maior valorização comercial.</i>

3. PROPOSTAS ESTRATÉGICAS

Face à análise efectuada importa encontrar uma solução tecnológica inovadora que resolva o principal estrangulamento identificado nos pontos fracos, através do estabelecimento de um processo de inovação com os centros tecnológicos nacionais de forma determinada.

Por outro lado, a formação dos produtores e dos artesãos deverá continuar no curto/médio prazo por forma a manter a cultura e os valores culturais tradicionais com impacto no turismo.

Resolvido o principal estrangulamento identificado, a cultura no médio/longo prazo terá um maior potencial de desenvolvimento.

4. OBJECTIVOS OPERACIONAIS, ACÇÕES, METAS, INVESTIMENTO E ENQUADRAMENTO

Nas Fichas OP e AMI que a seguir se apresentam estão estabelecidos os Objectivos Operacionais e as Acções, Metas, Enquadramento e Investimento que se propõem como necessários para realizar as propostas estratégicas e os Objectivos Específicos de curto/médio prazo da Estratégia de Desenvolvimento preconizada para a Região.

EIXO 1 - Competitividade 1.1 - <u>Fileiras</u>								
MATRIZ DE OBJECTIVOS OPERACIONAIS								Ficha. OP
FILEIRA Nº.14 - LINHO TÊXTIL								
DOMÍNIOS:	TECNOLÓGICO ESPECÍFICO	FORMAÇÃO	AMBIENTE	TICs	REGIMES DE QUALIDADE	COOPERAÇÃO	INOVAÇÃO	ENQUADRAMENTO
SEGMENTOS:								
EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA		1.Habilitar tecnicamente os linicultores através da realização de cursos, campos de demonstração e simpósios.						M1
		2. Divulgar resultados e informações técnicas de campos de demonstração						M1
						3. Criar serviço de gestão e de aconselhamento especializado em linicultura		M5
							4. Realizar campos experimentais e de demonstração.	M9
							1.Conceber novas tecnologias de fição e definição de protótipo(a)	M9
							2. Produzir um equipamento de fição a partir de protótipo(a) concebido	M9
		3. Montar cinco unidades de fição com nova tecnologia concebida						M8
DISTRIBUIÇÃO								

EIXO 1 – Competitividade

1.1 - Fileiras

Ficha: AMI

ACÇÕES, METAS, ENQUADRAMENTO E INVESTIMENTO**FILEIRA Nº.14 – LINHO TÊXTIL**

	OBJECTIVOS OPERACIONAIS	ACÇÕES A DESENVOLVER	METAS	ENQUADRAMENTO	INVESTIMENTO
EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA	1. Habilitar tecnicamente os linicultores.	- Realização de cursos de linicultor	7 cursos; 15 form ; 420 horas	M1	46 200
	2. Divulgar resultados e informações técnicas de campos de demonstração.	- Realização de simpósios.	7 simpósios	M1	10.000
	3. Criar serviços de gestão e de aconselhamento especializado em linicultura	-Criação de serviço	1 serviço	M5	200.000
	4. Aplicar novas tecnologias de produção	- Implantação de campos de ex-perimentação e demonstração.	14 campos	M9	28.000
RECOLHA E TRANSFORMAÇÃO	1. Conceber novas tecnologias de fiacção e e definição de protótipo(a)	- Aquisição de estudo de concepção de protótipo de fiacção	1 estudo	M9	50.000
	2. Produzir um equipamento de fiacção a partir de protótipo(a) concebido	- Aquisição da construção de equipamento e demonstração	1 equipamento	M9	50.000
	3. Montar duas unidades de fiacção com nova Tecnologia	- Aquisição de equipamentos	5 unidades	M8	50.000
DISTRIBUIÇÃO					
Total					434 200

5. INVESTIMENTO POR DOMÍNIOS OPERACIONAIS

<i>Domínios:</i> <i>Segmentos:</i>	<i>Tecnológico</i>	<i>Formação</i>	<i>Ambiente</i>	<i>TICs</i>	<i>Regimes Qualidade</i>	<i>Cooperação</i>	<i>Inovação</i>	Total
Exploração Agrícola	0	56 200	0	0	0	200 000	28 000	284 200
Recolha/Concentração	0	0	0	0	0	0	0	0
Transformação	50.000	0	0	0	0	0	100.000	150.000
Distribuição	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	50 000	56 200	0	0	0	200 000	380 000	434 200

6. INVESTIMENTO POR MEDIDAS

<i>Medidas:</i>	<i>Investimento</i>
M1 Formação e Informação	56 200
M5 Criação de Serviços de Gestão, Substituição e Aconselhamento	200 000
M6 Modernização das Explorações Agrícolas	0
M8 Aumento do Valor dos Produtos Agrícolas e Florestais	50 000
M9 Cooperação para a elaboração de novos produtos, processos e tecnologias	128 000
M10 Infra-estruturas	0
M13 Apoio Agricultores Regimes de Qualidade	0
M14 Apoio Agrupamentos Regimes de Qualidade	0
Total	434 200

7. MEDIDAS DE POLÍTICA E RECOMENDAÇÕES

- A dinamização da fileira exige na implementação um forte empenhamento dos Serviços Agrícolas com todos os parceiros associados à linicultura;
- O futuro do linho têxtil na região depende essencialmente do processo de inovação que está desenhado neste programa, pelo que se recomenda que seja o primeiro a ser desenvolvido.

F15 – LEGUMINOSAS PARA GRÃO

1 EVOLUÇÃO E SITUAÇÃO

1.0. Síntese

A fileira de “Leguminosas para grão” teve no seu conjunto uma evolução negativa na última década e meia, pois assistiu-se a uma quebra nas áreas e também no número de explorações.

A produção tem diminuído e as produtividades também. Em contrapartida o consumo humano tende para um crescimento ligeiro e o consumo animal apresenta uma tendência acentuada para decrescer. O país é bastante deficitário e ainda muito mais a região.

A evolução dos preços do principal produto (feijão) foi de 2002 a 2004 crescente e em níveis superiores ao do crescimento também registado nos principais meios de produção utilizados pela cultura.

1.1. Explorações e áreas

Os Quadros 1. e 2. dão-nos as alterações das explorações e das áreas, ocorridas entre 1989 e 1999, nas regiões agrárias do continente. O EDM representava, em 1999, 21 % do total da área e dez anos antes tinha um peso de 43 %, já quanto às explorações “em cultura principal” o EDM representava 33 % e 40 % respectivamente. Contudo, a evolução da região teve uma quebra nas explorações “em cultura principal” de 69 % e um decréscimo de 86 % na área total dedicada a leguminosas.

Quadro 1. Leguminosas para grão segundo os RGA de 1989 e de 1999

Unidade Geográfica	Cultura principal				Secundária sucessiva				Sob-coberto			
	1989		1999		1989		1999		1989		1999	
	Nº exp	Área	Nº exp	Área	Nº exp	Área	Nº exp	Área	Nº exp	Área	Nº exp	Área
Entre Douro e Minho	85.233	33.613	26.247	4.444	1.592	234	1.010	182	27.750	2.657	10.290	648
Trás-os-Montes	12.140	2.591	7.855	1.095	89	20	23	8	304	51	329	50
Beira Litoral	74.461	17.581	32.197	5.300	2.317	378	1.123	197	5.148	830	5.457	893
Beira Interior	22.280	8.131	6.421	1.391	699	443	177	93	1.454	223	1.026	156
Ribatejo e Oeste	9.900	3.551	4.109	1.452	441	154	159	208	3.408	962	998	280
Alentejo	2.643	5.715	1.098	7.522	60	57	11	39	658	580	197	471
Algarve	4.278	2.575	1.536	714	190	36	27	4	903	331	209	98
Continente	210.935	73.756	79.463	21.918	5.388	1.321	2.530	731	39.625	5.634	18.506	2.596

Quadro 2. Leguminosas para grão segundo RGA 89 e 99, área total e exp. em cultura principal

Unidade Geográfica	Área Total de Leguminosas (ha)				Explorações em Cultura Principal			
	1989	%	1999	%	1989	%	1999	%
Entre Douro e Minho	36.503	43	5.274	21	85.233	40	26.247	33
Trás-os-Montes	2.731	3	1.153	5	12.140	6	7.855	10
Beira Litoral	20.728	24	6.390	25	74.461	35	32.197	41
Beira Interior	9.053	11	1.641	6	22.280	11	6.421	8
Ribatejo e Oeste	4.954	6	1.940	8	9.900	5	4.109	5
Alentejo	6.355	7	8.031	32	2.643	1	1.098	1
Algarve	3.096	4	817	3	4.278	2	1.536	2
Continente	84.778	100	25.246	100	210.935	100	79.463	100

O Quadro 3. dá-nos os tipos de leguminosas que foram cultivados em 1989 e 1999 na região de EDM, verificando-se que o feijão foi a cultura mais realizada e representou 99,1 % e 94,3 %, respectivamente.

Quadro 3. Áreas por tipos de leguminosas

Tipos:	1989	%	1999	%
Para gado	28	0,1	19	0,4
Feijão	36.159	99,1	4975	94,3
Grão-de-bico	13	0,0	6	0,1
Outras	304	0,8	274	5,2
Total	36.504	100,0	5274	100,0

1.2. Localização e Concentração

Dado o peso do feijão no conjunto das leguminosas, conforme já referido, apresenta-se de seguida, no Quadro 4, a sua localização: por concelhos, por Nuts III em 1999 e por zonas agro-ecológicas e da sua leitura tiramos as seguintes conclusões:

- Todos os concelhos tinham leguminosas para grão, e também feijão, com excepção de Matosinhos, Porto e São João da Madeira;

- Apenas duas Nuts totalizavam em conjunto 67,4 % da área (Tâmega e Minho-Lima);

- As leguminosas estão presentes em toda a região, mas 52 % da área concentrava-se em 10 concelhos (Fafe, Amarante, Marco de Canaveses, Cinfães, Baião, Arcos de Valdevez, Ponte de Lima, Vila Verde, Ponte da Barca e Terras do Boiuro);

- É na Zona Interior que reside a maior percentagem de "leguminosas";

- No Litoral a presença das "leguminosas para grão" é fraca uma vez que nela são predominantes as leguminosas forrageiras.

Quadro 4. Leguminosas, por Nut III, concelhos e Zonas Agro-ecológicas, em 1999

Unidade Geográfica	Feijão	Leguminosas	%	Litoral	Interm	Interior
Entre Douro e Minho	4975,13	5273,93	100,00	5,23	30,39	64,21
Minho-Lima	1012,76	1077,28	20,43			
Arcos de Valdevez	247,37	253,61	4,81			4,81
Caminha	19,62	19,96	0,38	0,38		
Melgaço	53,88	53,97	1,02			1,02
Monção	125,84	126,82	2,40		2,40	
Paredes de Coura	93,11	93,12	1,77			1,77
Ponte da Barca	151,2	168,84	3,20			3,20
Ponte de Lima	213,32	239,86	4,55		4,55	
Valença	22,58	24,72	0,47		0,47	
Viana do Castelo	75,69	85,79	1,63	1,63		
Vila Nova de Cerveira	10,11	10,57	0,20		0,20	
Cavado	450,08	535,08	10,15			
Amares	54,03	65,58	1,24		1,24	
Barcelos	62,26	75,03	1,42		1,42	
Braga	47,49	56,64	1,07		1,07	
Esposende	12,04	12,3	0,23	0,23		
Terras de Bouro	146,87	147,88	2,80			2,80
Vila Verde	127,39	177,65	3,37		3,37	
Ave	751,11	764,52	14,50			
Fafe	417,6	421,34	7,99			7,99
Guimarães	94,93	98,26	1,86		1,86	
Póvoa de Lanhoso	73,65	77,7	1,47			1,47
Santo Tirso	49,33	50,67	0,96		0,96	
Trofa	2,78	2,78	0,05	0,05		
Vieira do Minho	80,99	81,59	1,55			1,55
Vila Nova de Famalicão	22,72	22,78	0,43		0,43	
Vizela	7,65	7,84	0,15		0,15	
Grande Porto	64,46	111,85	2,12			
Espinho	4,61	5,23	0,10	0,10		
Gondomar	15,88	22,14	0,42		0,42	
Maia	7,55	14,49	0,27	0,27		
Matosinhos	0	0	0,00	0,00		
Porto	0	0	0,00	0,00		
Póvoa de Varzim	3,54	3,54	0,07	0,07		
Valongo	3,95	4,3	0,08		0,08	
Vila do Conde	0,75	0,75	0,01	0,01		
Vila Nova de Gaia	27,07	55,11	1,04	1,04		
Tâmega	2423,13	2476,22	46,95			
Amarante	370,87	374,41	7,10			7,10
Baião	290,45	291,67	5,53			5,53
Cabeceiras de Basto	97,27	99,86	1,89			1,89
Castelo de Paiva	78,82	81,57	1,55			1,55
Celorico de Basto	255,1	256,35	4,86			4,86
Cinfães	320,48	322,76	6,12			6,12

Felgueiras	36,35	37,14	0,70		0,70	
Lousada	88,94	96,25	1,83		1,83	
Marco de Canaveses	329,58	341,18	6,47			6,47
Mondim de Basto	153,29	153,66	2,91			2,91
Paços de Ferreira	46,39	47,16	0,89		0,89	
Paredes	76,89	86,1	1,63		1,63	
Penafiel	162,98	172,22	3,27		3,27	
Resende	76,52	76,69	1,45			1,45
Ribeira de Pena	38,2	38,2	0,72			0,72
Entre Douro e Vouga	273,59	308,98	5,86			
Arouca	50,34	52,24	0,99			0,99
Oliveira de Azeméis	25,45	33,19	0,63		0,63	
Santa Maria da Feira	50,02	75,76	1,44	1,44		
São João da Madeira	0	0	0,00		0,00	
Vale de Cambra	147,78	147,79	2,80		2,80	

1.3. Produção e Produtividade

No Quadros 5. constam as produções e as produtividades das leguminosas no período de 2000 a 2004 e da sua leitura extraem-se as seguintes observações:

- As áreas mantêm a tendência de decrescimento que registamos na comparação dos RGA de 89 e 99;
- As produções e as produtividades também evoluíram desfavoravelmente na região;
- O feijão continua a ser o produto principal.

Quadro 5. Leguminosas – Produções e produtividades

		2000	2001	2002	2003	2004	Média Quinq.
Total Leguminosas	Área (ha)	4.534	4.135	3.933	3.792	3.679	4.014
	Rendimento (ton/ha)	214	217	216	210	208	213
	Produção (ton)	969	897	849	796	764	855
Grão-de-Bico	Área (ha)	6	6	5	5	5	5
	Rendimento (ton/ha)	500	500	400	400	500	461
	Produção (ton)	3	3	2	2	2	2
Feijão	Área (ha)	4 528	4 129	3 928	3 787	3 674	4 009
	Rendimento (ton/ha)	213	217	216	210	207	213
	Produção (ton)	966	894	847	794	762	853

1.4. Secagem e armazenamento

Na zona maior produtora verifica-se continuar a existir uma grande carência de estruturas de secagem e armazenamento, pois as actualmente utilizadas (tradicionalis) pecam por degradação e apresentam-se inadequadas às novas exigências de qualidade e de gestão.

1.5. Consumo

Total de Leguminosas

Grau de Aprovisionamento

O grau de aprovisionamento de leguminosas situou-se em torno de 16 % em 2000-2003. Portugal é um país importador.

Consumos per capita

O consumo *per capita* em Portugal para consumo humano foi cerca de 4,1 kg em 2000-2003;

O consumo per capita em Portugal de utilização total (alimentação animal + alimentação humana) situa-se em torno de **5,8** kg com tendência a diminuir na alimentação animal.

Consumo da Região

A região com os seus cerca de 3,3 milhões de habitantes consome o equivalente a 31,15 % do consumo nacional quando apenas produz 4,6 % do que consome.

Quadro 14. Estimativa do Consumo Regional

	População Residente	Consumo total (ton)
EDM	31,15 %	18 690
Portugal	100 %	60 000

Feijão**Grau de Aprovisionamento**

O grau de aprovisionamento de feijão situou-se em torno de 17,5 % em 2000-2003. Portugal é um país importador.

Consumos per capita

O consumo *per capita* em Portugal situou-se em 3,3 kg em 2000-2003.

Consumo da Região

A região com os seus cerca de 3,3 milhões de habitantes consome o equivalente a 31,15 % do consumo nacional quando apenas produz 8 % do que consome.

Quadro 15. Estimativa do Consumo Regional

	População Residente	Consumo total (ton)
EDM	31,15 %	10 590
Portugal	100 %	34 000

1.6. Evolução dos Preços

A evolução dos preços no produtor do feijão e nos meios de produção foram os seguintes:

Quadro 8. Preços do Feijão e Meios de Produção Base: 100 - 2002

	Tipos	2002	2003	2004
Produto	Feijão	100	109,5	125
Meios de Produção	Sementes e plantas	100	125,6	123,8
	Energia e lubrificantes	100	106,1	119,1
	Adubos e correctivos	100	98,4	106,6
	Máquinas e outros equipamentos	100	103,2	105,6

Fonte: INE e DRAEDM

A evolução do preço do feijão desde 2002 tem sido crescente. Já quanto aos meios de produção utilizados pelo feijão a evolução também foi crescente mas inferior.

2. ANÁLISE DO POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO

Da avaliação realizada sobre a “fileira leguminosas secas para grão” com particular enfoque no feijão, conclui-se para esta cultura a seguinte análise do seu potencial.

Pontos Fracos

- Cultura desenvolvida nas zonas mais deprimidas do ponto de vista de recursos físicos (fertilidade dos solos, topografia dos terrenos, caminhos rurais e agrícolas) e humanos;
- Cultura exigente em disponibilidades de água, em UTA (unidade de trabalho agrícola) e em factores de produção;
- Carência de progresso técnico compatível com o equilíbrio dinâmico da modernidade agrária sustentável;
- Escassez de estruturas de transformação e de comercialização nas zonas onde é mais representativa a cultura;
- Falta de apoio específico à fileira;

Pontos Fortes

- Cultura tradicional enraizada nas populações rurais em termos agrológicos;
- Cultura desenvolvida onde há maior valor paisagístico e cultural;
- Cultura desenvolvida em áreas onde há condições para gerar produtos do modo de produção biológico;
- Desenvolvida em áreas onde há recursos para gerar produtos com denominação de origem geográfica;
- Cultura ainda sustentada por elevada biodiversidade e por isso com potencial no âmbito da obtenção de produtos com denominação de origem e modo biológico;
- Cultura que se ajusta na perfeição ao conceito de multifuncionalidade agrária.

<i>Ameaças</i>	<i>Oportunidades</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Insuficiente dinâmica de actividades no espaço agro-recreativo e do investimento na recuperação de aldeias; • A introdução de OGM- organismos geneticamente modificados; • A abertura de mercados em resultado da OMC; 	<ul style="list-style-type: none"> • A quebra populacional do espaço rural tem vindo a ser progressivamente compensada com fluxos de turistas havidos de produtos tradicionais; • Satisfação da procura crescente de produtos de qualidade garantida.

3. PROPOSTAS ESTRATÉGICAS

Tendo-se presentes os pontos fracos e as ameaças, a estratégia a desenvolver deverá ir ao encontro das oportunidades a partir dos pontos fortes identificados, pelo que se propõe o seguinte:

1º. Melhorar as condições de produção de forma a garantir-se níveis mais elevados de produtividade, quer em investimentos materiais mais adequados quer em infra estruturas de apoio (acessibilidades, rega, secagem e armazenamento);

2º. Melhorar o nível de conhecimentos profissionais dos produtores;

3º. Apoiar os agricultores na utilização de modos de produção que garantam um maior valor acrescentado aos produtos, designadamente através da produção biológica;

4º. Fortalecer a integração da fileira;

5º. Acompanhar a fileira no aprofundamento de novas técnicas e de novos processos através de projectos de I&D a desenvolver em conjunto com os agentes na base do território.

4. OBJECTIVOS OPERACIONAIS, ACÇÕES, METAS, INVESTIMENTO E ENQUADRAMENTO

Nas Fichas OP e AMI que a seguir se apresentam estão estabelecidos os Objectivos Operacionais e as Acções, Metas, Enquadramento e Investimento que se propõem como necessários para realizar as propostas estratégicas e os Objectivos Específicos de curto/médio prazo da Estratégia de Desenvolvimento preconizada para a Região.

<p>EIXO 1 - Competitividade 1.1 - <u>Fileiras</u></p>								Ficha: OP
<p><u>MATRIZ DE OBJECTIVOS OPERACIONAIS</u></p>								
<p>FILEIRA Nº 15 – LEGUMINOSAS PARA GRÃO</p>								
DOMÍNIOS:	TECNOLÓGICO ESPECÍFICO	FORMAÇÃO	AMBIENTE	TICs	REGIMES DE QUALIDADE	COOPERAÇÃO	INOVAÇÃO	ENQUADRAMENTO
SEGMENTOS:								
EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA	1. Melhorar as condições de produção							M10 M6
	2. Melhorar as condições de armazenamento e de secagem							M6
		3. Dar competência profissional aos agricultores						M1
					4. Apoiar a certificação de agricultores			M13
					5. Promover os produtos certificados			M14
							6. Promover a utilização de variedades locais	M9
							7. Desenvolver actividades de demonstração e experimentação	M9
RECOLHA OU CONCENTRAÇÃO								
TRANSFORMAÇÃO	1. Apoiar pequenas unidades de embalamento							M8
DISTRIBUIÇÃO	1. Desenvolver canais de distribuição e de promoção							M8

EIXO 1 – Competitividade

1.1 – Fileiras

Ficha: AMI

ACÇÕES, METAS, ENQUADRAMENTO E INVESTIMENTOFILEIRA Nº. 15 – LEGUMINOSAS PARA GRÃO

	OBJECTIVOS OPERACIONAIS	ACÇÕES A DESENVOLVER	METAS	ENQUADRAMENTO	INVESTIMENTO
Exploração Agrícola	1. Melhorar as condições de produção	Construção e/ ou recuperação de regadios individuais	100 explorações	M10	1.000.000
		Construção/recuperação de tanques de água	100 tanques	M10	250.000
		Aquisição de máquinas adequadas à cultura	100 explorações	M6	1.000.000
	2. Melhorar as condições de armazenamento e secagem	Aquisição de secadores solares	5 secadores solares	M6	100.000
	3. Dar competência profissional aos agricultores	Formação na área de gestão e utilização da água de rega	3 cursos; 45 form; 180 h	M1	19 800
		Formação em técnicas da mobilização e protecção do solo	3 cursos; 45 form; 180 h	M1	19 800
		Formação na área de secagem e acondicionamento	3 cursos; 45 form; 180 h	M1	19 800
		Realização de cursos com certificação e especificidade em			
		leguminosas	3 cursos; 45 form; 270 h	M1	29 700
		Realização de cursos com certificação para leguminosas em			
		modo de produção biológico	3 cursos; 45 form; 360 h	M1	39 600
	4. Apoiar a certificação de agricultores	Certificação de agricultores individuais	35 agric.	M13	87 500
	5. Promover os produtos certificados	Apoio a acções de Agrupamento de produtores	1 agrupamento	M14	35.000
	6. Promover a utilização de variedades locais	Criação de rede de produtores de semente	1 rede de 15 produtores	M9	50.000
	7. Desenvolver actividades de demonstração e de experimentação	Criação de rede de pequenas unidades de DE assentes em módulos essencialmente "móveis" de carácter extensionista	4 campos de DE	M9	100.000
Recolha ou Concentração					
Transformação	1. Apoiar pequenas unidades de embalamento	Instalação de unidades de embalamento	2 unidades	M8	50.000
Distribuição	1. Desenvolver canais de distribuição e de promoção	Criação de central de distribuição e logística	2 unidades	M8	50.000
Total					2 851 200

5. INVESTIMENTO POR DOMÍNIOS OPERACIONAIS

<i>Domínios:</i> <i>Segmentos:</i>	<i>Tecnológico</i>	<i>Formação</i>	<i>Ambiente</i>	<i>TICs</i>	<i>Regimes Qualidade</i>	<i>Cooperação</i>	<i>Inovação</i>	Total
Exploração Agrícola	2.350.000	128 700	0	0	122.500	0	150.000	2.751 200
Recolha/Concentração	0	0	0	0	0	0	0	0
Transformação	50.000	0	0	0	0	0	0	50.000
Distribuição	50.000	0	0	0	0	0	0	50.000
Total	2.450.000	128 700	0	0	122.500	0	150.000	2.851 200

6. INVESTIMENTO POR MEDIDAS

<i>Medidas:</i>	<i>Investimento</i>
M1 Formação e Informação	128 700
M5 Criação de Serviços de Gestão, Substituição e Aconselhamento	0
M6 Modernização das Explorações Agrícolas	1.100.000
M8 Aumento do Valor dos Produtos Agrícolas e Florestais	100.000
M9 Cooperação para a elaboração de novos produtos, processos e tecnologias	150.000
M10 Infra-estruturas	1.250.000
M13 Apoio Agricultores Regimes de Qualidade	87.500
M14 Apoio Agrupamentos Regimes de Qualidade	35.000
Total	2.851 200

7. MEDIDAS DE POLÍTICA E RECOMENDAÇÕES

- a) O processo de implementação da “leguminosas para grão” em modo de produção biológico carece de forte apoio dos Serviços Agrícolas em parceria com os agentes;
- b) Na zona de produção a demarcar dever-se-á evitar a presença de “transgénicos”.

F16 – HORTICULTURA E BATATA

1. EVOLUÇÃO E SITUAÇÃO

1.0. Síntese

A fileira de “Horticultura e Batata” teve no seu conjunto uma evolução negativa na última década e meia, pois assistiu-se a uma quebra na produção de batata e na produção de hortícolas extensivas que não foi compensada pelo crescimento registado nas hortícolas intensivas, particularmente na de estufas.

Uma boa parte da produção hortícola passou no período a ser produzida em modo de protecção integrada.

As modernas estruturas de selecção, de acondicionamento e de comercialização existentes na região também nasceram no período em análise e continuam a expandir-se.

Finalmente, a evolução dos preços da generalidade dos produtos foi francamente positiva desde 1995 e os preços dos meios de produção utilizados, apesar de também terem sido crescentes, tiveram uma evolução ligeiramente inferior aos preços dos produtos.

1.1. Explorações e Áreas

Batata

Os Quadros 1. e 2. dão-nos as alterações das explorações e das áreas, ocorridas entre 1989 e 1999, nas regiões agrárias do continente em Batata. O EDM representava, em 1999, 15 % da “área total” de “batata” no total da área do Continente e dez anos antes representava 19 %. Em “batata em cultura principal” representava em 1999 14 % da área e 29 % das explorações quando dez anos antes tinha como pesos 18 % e 30 % respectivamente. Verifica-se também que a evolução da região em “batata em cultura principal” registou uma quebra nas explorações de 51 % e um decréscimo de 65 % na área.

Quadro 1. Batata segundo RGA 89 e 99

Unidade Geográfica	Cultura principal				Cultura sucessiva				Cultura sob-coberto			
	1989		1999		1989		1999		1989		1999	
	Nº exp	Área	Nº exp	Área	Nº exp	Área	Nº exp	Área	Nº exp	Área	Nº exp	Área
Entre Douro e Minho	88.041	16.773	42.926	5.799	428	148	590	114	26.316	2.346	17.331	1.183
Trás-os-Montes	43.537	25.302	30.954	12.723	27	13	82	32	2.084	462	1.732	339
Beira Litoral	93.064	23.694	45.322	9.977	920	269	1.460	415	11.564	2.143	7.758	1.098
Beira Interior	33.327	13.277	14.420	4.271	176	108	298	122	4.057	891	2.279	340
Ribatejo e Oeste	26.327	11.930	12.033	8.592	791	675	294	382	6.755	2.194	1.511	403
Alentejo	2.962	1.476	592	665	34	32	38	151	792	353	119	47
Algarve	5.010	1.344	2.969	603	107	21	69	16	965	202	402	41
Continente	292.268	93.796	149.216	42.629	2.483	1.265	2.831	1.234	52.533	8.590	31.132	3.450

INE, 2001 – RGA 89 e 99

Quadro 2. Pesos das regiões na batata

Unidade Geográfica	Batata em cultura principal								Área Total de Batata			
	1989				1999				1989		1999	
	Nº exp	%	Área	%	Nº exp	%	Área	%	ha	%	ha	%
Entre Douro e Minho	88.041	30	16.773	18	42.926	29	5.799	14	19.266	19	7.096	15
Trás-os-Montes	43.537	15	25.302	27	30.954	21	12.723	30	25.778	25	13.094	28
Beira Litoral	93.064	32	23.694	25	45.322	30	9.977	23	26.106	25	11.490	24
Beira Interior	33.327	11	13.277	14	14.420	10	4.271	10	14.276	14	4.733	10
Ribatejo e Oeste	26.327	9	11.930	13	12.033	8	8.592	20	14.798	14	9.377	20
Alentejo	2.962	1	1.476	2	592	0	665	2	1.861	2	863	2
Algarve	5.010	2	1.344	1	2.969	2	603	1	1.566	2	660	1
Continente	292.268	100	93.796	100	149.216	100	42.629	100	103.652	100	47.313	100

Horticultura Extensiva

Os Quadros 3. e 4. dão-nos as alterações das explorações e das áreas, ocorridas entre 1989 e 1999, nas regiões agrárias do continente em Hortícolas extensivas. O EDM representava, em 1999, 4 % da “área total” de “hortícolas extensivas” no total da área do Continente. Em hortícolas extensivas em cultura principal representava em 1999 2 % da área e 15 % das explorações quando dez anos antes tinha como pesos 3 % e 31 % respectivamente. Verifica-se que a evolução da região em hortícolas extensivas em cultura principal registou uma quebra nas explorações de 76 % e um decréscimo de 53 % na área.

Quadro 3. Hortícolas Extensivas segundo os RGA 89 e 99

Unidade Geográfica	Cultura principal				Cultura sucessiva				Cultura sob-coberto			
	1989		1999		1989		1999		1989		1999	
	Nº exp	Área	Nº exp	Área	Nº exp	Área	Nº exp	Área	Nº exp	Área	Nº exp	Área
Entre Douro e Minho	11.551	930	2.823	437	x	x	2.747	734	x	x	1.703	105
Trás-os-Montes	645	237	894	274	x	x	23	6	x	x	13	3
Beira Litoral	5.575	2.163	3.826	797	x	x	2.249	761	x	x	728	79
Beira Interior	721	445	643	176	x	x	36	10	x	x	49	9
Ribatejo e Oeste	11.621	19.059	6.098	16.194	x	x	291	688	x	x	156	64
Alentejo	2.787	10.406	1.554	7.503	x	x	23	46	x	x	149	135
Algarve	4.241	2.519	2.971	978	x	x	82	25	x	x	896	323
Continente	37.141	35.759	18.809	26.360	x	x	5.451	2.270	x	x	3.694	719

INE 2001 – RGA 89 e 99.

(x) – dados não recenseados em 1989.

Quadro 4. Pesos das regiões nas hortícolas extensivas

Unidade Geográfica	Cultura principal								Área Total em 1999	
	1989				1999				ha	%
	Nº exp	%	Área	%	Nº exp	%	Área	%		
Entre Douro e Minho	11.551	31	930	3	2.823	15	437	2	1.277	4
Trás-os-Montes	645	2	237	1	894	5	274	1	283	1
Beira Litoral	5.575	15	2.163	6	3.826	20	797	3	1.638	6
Beira Interior	721	2	445	1	643	3	176	1	194	1
Ribatejo e Oeste	11.621	31	19.059	53	6.098	32	16.194	61	16.946	58
Alentejo	2.787	8	10.406	29	1.554	8	7.503	28	7.684	26
Algarve	4.241	11	2.519	7	2.971	16	978	4	1.326	5
Continente	37.141	100	35.759	100	18.809	100	26.360	100	29.348	100

Horticultura Intensiva

Os Quadros 5., 6. e 7. dão-nos as alterações das explorações e das áreas, ocorridas entre 1989 e 1999, nas regiões agrárias do continente em “hortícolas intensivas”. O EDM representava, em 1999, 12 % da “área total” de “hortícolas intensivas” no total da área do Continente. Em “cultura principal” representava em 1999 também 12 % da área e 21 % das explorações quando dez anos antes tinha como pesos 11 % e 21 % respectivamente. Verifica-se que a evolução da região em “hortícolas intensivas em cultura principal” registou uma quebra nas explorações de 12 % e um crescimento de 7 % na área.

Nas “culturas ao ar livre” as explorações do EDM decresceram 18 % e a área manteve-se idêntica, já nas culturas “em estufa” as explorações cresceram 137 % e a área 272 %.

Quadro 5. Hortícolas Intensivas segundo RGA 89 e 99

Unidade Geográfica	Cultura principal				Cultura secundária sob-coberto			
	1989		1999		1989		1999	
	Nº exp	Área	Nº exp	Área	Nº exp	Área	Nº exp	Área
Entre Douro e Minho	6.249	2.232	5.479	2.392	x	x	559	58
Trás-os-Montes	367	170	721	232	x	x	10	2
Beira Litoral	4.918	1.123	5.989	1.764	x	x	651	103
Beira Interior	1.152	329	1.191	284	x	x	94	22
Ribatejo e Oeste	12.169	11.658	8.363	11.787	x	x	613	186
Alentejo	3.429	2.470	2.366	2.005	x	x	669	286
Algarve	1.799	1.857	1.604	1.215	x	x	76	25
Continente	30.083	19.838	25.713	19.677	x	x	2.672	683

INE 2001 – RGA 89 e 99.

(x) – dados não recenseados em 1989

Quadro 6. Pesos das regiões nas hortícolas intensivas

Unidade Geográfica	Cultura principal								Área Total em 1999	
	1989				1999				ha	%
	Nº exp	%	Área	%	Nº exp	%	Área	%		
Entre Douro e Minho	6.249	21	2.232	11	5.479	21	2.392	12	2.449	12
Trás-os-Montes	367	1	170	1	721	3	232	1	233	1
Beira Litoral	4.918	16	1.123	6	5.989	23	1.764	9	1.867	9
Beira Interior	1.152	4	329	2	1.191	5	284	1	306	2
Ribatejo e Oeste	12.169	40	11.658	59	8.363	33	11.787	60	11.973	59
Alentejo	3.429	11	2.470	12	2.366	9	2.005	10	2.291	11
Algarve	1.799	6	1.857	9	1.604	6	1.215	6	1.240	6
Continente	30.083	100	19.838	100	25.713	100	19.677	100	20.360	100

Quadro 7. Culturas Intensivas ao “ar livre” e em “estufa” em cultura principal

Unidade Geográfica	Ao ar livre ou abrigo baixo em cultura principal				Em estufa ou abrigo alto em cultura principal			
	1989		1999		1989		1999	
	Nº exp	Área	Nº exp	Área	Nº exp	Área	Nº exp	Área
Entre Douro e Minho	5.931	2.175	4.880	2.177	558	58	1.325	215
Trás-os-Montes	356	169	618	213	20	2	133	18
Beira Litoral	4.667	1.052	5.723	1.654	352	70	514	109
Beira Interior	1.128	325	1.175	281	30	4	34	3
Ribatejo e Oeste	11.580	11.149	8.024	11.294	1.072	509	884	493
Alentejo	3.368	2.412	2.317	1.967	79	58	88	37
Algarve	1.139	947	1.131	570	816	910	582	645
Continente	28.169	18.227	23.868	18.157	2.927	1.611	3.560	1.520

Fonte: INE 2001- RGA 89-99

1.2. Localização e Concentração

Da leitura do Quadro 8. tiramos as seguintes conclusões:

- Praticamente todos os concelhos produziam batata;
- A batata concentra-se na Zonas Intermédia e Interior com 80 % da área;
- As hortícolas extensivas tinham uma presença significativa em sete concelhos (Guimarães, Gondomar, V. N. de Gaia, Penafiel, Maia, Esposende e Póvoa de Varzim) que totalizavam 55 % da área;
- Nas hortícolas intensivas são os concelhos de Póvoa de Varzim, Esposende, Gondomar e Vila Nova de Gaia que se destacam e representavam 66 % da área total.
- A Zona Litoral é maioritária em hortícolas intensivas com 63 %, a Zona Intermédia destaca-se nas hortícolas extensivas com 53 % e a Zona Interior tem um peso significativo na batata (39 %) a seguir à Zona Intermédia.

Quadro 8. Batata, Hortícolas Extensivas e Intensivas, por NutsIII e por Concelhos e por Zonas agro-ecológicas em 1999

Unidade Geográfica	Batata					Hortícolas Extensivas					Hortícolas Intensivas				
	Área	%	Lit	Idia	Int	Área	%	Lit	Idia	Int	Área	%	Lit	Idia	Int
Entre Douro e Minho	7096,44	100,00	19,60	41,79	38,55	1276,57	100,00	36,05	52,69	10,96	2391,6	100,00	62,82	33,77	3,38
Minho-Lima	953,58	13,44				20,26	1,59				87,19	3,65			
Arcos de Valdevez	120,01	1,69			1,69	0,49	0,04			0,04	4,86	0,20			0,20
Caminha	32,73	0,46	0,46			0,26	0,02	0,02			0,71	0,03	0,03		
Melgaço	84,33	1,19			1,19	0	0,00			0,00	0	0,00			0,00
Monção	103,03	1,45		1,45		0,1	0,01		0,01		1,62	0,07		0,07	
Paredes de Coura	91,54	1,29			1,29	0,44	0,03			0,03	1,8	0,08			0,08
Ponte da Barca	73,27	1,03			1,03	2	0,16			0,16	1,7	0,07			0,07
Ponte de Lima	167,69	2,36		2,36		5,21	0,41		0,41		53,5	2,24		2,24	
Valença	53,63	0,76		0,76		1,49	0,12		0,12		1,76	0,07		0,07	
Viana do Castelo	195,56	2,76	2,76			9,28	0,73	0,73			19,78	0,83	0,83		
Vila Nova de Cerveira	31,37	0,44		0,44		0	0,00		0,00		1,46	0,06		0,06	
Cavado	939,17	13,23				159,1	12,46				612,93	25,63			
Amarelos	58	0,82		0,82		5,78	0,45		0,45		28,83	1,21		1,21	
Barcelos	326,87	4,61		4,61		38,8	3,04		3,04		103,71	4,34		4,34	
Braga	161,74	2,28		2,28		38,24	3,00		3,00		78,44	3,28		3,28	
Esposende	207,82	2,93	2,93			64,97	5,09	5,09			387,33	16,20	16,20		
Terras de Bouro	43,93	0,62			0,62	2,51	0,20			0,20	0,64	0,03			0,03
Vila Verde	140,67	1,98		1,98		8,4	0,66		0,66		13,98	0,58		0,58	
Ave	1186,33	16,72				259,87	20,36				181,27	7,58			
Fafe	269,85	3,80			3,80	19,58	1,53			1,53	11,53	0,48			0,48
Guimarães	270,2	3,81		3,81		151,97	11,90		11,90		90,21	3,77		3,77	
Póvoa de Lanhoso	67,49	0,95			0,95	1,1	0,09			0,09	3,8	0,16			0,16
Santo Tirso	133,11	1,88		1,88		21,53	1,69		1,69		22,63	0,95		0,95	
Trofa	125,3	1,77	1,77			24,99	1,96	1,96			12,14	0,51	0,51		
Vieira do Minho	106,1	1,50			1,50	1,39	0,11			0,11	0,85	0,04			0,04
Vila Nova de Famalicão	171,67	2,42		2,42		28,61	2,24		2,24		29,65	1,24		1,24	
Vizela	39,38	0,55		0,55		10,24	0,80		0,80		10,46	0,44		0,44	
Grande Porto	930,99	13,12				514,26	40,28				1364,15	57,04			
Espinho	3,23	0,05	0,05			4,2	0,33	0,33			5,07	0,21	0,21		
Gondomar	151,85	2,14		2,14		135,27	10,60		10,60		259,74	10,86		10,86	
Maia	181,07	2,55	2,55			75,62	5,92	5,92			70,77	2,96	2,96		
Matosinhos	97,94	1,38	1,38			46,4	3,63	3,63			41,47	1,73	1,73		
Porto	0	0,00	0,00			0	0,00	0,00			0	0,00	0,00		
Póvoa de Varzim	82,85	1,17	1,17			64,84	5,08	5,08			691,25	28,90	28,90		

Valongo	65,34	0,92		0,92		19,68	1,54		1,54		29,71	1,24		1,24	
Vila do Conde	261,38	3,68	3,68			45,37	3,55	3,55			19,71	0,82	0,82		
Vila Nova de Gaia	87,03	1,23	1,23			122,39	9,59	9,59			246,43	10,30	10,30		
Tâmega	2648,05	37,32				316,63	24,80				106,43	4,45			
Amarante	235,4	3,32			3,32	23,41	1,83			1,83	16,56	0,69			0,69
Baião	258,9	3,65			3,65	21,31	1,67			1,67	9,72	0,41			0,41
Cabeceiras de Basto	172,38	2,43			2,43	0	0,00			0,00	1,74	0,07			0,07
Castelo de Paiva	86,72	1,22			1,22	0	0,00			0,00	...	...			
Celorico de Basto	222,99	3,14			3,14	1,93	0,15			0,15	6,92	0,29			0,29
Cinfães	201,26	2,84			2,84	13,02	1,02			1,02	2,56	0,11			0,11
Felgueiras	180,01	2,54		2,54		32,91	2,58		2,58		8,95	0,37		0,37	
Lousada	139,81	1,97		1,97		30,6	2,40		2,40		10,83	0,45		0,45	
Marco de Canaveses	189,04	2,66			2,66	45,05	3,53		3,53		10,1	0,42			0,42
Mondim de Basto	51,17	0,72			0,72	4,06	0,32			0,32	2,1	0,09			0,09
Paços de Ferreira	53,48	0,75		0,75		3,11	0,24		0,24		9,48	0,40		0,40	
Paredes	224,47	3,16		3,16		51,59	4,04		4,04		12,24	0,51		0,51	
Penafiel	308,31	4,34		4,34		85,75	6,72		6,72		14,63	0,61		0,61	
Resende	206,6	2,91			2,91	2,11	0,17			0,17	...	...			
Ribeira de Pena	117,19	1,65			1,65	1,47	0,12			0,12	0	0,00			0,00
Entre Douro e Vouga	438,32	6,18				6,24	0,49				39,63	1,66			
Arouca	137,54	1,94			1,94	0	0,00			0,00	6,02	0,25			0,25
Oliveira de Azeméis	86,26	1,22		1,22		3,39	0,27		0,27		24,47	1,02		1,02	
Santa Maria da Feira	115,99	1,63	1,63			1,85	0,14	0,14			7,81	0,33	0,33		
São João da Madeira	0	0,00		0,00		0	0,00		0,00		0	0,00		0,00	
Vale de Cambra	98,5	1,39		1,39		0	0,00		0,00		1,33	0,06		0,06	

Fonte: INE – RGA 99

1.3. Estrutura das Explorações

Com base no Inquérito à Horticultura realizado pelo INE em 2000 (IH2000), a estrutura das explorações horticolas do EDM era a que consta dos Quadros 9. e 10..

Da leitura dos quadros concluímos que 61 % das explorações detinham áreas inferiores a 0,5 ha e que 77 % possuíam 1 a 2 parcelas. Já em termos de área as explorações com menos de 0,5 ha correspondiam a 18 % da área e as explorações com 1 a 2 parcelas representavam 60 %, o que significa que estamos perante explorações de dimensão média muito baixa.

Por outro lado, confrontando o IH2000 com o RGA 99 verifica-se que a área de extensivas aumenta, a área de intensivas ao ar livre diminui e a área em estufas diminui também. Registe-se que estamos perante os resultados de um inquérito por amostragem que poderá eventualmente não corresponder totalmente à realidade, em particular em relação à “área base de estufas” que tem vindo a crescer a bom ritmo.

Quadro 9. Explorações e área base com culturas horticolas, por classes de área de horticultura em 2000

Horticolas:		Total	Classes de área base de horticultura (ha)							
			< 0,10	0,10 a < 0,25	0,25 a < 0,50	0,50 a < 1	1 a < 2,50	2,50 a < 5	5 a < 10	>= 10
- Totais	Exp	3 101	353	846	698	763	391	38	10	2
	Área	1 720	22	136	251	547	539	135	...	...
- Extensivas	Exp	2 154	251	494	491	567	316	29	4	...
	Área	717	11	52	97	245	219	65	...	2
- Intensivas ao ar livre	Exp	1 855	92	437	436	517	336	28	8	...
	Área	827	5	59	119	246	275	65	...	1
- Intensivas em estufa	Exp	1 125	159	238	225	297	180	19	6	...
	Área	176	6	25	34	55	45	5	...	...

Fonte: INE –IH 2000

Quadro 10. Culturas Horticolas segundo o nº parcelas em 2000

EDM	Total	Classes do nº de parcelas com culturas horticolas				
		1 – 2	5 – 8	9 – 12	13 – 20	> 20
Explorações	3 101	2 393	564	110	29	5
Área	1 720	1 040	455	147	60	17

Fonte: INE – IH 2000

1.4. Produção e Produtividades

Batata

A produção de batata na região, de 1995 a 2004, teve uma evolução negativa que atinge no final do período uma quebra de 57 % na área e de 62 % na tonelagem em relação ao início do período, acompanhando a mesma tendência de quebra verificada no Continente conforme pode ser observado no Quadro 11. A produção regional foi igual a 10 % da produção do Continente.

A produtividade média do último quinquénio foi de 11 841 kg/ha.

Quadro 11. Batata – Produção no EDM e Continente de 1995 e de 2000 a 2004

Ano:	1995		2000		2001		2002		2003		2004	
	Área	Produção	Área	Produção	Área	Produção	Área	Produção	Área	Produção	Área	Produção
Região:	(ha)	(t)	(ha)	(t)	(ha)	(t)	(ha)	(t)	(ha)	(t)	(ha)	(t)
EDM	13 736	205 094	7 352	72 150	6 001	70 157	6 063	78 831	5 766	69 551	5 907	78 141
Continente	95 684	1 420 542	57 345	742 588	49 789	694 051	52 606	781 287	48 127	735 828	47 906	769 767

Fonte: INE

Hortícolas

Os Quadros 12. e 13. dão-nos a produção de hortícolas (intensivas e extensivas) realizadas no período de 1995 a 2002. Registou-se um crescimento contínuo que atingiu 55 % na área e 78 % na tonelagem no final do período comparativamente a 1995.

Em termos de produtos a variação da produção foi positiva em todos, com excepção de Grelos, Morangos, Melão e Melo e Feijão Verde. Os produtos mais representativos foram Alface, Couve Repolho, Couve Tronchuda e Tomate fresco.

A produtividade também aumentou no período passando de 20 t/ha para 23 t/ha.

A área base de culturas intensivas foi utilizada quase duas vezes (1,966) no ano em 2000, o que significa que foram feitas em média duas culturas.

Quadro 12. Área e Produção de Hortícolas 1995 e 2000-2002

Ano:	1995		2000		2001		2002	
	Área	Produção	Área	Produção	Área	Produção	Área	Produção
Região:	(ha)	(t)	(ha)	(t)	(ha)	(t)	(ha)	(t)
EDM	2 055	40 945	2 689	53 481	2 739	64 185	3 178	72 819
Continente	22 768	501 293	28 188	624 601	29 028	635 507	31 676	741 312

Nota: A área e produção do total de hortícolas não inclui o tomate para a indústria.

Fonte: INE – IH2000 e DRAEDM

Quadro 13. Produção dos principais hortícolas em 1995 e em 2001 –EDM e Continente

Produtos:	EDM						Continente					
	1995		2001		Variação		1995		2001		Variação	
	Área	Prod	Área	Prod	Área	Prod	Área	Prod	Área	Prod	Área	Prod
	(ha)	(t)	(ha)	(t)	(ha)	(t)	(ha)	(t)	(ha)	(t)	(ha)	(t)
Alface	227	4 623	450	9 000	+	+	1 151	25 648	2 418	52 689	+	+
Couve Repolho	167	4 842	280	7 000	+	+	1 366	39 630	1 983	49 284	+	+
Couve Lombardo	12	376	20	560	+	+	1 477	44 753	1 680	45 478	+	+
Couve Brócolo	22	110	45	360	+	+	938	7 103	2 180	23 768	+	+
Couve Flor	25	398	35	525	+	+	469	8 833	825	13 318	+	+
Couve Tronchuda	400	4 870	437	5 244	+	+	956	15 507	1 027	16 076	+	+
Grelos	193	1 158	236	944	+	-	797	9 338	981	11 028	+	+
Tomate fresco	64	4 375	95	6 650	+	+	900	49 316	1 439	78 792	+	+
Pimento	15	525	25	850	+	+	809	27 076	1 365	42 861	+	+
Melão e Melo	72	1 549	60	1 260	-	-	3 270	67 782	3 454	71 590	+	+
Melancia	9	343	12	492	+	+	570	15 520	821	20 766	+	+
Morango	4	42	3	30	-	-	785	17 807	546	12 678	-	-
Feijão Verde	100	1 455	80	880	-	-	1 780	27 352	1 410	16 106	-	-
Fava	11	44	8	48	-	+	1 492	6 079	920	4 953	-	-
Cenoura	55	1 904	80	2 800	+	+	895	32 015	1 363	45 398	+	+
Cebola	313	8 142	375	9 375	+	+	1 175	27 831	1 344	29 960	+	+

Fonte: INE – IH 2000

1.5. Concentração, Acondicionamento e Escoamento

Hortícolas

Segundo o IH 2000 as formas de escoamento na região eram as que constam do Q.14. Os agrupamentos de produtores, a criação de centrais de comercialização e a intervenção do sector da distribuição surgem na última década e meia e a comercialização directa para o mercado externo é mais recente.

O aparecimento de modernas formas de escoamento veio também permitir a selecção, acondicionamento e rastreabilidade de boa percentagem da produção e novas exigências no que respeita à qualidade intrínseca dos produtos designadamente em termos de resíduos.

Quadro 14. Formas de escoamento da produção comercializada

Unidade Geográfica	Total	Directamente p/ mercado externo	Directamente ao consumidor	Retailista	Agrupamento de agricultores	Central de Comercialização	Sector de distribuição	Outros Intermediários	Indústria
EDM	100	1,5	26,2	23,3	10,2	32,8	3,6	1,6	0,7
Continente	100	2,5	15,8	18,3	3,9	19,3	6,6	24,6	8,9

Batata

Uma boa percentagem da produção é para auto-consumo. No que respeita à batata comercializada as formas de escoamento evoluíram em formas idênticas às dos restantes produtos hortícolas, não havendo porém informação sistematizada que permita a sua quantificação por tipos.

1.6. Consumo

Batata

Grau de Aprovisionamento

O grau de aprovisionamento de batata é foi de 72,5 % em 2002/2003. Portugal é um país importador.

Consumos per capita

O consumo *per capita* em Portugal foi de 92,5 kg em 2002/2003.

Consumo da Região

A região com os seus cerca de 3,3 milhões de habitantes consome o equivalente a 31,15 % do consumo nacional quando apenas produz 26 % do que consome.

Quadro 14. Estimativa do Consumo Regional

	População Residente	Consumo (ton)
EDM	31,15 %	300 000
Portugal	100 %	963 000

Fonte: GPPAA - Anuário Vegetal de 2004.

Produtos Hortícolas

Grau de Aprovisionamento

O grau de aprovisionamento de hortícolas foi de 153,3 % em 2002/2003. Portugal é um país exportador.

Consumos per capita

O consumo *per capita* em Portugal foi de 104,5 kg em 2002/2003.

Consumo da Região

A região com os seus cerca de 3,3 milhões de habitantes consome o equivalente a 31,15 % do consumo nacional quando apenas produz 23 % do que consome.

Quadro 15. Estimativa do Consumo Regional

	População Residente	Consumo (ton)
EDM	31,15 %	338 800
Portugal	100 %	1 088 000

Fonte: GPPAA - Anuário Vegetal de 2004.

1.7. Preços dos Produtos e dos Meios

Quadro 16. Índices de Preços de Hortícolas e Batata		Base: 100 - 1995		
	Tipos	2002	2003	2004
Produtos	Total de Hortícolas frescos	129,5	139,4	129,9
	Alface: todos os tipos de produção	111,3	121,1	105,3
	Couve-flor: todas as qualidades	77,4	123	111,8
	Couve repolho: todas as qualidades	287,2	291,4	314,6
	Couve lombardo: todas as qualidades	139,5	145	120,5
	Tomate para consumo em fresco	150,5	178,1	151
	Cenoura: todas as qualidades	84,5	125,4	89
	Feijão verde: todos os tipos de produção	153	199	195,9
	Cebola: todas as qualidades	137,8	85,9	116,2
	Pepino: todos os tipos de produção	225,5	162,7	86
	Pimento: todos os tipos de produção	111,3	129,5	159,6
	Batata primor	120,1	122,1	170,8
	Outra batata (consumo)	67,7	84,2	113,8
Meios de Produção	Sementes e plantas	93,69	117,7	116
	Energia e lubrificantes	96,91	102,9	115,5
	Adubos e correctivos	117,17	115,3	125
	Material e pequenos utensílios	99,68	95,7	94,7
	Máquinas e outros equipamentos	121,8	125,7	128,7

Fonte: INE

A evolução dos preços de hortícolas e batata desde 1995 dos principais produtos regionais tem sido crescente com pequenas oscilações. De 2002 a 2004 a tendência foi também crescente em todos, com excepção da cenoura, pepino e cebola. É também de registar os elevados aumentos verificados na couve repolho cujo preço triplicou, no tomate fresco e no feijão verde que quase duplicou. Já quanto aos meios de produção utilizados pela fileira a evolução foi sob o ponto de vista da produção negativa, com excepção de "material e pequenos utensílios, com crescimentos apesar de tudo ligeiramente inferiores aos preços dos produtos.

2. ANÁLISE DO POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO

<p>Pontos Fracos</p> <ul style="list-style-type: none"> A dimensão de muitas explorações é um obstáculo ao recurso a financiamento para investimento face aos critérios de enquadramento e de apoio seguidos; Dificuldades na gestão dos excedentes de produção em alguns produtos destinados ao consumo em fresco, pela falta de organização na comercialização; Proliferação de pequenas unidades de comercialização sem condições para poderem efectuar a rastreabilidade dos produtos e assim garantir a segurança alimentar; A homologação de produtos fitossanitários para as culturas hortícolas da Região não se tem mostrado expedita, assim como a catalogação das variedades, criando alguns bloqueios. 	<p>Pontos Fortes</p> <ul style="list-style-type: none"> Condições edafo-climáticas favoráveis que permitem exercer a actividade de forma competitiva, seja ao ar livre ou em estufa; Existência de conhecimento das técnicas de produção, dada a tradição hortícola da Região, bem como à existência de mão-de-obra qualificada e jovem; Existência de empresas locais de selecção, acondicionamento e comercialização com procedimentos ajustados à necessária segurança dos produtos alimentares; A internacionalização do sector iniciado nos últimos anos é um grande estímulo para que a região possa aumentar a sua área de produção; Assinala-se a presença, já significativa, de empresas de comercialização espanholas que vêm comprar na zona de produção para colocação directa no mercado espanhol e até no mercado francês.
<p>Ameaças</p> <ul style="list-style-type: none"> O aumento das áreas de estufa tem conduzido a uma degradação da paisagem litoral, criando impactos negativos no turismo da Região; O aumento da intensidade da produção agrícola levou à criação e posterior alargamento de uma Zona Vulnerável, onde o teor de nitratos nas águas subterrâneas excede largamente os valores limite admitidos pela OMS. 	<p>Oportunidades</p> <ul style="list-style-type: none"> Existência de um mercado potencial de cerca de 7 milhões de consumidores, situado entre a Galiza e Aveiro, uma vez que existem boas e diversificadas vias de comunicação; Alguns produtos hortícolas reúnem condições para poderem ser objecto de D.O.P. ou I.G.P, dadas as suas qualidades e as suas características específicas; A existência de áreas disponíveis na região para aumentar significativamente a produção dado que o mercado regional e o mercado potencial mencionado são deficitários em produção hortícola.

3. PROPOSTAS ESTRATÉGICAS

Tendo-se presentes os pontos fracos identificados e as ameaças, importa definir uma estratégia que aposte decididamente na qualidade em todos os segmentos da fileira e na sua melhor integração vertical e horizontal. Nesse sentido propõe-se o seguinte:

- a) Aumentar significativamente a área de produção de produtos hortícolas, particularmente daqueles em que a procura do mercado nacional e do mercado europeu mais aumentou e com prioridade para as áreas de projectos em modos de produção integrada e de agricultura biológica;
- b) A curto prazo importa resolver os problemas ambientais relacionados com o solo e a água que a fileira apresenta e apoiar devidamente os investimentos necessários, designadamente os já identificados na zona vulnerável;
- c) Dever-se-á a curto prazo promover projectos de ordenamento paisagístico em torno da área de produção intensiva nas zonas de maior produção contrariando-se ou minimizando-se os impactos negativos das estufas;
- d) Fortalecer e criar estruturas de concentração, acondicionamento e comercialização;
- e) Fortalecer a internacionalização do sector dadas as condições naturais de competitividade que a região dispõe relativamente às dos países mais consumidores da União Europeia, principalmente nas culturas de Inverno;
- f) Apoiar a instalação de indústrias para produtos de 4ª gama que contribuam para o aumento da produção e/ou resolução de excedentes de produção e que tragam valor acrescentado à região, designadamente a partir da batata e outros produtos (sopas, enlatados, purés, pré-cozinhados, etc.);
- g) A certificação dos produtos e dos processos deve ser igualmente apoiada em toda a fileira;
- h) A formação profissional deve desenvolver-se em cursos de curta duração e ser reorientada para novos objectivos, tais como: conservação, transformação e rastreabilidade dos produtos; certificação de empresas e HACCP; gestão e contabilidade das explorações hortícolas; conteúdos de Internet e estabelecimento de apoios e serviços de avisos; utilização de programas informáticos de fertilização, rega e controlo ambiental; ambiente, gestão de resíduos e aplicação de fitofármacos; e, higiene, segurança e saúde no trabalho agrícola;
- i) Dever-se-á também apoiar iniciativas de troca de experiências entre agricultores jovens de diferentes países produtores;
- j) A transferência de conhecimentos técnico-científicos deve ser também devidamente apoiada, em particular aquela que tenha em vista introduzir melhorias na produção, qualidade nos produtos e nos processos em estreita parceria com todos os agentes da fileira e em produtos transformados (4ª. Gama);

4. OBJECTIVOS OPERACIONAIS, ACÇÕES, METAS, INVESTIMENTO E ENQUADRAMENTO

Nas Fichas OP e AMI que a seguir se apresentam estão estabelecidos os Objectivos Operacionais e as Acções, Metas, Enquadramento e Investimento que se propõem como necessários para realizar as propostas estratégicas e os Objectivos Específicos de curto/médio prazo da Estratégia de Desenvolvimento preconizada para a Região.

EIXO 1 - Competitividade
 1.1 - Fileiras

Ficha: OP

MATRIZ DE OBJECTIVOS OPERACIONAIS

FILEIRA Nº.16 - HORTICULTURA E BATATA

DOMÍNIOS: SEGMENTOS:	TECNOLÓGICO ESPECÍFICO	FORMAÇÃO	AMBIENTE	TICs	REGIMES DE QUALIDADE	COOPERAÇÃO	INOVAÇÃO	ENQUADRA MENTO
EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA	1.Melhorar infra-estruturas internas							M10
	2.Modernizar as explorações com novos equipamentos							M6
	3.Instalar novas explorações							M6
		4.Preparar produtores						M1
		5.Preparar técnicos						M1
		6.Promover intercâmbio internacional de profissionais						M1
			7.Reduzir os impactos visuais negativos das estufas na zona litoral e nas zonas periurbanas					M6
			8.Minimizar os impactos negativos sobre os lençóis freáticos na zona vulnerável					M6
				9.Modernizar as explorações com novos sistemas de controlo				M6
				10.Criar plataforma informática para informação e intercâmbio				M6
					11.Qualificar a produção			M13
					12.Apoiar Agrupamentos de Produtores			M14
RECOLHA OU CONCENTRAÇÃO	1.Racionalizar a concentração de produtos hortícolas							M8
		2.Preparar gestores, operadores e controladores						M1
TRANSFORMAÇÃO	1. Valorizar a produção hortícola							M8
		2.Preparar gestores, operadores e controladores						M1
DISTRIBUIÇÃO	1.Racionalizar distribuição e reorganizar a logística							M8
		2.Preparar gestores, operadores e controladores						M1
						13.Criar serviço de gestão e aconselhamento		M5
							14. Estudar novas tecnologias de produção, novas culturas e pós-colheita	M9

EIXO 1 - Competitividade

1.1 - Fileiras

Ficha: AMI

ACÇÕES, METAS, ENQUADRAMENTO E INVESTIMENTO**FILEIRA Nº.16 - HORTICULTURA E BATATA**

	OBJECTIVOS OPERACIONAIS	ACÇÕES A DESENVOLVER	METAS	ENQUADRAMENTO	INVESTIMENTO
Exploração Agrícola	1.Melhorar infra-estruturas internas	Caminhos agrícolas	10 km	M10	1.000.000
		Electrificações	250 exp		2.500.000
		Redes de rega e drenagem	150 ha		750.000
	2.Modernizar as explorações com novos equipamentos	Aquisição de equipamentos	batata: 50 exp; 100 ha	M6	750.000
			extensivas: 50 exp; 100 ha		750.000
			intensivas ao ar livre: 50 exp; 100 ha		1.250.000
			intensivas em estufa: 50 exp; 100 ha		1.250.000
	3.Instalar novas explorações	Instalação e equipamento	extensivas: 50 exp; 100 ha	M6	1.250.000
			intensivas ao ar livre: 100 exp; 150 ha		5.000.000
			intensivas em estufa: 300 exp; 150 ha		30.000.000
	4.Preparar produtores	Formação de horticultores em diversas temáticas	1 050 formandos; 10 500 h	M1	1 155.000
	5.Preparar técnicos	Formação de técnicos em produção integrada/modo biológico	210 formandos; 1260 h		138 600
	6.Promover intercâmbio internacional de profissionais	Visitas de estudo para técnicos e horticultores	10 visitas		500.000
	7.Reduzir os impactos visuais negativos das estufas na zona litoral e nas zonas periurbanas	Apoio a acções integradas de ordenamento paisagístico	5 acções	M6	2.500.000
	8.Minimizar os impactos negativos sobre os lençóis freáticos na zona vulnerável	Apoio a acção integrada de redução de impactos e regularização	1 acção	M6	2.500.000
	9.Modernizar as explorações com novos sistemas de controlo	Aquisição de sistemas informatizados de rega, fertilização e controlo ambiental	Intensivas ao ar livre: 125 exp; 125 ha	M6	1.250.000
			Intensivas em estufa: 50 exp; 50 ha		500.000
	10.Criar plataforma informática para informação e intercâmbio	Criação de sítio especializado na Internet	1 plataforma	M6	25.000
	11.Qualificar a produção	Apoio produtores DOP/IGP/Biológicos	250 explorações	M13	750.000
	12.Apoiar Agrupamentos de Produtores	Promoção de produtos	1 agrupamento	M14	500.000
	13.Criar serviço de gestão e aconselhamento	Criação de um serviço especializado	2 técnicos + 1 administrativo + equipam.	M5	300.000
	14.Estudar novas tecnologias de produção, novas culturas e pós-colheita	Implantação de campos de experimentação e demonstração	15 Projectos	M9	1.500.000
			Estudos de pós-colheita	M9	500.000
Recolha ou concentração	1.Racionalizar a concentração de produtos horticolas	Aquisição de viaturas específicas	5 viaturas	M8	1.000.000
		Novas unidades de concentração e acondicionamento	2 unidades		5.000.000
		Reequipar unidades existentes	5 unidades		2.500.000
	2.Preparar gestores, operadores e controladores	Cursos para gestores, operadores e controladores	135 formandos; 315 h	M1	34.650
Transformação	1. Valorizar a produção horticola	Criação de unidades para produção de produtos de 4ª gama, embalados em vácuo ou congelados (sopas, purés, etc.)	1 unidades	M8	2.500.000
		Instalação de pequenas unidades artesanais de produção de horticolas em conserva (pickles, compotas etc.)	5 unidades	M8	500.000
	2.Preparar gestores, operadores e controladores	Cursos de operadores, gestores e controladores	135 formandos; 315 h	M1	34.650
Distribuição	1.Racionalizar distribuição e reorganizar a logística	Aquisição de viaturas equipadas com frio	5 viaturas	M8	1 000 000
	2.Preparar gestores, operadores e controladores	Cursos para gestores, operadores e controladores	135 formandos; 315 h	M1	34.650
Total					69 222 550

5. INVESTIMENTO POR DOMÍNIOS OPERACIONAIS

<i>Domínios: Segmentos:</i>	<i>Tecnológico</i>	<i>Formação</i>	<i>Ambiente</i>	<i>TICs</i>	<i>Regimes Qualidade</i>	<i>Cooperação</i>	<i>Inovação</i>	Total
Exploração Agrícola	44.500.000	1.793.600	5.000.000	1.775.000	1.250.000	300.000	2.000.000	56.618.600
Recolha/Concentração	8.500.000	34.650	0	0	0	0	0	8.534.650
Transformação	3.000.000	34.650	0	0	0	0	0	3.034.650
Distribuição	1.000.000	34.650	0	0	0	0	0	1.034.650
Total	57.000.000	1.897.550	5.000.000	1.775.000	1.250.000	300.000	2.000.000	69.222.550

6. INVESTIMENTO POR MEDIDAS

<i>Medidas:</i>	<i>Investimento</i>
M1 Formação e Informação	1.897.550
M5 Criação de Serviços de Gestão, Substituição e Aconselhamento	300.000
M6 Modernização das Explorações Agrícolas	47.025.000
M8 Aumento do Valor dos Produtos Agrícolas e Florestais	12.500.000
M9 Cooperação para a elaboração de novos produtos, processos e tecnologias	2.000.000
M10 Infra-estruturas	4.250.000
M13 Apoio Agricultores Regimes de Qualidade	750.000
M14 Apoio Agrupamentos Regimes de Qualidade	500.000
Total	69 222 550

7. MEDIDAS DE POLÍTICA E RECOMENDAÇÕES

- a) A produção biológica/DOP/IGP carece na sua fase inicial de apoio e animação pelos Serviços Agrícolas em parceria com as Organizações de Agricultores;
- b) Recomenda-se que seja montada uma rede de recolha de resíduos químicos e outros resíduos sólidos;
- c) A compostagem de alguns excedentes de produção deverá ser recomendada a todos os produtores nas acções de formação.

F17 – FLORICULTURA E ORNAMENTAIS

1. EVOLUÇÃO E SITUAÇÃO

1.0. Síntese

A fileira de “Flores e Plantas Ornamentais” teve no seu conjunto uma evolução positiva na última década e meia, pois assistiu-se a um aumento da produção apesar do decréscimo do número de explorações. O grande crescimento verificou-se nas culturas em estufa, quer em número de explorações quer em área.

Assistiu-se também no período à melhoria e diversificação da produção, bem como às formas de comercialização tornando-se a região exportadora já com um peso significativo.

Finalmente, a evolução dos preços dos principais produtos regionais foi positiva desde 1995 e os preços dos meios de produção utilizados também cresceram a um ritmo superior ao registado nos preços dos produtos.

1.1. Explorações e Áreas

Os Quadros 1., 2. e 3. dão-nos as alterações das explorações e das áreas, ocorridas entre 1989 e 1999, nas regiões agrárias do continente em “flores e plantas ornamentais”. O EDM representava, em 1999, 23 % da “área total” de “flores e plantas ornamentais” no total da área do Continente e em 1989 tinha o peso de 23 % também. Em “cultura principal” representava em 1999 também 22 % da área e 43 % das explorações quando dez anos antes tinha como pesos 21 % e 54 % respectivamente. Verifica-se que a evolução da região em “flores e plantas ornamentais” registou uma quebra nas explorações em cultura principal de 16 % e um crescimento de 69 % na área.

Nas “culturas ao ar livre” as explorações do EDM decresceram 39 % e a área aumentou em 28 %, já nas culturas “em estufa” as explorações cresceram 40 % e a área 143 %.

Quadro 1. Flores e Plantas Ornamentais segundo RGA 89 e 99

Unidade Geográfica	Cultura principal				Cultura secundária sob-coberto			
	1989		1999		1989		1999	
	Nº exp	Área	Nº exp	Área	Nº exp	Área	Nº exp	Área
Entre Douro e Minho	882	129	742	218	133	9,62	63	4,44
Trás-os-Montes	26	2	163	45	-	-	-	-
Beira Litoral	307	64	371	170	9	1,04	8	0,91
Beira Interior	25	5	37	5	14	1,26	3	0,22
Ribatejo e Oeste	309	339	284	370	11	2,02	2	...
Alentejo	22	5	54	122	7	0,08	3	0,61
Algarve	60	67	65	66	5	1,22	1	...
Continente	1.631	611	1.716	995	179	15,24	80	6,31

INE 2001 – RGA 89 e 99.

Quadro 2. Pesos das regiões nas Flores e Plantas Ornamentais

Unidade Geográfica	Cultura principal								Área Total			
	1989				1999				1989		1999	
	Nº exp	%	Área	%	Nº exp	%	Área	%	Ha	%	ha	%
Entre Douro e Minho	882	54	129	21	742	43	218	22	144	23	230	23
Trás-os-Montes	26	2	2	0	163	9	45	4	2	0	45	4
Beira Litoral	307	19	64	10	371	22	170	17	65	10	172	17
Beira Interior	25	2	5	1	37	2	5	1	7	1	5	1
Ribatejo e Oeste	309	19	339	56	284	17	370	37	342	54	370	37
Alentejo	22	1	5	1	54	3	122	12	5	1	122	12
Algarve	60	4	67	11	65	4	66	7	68	11	66	6
Continente	1.631	100	611	100	1.716	100	995	100	633	100	1.010	100

Quadro 3. Flores e Plantas Ornamentais ao “ar livre” e em “estufa” em cultura principal

Unidade Geográfica	Ao ar livre ou abrigo baixo em cultura principal				Em estufa ou abrigo alto em cultura principal			
	1989		1999		1989		1999	
	Nº exp	Área	Nº exp	Área	Nº exp	Área	Nº exp	Área
Entre Douro e Minho	604	83,56	366	106,85	349	45,71	489	111,39
Trás-os-Montes	21	1,5	16	2,36	6	0,2	153	42,18
Beira Litoral	211	34,9	221	92,75	115	29,03	194	77,19
Beira Interior	23	5,02	24	3,7	3	0,27	17	1,3
Ribatejo e Oeste	174	147,64	159	131,97	179	191,52	197	237,67
Alentejo	16	2,51	32	105,82	8	2,78	32	15,81
Algarve	31	34,53	37	22,96	38	31,99	40	42,57
Continente	1080	309,66	855	466,41	698	301,5	1122	528,11

Fonte: INE 2001- RGA 89-99

1.2. Localização e Concentração

Da leitura do Quadro 4. tiramos as seguintes conclusões:

- As flores e plantas ornamentais tinham uma presença significativa em dez concelhos (Guimarães, Viana do Castelo, V. N. de Gaia, V. N. Famalicão, Barcelos, Maia, Vila do Conde, Braga, Amares e Ponte de Lima) que totalizavam 61 % da área;
- Nas culturas ao ar livre são os concelhos de Guimarães, V. Nova de Gaia, Maia, Amares, Viana do Castelo e V. N. de Famalicão com 57 % da área total. Já nas culturas em estufa o destaque vai para Viana, Barcelos, Famalicão, Maia, Braga, Vila do Conde e Ponte de Lima que em conjunto totalizam 51 % da área.
- A Zona Intermédia é maioritária em todas as culturas, ao ar livre e em estufas, seguida do Litoral.

Quadro 4. Flores e Plantas Ornamentais, por NutsIII e por Concelhos e por Zonas agro-ecológicas em 1999

Unidade Geográfica	Ao ar livre em cultura principal						Em estufa em cultura principal						Área Total em 1999
	1999			Zonas Agro-ecológicas (área em %)			1999			Zonas Agro-ecológica (área em %)			
	Nº exp	Área	%	Lit	Idia	Int	Nº exp	Área	%	Lit	Idia	Int	
Entre Douro e Minho	366	106,85	100,00	32,15	57,15	10,71	489	111,39	100,00	38,91	47,39	13,70	218,24
Minho-Lima	79	20,75	19,42				98	33,99	30,51				54,74
Arcos de Valdevez	9	4,19	3,92			3,92	5	0,91	0,82			0,82	5,1
Caminha	4	1,23	1,15	1,15			8	3,51	3,15	3,15			4,74
Melgaço	1	0,2	0,19			0,19	0	0	0,00			0,00	0,2
Monção	5	1,86	1,74		1,74		3	0,46	0,41		0,41		2,32
Paredes de Coura	6	4	3,74			3,74	7	1,84	1,65			1,65	5,84
Ponte da Barca	0	0	0,00			0,00	4	1,05	0,94			0,94	1,05
Ponte de Lima	10	2,57	2,41		2,41		16	4,43	3,98		3,98		7
Valença	2	0,53	0,50		0,50		11	3,71	3,33		3,33		4,24
Viana do Castelo	40	6,07	5,68	5,68			39	16,38	14,71	14,71			22,45
Vila Nova de Cerveira	2	0,1	0,09		0,09		5	1,7	1,53		1,53		1,8
Cávado	76	14,91	13,95				100	18,88	16,95				33,79
Amares	22	6,82	6,38		6,38		5	0,87	0,78		0,78		7,69
Barcelos	26	4,56	4,27		4,27		49	8,46	7,59		7,59		13,02
Braga	23	2,65	2,48		2,48		19	4,96	4,45		4,45		7,61
Esposende	1	0,5	0,47	0,47			5	0,38	0,34	0,34			0,88
Terras de Bouro	0	0	0,00			0,00	0	0	0,00			0,00	0
Vila Verde	4	0,38	0,36		0,36		22	4,21	3,78		3,78		4,59
Ave	67	32,49	30,41				81	18,49	16,60				50,98
Fafe	3	1,05	0,98			0,98	13	2,98	2,68			2,68	4,03
Guimarães	47	22,53	21,09		21,09		22	2,57	2,31		2,31		25,1
Póvoa de Lanhoso	2	1,02	0,95			0,95	4	1,22	1,10			1,10	2,24
Santo Tirso	3	0,42	0,39		0,39		5	0,66	0,59		0,59		1,08
Trofa	3	1,75	1,64	1,64			9	2,64	2,37	2,37			4,39
Vieira do Minho	1	0,01	0,01			0,01	2	0,24	0,22			0,22	0,24
Vila Nova de Famalicão	7	5,7	5,33		5,33		25	8,15	7,32		7,32		13,85
Vizela	1	0,02	0,02		0,02		1	0,03	0,03		0,03		0,05
Grande Porto	85	30,1	28,17				105	20,24	18,17				50,34
Espinho	3	0,06	0,06	0,06			0	0	0,00	0,00			0,06
Gondomar	11	3,62	3,39		3,39		14	0,92	0,83		0,83		4,54
Maia	17	6,91	6,47	6,47			13	5,29	4,75	4,75			12,2
Matosinhos	1	0,5	0,47	0,47			3	2,28	2,05	2,05			2,78
Porto	0	0	0,00	0,00			0	0	0,00	0,00			0
Póvoa de Varzim	4	0,49	0,46	0,46			18	2,02	1,81	1,81			2,51
Valongo	6	1,98	1,85		1,85		4	1,15	1,03		1,03		3,13
Vila do Conde	5	3,19	2,99	2,99			25	4,89	4,39	4,39			8,08
Vila Nova de Gaia	38	13,35	12,49	12,49			28	3,69	3,31	3,31			17,04
Tâmega	46	7,59	7,10				76	15,67	14,07				23,26
Amarante	2	0,36	0,34			0,34	11	3,56	3,20			3,20	3,92
Baião	1	0,05	0,05			0,05	2	0,15	0,13			0,13	0,2
Cabeceiras de Basto	0	0	0,00			0,00	0	0	0,00			0,00	0
Castelo de Paiva	0	0	0,00			0,00	1	0,08	0,07			0,07	0,08
Celorico de Basto	2	0,15	0,14			0,14	3	0,46	0,41			0,41	0,61
Cinfães	1	0,08	0,07			0,07	0	0	0,00			0,00	0,08
Felgueiras	3	1,04	0,97		0,97		11	3,1	2,78		2,78		4,14
Lousada	6	1,67	1,56		1,56		9	1,32	1,19		1,19		2,99
Marco de Canaveses	7	0,32	0,30			0,30	10	2,69	2,41			2,41	3,01
Mondim de Basto	0	0	0,00			0,00	0	0	0,00			0,00	0
Paços de Ferreira	11	0,63	0,59		0,59		3	1,09	0,98		0,98		1,72

Paredes	6	1,71	1,60		1,60		10	1,48	1,33		1,33		3,19
Penafiel	7	1,58	1,48		1,48		16	1,74	1,56		1,56		3,32
Resende	0	0	0,00			0,00	0	0	0,00			0,00	0
Ribeira de Pena	0	0	0,00			0,00	0	0	0,00			0,00	0
Entre Douro e Vouga	13	1,01	0,95				29	4,12	3,70				5,13
Arouca	1	0,01	0,01			0,01	1	0,08	0,07			0,07	0,09
Oliveira de Azeméis	8	0,61	0,57		0,57		16	0,61	0,55		0,55		1,22
Santa Maria da Feira	2	0,3	0,28	0,28			4	2,26	2,03	2,03			2,56
São João da Madeira	0	0	0,00		0,00		0	0	0,00		0,00		0
Vale de Cambra	2	0,09	0,08		0,08		8	1,17	1,05		1,05		1,26

1.3. Estrutura das Explorações

Com base no Inquérito à Floricultura realizado pelo INE em 2002 (IF2002), a estrutura das explorações do EDM era a que consta nos Quadros 5. e 6..

Da leitura dos quadros concluímos que 62 % das explorações detinham áreas inferiores a 0,25 há. Já em termos de área as explorações com menos de 0,25 ha correspondiam a 13 % da área, o que significa que estamos perante explorações de dimensão média muito baixa (870 m2/cada).

Por outro lado, confrontando o IF2002 com o RGA 99 verifica-se que a área base ao “ar livre” teve uma diminuição que foi compensada pelo aumento registado na área de “estufas”. Registe-se que estamos perante os resultados de um inquérito que foi dirigido a todo o universo de floricultores recenseado em 1999.

Quadro 5. Explorações e área base com floricultura, por classes de área de floricultura

Unidades: Exp. - nº; Área - ha

Unidade Geográfica:		Total	Classes de área base de floricultura (ha)					
			< 0,025	0,025 a < 0,1	0,1 a < 0,25	0,25 a < 1	1 a < 5	>= 5
EDM	Exp	502	63	128	119	158	29	5
	Área	214	1	7	19	72	54	61
Continente	Exp	1 217	140	288	311	345	103	30
	Área	893	2	17	52	159	197	466

Fonte: INE - IF 2002

Quadro 6. Explorações e área base com floricultura, por modo de instalação

Unidades: Exp. - nº; Área ha

Unidade Geográfica		Total		Modo de Instalação					
				Ar Livre		Estufa		Abrigo de sombra	
		Exp	Área	Exp	Área	Exp	Área	Exp	Área
EDM		502	214	267	113	378	101	9	1
Continente		1 217	893	641	424	911	405	79	63

Quadro 7. Explorações e área base com floricultura, por tipos de floricultura

Unidades: Exp. - nº; Área - ha

Unidade Geográfica:		Tipos de floricultura			
		Total	Flores de corte	Folhagens de corte e Complementos de flor	Plantas ornamentais
EDM	Expl.	502	454	184	57
	Área	214	106	21	87
Continente	Exp.	1 217	1 005	407	240
	Área	893	381	160	352

1.4. Produção e Produtividades

Os Quadros 8 a 11 dão-nos a produção de flores e plantas ornamentais em 2002. A Região contribui, em relação a Portugal, com 20,3 % em flores de corte, com 5,5 % em folhagens e complementos de flor e de apenas 2,2 % de plantas ornamentais.

As espécies mais produzidas são as seguintes:

- Em Flores de Corte – Cravo, Rosa, Gerbera, Liliu e Crisântemo, que totalizam 88 % da produção regional;
- Em Folhagens de Corte e Complementos de Flor – Espargo, Gipsófila, Limónio, Ruscus e Eucalipto, que somam 46,2 %;
- Em Plantas Ornamentais – Pelargónio, Rosa e Outras, que totalizam 90 % da produção regional.

A produtividade registada foi a seguinte: 456 369 flores/ha, 151300 folhagens/ha e 20 000 plantas ornamentais/exploração.

Quadro 8. Produção de Flores e Plantas Ornamentais em 2002

Unidades: Exp. - nº; Área - ha; Produção - 10³ hastes

Unidade Geográfica		Flores de Corte	Folhagens de corte e Complementos de flor	Plantas Ornamentais
EDM	Exp.	454	184	57
	Área	111	20	-
	Produção	50 657	3 026	1 135
Continente	Exp.	1 005	407	240
	Área	379	152	-
	Produção	244 683	55 222	44 321
Portugal	Exp.	1 189		
	Área	484		
	Produção	249 762		

Quadro 9. Flores de corte por espécie, em 2002

Unidades: Expl. - nº; Área - ha; Produção - 1000 hastes

Unidade Geográfica		Cravo/ cravina	Gerbera	Rosa	Gladiolo	Lilium	Crisân- temo	Alstro- meria	Túlipa	Freesia	Estre- lícia
Portugal	Expl.	508	284	480	317	420	469	170	131	135	124
	Área	81	41	70	44	56	31	6	4	2	18
	Produção	100.296	44.279	44.197	16.952	16.056	9.598	2.743	2.143	1.668	1.548
Continente	Expl.	487	265	453	309	407	456	163	128	118	54
	Área	80	40	69	...	56	31	6	4	2	8
	Produção	99.666	43.913	43.745	...	15.957	9.469	2.725	2.131	1.626	1.005
Entre Douro e Minho	Expl.	204	144	237	138	220	220	92	71	50	18
	Área	22	8	24	8	23	11	4	2	1	1
	Produção	18.399	4.731	12.157	1.602	5.174	4.449	1.764	653	233	259

Unidade Geográfica		Eustoma	Iris	Narciso	Ornitho- galum	Protea	Antúrio	Hortên- sia	Outras espécies	Total de flores de corte
Portugal	Expl.	105	150	49	33	44	57	11	x	1.189
	Área	4	4	1	2	47	6	43	23	484
	Produção	1.468	1.241	1.214	1.065	818	758	696	3.023	249.762
Continente	Expl.	103	142	46	17	8	6	5	x	1.005
	Área	4	4	1	1	11	o	o	20	379
	Produção	1.451	1.236	1.211	496	93	142	33	2.877	244.683
Entre Douro e Minho	Expl.	57	72	8	3	-	-	1	x	454
	Área	1	2	...	o	-	-	...	4	111
	Produção	253	274	...	3	-	-	...	684	50.657

Quadro 10. Folhagens de corte e complementos de flor por espécie, em 2002

Unidades: Expl. - nº; Área - ha; Produção - 1000 hastes

Unidade Geográfica		Feto	Espargo	Ruscus	Gipsófila	Limónio	Leucadendron
Portugal	Expl.	152,0	139,0	86,0	133,0	162,0	10,0
	Área	30,3	26,1	6,2	12,6	7,9	20,7
	Produção	22637,3	18218,8	3930,1	3667,1	2484,1	1449,6
Continente	Expl.	140,0	133,0	79,0	121,0	158,0	8,0
	Área	30,0	26,0	...	...	...	...
	Produção	22503,2	18212,4	...	...	...	...
Entre Douro e Minho	Expl.	64,0	55,0	15,0	42,0	85,0	4,0
	Área	...	1,7	0,0	0,9	2,0	0,0
	Produção	...	357,9	44,2	215,8	740,0	4,4
Unidade Geográfica		Pittosporum	Photinia	Origanum	Eucalipto	Outras espécies	Total de folhagens de corte
Portugal	Expl.	2	5	1	26	x	440
	Área	...	3,137	...	14,8	22,7	155,5
	Produção	...	608,3	...	491,1	539,6	55526,2
Continente	Expl.	1	5	1	26	x	407
	Área	...	3,137	...	14,8	20,0	152,0
	Produção	...	608,3	...	491,084	508,566	55222,26
Entre Douro e Minho	Expl.	-	4	1	11	x	184
	Área	-	...	...	2,1	6,8426	19,9108
	Produção	-	...	...	34,3	217,3	3025,6

Quadro 11. Plantas ornamentais por espécie, em 2002

Unidades: Expl. - nº; Produção - 1000 plantas

Unidade Geográfica		Plátano	Pelargónio	Fúchsia	Crisântemo	Cravo / cravina	Petúnia
Portugal	Expl.	24,0	82,0	15,0	15,0	11,0	76,0
	Produção	11.705,2	8.640,0	6.643,4	6.124,2	1.318,9	1.138,8
Continente	Expl.	20,0	78,0	13,0	15,0	11,0	73,0
	Produção	11.703,6	4.124,0	...	6.124,2	1.318,9	1.128,0
Entre-Douro e Minho	Expl.	7,0	11,0	-	3,0	1,0	13,0
	Produção	0,6	53,1	-	6,9	...	81,5
Unidade Geográfica		Impatiens	Pinus	Rosa	Euphorbia	Outras espécies	Total de plantas ornamentais
Portugal	Expl.	25,0	27,0	32,0	37,0	x	274,0
	Produção	849,6	608,4	532,7	503,9	12.768,3	50.833,2
Continente	Expl.	24,0	23,0	31,0	30,0	x	240,0
	Produção	...	...	...	...	11.809,0	44.320,6
Entre-Douro e Minho	Expl.	4,0	9,0	9,0	1,0	x	57,0
	Produção	9,2	4,3	19,4	...	951,0	1.135,5

Para além da colheita, muitas explorações realizam um conjunto de tarefas de pós-colheita tais como: calibragem, formação de molhos, tratamentos, acondicionamento, arrefecimento rápido e armazenamento.

1.4. Escoamento

Segundo o IF 2002 as formas de escoamento na região eram as que constam do Q.9. Regista-se que as principais formas são: “directamente ao consumidor”, a “floristas”, a “grossistas” e para o “mercado externo”. Neste último o escoamento tem os seguintes pesos: flores de corte – 16,5 % e folhagens – 16,6 %.

Quadro 9. Explorações e produção segundo as formas de escoamento

Produtos:		Produção colhida	Produção Comercializada	Formas de escoamento								
				Colecti-vidades	Directa-mente consumidor	Empresas Espaços verdes	Floristas	Garden centers	Super-fícies	Gros-sistas	Mercad o Externo	Outros Interme-diários
Flores de corte	Exp.	454	454	8	367	2	207	5	4	80	25	14
	Produção	50 657	45 793	...	9 664	...	11 157	287	1 685	13 836	8 404	519
Folhagens de corte	Exp.	177	177	2	131	1	85	3	3	37	8	5
	Produção	3 026	2 611	...	839	...	916	47	10	275	504	18
Plantas ornamentais	Exp.	57	57	15	41	16	9	7	-	13	2	14
	Produção	1 135	1 135	202	231	142	...	72	-	322	...	139

1.6. Consumo

Com base nas fontes que estão disponíveis do INE apenas é possível determinar os consumos que abaixo se mencionam de algumas flores de corte (as mais importantes da região):

Flores de Corte – Cravo, Crisântemo e Rosa

Grau de Aprovisionamento (2002)

- Em cravos foi de 109 %, Portugal é um país exportador;
- Em crisântemos foi de 50 %, Portugal é um país importador;
- Em rosas foi de 74 %, Portugal é um país importador;

Consumo da Região

A região com os seus cerca de 3,3 milhões de habitantes consome o equivalente a 31,15 % do consumo nacional quando apenas produz 64 % de Cravos e 66 % de Rosas do que consome.

Quadro 14. Estimativa do Consumo Regional

	População Residente	Consumo Cravos (1000)	Consumo Crsântemos (1000)	Consumo Rosas (1000)
EDM	31,15 %	28 661	5 992	18 542
Portugal	100 %	92 012	19 237	59 526

Fonte: INE e GPPAA – Anuário Vegetal de 2004.

1.7. Preços dos Produtos e dos Meios

A evolução dos índices de preços de algumas flores de corte no produtor e dos meios de produção, tomando-se por base os preços em 1995, foram os seguintes:

Quadro 8. Índices de Preços de Flores de Corte		Base: 100 - 1995		
	Tipos	2002	2003	2004
Produtos	Rosas	140,66	114,8	117,4
	Cravos	110,6	103,4	103,2
	Gerebera	120,24	81,9	87,6
	Gadíolos	119,99	126,3	129,2
	Espargos	80,23	77,4	78,1
Meios de Produção	Sementes e plantas	93,69	117,7	116
	Energia e lubrificantes	96,91	102,9	115,5
	Adubos e correctivos	117,17	115,3	125
	Material e pequenos utensílios	99,68	95,7	94,7
	Máquinas e outros equipamentos	121,8	125,7	128,7

Fonte: INE

A evolução dos preços das flores de corte dos dois principais produtos regionais desde 1995 tem sido crescente. De 2002 a 2004 a tendência foi ligeiramente decrescente. Já quanto aos meios de produção utilizados pela floricultura a evolução foi negativa em todos os meios utilizados, com excepção de “material e pequenos utensílios”, com crescimentos superiores aos dos preços dos produtos.

Em relação às “Folhagens de corte” e “Plantas Ornamentais” não estão disponíveis indicadores de evolução.

2. ANÁLISE DO POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO

<p>Pontos Fracos</p> <ul style="list-style-type: none"> A dimensão de muitas explorações é um obstáculo ao recurso a financiamento para investimento face aos critérios de enquadramento e de apoio seguidos; Dificuldades na gestão dos excedentes de produção em alguns, pela falta de organização na comercialização;; A homologação de produtos fitossanitários para as culturas hortícolas da Região não se tem mostrado expedita, assim como a catalogação das variedades, criando alguns bloqueios. 	<p>Pontos Fortes</p> <ul style="list-style-type: none"> Condições edafo-climáticas favoráveis que permitem exercer a actividade de forma competitiva, seja ao ar livre ou em estufa; Existência de conhecimento das técnicas de produção, bem como à existência de mão-de-obra qualificada e jovem; A internacionalização do sector iniciado nos últimos anos é um grande estímulo para que a região possa aumentar a sua área de produção; Assinala-se a presença, já significativa, de empresas de comercialização espanholas que vêm comprar na zona de produção para colocação directa no mercado espanhol e até no mercado francês.
<p>Ameaças</p> <ul style="list-style-type: none"> O aumento das áreas de estufa tem conduzido a uma degradação da paisagem litoral, criando impactos negativos no turismo da Região; O aumento da intensidade da produção agrícola levou à criação e posterior alargamento de uma Zona Vulnerável, onde o teor de nitratos nas águas subterrâneas excede largamente os valores limite admitidos pela OMS. 	<p>Oportunidades</p> <ul style="list-style-type: none"> Existência de um mercado potencial de cerca de 7 milhões de consumidores, situado entre a Galiza e Aveiro, uma vez que existem boas e diversificadas vias de comunicação; A existência de áreas disponíveis na região para aumentar significativamente a produção dado que o mercado regional e o mercado potencial mencionado são deficitários em produção flores e de plantas ornamentais.

3. PROPOSTAS ESTRATÉGICAS

Tendo-se presentes os pontos fracos identificados e as ameaças, importa definir uma estratégia que aposte decididamente na qualidade em todos os segmentos da fileira e na sua melhor integração vertical e horizontal. Nesse sentido propõe-se o seguinte:

- a) Aumentar significativamente a área de produção de produtos florícolas e de plantas ornamentais, particularmente daqueles em que o país e a região são deficitários;
- b) A curto prazo importa resolver os problemas ambientais relacionados com o solo e a água que a fileira apresenta e apoiar devidamente os investimentos necessários, designadamente os já identificados na zona vulnerável;
- c) Dever-se-á a curto prazo promover projectos de ordenamento paisagístico em torno da área de produção intensiva nas zonas de maior produção contrariando-se ou minimizando-se os impactos negativos das estufas;
- d) Fortalecer e criar estruturas de concentração, acondicionamento e comercialização;
- e) Apoiar a secagem, preferencialmente em secadores solares,
- f) Fortalecer a internacionalização do sector dadas as condições naturais de competitividade que a região dispõe relativamente às dos países mais consumidores da União Europeia;
- g) A formação profissional deve desenvolver-se em cursos de curta duração e ser reorientada para novos objectivos, tais como: conservação, transformação e rastreabilidade dos produtos; conteúdos de Internet e estabelecimento de apoios e serviços de avisos; utilização de programas informáticos de fertilização, rega e controlo ambiental; ambiente, gestão de resíduos e aplicação de fitofármacos; e, higiene, segurança e saúde no trabalho agrícola;
- h) Dever-se-á também apoiar iniciativas de troca de experiências entre agricultores jovens de diferentes países produtores;
- i) A transferência de conhecimentos técnico-científicos deve ser também devidamente apoiada, em particular aquela que tenha em vista introduzir melhorias na produção, qualidade nos produtos e nos processos em estreita parceria com todos os agentes da fileira.

4. OBJECTIVOS OPERACIONAIS, ACÇÕES, METAS, INVESTIMENTO E ENQUADRAMENTO

Nas Fichas OP e AMI que a seguir se apresentam estão estabelecidos os Objectivos Operacionais e as Acções, Metas, Enquadramento e Investimento que se propõem como necessários para realizar as propostas estratégicas e os Objectivos Específicos de curto/médio prazo da Estratégia de Desenvolvimento preconizada para a Região.

EIXO 1 - Competitividade

1.1 - Fileiras

Ficha: OP

MATRIZ DE OBJECTIVOS OPERACIONAIS

FILEIRA Nº.17 - FLORICULTURA E PLANTAS ORNAMENTAIS

DOMÍNIOS:	TECNOLÓGICO ESPECÍFICO	FORMAÇÃO	AMBIENTE	TICs	REGIMES DE QUALIDADE	COOPERAÇÃO	INOVAÇÃO	ENQUADRAMENTO
SEGMENTOS:								
EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA	1.Melhorar infra-estruturas internas							M10
	2.Modernizar as explorações							M6
	3.Instalar novas explorações							M6
		4.Preparar produtores						M1
		5.Preparar técnicos						M1
		6.Promover intercâmbio internacional de profisiionais						M1
			7.Reduzir os impactos visuais negativos das estufas na zona litoral e nas zonas periurbanas					M6
			8.Minimizar os impactos negativos sobre os lençóis freaticos na zona vulnerável					M6
			9. Apoiar sistemas de aquecimento alternativos					
				10.Modernizar as explorações com novos sistemas de controlo				M6
				11.Criar plataforma informática para informação e intercâmbio				M6
						12.Criar serviço de gestão e aconselhamento		M5
							13.Estudar novas tecnologias de produção, novas culturas e pós-colheita	M9
RECOLHA OU CONCENTRAÇÃO	1.Racionalizar a concentração de produtos florícolas							M8
		2.Preparar gestores, operadores e controladores						M1
TRANSFORMAÇÃO	1. Valorizar a produção							M8
		2.Preparar gestores, operadores e controladores						M1
DISTRIBUIÇÃO	1.Racionalizar distribuição e reorganizar a logística							M8
		2.Preparar gestores, operadores e controladores						M1

EIXO 1 – Competitividade

1.1 - Fileiras

Ficha: AMI

ACÇÕES, METAS, ENQUADRAMENTO E INVESTIMENTO**FILEIRA Nº.17 - FLORICULTURA E ORNAMENTAIS**

	OBJECTIVOS OPERACIONAIS	ACÇÕES A DESENVOLVER	METAS	ENQUADRAMENTO	INVESTIMENTO
Exploração Agrícola	1.Melhorar infra-estruturas internas	Caminhos agrícolas	2,5 km	M10	250.000
		Electrificações	100 exp		1.000.000
		Redes de rega e drenagem	50 ha		250.000
	2.Modernizar as explorações	Aquisição de plantas e equipamentos	ao ar livre: 50 exp; 25 ha	M6	1.250.000
			em estufa: 25 exp; 10 ha		1.250.000
	3.Instalar novas explorações	Instalação e equipamento	ao ar livre: 50 exp; 25 ha	M6	5.000.000
			em estufa: 80 exp; 30 ha		20.000.000
	4.Preparar produtores	Cursos para floricultores	525 formandos; 4900h	M1	539.000
	5.Preparar técnicos	Cursos para técnicos	105 formandos; 630 h		69.300
	6.Promover intercâmbio internacional de profissionais	Visitas de estudo para técnicos e floricultores	10 visitas		500.000
	7.Reduzir os impactos visuais negativos das estufas na zona litoral e nas zonas periurbanas	Apoio a acções integradas de ordenamento paisagístico	2 acções	M6	1.000.000
	8.Minimizar os impactos negativos sobre os lençóis freáticos na zona vulnerável	Apoio a acção integrada de redução de impactos e regularização	1 acção	M6	1.000.000
	9. Apoiar sistemas de aquecimento alternativos	Instalação de sistemas de aquecimento alternativos aos combustíveis fósseis	em estufa: 50 exp; 25 ha	M6	500.000
	10.Modernizar as explorações com novos sistemas de controlo	Aquisição de sistemas informatizados de rega, fertilização e controlo ambiental	ao ar livre: 50 exp; 25 ha	M6	250.000
			em estufa: 25 exp; 10 ha		100.000
	11.Criar plataforma informática para informação e intercâmbio	Criação de sítio especializado na internet	1 plataforma	M6	25.000
	12.Criar serviço de gestão e aconselhamento	Criação de um serviço especializado	2 técnicos + 1 administrativo + equipam.	M5	300.000
	13.Estudar novas tecnologias de produção, novas culturas e pós-colheita	Implantação de campos de experimentação e divulgação	5 Projectos	M9	500.000
		Estudos de pós-colheita	5 Projectos	M9	500.000
Recolha ou concentração	1.Racionalizar a concentração de produtos florícolas	Instalação/ reconversão de centrais com capacidade de frio	2 unidades	M8	5.000.000
	2.Preparar gestores, operadores e controladores	Cursos para gestores, operadores e controladores	135 formandos; 315 h	M1	34.650
Transformação	1. Valorizar a produção	Criação de unidades de secagem de flores e plantas	1 unidade	M8	200.000
	2.Preparar gestores, operadores e controladores	Cursos de operadores, gestores e controladores	135 formandos; 315 h	M1	34.650
Distribuição	1.Racionalizar distribuição e reorganizar a logística	Aquisição de viaturas equipadas com frio	5 viaturas	M8	1.000.000
	2.Preparar gestores, operadores e controladores	Cursos de operadores, gestores e controladores		M1	34.650
Total					40.587.250

5. INVESTIMENTO POR DOMÍNIOS OPERACIONAIS

<i>Dominios: Segmentos:</i>	<i>Tecnológico</i>	<i>Formação</i>	<i>Ambiente</i>	<i>TICs</i>	<i>Regimes Qualidade</i>	<i>Cooperação</i>	<i>Inovação</i>	Total
Exploração Agrícola	29.000.000	1.108.300	2.500.000	375.000	0	300.000	1.000.000	34.283.300
Recolha/Concentração	5.000.000	34.650	0	0	0	0	0	5.034.650
Transformação	200.000	34.650	0	0	0	0	0	234.650
Distribuição	1.000.000	34.650	0	0	0	0	0	1.034.650
Total	35.200.000	1.212.250	2.500.000	375.000	0	300.000	1.000.000	40.587.250

6. INVESTIMENTO POR MEDIDAS

<i>Medidas:</i>	<i>Investimento</i>
M1 Formação e Informação	1.212.250
M5 Criação de Serviços de Gestão, Substituição e Aconselhamento	300.000
M6 Modernização das Explorações Agrícolas	30.375.000
M8 Aumento do Valor dos Produtos Agrícolas e Florestais	6.200.000
M9 Cooperação para a elaboração de novos produtos, processos e tecnologias	1.000.000
M10 Infra-estruturas	1.500.000
M13 Apoio Agricultores Regimes de Qualidade	0
M14 Apoio Agrupamentos Regimes de Qualidade	0
Total	40.587.250

7. MEDIDAS DE POLÍTICA E RECOMENDAÇÕES

- a) Recomenda-se que seja montada uma rede de recolha de resíduos químicos e outros resíduos sólidos;
- b) A compostagem de alguns excedentes de produção deverá ser recomendada a todos os produtores nas acções de formação.

B.3. Quadros Sínteses do Investimento imputado directamente às Fileiras

Quadro Síntese 1 - INVESTIMENTO POR DOMÍNIOS OPERACIONAIS

		Domínios Operacionais							
Domínios:	Tecnológico Específico	Formação	Ambiente	TICs	Regimes de Qualidade	Cooperação	Inovação	Total	%
Fileiras:									
F1- Leite de Vaca e Lactícínios	77.922.000	2.852.100	20.007.500	600.000	190.000	625.000	2.335.000	104.531.600	22,4
F2- Carne de Bovino e P.Cárneos	13.450.000	1.128.600	4.000.000	75.000	150.000	1.250.000	1.300.000	21.353.600	4,6
F3- Suínos e Transformados	20.400.000	158.400	1.000.000	20.500	250.000	1.250.000	600.000	23.678.900	5,1
F4- Aves e Ovos	4.500.000	55.000	750.000	0	150.000	300.000	100.000	5.855.000	1,3
F5- Cunicultura	2.375.000	55.000	750.000	0	150.000	300.000	100.000	3.730.000	0,8
F6- Equídeos	511.000	1.011.000	0	20.500	0	0	700.000	2.242.500	0,5
F7- Ovinos e Caprinos e Lactícínios	5.260.000	267.000	150.000	0	0	310.000	1.500.000	7.487.000	1,6
F8- Apicultura	1.425.000	990.000	0	20.500	0	0	200.000	2.635.500	0,6
F9- Frutos Frescos	26.027.500	623.700	630.000	1.000.000	860.000	1.500.000	1.285.000	31.926.200	6,8
F10- Frutos Secos	5.037.500	196.680	270.000	80.000	460.000	500.000	1.720.000	8.264.180	1,8
F11- Vitivinicultura	105.212.500	3.173.500	3.250.000	5.000.000	1.060.000	2.500.000	2.425.000	122.621.000	26,3
F12- Olivicultura	6.450.000	281.820	585.000	20.000	760.000	200.000	600.000	8.896.820	1,9
F13- Cereais para Grão	8.340.000	273.600	0	0	245.000	1.600.000	150.000	10.608.600	2,3
F14- Linho Têxtil	50.000	56.200	0	0	0	200.000	128.000	434.200	0,1
F15- Leguminosas para Grão	2.450.000	128.700	0	0	122.500	0	150.000	2.851.200	0,6
F16- Horticultura e Batata	57.000.000	1.897.550	5.000.000	1.775.000	1.250.000	300.000	2.000.000	69.222.550	14,8
F17- Floricultura e Ornamentais	35.200.000	1.212.250	2.500.000	375.000	0	300.000	1.000.000	40.587.250	8,7
Total	371.610.500	14.361.100	38.892.500	8.986.500	5.647.500	11.135.000	16.293.000	466.926.100	100,0
%	79,6	3,1	8,3	1,9	1,2	2,4	3,5	100,0	

Quadro Síntese 2 - INVESTIMENTO DAS FILEIRAS POR SEGMENTOS

Fileiras:	Segmentos:	Exploração Agrícola	Recolha ou Concentração	Transformação	Distribuição	Total	%
F1- Leite de Vaca e Lactícínios		69.649.000	6.723.600	26.262.800	1.896.200	104.531.600	22,4
F2- Carne de Bovino e P.Cárneos		10.715.000	3.000.000	6.938.600	700.000	21.353.600	4,6
F3- Suínos e Transformados		6.282.000	300.000	16.876.400	220.500	23.678.900	5,1
F4- Aves e Ovos		2.105.000	0	1.250.000	2.500.000	5.855.000	1,3
F5- Cunicultura		1.480.000	0	1.250.000	1.000.000	3.730.000	0,8
F6- Equídeos		2.222.000	0	0	20.500	2.242.500	0,5
F7- Ovinos e Caprinos e Lactícínios		6.801.000	350.000	336.000	0	7.487.000	1,6
F8- Apicultura		1.790.000	0	825.000	20.500	2.635.500	0,6
F9- Frutos Frescos		20.351.200	4.739.600	5.029.000	1.806.400	31.926.200	6,8
F10- Frutos Secos		5.447.980	1.169.800	1.093.200	553.200	8.264.180	1,8
F11- Vitivinicultura		73.906.500	1.575.000	39.073.200	8.066.300	122.621.000	26,3
F12- Olivicultura		4.724.220	633.000	3.139.600	400.000	8.896.820	1,9
F13- Cereais para Grão		9.698.800	256.600	553.200	100.000	10.608.600	2,3
F14- Linho Têxtil		284.200	0	150.000	0	434.200	0,1
F15- Leguminosas para Grão		2.751.200	0	50.000	50.000	2.851.200	0,6
F16- Horticultura e Batata		56.618.600	8.534.650	3.034.650	1.034.650	69.222.550	14,8
F17- Floricultura e Ornamentais		34.283.300	5.034.650	234.650	1.034.650	40.587.250	8,7
Total		309.110.000	32.316.900	106.096.300	19.402.900	466.926.100	100,0
%		66,2	6,9	22,7	4,2	100,0	

Quadro Síntese 3 - INVESTIMENTO DAS FILEIRAS POR MEDIDAS

Fileiras:	Medidas:	M1	M5	M6	M8	M9	M10	M13	M14	Total
F1- Leite de Vaca e Lacticínios		2.852.100	500.000	62.347.500	33.182.000	2.335.000	3.000.000	90.000	225.000	104.531.600
F2- Carne de Bovino e P.Cárneos		1.128.600	1.250.000	4.325.000	9.200.000	1.300.000	4.000.000	150.000	0	21.353.600
F3- Suínos e Transformados		158.400	1.250.000	4.750.000	16.670.500	600.000	0	150.000	100.000	23.678.900
F4- Aves e Ovos		55.000	300.000	1.500.000	3.750.000	100.000	0	150.000	0	5.855.000
F5- Cunicultura		55.000	300.000	875.000	2.250.000	100.000	0	150.000	0	3.730.000
F6- Equídeos		1.011.000	0	511.000	20.500	700.000	0	0	0	2.242.500
F7- Ovinos e Caprinos e Lacticínios		267.000	310.000	4.360.000	650.000	1.500.000	400.000	0	0	7.487.000
F8- Apicultura		990.000	0	1.425.000	20.500	200.000	0	0	0	2.635.500
F9- Frutos Frescos		623.700	900.000	16.235.000	10.750.000	1.285.000	1.272.500	600.000	260.000	31.926.200
F10- Frutos Secos		196.680	500.000	2.500.000	2.250.000	1.720.000	637.500	300.000	160.000	8.264.180
F11- Vitivinicultura		3.173.500	2.500.000	64.162.500	45.250.000	2.125.000	4.350.000	300.000	760.000	122.621.000
F12- Olivicultura		281.820	200.000	2.430.000	4.000.000	600.000	625.000	600.000	160.000	8.896.820
F13- Cereais para Grão		273.600	1.600.000	4.950.000	890.000	150.000	2.500.000	175.000	70.000	10.608.600
F14- Linho Têxtil		56.200	200.000	0	50.000	128.000	0	0	0	434.200
F15- Leguminosas para Grão		128.700	0	1.100.000	100.000	150.000	1.250.000	87.500	35.000	2.851.200
F16- Horticultura e Batata		1.897.550	300.000	47.025.000	12.500.000	2.000.000	4.250.000	750.000	500.000	69.222.550
F17- Floricultura e Ornamentais		1.212.250	300.000	30.375.000	6.200.000	1.000.000	1.500.000	0	0	40.587.250
Total		14.361.100	10.410.000	248.871.000	147.733.500	15.993.000	23.785.000	3.502.500	2.270.000	466.926.100
%		3,1	2,2	53,3	31,6	3,4	5,1	0,8	0,5	100,0

C. MEDIDAS, OBJECTIVOS E ACÇÕES COMUNS ÀS FILEIRAS

C.1. Notas Prévias

O tratamento feito horizontalmente em cada uma das Medidas, sempre que possível e justificável, foi o seguinte:

- 1º. Breve caracterização da evolução na última década e meia e situação;
- 2º. Análise do Potencial de Desenvolvimento (análise swot);
- 3º. Propostas estratégicas;
- 4º. Estabelecimento de Objectivos Operacionais, Acções, Metas, Investimento e Enquadramento, o que se apresenta em conjunto numa só ficha de programação.

C.2. Medidas: Evolução e Propostas Estratégicas

Apresentam-se de seguida as Medidas com Acções Horizontais ou complementares das directamente imputadas às fileiras.

M1 – INFORMAÇÃO E FORMAÇÃO

1. EVOLUÇÃO E SITUAÇÃO

1.0. Síntese

A região de Entre Douro e Minho tem tido uma participação na formação bastante acima da média do país.

1.1. Evolução e Programação

O Quadro seguinte dá-nos a evolução da formação realizada no período de 1994 a 2004, em nº de horas de formação. Consta-se que a formação média total por ano tem vindo a decrescer ligeiramente.

		Realizado				Programado	
		PAMAF		AGRO			
Fileiras		1994-99	Por ano	2000-04	Por ano	2007-13	Por ano
F1	Leite de Vaca e Lacticínios	14.896	2.483	6.967	1.742	18.690	2.670
F2	Bovinos de Carne e Produtos Cárneos	8.774	1.462	6.652	1.663	10.260	1.466
F3	Suínos e Transformados	294	49	462	116	1.440	206
F4	Aves e Ovos	90	15	384	96	500	71
F5	Cunicultura	221	37	0	0	500	71
F6	Equídeos	1.127	188	1.611	403	2.860	409
F7	Ovinos+Caprinos e Lacticínios	7.718	1.286	1.893	473	2.100	300
F8	Apicultura	4.891	815	5.840	1.460	9.000	1.286
F9	Frutos frescos	2.297	383	2.169	542	5.604	801
F10	Frutos Secos	155	26	0	0	1.788	255
F11	Vitivinicultura	23.935	3.989	22.211	5.553	30.740	4.391
F12	Olivicultura	0	0	547	137	2.562	366
F13	Cereais para Grão	98	16	288	72	2.520	360
F14	Linho Têxtil	8.344	1.391	280	70	420	60
F15	Leguminosas para grão	0	0	0	0	1.170	167
F16	Horticultura e batata	10.609	1.768	9.372	2.343	12.705	1.815
F17	Floricultura e Ornamentais	10.351	1.725	3.511	878	6.160	880
Acções específicas das Fileiras		93.800	15.633	62.187	15.547	109.019	15.574
Acções Horizontais		144.168	24.028	83.529	20.882	150.000	21.429
Total		237.968	39.661	145.716	36.429	259.019	37.003

2. ANÁLISE DE SITUAÇÃO DA FORMAÇÃO EM CURSO

<p>PONTOS FRACOS</p> <ul style="list-style-type: none"> Alguna massificação da formação leva por vezes ao recrutamento de formadores pouco qualificados; Reduzida percentagem na formação de técnicos e de formadores; Ausência de coordenação eficaz na aprovação de projectos, dada a presença no território de múltiplas entidades com intervenção na gestão da formação; O ciclo de financiamento dos projectos está totalmente desajustado relativamente à capacidade de auto-financiamento das entidades promotoras. 	<p>PONTOS FORTES</p> <ul style="list-style-type: none"> A formação a nível local tem permitido o desenvolvimento agrícola e social das populações rurais de todo o território, o que não aconteceria se estivesse concentrada; Flexibilidade nos conteúdos, permitindo-se ajustar a formação às necessidades diagnosticadas em cada situação; Formação financiada, o que permite tratar de igual modo toda a população alva; A protecção do ambiente tem sido uma das temáticas em crescimento, contribuindo-se assim para valor acrescentado dos produtos e do equilíbrio territorial; Forte ligação às organizações do sector no diagnóstico das necessidades e na promoção e organização.
<p>AMEAÇAS</p> <ul style="list-style-type: none"> Caso não seja estabelecido um quadro de financiamento ajustado ao ciclo formativo assistir-se-á à redução da formação no médio prazo. 	<p>OPORTUNIDADES</p> <ul style="list-style-type: none"> Existência de financiamento comunitário com prioridade para a formação.

3. PROPOSTAS ESTRATÉGICAS

As linhas e propostas de orientação estratégica são as seguintes:

a) Conforme já se referiu no Quadro 1., a proposta vai no sentido de manter os níveis de formação conseguidos na última década ponderados pela redução entretanto verificada da população alvo;

b) Deverão ser ajustados os conteúdos da formação aos novos desafios que passam por aumentar o valor acrescentado das fileiras e de responder às questões ambientais e de bem-estar animal, pelo que importa dar prioridade às necessidades específicas das fileiras;

c) Deverão ser devidamente requalificados os formadores por exigência e organização da entidade gestora/coordenadora da formação profissional;

d) As necessidades específicas de formação das fileiras foi tratada na sua programação, trata-se aqui de apresentar as necessidades correspondentes às acções horizontais sendo previstas as seguintes:

- Realização de cursos de empresários agrícolas;
- Realização de cursos de operadores de máquinas – comuns;
- Realização de outros cursos de mecanização – comuns;
- Realização de cursos sobre temática ambiental – comuns;
- Realização de cursos de TICs – comuns;
- Realização de cursos para dirigentes;
- Realização de cursos para gestores e quadros de gestão – comuns;
- Realização de cursos de actualização de empresários;
- Realização de cursos de actualização e reciclagem de quadros técnicos e formadores;
- Seminários, workshops, reuniões; feiras nacionais/internacionais;
- Visitas de estudo e bolsas para jovens empresários e gestores.

M2 - JOVENS AGRICULTORES

1. EVOLUÇÃO E SITUAÇÃO

1.0. Síntese

A instalação de jovens agricultores de 1994 a 2004 teve uma evolução positiva mas pouco equilibrada em termos de território.

1.1. Evolução

O Quadro seguinte dá-nos a evolução da instalação de jovens agricultores na Região de Entre Douro e Minho ocorrida no período de 1994 a 2003 com apoio do PAMAF e do AGRO por NUTs III. Da sua leitura verifica-se que a média anual de instalações na região foi de 159,6 e que o maior nº de instalações ocorreu no Grande Porto seguido do Cávado.

Quadro 1. Instalações de jovens no período de 1994 - 2003

Unidade Geográfica	PAMAF (1994-99)	AGRO (2000-03)	Totais de 1994 a 2003	Por ano
Minho-Lima	97	55	152	15,2
Cávado	220	140	360	36,0
Ave	124	96	220	22,0
Grande Porto	300	225	525	52,5
Tâmega	174	118	292	29,2
Entre Douro e Vouga	25	21	46	4,6
Entre Douro e Minho	940	655	1 595	159,6

Fonte: IFADAP

2. ANÁLISE DO POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO

<p>PONTOS FRACOS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dificuldades na transmissão ou cedência da exploração da propriedade fundiária; • Inexistência de serviços básicos de apoio às comunidades rurais em algumas zonas do território, o que dificulta a decisão de instalação de jovens; • Falta de mediadores fundiários vocacionados na instalação de jovens, uma vez que estamos perante uma região de forte minifúndio; • Ausência de sociedades ou de fundos de capital de risco promotores do desenvolvimento agrícola e rural, dada a descapitalização à partida dos jovens; 	<p>PONTOS FORTES</p> <ul style="list-style-type: none"> • Envelhecimento acelerado dos activos agrícolas; • Solos potencialmente disponíveis por força do abandono agrícola; • Existência de muitos jovens com formação específica à procura do primeiro emprego; • Existência de fileiras produtivas com grande potencial de desenvolvimento no curto/médio prazo.
<p>AMEAÇAS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Disputa dos melhores solos agrícolas por outros usos a exigir planos de ordenamento consistentes e que ofereçam um horizonte estável ao investimento pelos jovens. 	<p>OPORTUNIDADES</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aumento dos montantes de apoio aos jovens pelo Feader e abertura à instalação a tempo parcial nas zonas desfavorecidas

3. PROPOSTAS ESTRATÉGICAS

Tendo-se presentes os pontos fracos identificados e as ameaças, importa definir uma estratégia que aposte decididamente no rejuvenescimento do tecido empresarial agrícola e na sua melhor integração no território. Nesse sentido propõe-se o seguinte:

- Aumentar o ritmo de instalações relativamente aos últimos dez anos, o qual tem vindo a sentir um decréscimo no nº. anual de instalações;
- Dar prioridade na instalação a jovens com formação académica específica, superior ou média;
- A preparação profissional de partida deverá ser mais ajustada aos perfis dos candidatos e aos projectos que queiram desenvolver e com a garantia de a qualquer momento poderem obter actualização de informação e conhecimento especializado;

- d) Nesse sentido, os cursos de empresários agrícolas deverão ser reformulados e ajustados aos formandos e aos seus projectos;
- e) A formação deverá propiciar visitas de estudo e de troca de experiência com congéneres europeus;
- f) As regras do financiamento deverão estar mais ajustadas ao ciclo dos projectos e dos mercados;
- g) O aconselhamento por organizações/organismos especializados deverá ser previsto no apoio aos jovens em função dos seus projectos;
- h) A criação de “mediadores fundiários” é um imperativo de curto prazo que urge implementar e legislar;
- i) Deverá ser tida em conta uma correcta articulação desta medida com a da “Reforma Antecipada”.

M3 - REFORMA ANTECIPADA

1. EVOLUÇÃO E SITUAÇÃO

1.0. Síntese

A Cessação de Actividade de 1995 a 2004 teve uma evolução pouco representativa no período não atingindo sequer 1 % do universo potencial elegível.

As principais razões justificativas do insucesso encontram-se nas condições exigidas na actual regulamentação face à estrutura fundiária existente, o que faz com que 64 % das explorações do EDM não tenha área mínima de acesso à medida.

1.1. Evolução

O Quadro 1 dá-nos a evolução da Cessação da Actividade desde 1995 até 2004. Da sua leitura conclui-se que o nº. médio anual de cessações apoiadas foi de 32,2.

Quadro 1. Cessação de Actividade no período de 1995 - 2004

Unidade Geográfica	Medidas de Acompanhamento 1995 - 2000	RURIS 2001 - 2004	Total 1995 - 2004	Média anual
Minho-Lima	18	7	25	2,5
Cavado	54	18	72	7,2
Ave	26	5	31	3,1
Grande Porto	32	24	56	5,6
Tâmega	83	45	128	12,8
Entre Douro e Vouga	4	6	10	1
Entre Douro e Minho	217	105	322	32,2

Fonte: IFADAP

O Quadro 2 dá-nos o peso das Cessações de 2001 a 2004 (RURIS) em relação à população potencial elegível em 1999 de acordo com o RGA 99 e verifica-se que o seu valor no máximo atingiu 2,15 % no Grande Porto e pouco mais de 0,5 % na Região.

Quadro 2. Peso das Cessações de 2001 a 2004 comparativamente a população potencial elegível

Unidade Geográfica	Produtores c/ idades entre 55 e 64 anos RGA 1999	Cessações 2001 - 2004	%
Minho-Lima	4 970	7	0,14
Cavado	3 230	18	0,56
Ave	2 574	5	0,19
Grande Porto	1 118	24	2,15
Tâmega	5 427	45	0,83
Entre Douro e Vouga	1 343	6	0,45
Entre Douro e Minho	18 662	105	0,56

2. ANÁLISE DO POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO

PONTOS FRACOS

- Dificuldades dos cessantes em arranjar cessionários;
- Complexidade do processo de candidatura com grandes exigências formais (prazo para o cessionário manter a exploração e a falta de registo dos prédios rústicos);
- Dificuldade do cessionário atingir as 8 UDEs;
- Divulgação insuficiente da medida;
- 64 % das explorações do EDM não têm a área mínima de acesso à Reforma Antecipada na regulamentação em curso;
- Morosidade da organização e aprovação da candidatura (253 dias em média);
- Inexistência de mediação fundiária que potencie a transferência de explorações.

PONTOS FORTES

- População potencial elegível em crescimento;
- Simplificação das obrigações do cessionário sendo-lhe permitida a florestação dos terrenos agrícolas do cessante;

AMEAÇAS	OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"> • <i>Envelhecimento mais acelerado da gestão empresarial agrícola com efeitos negativos na melhoria da competitividade.</i> 	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Acréscimo dos apoios previstos no Feader (20 %).</i>
<h3>3. PROPOSTAS ESTRATÉGICAS</h3>	
<p>Tendo-se presentes os pontos fracos identificados e as ameaças, importa definir uma estratégia que aposte decididamente no rejuvenescimento do tecido empresarial agrícola e na sua melhor integração no território. Nesse sentido propõe-se o seguinte:</p>	
<ul style="list-style-type: none"> a) Aumentar o nº. de Reformas Antecipadas em 100 % relativamente ao actual quadro de apoio; b) Para se atingir esta meta importa introduzir algumas alterações nas regras de acesso, designadamente a redução da área mínima para o cessante e estabelecer as 6 UDEs como dimensão mínima para o cessionário; c) Tornar menos morosos os processos de candidatura; d) Promover uma maior divulgação da medida; e) Criar a figura do Mediador de Prédios Rurais com funções reconhecidas pelo Estado e que possa ser intermediário entre os cessantes e os cessionários jovens. 	

M4 – SERVIÇOS DE ACONSELHAMENTO

1. EVOLUÇÃO E PROGRAMAÇÃO

Em 2005, primeiro ano de aplicação do Regime do Pagamento Único, a região teve, segundo o INGA, 46 151 beneficiários, o que significa que serão à partida candidatos aos Serviços de Aconselhamento previstos no Regulamento do FEADER.

Por outro lado, está em negociação a reforma da OCM do Vinho e antevê-se que possam existir alguns viticultores da região que venham, por abandono desta actividade, a beneficiar do RPU de acordo com proposta da Comissão da UE em discussão e que aponta nesse sentido e que espera ver aprovada até final de 2006.

Com efeito, estimamos que durante a vigência do Programa venham a existir 50 000 beneficiários da presente medida.

O investimento máximo previsto por beneficiário é de 1500 euros, o que significa um total de **75 000 000** para a Região.

2. RECOMENDAÇÃO

Dado que os beneficiários só têm direito a beneficiar deste pagamento se se apresentarem inseridos em Organizações com Serviços de Aconselhamento, sugerimos que estes serviços venham a ser criados no seio das Organizações de Agricultores existentes na Região.

M8 – MELHORIA DO VALOR DOS PRODUTOS AGRÍCOLAS

3. EVOLUÇÃO E PROGRAMAÇÃO

A localização das principais unidades de transformação agro-alimentar afirmou-se nas últimas décadas nas zonas intermédia e litoral e a grande maioria delas em torno da laboração dos produtos oriundos da grande produção. Verifica-se assim que a Zona Interior tem sido marginalizada pela lógica da iniciativa individual com consequências para a não valorização da pequena produção tradicional muita dela autóctone e com características específicas.

Com efeito, numa lógica de desenvolvimento comunitário e territorial importa melhorar as condições de transformação e distribuição das pequenas produções locais através da implementação de *Centros Tecnológicos de Transformação Agro-Alimentar* (CTAA) polivalentes na Zona Interior da região que permitam melhorar as condições higio-sanitárias, através do uso de processos tecnológicos mais evoluídos e minorar os custos operacionais alternativos, uma vez que os produtos a obter têm nichos de mercado assegurados. Por outro lado, constituem também objectivos dos Centros reduzir os efeitos negativos sobre o ambiente dadas as más práticas de transformação seguidas e há muito rejeitadas.

Em termos de programação propõe-se erguer quatro unidades, uma no Alto Minho Interior, outra no Cavado-Ave Interior, outra em Basto e a quarta no BaixoTâmega-Entre Douro e Vouga Interior.

4. O CTAA - Modelo

As valências dos Centros corresponderão às necessidades locais onde são implantados e poderão reunir designadamente as seguintes a título de exemplo: uma sala de desmancha de carcaças, uma linha de abate de aves, uma sala de embalagem e rotulagem, uma sala de preparação e de secagem de plantas ornamentais, condimentares, medicinais e aromáticas, etc.

Alguns dos produtos que poderão ser obtidos: enchidos, carnes embaladas, conservas de carne, conservas de hortícolas, conservas de frutos, compotas, chás, licores, vinagres aromatizados, pão e doçaria tradicional.

Os equipamentos com utilização polivalente poderão, a título de exemplo, apontar-se os seguintes: máquina de vácuo, mesa de desmancha de carcaças, sala de fumo, fogão e panelas industriais, máquina de embalagem, auto-clave, máquina de rotulagem, máquina de calibragem, sala de secagem de plantas, forno tradicional e amassadeira.

A distribuição poderá ser realizada em comum ou individualmente conforme os mercados a atingir e as dinâmicas dos interessados nos serviços e no uso das marcas do Centro.

Os Centros preparam os produtores para o cumprimento de normas de produção e transformação e garantem a rastreabilidade dos produtos garantindo a sua origem e genuinidade.

M11 – INFRA ESTRUTURAS

1. EVOLUÇÃO E PROGRAMAÇÃO

A evolução das Infra estruturas que se apresenta no quadro seguinte foi sempre condicionada pelas dotações financeiras disponíveis e não pela ausência de projectos e de candidaturas.

O Quadro também põe o programado para o período de 2007-2013 em confronto com o passado, cujas metas se mantêm em níveis muito próximos dos até agora executados se atendermos às periodicidades dos programas anteriores e/ou ao decréscimo da actividade agrícola na última década, com excepção do Emparcelamento.

Acções:	PAMAF	AGRIS	Programado
	1994-99	2000-04	2007-13
1. Regadios Tradicionais/Colectivos – Área beneficiada (ha)	5 278	3 267	4 774
3. Caminhos Agrícolas e Rurais – Extensão (m)	104 224	186 150	228 000
4. Electrificação – N.º. Projectos	457	242	352
5. Emparcelamento – Área envolvida (ha)	8 305	3 269	880

2. PROPOSTAS ESTRATÉGICAS

a) No que respeita aos Regadios importa dar continuidade ao plano definido no período de pré-adesão à CEE, ainda longe de estar realizado, uma vez que as carências de água no período estival ainda são bastante grandes e porque sem ela não há desenvolvimento agrícola e nem fixação das populações ao território;

b) Quanto aos Caminhos deverá continuar-se a proceder à beneficiação e construção, pois deles depende também o desenvolvimento agrícola e o desenvolvimento dos territórios, mas apenas na solução de “caminhos rurais” uma vez que se pretende continuar a intensificar a mecanização agrícola e esta deverá ter caminhos que garantam condições de estabilidade e segurança e também porque os objectivos de desenvolvimento rural dos territórios assim o exige ao pretender atrair aos mesmos, na qualidade de visitantes ou consumidores, outros utilizadores não residentes;

c) A modernização tecnológica que se pretende incentivar impõe que se continue a apoiar a melhoria de abastecimento de energia eléctrica às explorações agrícolas;

d) No que respeita ao emparcelamento preconiza-se que se dê total prioridade a projectos de “emparcelamento de exploração” por razões de eficácia e de economicidade.

3. MEDIDAS LEGISLATIVAS E RECOMENDAÇÕES

Em matéria de emparcelamento e parcelamento propõe-se o seguinte a curto prazo:

- Repensar o fraccionamento se se quiser efectuar o repovoamento de muitos espaços rurais na base de explorações agro-florestais economicamente viáveis e desde já actualizar as chamadas unidades de cultura (registre-se que a última actualização data de 1970);
- Rever a Lei do Emparcelamento vigente no sentido de aprofundar a forma de emparcelamento de exploração e dotá-la de regulamentação específica;
- Dotar o país de um Banco de Terras, instrumento necessário para a promoção de explorações economicamente viáveis, que funcione como mediador entre proprietários/agricultores que estejam dispostos: a cessar a actividade mediante reforma antecipada, a vender ou a arrendar e entre os novos agricultores a instalar ou os já instalados que necessitem de se redimensionar;
- Favorecer as iniciativas agrupadas de gestão de territórios com objectivos de produção previamente definidos, particularmente as que podem ter lugar em processos de reestruturação de culturas permanentes, por exemplo, vinha e floresta, em que o instrumento do emparcelamento possa ser utilizado parcialmente em parte da área, isto é, sem o ser de uma forma integral, mas apenas em relação a alguns dos proprietários que nessa área estejam dispostos voluntariamente a proceder a trocas de terras, desde que o conjunto dos proprietários e/ou exploradores presentes na iniciativa aceitem, com todas as consequências, a modernização das infra-estruturas colectivas e a introdução de práticas de gestão conjunta;

- e) Apoiar linhas de crédito que favoreçam o emparcelamento por compra de propriedades contíguas e também aquelas aquisições que favoreçam o redimensionamento de explorações mesmo que o seja através de áreas não contíguas;
- f) As metodologias seguidas no emparcelamento integral deverão ser revistas no sentido de as tornar mais rápidas e menos onerosas, em que o primeiro passo a rever é o da decisão que deverá desde logo ser mais criterioso e precedido de um contrato prévio estabelecido com cada um dos potenciais beneficiários quanto à aceitação dos resultados finais a conseguir com o projecto. A área média por projecto a reestruturar com base nesta alteração metodológica será porventura mais pequena, mas o êxito está à partida mais garantido.

M11 – RESTABELECIMENTO DO POTENCIAL DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA

1. EVOLUÇÃO E PROGRAMAÇÃO

Infelizmente as intempéries, face à instabilidade climática, têm que ser “previstas” em termos de programação financeira, pois verifica-se que todos os programas têm sido chamados a participar no restabelecimento do potencial de produção agrícola, em consequência de geadas, granizo, quedas pluviais fortes e localizadas ou por secas prolongadas ou ventos fortes.

A região não foi uma excepção nesta temática, pelo que beneficiou no AGRO de 17 495 484.euros até à presente data.

Com efeito, para fazer face a este tipo de acidentes propõe-se a cativação de montante igual a 20 000 000 euros.

2. RECOMENDAÇÃO

Na vigência do Programa dever-se-ão levar a efeito campanhas de sensibilização sobre as vantagens do seguro agrícola.

M12 – NORMAS EXIGENTES COMUNITÁRIAS

1. PROGRAMAÇÃO

Antevê-se que, fruto das exigências dos consumidores, por razões ambientais ou em ordem a debelar problemas de saúde pública, venha a necessário introduzir com carácter imperativo normas comunitárias no futuro próximo que sejam dispendiosas na sua implementação. Nesse sentido para fazer face a esses custos ou compensações prevê-se o montante equivalente 1 % do total programado para as fileiras.

C.3. Medidas: Objectivos Operacionais, Acções, Metas e Investimento (ficha de programação AMI)

EIXO 1 – Competitividade				Ficha: AMI		
1.2 - <u>Medidas Horizontais</u>						
OBJECTIVOS OPERACIONAIS, ACÇÕES, METAS E INVESTIMENTO						
MEDIDAS:	OBJECTIVOS OPERACIONAIS	ACÇÕES A DESENVOLVER	METAS	INVESTIMENTO		
				Parciais	Totais	Medida
M1- INFORMAÇÃO E FORMAÇÃO	1. Preparar a instalação de jovens agricultores	Realização de cursos de empresários agrícolas	1800 formandos; 61200h	6.732.000	6.732.000	
	2. Preparar em moto - mecanização agrícola	Realização de cursos de operadores de máquinas	3675 formandos; 66150 h	7.276.500	7.484.400	
		Realização de outros cursos de mecanização	315 formandos; 1890 h	207.900		
	3. Preparar em Agricultura e ambiente	Realização de cursos sobre temática ambiental	3000 formandos; 1400 h	154.000	154.000	
	4. Preparar em TICs	Realização de cursos de TICs	1050 formandos; 6300 h	693.000	693.000	
	5. Preparar dirigentes das organizações	Realização de cursos para dirigentes	315 formandos; 630 h	69.300	69.300	
	6. Preparar gestores das organizações	Realização de cursos para gestores e quadros de gestão	315 formandos; 2520 h	277.200	277.200	
	7. Actualizar conhecimentos de empresários instalados	Realização de cursos de actualização de empresários	315 formandos; 1260 h	138.600	138.600	
	8. Actualizar conhecimentos dos técnicos	Realização de cursos de actualização e reciclagem	315 formandos; 630 h	69.300	69.300	
	9. Apoiar outras acções	Seminários, workshops e mostras de divulgação	8020 h	882.200	882.200	16.500.000
M2 - INSTALAÇÃO DE JOVENS AGRICULTORES	1.Rejuvenescer o tecido empresarial agrícola	Instalação de jovens agricultores (prémio à 1ªinstalação):				
		- A título principal:				
		- Em região desfavorecida	600 instalações	27.000.000		
		- Em região não desfavorecida	600 instalações	33.000.000		
		- A título parcial	400 instalações	11.000.000	71.000.000	71.000.000
M3 - REFORMA ANTECIPADA	1. Assegurar o rejuvenescimento da população activa agrícola	Cessação da actividade agrícola	240 cessantes		18.000.000	18.000.000
M4 – SERVIÇOS DE ACONSELHAMENTO	1. Assegurar o cumprimento das normas de eco-condicionalidade	Prestação de Serviços de Aconselhamento	50 000 beneficiários		75 000 000	75 000 000
M8 – MELHORIA DO VALOR DOS PRODUTOS AGRÍCOLAS	1. Aumentar o valor acrescentado da produção local e melhorar o equilíbrio do território	Criação de centros tecnológicos polivalentes de transformação agro-alimentar na zona interior da região	4 centros		4.000.000	4.000.000
M10 - INRAESTRUTURAS	Melhorar as condições de produção das explorações agrícolas, através da beneficiação de regadios tradicionais	Na NUT Minho Lima	50 projectos	6.000.000		
			2800 explorações			
			1500 ha			
		Na NUT Cávado	25 projectos	1.500.000		
			700 explorações			
			450 ha			
		Na NUT Ave	20 projectos			

MEDIDAS:	OBJECTIVOS OPERACIONAIS	ACÇÕES A DESENVOLVER	METAS	INVESTIMENTO		
				Parciais	Totais	Medida
M10 – INFRAESTRUTURAS (continuação)	(contin.)		400 explorações	1 750 000		
			500 ha			
		Na NUT Porto	32	1 000 000		
			350 explorações			
			300 ha			
		Na NUT Tâmega	40 projectos	2.750.000		
			800 explorações			
			1000 ha			
		Na NUT Entre Douro e Vouga	7 projectos	400.000		
			300 explorações			
			175 ha			
		EDM	Projectos: 154		13.400.000	
			Explorações: 5350			
			Área (ha): 3925			
	Melhorar as condições de produção das explorações agrícolas, através da <u>beneficiação/construção de novos regadios colectivos</u>	Na NUT Minho Lima Beneficiação do Regadio de Várzea de Estorãos - Ponte de Lima	1 projecto	375.000		
			282 beneficiários			
			160 ha			
		Na NUT Cávado Beneficiação do Perímetro de rega de Sabariz/Cabanelas - Vila Verde	1 projecto	6.700.000		
			99 beneficiários			
			445 ha			
		Construção de novos regadios colectivos na NUT Tâmega Regadio de Aboadela e Sanches - Amarante	1 projecto	1.200.000		
			75 beneficiários			
			125 ha			
		Na NUT Entre Douro e Vouga Benficiação do Perímetro de rega de Burgães - Vale de Cambra	1 projecto	750.000		
			500 beneficiários			
			119 ha			
		EDM	Projectos: 4		9.025.000	
			Beneficiários: 956			
			Área (ha): 849			
	Melhorar as acessibilidades às explorações agrícolas e das populações, através da beneficiação e construção de caminhos	Na NUT Minho Lima	100 projectos	9.900.000		
			4000 explorações			
			100 km			
		Na NUT Cávado	34 projectos	4.600.000		
			1200 explorações			
			34 km			
		Na NUT Ave	27 projectos	2.350.000		
			470 explorações			
			24 km			

MEDIDAS:	OBJECTIVOS OPERACIONAIS	ACÇÕES A DESENVOLVER	METAS	INVESTIMENTO		
				Parciais	Totais	Medida
M10 – INFRAESTRUTURAS (continuação)	Melhorar as acessibilidades às explorações agrícolas e das populações, através da beneficiação e construção de caminhos (cont)	Na NUT Porto	15 projectos	2 750 000		
			415 explorações			
			22 km			
		Na NUT Tâmega	53 projectos	3.400.000		
			950 explorações			
			41 km			
		Na NUT Entre Douro e Vouga	8 projectos	900.000		
			495 explorações			
			7 km			
		EDM	Projectos: 237			
			Explorações: 7530		23.900.000	
			Extensão (km): 228			
	Disponibilizar o acesso de energia eléctrica às explorações agrícolas, através da instalação de linhas de média/baixa tensão e postos de transformação	Na NUT Minho Lima	18 projectos	463.000		
			85 beneficiários			
		Na NUT Entre Douro e Vouga	7 projectos	48.000		
			7 beneficiários			
		Na NUT Ave	18 projectos	395.000		
			20 beneficiários			
		Na NUT Grande Porto	203 projectos	1.900.000		
			285 beneficiários			
		Na NUT Tâmega	18 projectos	397.000		
			20 beneficiários			
		Na NUT Cávado	88 projectos	1.190.000		
			135 beneficiários			
		EDM	Projectos: 352		4.393.000	
			Beneficiários: 552			
	Melhorar a estrutura fundiária das explorações agrícolas	Realização de operações de emparcelamento de exploração através de permuta/venda de parcelas e da execução de pequenas infraestruturas de apoio (acessibilidades, drenagem, regularização de parcelas, etc..)	880 ha	880.000		
			Área (ha): 880		880.000	
	Melhorar a qualidade técnica dos projectos	Elaboração de manuais técnicos	Manuais: 5	50.000		
			Manuais: 5		50.000	
	Avaliar os investimentos	Realização de estudos de avaliação dos projectos	Estudos: 5	250.000		
			Estudos: 5		250.000	
			Total da Medida		51.898.000	51.898.000

M11 -REESTABELECIMENTO DO POTENCIAL DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA	1.Minimizar os efeitos negativos de intempéries	Restabelecimento do potencial da produção agrícola				20.000.000
M12 - NORMAS EXIGENTES COMUNITÁRIAS	1. Prever apoio à compensação de custos com normas a adotar	Compensação de custos aos agricultores	1 % das fileiras			4.669.261
Total						261.067.261

D. EIXO 1 – COMPETITIVIDADE – INVESTIMENTO TOTAL POR MEDIDAS

INVESTIMENTO TOTAL DO EIXO 1 - COMPETITIVIDADE POR MEDIDAS

Medidas:	Fileiras	Acções Comuns	Totais
M1 - Informação e Formação	14.361.100	16.500.000	30.861.100
M2 - Jovens Agricultores	0	71.000.000	71.000.000
M3 - Reforma Antecipada	0	18.000.000	18.000.000
M4 - Serviços de Aconselhamento	0	75 000 000	75 000 000
M5 - Criação de Serviços e Gestão, Substituição e Aconselhamento	10.410.000	0	10.410.000
M6 - Modernização das Explorações Agrícolas	248.871.000	0	248.871.000
M8 - Melhoria do Valor dos Produtos Agrícolas	147.733.500	4 000 000	151.733.500
M9 - Cooperação na elaboração de novos produtos, processos e tecnologias	15.993.000	0	15.993.000
M10 - Infra estruturas	23.785.000	51.898.000	75.683.000
M11 - Restabelecimento do potencial da produção agrícola	0	20.000.000	20.000.000
M12 - Normas exigentes comunitárias	0	4.669.261	4.669.261
M13 - Apoio a agricultores regimes de qualidade	3.502.500	0	3.502.500
M14 - Apoio a agrupamentos de produtores regimes de qualidade	2.270.000	0	2.270.000
	466.926.100	261.067.261	727.993.361

V.2. - EIXO 2 – MELHORIA DO AMBIENTE E DA PAISAGEM

A. Nota Metodológica

No Eixo 2 foi seguida a seguinte metodologia de programação:

- Em primeiro lugar foi feita a avaliação da realização das medidas de desenvolvimento rural de 1994 a 2004 no Entre Douro e Minho cujas principais conclusões são aqui apresentadas.
- De seguida foram identificadas as Medidas do Feader que deveriam ser operacionalizadas no território da Região e trabalhadas as propostas de acordo com a Estratégia Definida para a Região., que a seguir se apresentam.

B. Medidas

B.1. Notas Prévias

As Medidas identificadas são as seguintes:

- M15 - Zonas Montanha
- M16 - Zonas não Montanha
- M17 - Natura 2000
- M18 - Agro-ambientais
- M19 - Bem-Estar Animal
- M20 - Investimentos não Produtivos

O tratamento feito em cada Medida foi o seguinte:

- 1º. Enquadramento Regulamentar;
- 2º. Antecedentes de análise e avaliação;;
- 3º. Estabelecimento de Objectivos Operacionais, Acções, Metas, Investimento e Enquadramento.

B.2. Apresentação

M15 e M16
PAGAMENTOS EM ZONAS DE MONTANHA E
PAGAMENTOS NOUTRAS ZONAS QUE NÃO AS ZONAS DE MONTANHA

1. ENQUADRAMENTO

1.1. Definição das Medidas

O Regulamento do Feader estabelece as condições para estas medidas nos seguintes termos:

- a) Os pagamentos previstos são concedidos anualmente por hectare de superfície agrícola utilizada e destinam-se a compensar os custos adicionais e a perda de rendimentos dos agricultores resultantes das desvantagens para a produção agrícola nas zonas em questão.
- b) São concedidos pagamentos aos agricultores que se comprometam a prosseguir a sua actividade agrícola em zonas definidas durante um período mínimo de cinco anos a contar da data do primeiro pagamento.
- c) Os pagamentos são fixados entre os montantes mínimos e máximo estabelecidos no Regulamento. Podem ser concedidos pagamentos superiores ao montante máximo em casos devidamente justificados, desde que a média de todos esses pagamentos concedidos a nível do Estado-Membro em questão não exceda o referido montante máximo.
- d) Os pagamentos são degressivos para superfícies por exploração superiores a um determinado limiar a definir no programa.

1.1. Zonas de Aplicação

O REGULAMENTO estabelece as características a que devem obedecer os territórios cujos agricultores podem usufruir de pagamentos compensatórios devidos a desvantagens naturais. Ou seja:

Para serem elegíveis aos pagamentos previstos, as zonas de montanha devem caracterizar-se por uma limitação considerável das possibilidades de utilização das terras e por um aumento apreciável do seu custo de exploração devido a:

- a) Condições climáticas muito difíceis decorrentes da altitude, que se traduzam por um encurtamento sensível do período vegetativo;
- b) Em altitudes inferiores, desde que haja presença na maior parte da zona em questão de fortes inclinações que impeçam a utilização de máquinas ou exijam a utilização de equipamento específico muito oneroso, ou uma combinação deste dois factores, quando a importância das desvantagens resultantes de cada um deles considerado separadamente seja menos acentuada, mas essa combinação dê lugar a uma desvantagem equivalente.

Para serem elegíveis aos pagamentos previstos, as zonas que não sejam as zonas de montanha referidas anteriormente definidas devem ser:

- a) Afectadas por desvantagens naturais significativas, nomeadamente uma baixa produtividade do solo ou más condições climáticas, e onde a manutenção de uma actividade agrícola extensiva é importante para a gestão do espaço rural; ou
- b) Afectadas por desvantagens específicas e onde a gestão do espaço rural deve ser prosseguida para fins de conservação ou melhoria do ambiente, de manutenção da paisagem rural e de preservação do potencial turístico da zona ou ainda de protecção da costa.

As zonas afectadas por desvantagens específicas referidas na alínea b) são constituídas por zonas agrícolas homogéneas do ponto de vista das condições de produção naturais e a sua extensão total não pode ser superior a 10% da superfície do Estado-Membro em questão.

1.3. Valores de Ajuda Definidos

O Regulamento estabelece os seguintes valores máximos e mínimos para os pagamentos para compensação de desvantagens naturais em zonas de montanha e pagamentos para compensação de desvantagens noutras zonas previstas:

- Pagamento mínimo para compensação de desvantagens: 25 € / hectare de SAU;
- Pagamento máximo para compensação de desvantagens nas zonas de montanha: 250 € / hectare de SAU;
- Pagamento máximo para zonas com outras desvantagens: 150 € / hectare de SAU.

Os valores máximos poderão ser ultrapassados quando tal seja justificado e desde que a média do Estado-Membro não exceda o valor máximo.

Os pagamentos são degressivos para superfícies por exploração superiores a determinado limiar definido no programa.

2. AVALIAÇÃO

Da leitura do relatório final do “Estudo de Avaliação Intercalar do Plano de Desenvolvimento Rural de Portugal Continental”, Dezembro de 2003, podemos reter os seguintes pontos:

- No contexto da Reforma da PAC de 2003 é reconhecida a importância estratégica do espaço rural na conservação do ambiente e da biodiversidade.
- No documento é registada a importância das indemnizações compensatórias, conjuntamente com as medidas agro-ambientais, no apoio ao rendimento das explorações agrícolas das Zonas Desfavorecidas, “atenuando os impactos sociais e ambientais do seu abandono.”

- Em termos genéricos, é reconhecido que o programa RURIS, no período 2000-2003 apresenta fragilidades de estrutura ao nível das condições de acesso, compromissos e ajudas que condicionaram a execução do programa, conduzindo a que o programa tivesse uma execução inferior ao previsto naquele período nas quatro intervenções que o constituem (muito embora se considere que a fraca execução se verifique sobretudo na reforma antecipada e florestação de terras agrícolas, e em menor grau nas medidas agro-ambientais e indemnizações compensatórias).

- A estabilização das expectativas dos beneficiários potenciais tem influência positiva importante na execução do programa.

- Linhas principais das sugestões de alteração do programa:

Territorialização das intervenções, com definição mais precisa e coordenada dos objectivos ambientais e de desenvolvimento;

Simplificação da estrutura das intervenções, incluindo condições de acesso, compromissos e tramitação dos processos;

Reformular a gestão com apoio na simplificação e territorialização do programa, procurando a obtenção de efeitos duradouros de natureza ambiental e económica;

Obter e estruturar a informação necessária à gestão, monitorização e avaliação do programa.

Em jeito de conclusão transcrevem-se na íntegra dois parágrafos, que sintetizam uma avaliação global da intervenção Indemnizações Compensatórias:

- *“Em geral, as IC não chegam a compensar as desvantagens competitivas existentes entre as explorações agrícolas situadas em zonas desfavorecidas e zonas não desfavorecidas.”*
- *“Pode-se concluir que as IC nas ZM não têm contribuído suficientemente para a manutenção de um nível de vida razoável para os agricultores, e por conseguinte, também contribuem de forma pouco acentuada para a manutenção de uma comunidade rural viável, na medida em que não possibilitaram que o rendimento do agregado doméstico do produtor agrícola se equiparasse aos rendimentos médios auferidos nos outros sectores de actividade económica dessas zonas e ainda menos aos do Continente. No que respeita às outras zonas desfavorecidas, a situação poderá ser distinta – especialmente a sul do rio Tejo. Aqui parecem existir condições para se verificar um nível de vida razoável para os agricultores e para as suas famílias, porque os seus rendimentos não só são superiores aos da média dos sectores da actividade económica da zona, como também o seu diferencial em relação aos rendimentos médios auferidos no Continente é menor.”*

O documento (de Dezembro de 2003) faz as seguintes sugestões para alteração da intervenção Indemnizações Compensatórias:

- Diferenciação das ajudas por Zona Desfavorecida e entre regiões, no sentido de evitar contribuir para o agravamento das assimetrias inter-regionais;
- Evoluir no sentido de uma gestão desconcentrada em áreas prioritárias de intervenção, conjugando todas as intervenções RURIS e procurando potenciar os seus efeitos, designadamente em áreas como os territórios Rede Natura 2000.

Da avaliação feita no EDM às Indemnizações Compensatórias no período de 1999 – 2004 podemos extrair os seguintes dados relevantes:

- Valor anual da ajuda em 2000: 4,5 milhões €;
- Valor anual da ajuda em 2004: 10,7 milhões €;
- Explorações aderentes em 2004: 23 000 (52 % do valor potencial);
- Hectares contratualizados em 2004: 69 000 (47 % do valor potencial);
- Grande importância do agricultor a tempo parcial (82%);
- Ajustamentos principais na formatação da ajuda no período 2001 – 2004:
 - ✓ Condições de elegibilidade: alterações ao nível da residência do titular da exploração e do nível máximo de encabeçamento da exploração;
 - ✓ Compromissos (BPAs): limitações de cultura a todas as parcelas com IQFP 4 ou 5, introdução do cumprimento obrigatório do normativo relativo à utilização de lamas de ETAR na agricultura e cumprimento do programa de acção para as zonas vulneráveis;
 - ✓ Valores de ajuda: discriminando positivamente as zonas de montanha, os pequenos agricultores e os agricultores a tempo parcial. Foram também contemplados os agricultores de maior dimensão, a partir de 2002, pagando ajuda acima dos 100 e até 500 ha;

- Considera-se que 5 anos de duração do contrato e o nível do valor da ajuda não se apresentam compensadores das desvantagens naturais e não proporciona condições para um nível de adesão superior sobretudo para os pequenos agricultores.

3. PROPOSTAS ESTRATÉGICAS

3.1. Orientações

O documento "Orientações para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural", documento 27.12.2005 rev1, do Grupo de Reflexão Estratégica, fornece importantes indicações de carácter geral, e também de carácter mais específico para as diferentes áreas, pelo que se afigura oportuno transpor integralmente partes do texto, de forma a ter presente essas mesmas orientações na elaboração deste exercício de planeamento.

Assim, no ponto 5.4 - *Actividade Agrícola, Ambiente e Paisagem*, do referido documento é expresso:

"Os objectivos de sustentabilidade definidos pela Comunidade em Göteborg (2001) estabelecem que "Um sólido desempenho económico tem de ser acompanhado de uma utilização sustentável dos recursos naturais e de níveis sustentáveis de produção de resíduos, mantendo a biodiversidade, preservando os ecossistemas e evitando a desertificação."

"Na persecução destes objectivos o FEADER enuncia que "O apoio a métodos específicos de gestão do espaço rural deve contribuir para o desenvolvimento sustentável, incentivando os agricultores e detentores de áreas florestais, em especial, a empregar métodos de utilização das terras compatíveis com a necessidade de preservação do ambiente e paisagens naturais e de protecção e melhoria dos recursos naturais", explicitando que, entre as áreas-chave a considerar, contam-se:

- *A biodiversidade;*
- *A gestão dos sítios Natura 2000;*
- *A protecção dos recursos hídricos e dos solos;*
- *A atenuação das alterações climáticas, incluindo a redução das emissões de gases com efeito de estufa;*
- *A redução das emissões de amoníaco;*
- *A utilização sustentável de pesticidas.*

Para as **Indemnizações Compensatórias** são feitas considerações e definidas orientações a ter em conta na formatação da ajuda que transcrevemos:

"Os objectivos específicos das IC são a utilização continuada das terras agrícolas, a manutenção da paisagem rural e a conservação e promoção de sistemas de exploração agrícolas sustentáveis em zonas rurais sujeitas a desvantagens naturais;

O valor da ajuda deve servir para compensar o agricultor quando os outros apoios (directos ou outros) se mostram insuficientes para atingir estes objectivos;

Para determinar a pertinência e o nível desta compensação é necessário fazer uma caracterização do nível de rendimento de explorações equivalentes entre as zonas desfavorecidas e não desfavorecidas;

Este estudo deve fundamentar as decisões relativamente às actividades a apoiar, os níveis da ajuda, diferenciação territorial das ajudas, bem como determinar a forma como deve ser aplicado o princípio da degressividade;

As IC devem articular-se com os pagamentos da Rede Natura e com o Regime de Prémio Único (RPU) quando haja sobreposição territorial entre estes pagamentos;"

Relativamente à formatação da medida, são propostas as seguintes orientações:

- *"A residência do beneficiário não constitui condição de acesso;*
- *Degressividade da ajuda em função da dimensão da exploração. Em princípio, deverá haver um escalonamento nacional, embora se deva aprofundar a possibilidade de estabelecer escalonamentos regionais. Esta degressividade deverá ser ligada à evolução das economias de escala;*
- *Deverá ser reavaliada a exclusão da ajuda relativamente aos seguintes parâmetros:*
 - *Área mínima de acesso: deve ser reavaliada em função da caracterização das candidaturas às IC, por classes de SAU;*
 - *Limite máximo de acesso: dever-se-ão estabelecer os critérios para fixar os limites máximos de acesso à ajuda. Este limite de elegibilidade deve ser estabelecido com base na dimensão económica da exploração. No caso de haver lugar ao recebimento de RPU, o seu valor deve ser considerado para efeito de determinação do nível máximo de elegibilidade;*

- *Exclusão de determinadas actividades: estudar a pertinência de excluir determinadas áreas onde houve investimento público (ex. perímetros de rega), que permitiram melhorar substancialmente as condições de competitividade das explorações."*

- *Deverá haver a exigência de praticar a actividade agrícola (produção vegetal e animal) de forma completa".*

3.2. Objectivos Operacionais e Metas

O ponto de partida para projectar as ajudas compensatórias para o próximo quadro comunitário de apoio deverá centrar-se nos objectivos gerais destas por contribuírem efectivamente para a utilização continuada das terras agrícolas, a manutenção da paisagem rural e a conservação e promoção de sistemas de exploração agrícolas sustentáveis em zonas rurais sujeitas a desvantagens naturais, com compensação dos agricultores dessas mesmas desvantagens nas zonas consideradas elegíveis.

Pelo que é expresso nas conclusões do documento "Estudo de Avaliação Intercalar do Plano de Desenvolvimento Rural de Portugal Continental", anteriormente citado, as ajudas da intervenção Indemnizações Compensatórias em vigor em Portugal "não chegam a compensar as desvantagens competitivas existentes entre as explorações agrícolas situadas em zonas desfavorecidas e zonas não desfavorecidas." Esta situação é ainda mais evidente nas Zonas de Montanha.

Consequentemente, apesar de algumas alterações entretanto realizadas ao nível do normativo da ajuda no período de 1999 a 2004, no sentido de contrariar as conclusões extraídas daquele relatório, existem razões para pensar que o quadro geral nas zonas desfavorecidas, e das zonas de montanha em particular, se mantenha, continuando esses territórios com uma elevada tendência para o abandono.

Perante este quadro, o reforço desta ajuda parece inevitável, numa tentativa de compensar efectivamente as explorações agrícolas das desvantagens naturais das zonas desfavorecidas, procurando contrariar o sentido de abandono crescente.

Assim sendo, estabelecemos para as medidas 15 e 16 os seguintes **objectivos operacionais** para a Região de Entre Douro e Minho:

- Obj 1. Aumentar o número de explorações aderentes relativamente ao potencial de explorações em zona desfavorecida;
- Obj 2. Aumentar a SAU beneficiada relativamente ao potencial da área de SAU em zona desfavorecida;
- Obj 3. Aumentar o rendimento médio dos agricultores beneficiários de ajudas compensatórias em zona desfavorecida no EDM (zona de montanha), em particular dos pequenos produtores.

As **metas** propostas em cada um dos objectivos são as seguintes:

Objectivo 1: Aumentar de 52% para 62% o número de explorações aderentes relativamente ao total de explorações em zona desfavorecida no EDM, ou seja aumentar de 23 000 explorações com ajuda para 28 000, no terceiro ano de aplicação da ajuda;

Objectivo 2: Aumentar de 47% para 57% a SAU beneficiada relativamente ao total da área em zona desfavorecida, ou seja aumentar de 68 800 hectares para 84 000 hectares de SAU beneficiada, no terceiro ano de aplicação da ajuda;

Objectivo 3: Aumentar o pagamento compensatório médio da região de EDM de 467 € / exploração, em 2004, para 636 € / exploração, em 2009;

O atingir, ou até superar, das metas propostas pressupõe a satisfação de três condições prévias:

- Formatação adequada da medida à realidade regional do Entre Douro e Minho;
- Divulgação e informação adequada sobre a ajuda;
- Não produzir alterações excessivas no normativo durante o período de vigência da ajuda que prejudiquem a expectativa dos beneficiários ou potenciais beneficiários e outros agentes envolvidos;

3.3. Formatação e gestão da medida

Nos termos regulamentares o **contrato** vigorará durante um período mínimo de cinco anos a contar da data do primeiro pagamento. É entendido no entanto que para regiões minifundiárias e de população agrícola envelhecida e cuja esmagadora maioria são agricultores a tempo parcial, deveriam ser feitos dois ajustamentos nas regras de contratação:

- O agricultor beneficiário de pagamentos compensatórios deverá ter a possibilidade de se desvincular dos compromissos, sem que desse facto resultem encargos para o agricultor, excepto o impedimento de se voltar a candidatar durante o período em que esse contrato estaria em vigor;**
- O agricultor beneficiário, durante o período de vigência do contrato, poderá fazer alterações de quantidades ao contrato sem que desse facto resultem quaisquer encargos para o agricultor beneficiário quando haja diminuição de área.**

De ambas as propostas se espera que resulte uma mais fácil adesão dos potenciais candidatos, procurando que tenha maior grau de liberdade na situação pós-adesão, quer em termos da sua manutenção ou não na actividade, quer na mobilidade das terras que integram a exploração.

Nesta matéria, há que ter em conta a idade avançada (muito avançada mesmo) da maioria dos agricultores (as) que beneficiam desta ajuda.

i. Condições de elegibilidade

As condições de elegibilidade em 2005 e 2006 do Programa RURIS e a proposta para 2007, apresenta-se no quadro abaixo.

Tabela 1 Condições de elegibilidade RURIS e proposta

2005 e 2006	Proposta 2007
Residam habitualmente ou tenham a sua sede em Zona desfavorecida	Condição a extinguir
Exploração ≤ 40 UDE	Manter
Exploração situada no todo ou em parte em zona desfavorecida	Manter
Exploração com SAU $\geq 0,5$ ha em zona desfavorecida (inclui baldio)	Manter
Zona de Montanha ou exploração até 2 ha de SAU, Encabeçamento ≤ 3 CN em pastoreio / ha SAU	Encabeçamento ≤ 3 CN em pastoreio / ha SAU
Restante Zona Desfavorecida e exploração > 2 ha SAU, Encabeçamento ≤ 2 CN em pastoreio / ha SF	(alteração sem efeito prático no EDM, uma vez que toda a zona é de montanha)

Extinguir a condição de residência em zona desfavorecida corresponde a uma orientação do grupo de reflexão estratégica, constante no documento de 27/12/2005 rev1, e que parece justa para quem não residindo em zona desfavorecida investe ou exerce a actividade agrícola naquelas zonas.

A **alteração das condições de encabeçamento** sugeridas prende-se fundamentalmente com a necessidade de simplificação desta condição de acesso, não tendo efeito prático no EDM uma vez que a totalidade do território elegível é zona de montanha. Por outro lado, parece mais lógico que a capacidade de carga animal se fundamente mais nas condições naturais edafo-climáticas de cada região.

ii. Compromissos

Ao nível dos compromissos não são feitas propostas de alteração, mantendo-se os mesmos em vigor no programa RURIS:

- Manter as condições de acesso;
- Manter a actividade em zona desfavorecida;
- Aplicar as Boas Práticas Agrícolas (BPAs) em toda a exploração;

No entanto será de admitir a existência de alterações ou ajustamentos ao nível das BPAs, designadamente decorrentes de uma aproximação às Boas Condições Agrícolas e Ambientais (BCAA).

iii. Valores unitários de ajuda

Como foi referido em 3.1., e de acordo com avaliações feitas, o pagamento de ajudas compensatórias não se revela suficiente para garantir o cumprimento dos grandes objectivos que estão na base da criação desta ajuda.

Neste contexto, **torna-se imperativo o reforço do valor unitário da ajuda sobretudo nas explorações mais pequenas**, propondo-se o valor máximo de ajuda para o escalão mais baixo em zona de montanha.

Na tabela 2 indicam-se os valores de ajuda no início e fim do Programa RURIS e a proposta para o período de 2007 – 2013.

Tabela 2 Tabela comparativa de valores de ajuda RURIS e nova proposta

Agricultor a Título Principal	2001	2006	2007
$>0,5$ e ≤ 5 há	122,00	204,00	250
>5 e ≤ 10 ha	68,00	104,00	220
>10 e ≤ 20 há			100
>20 e ≤ 50 ha	41,00	63,00	65
>50 e ≤ 500 ha (em 2001: max:100ha)	12,00	18,00	20

Outros Agricultores			
>0,5 e <=5 há	61,00	204,00	250
>5 e <=10 ha	34,00	104,00	220
>10 e <=20 há			100
>20 e <=50 ha	21,00	31,00	35
>50 e <=500 ha (em 2001: max: 100ha)	6,00	9,00	10

A divisão do escalão 5 a 20 hectares afigura-se equilibrada tendo em vista criar condições para remunerar melhor as explorações mais pequenas.

As superfícies forrageiras em zona de montanha serão pagas à razão de 1,4 ha / CN.

Importante também será criar limitação à elegibilidade dos equinos tendo em vista o pagamento de superfícies forrageiras.

Efectivamente, consideradas as dificuldades surgidas resultantes do sistema de identificação e marcação que esta espécie animal está sujeita, de onde resultam dificuldades acrescidas no controlo eficaz destes animais para atribuição da ajuda, deverá ser equacionada a elegibilidade apenas de animais inscritos em Livro Genealógico ou Registo Zootécnico.

Tabela 3Resumo das sugestões para a medida

Contrato	Condições de elegibilidade	Compromissos	Valores de ajuda
1) Possibilidade de desistência do contrato sem devolução de ajudas; 2) Possibilidade de diminuir quantidades em qualquer ano sem penalização.	1) Extinguir a condição de residência ou sede em ZD; 2) Simplificação do Encabeçamento máximo para ZD (não de montanha);	Não sugeridas alterações	1) Criação de um novo escalão (5 – 10 ha); 2) Reforço do valor da ajuda, em especial dos 2 primeiros escalões; 3) Manutenção da paridade entre ATP e não ATP, até aos 20 ha; 4) SF em ZM pagas à razão de 1,4 ha / CN; 5) Limitar a elegibilidade dos equinos aos animais inscritos em LG ou RZ

4. INVESTIMENTO

Para atingir as metas de 84 000 hectares e 28 000 explorações, ao terceiro ano de aplicação da medida, com os valores unitários de ajuda propostos e considerada a estrutura da propriedade na região, resulta a tabela 4, que estabelece as bases para a estimativa do valor global anual da ajuda. A tabela 6 apresenta a estimativa da ajuda para os diferentes anos de vigência do quadro comunitário de apoio, sem considerar os compromissos contratuais a cumprir para além de 2013 e que resultem de contratos a 5 anos a iniciar em 2010 e posteriormente.

Tabela 4Estimativa do custo financeiro ao terceiro ano de aplicação

Escalão	Nº agricultores	%	Área média / agricultor	Área Total	Ajuda / ha	Ajuda / Exploração	Ajuda ao 3º ano (€)
>0,5 e <=5 ha	25.100	89,6%	2,2	54.600	250 €	543,8 €	13.650.000 €
>5 e <=10 ha	2.000	7,1%	6,3	12.600	220 €	1.386,0 €	2.772.000 €
>10 e <=20 ha	800	2,9%	13,7	10.920	100 €	1.365,0 €	1.092.000 €
>20 e <=50 ha	90	0,3%	46,7	4.200	65 €	3.033,3 €	273.000 €
>50 e <=500 ha	10	0,0%	168,0	1.680	20 €	3.360,0 €	33.600 €
Total	28.000	100,0%	3,0	84.000		636,5 €	17.820.600 €

De acordo com a estimativa de investimento global (tabela 6), é substancial o aumento de verbas previstas (mais 84% da verba previsivelmente paga no programa RURIS).No entanto, já o programa RURIS, ao longo do período de vigência, aumentou significativamente o valor da verba anualmente paga, havendo mesmo um aumento superior a 100% na transição do segundo quadro comunitário para o terceiro.

Tabela 5 Explorações e SAU por classes de área no EDM / 1999¹

Escalões de Área	Explorações	%	SAU (Ha)	%
< 1 ha	18149	27%	10577	5%
1 a < 2 ha	25085	37%	34589	16%
2 a < 5 ha	17330	26%	51944	24%
5 a < 10 ha	4752	7%	32285	15%
≥ 10 ha	2230	3%	86250	40%
Total	67546	100%	215645	100%

Fonte: RGA / 1999

O crescimento das verbas está em consonância com as conclusões da avaliação intercalar já citada, no sentido em que as judas veiculadas através das ICs “não chegam a compensar as desvantagens competitivas existentes entre as explorações agrícolas situadas em zonas desfavorecidas e zonas não desfavorecidas”, sendo essa situação particularmente evidente nas zonas de montanha.

Tabela 6 Estimativa do Investimento Global

Ano sequencial	Ano	Previsão de Adesão (%)	Previsão Investimento FEADER (€)	Ano	Investimento RURIS (€)	Varição FEADER / RURIS
1º ano	2007	80%	14.256.480	2000	4.510.064	216%
2º ano	2008	90%	16.038.540	2001	8.852.709	81%
3º ano	2009	100%	17.820.600	2002	9.421.838	89%
4º ano	2010	100%	17.820.600	2003	10.036.290	78%
5º ano	2011	100%	17.820.600	2004	10.707.335	66%
6º ano	2012	100%	17.820.600	2005*	10.707.335	66%
7º ano	2013	100%	17.820.600	2006*	10.707.335	66%
Total			119.398.020		64.942.906	84%

¹ Há a considerar que no último escalão estão integrados 48 000 ha de baldio, que para efeito de atribuição de ajudas são distribuídos pelos agricultores sobretudo no primeiro escalão. Assim a área de baldio deverá ser contabilizada, fundamentalmente, no escalão de área até 5 ha (a área média por candidatura na região é de 3 ha)

M17 – PAGAMENTOS NATURA 2000

1. ENQUADRAMENTO

O Regulamento do Feader considera que deve continuar a ser concedido apoio aos agricultores de forma a compensá-los de desvantagens específicas nas zonas abrangidas pela aplicação da Directiva “Aves” e da Directiva “Habitats”, tendo em vista contribuir para a gestão eficaz dos Sítios Natura 2000.

Assim, no Eixo 2 “Melhoria do ambiente e da paisagem rural” do Regulamento são definidas medidas destinadas à utilização sustentável das terras agrícolas através de “pagamentos Natura 2000 e pagamentos relacionados com a Directiva 2000/60/CE” e estabelece o seguinte:

- Haver necessidade de se efectuarem pagamentos anualmente aos agricultores, por ha de SAU, a fim de os compensar dos custos incorridos e das perdas de rendimentos resultantes das desvantagens, nas zonas em questão, relacionadas com a aplicação das directivas “Aves”, “Habitats” e “Água”;
- que o pagamento máximo inicial Natura 2000 será de 500 €/ha de SAU para um período não superior a 5 anos e o pagamento máximo normal Natura 2000 será de 200 €/ha de SAU (embora estes montantes possam ser aumentados em casos excepcionais, tendo em conta circunstâncias específicas, a justificar pelos Estados Membros).

2. AVALIAÇÃO

Os territórios inseridos na Rede Natura apresentam várias condicionantes que têm consequências que, de acordo com o GPPAA (2006), se traduzem (i) em dificuldades acrescidas para se resolverem os problemas de conexão/convergência espacial e de dotação infraestrutural, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida da população; (ii) na necessidade de se compensarem, financeiramente, as limitações de uso do território impostas em matéria de conservação da biodiversidade e da paisagem, de forma a não se afectar a qualidade de vida da população. Importa, também, referir que a maioria dos Sítios da Região do EDM estão inseridos em zonas desfavorecidas, onde se tem verificado que as medidas agro-ambientais e as indemnizações compensatórias têm tido papel relevante no apoio ao rendimento das explorações agrícolas, atenuando-se o abandono agrícola e, assim, os efeitos ambientais e sociais negativos. Contudo, apesar desta importância, os autores da avaliação global da intervenção IC's, reconhecem que:

- (i) *“Em geral, as IC não chegam a compensar as desvantagens competitivas existentes entre as explorações agrícolas situadas em zonas desfavorecidas e zonas não desfavorecidas.”*
- (ii) *“ (...) as IC nas ZM não têm contribuído suficientemente para a manutenção de um nível de vida razoável para os agricultores, e por conseguinte, também contribuem de forma pouco acentuada para a manutenção de uma comunidade rural viável, na medida em que não possibilitaram que o rendimento do agregado doméstico do produtor agrícola se equiparasse aos rendimentos médios auferidos nos outros sectores de actividade económica dessas zonas e ainda menos aos do Continente. No que respeita às outras zonas desfavorecidas, a situação poderá ser distinta – especialmente a sul do rio Tejo. Aqui parecem existir condições para se verificar um nível de vida razoável para os agricultores e para as suas famílias, porque os seus rendimentos não só são superiores aos da média dos sectores da actividade económica da zona, como também o seu diferencial em relação aos rendimentos médios auferidos no Continente é menor.”*

Assim, para além das desvantagens inerentes ao facto dos territórios Natura estarem, na sua maioria, localizados em zonas desfavorecidas acresce outro tipo de desvantagens e custos. Dentro das desvantagens e dos custos acima referidos, podemos referenciar os compromissos adicionais que os agricultores estão obrigados a cumprir e que condicionam a sua actividade a vários níveis. Assim, os agricultores que integram estes territórios têm, nomeadamente, que obter parecer, junto do Instituto da Conservação da Natureza (ICN) ou da respectiva Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) para diversos actos e actividades (Cfr. Quadro 1).

Quadro 1

1. Construções e infra-estruturas	
a)	A realização de obras de construção civil fora dos perímetros urbanos, com excepção das obras de reconstrução, demolição, conservação de edifícios e ampliação (desde que esta não envolva aumento de área de implantação superior a 50% da área inicial e a área total de ampliação seja inferior a 100 m ²);
b)	A abertura de novas vias de comunicação, bem como o alargamento das existentes;
c)	A instalação de infra-estruturas de electricidade e telefónicas, aéreas ou subterrâneas, de telecomunicações, de transporte de gás natural ou de outros combustíveis, de saneamento básico e de aproveitamento de energias renováveis ou similares, fora dos perímetros urbanos;
2. Alteração do uso e da morfologia do solo	
d)	A alteração do uso actual do solo que abranja áreas contínuas superiores a 5 ha;
e)	As modificações de coberto vegetal resultantes da alteração entre tipos de uso agrícola e florestal, em áreas contínuas superiores a 5 ha, considerando-se continuidade as ocupações similares que distem entre si menos de 500 m;
f)	A alteração do uso actual dos terrenos das zonas húmidas ou marinhas;
g)	As alterações à morfologia do solo, com excepção das decorrentes das normais actividades agrícolas e florestais;
h)	As alterações à configuração e topografia dos terrenos das zonas húmidas ou marinhas;
i)	A deposição de sucatas e de resíduos sólidos e líquidos;
3. Fauna e flora	
j)	A reintrodução de espécies indígenas da fauna e da flora selvagens.
4. Práticas agrícolas	
k)	A Realização de queimadas (o uso do fogo para a renovação de pastagens).

Nos Sítios e ZPE incluídos em Áreas Protegidas aplicam-se, por sua vez, as regras específicas constantes dos respectivos Planos de Ordenamento, devendo os agricultores com explorações agrícolas nesses locais ter em consideração essas regras, que são mais restritivas que as regras definidas para os restantes territórios da Região.²

Actualmente, já são muitas as situações em que os residentes nestes locais vêem não só a agricultura como as restantes actividades muito restringidas pela necessidade adicional de solicitarem as mais diversas autorizações para desenvolverem muitas das suas iniciativas. Assim, o facto de um agricultor num destes territórios, para desenvolver uma determinada actividade, necessitar de uma autorização específica faz aumentar os custos de contexto da actividade agrícola. Estes custos são, ainda, agravados pelo facto de nem sempre serem claras as situações em que essas autorizações devem ser ou não solicitadas e, por fim, mesmo quando se solicitam essas autorizações, elas nem sempre são respondidas de forma expedita (e, por vezes, em tempo oportuno) por parte do Estado, o que acresce aos custos já referidos.

Para além destas condicionantes, comuns a todos estes territórios, estão a ser definidos para cada um dos Sítios e ZPE objectivos de conservação no âmbito do Plano Sectorial da Rede Natura 2000. Estes objectivos de conservação, para serem atingidos, vão reforçar as actuais restrições ao uso do solo.

3. .PROPOSTAS ESTRATÉGICAS

3.1. Orientações

O documento de trabalho “Orientações para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural” de 27.12.2005, do Grupo de Reflexão Estratégica fornece indicações de carácter geral, e também de carácter mais específico, para as diferentes áreas que,

² No EDM só o PNPG tem Plano de Ordenamento aprovado. Mas mesmo não estando concretizados os Planos Especiais de Ordenamento, os Sítios e ZPE que estão integrados em Áreas Protegidas estão condicionados pelas regras estabelecidas quando da criação dessas Áreas Protegidas, e que são tão ou mais restritivas que as definidas no Dec. Lei n° 140/99.

do nosso ponto de vista, é oportuno transpor para que essas orientações sejam incorporadas na elaboração do exercício de planeamento que é solicitado.

Assim, quando no documento se referem à “Actividade Agrícola, Ambiente e Paisagem”, expressam que “Os *objectivos de sustentabilidade* definidos pela Comunidade em Göteborg (2001) estabelecem que “Um sólido desempenho económico tem de ser acompanhado de uma utilização sustentável dos recursos naturais e de níveis sustentáveis de produção de resíduos, mantendo a biodiversidade, preservando os ecossistemas e evitando a desertificação.” De seguida referem que “Na persecução destes *objectivos* o FEADER enuncia que “O apoio a métodos específicos de gestão do espaço rural deve contribuir para o desenvolvimento sustentável, incentivando os agricultores e detentores de áreas florestais, em especial, a empregar métodos de utilização das terras compatíveis com a necessidade de preservação do ambiente e paisagens naturais e de protecção e melhoria dos recursos naturais”, explicitando que, entre as áreas-chave a considerar, contam-se:

- A biodiversidade;
- A gestão dos sítios Natura 2000;
- A protecção dos recursos hídricos e dos solos;
- A atenuação das alterações climáticas, incluindo a redução das emissões de gases com efeito de estufa;
- A redução das emissões de amoníaco;
- A utilização sustentável de pesticidas.”

De seguida este documento refere alguns princípios orientadores para a formatação das medidas inseridas nesta área temática. Assim, dos pressupostos base destacamos os seguintes:

- A obrigatoriedade do exercício da actividade agrícola (produção vegetal e animal) completa;
- A minimização dos efeitos negativos da actividade agrícola deve nortear-se pelo princípio de aumentar, em termos regulamentares, as exigências relativamente às boas condições agrícolas e ambientais;
- A abordagem territorializada deve ser prioritariamente concretizada através de *Intervenções territoriais Integradas (ITI)*;
- Estas ITI devem ser perspectivadas numa óptica de gestão integrada das intervenções do desenvolvimento rural (Eixo 2 e 3) num dado território, podendo ser mais ou menos abrangentes, em função dos *objectivos* que se pretendam atingir. Estas intervenções, sempre que adequado/possível, devem ter um carácter colectivo;
- Deve-se privilegiar, sempre que se considere relevante, nomeadamente nas intervenções territorializadas (ITI, Rede Natura), a articulação da delimitação territorial com outras zonagens de outras medidas em aplicação no mesmo território;
- As medidas que privilegiem uma abordagem territorial devem igualmente assegurar que as intervenções dos vários Eixos, aplicadas ao nível de um dado território, sejam perspectivadas numa óptica integrada.

No ponto alusivo às ITI – componente agro-ambiental referem, por sua vez, que “a abordagem da intervenção ao nível dos sítios da Rede Natura deve ser delineada com base em modelos diferenciados consoante a dimensão, a complexidade de gestão e a relevância dos valores a preservar.

Nos sítios onde se considere que estes valores são relevantes deve-se adoptar o modelo da ITI como a forma mais ajustada de gestão, assegurando desse modo a articulação das intervenções dos vários Eixos ao nível do território.”

Por último, este documento refere ainda que “As IC devem articular-se com os pagamentos da Rede Natura e com o Regime de Prémio Único (RPU) quando haja sobreposição territorial entre estes pagamentos.”

Estas ideias também se encontram expressas no documento de trabalho do GPPAA, “PEN- Desenvolvimento Rural 2007-2013” de 17.01.06, que refere que “Na óptica da sustentabilidade ambiental, a actuação deverá centrar-se em dois vectores: o da elevação dos standards mínimos e ganhos de ecoeficiência e no da valorização de modos de produção e serviços geradores de benefícios ambientais. O sector tem ainda o potencial de produção de um conjunto de bens e serviços de carácter público essenciais para a sustentabilidade ambiental, mas também de ocupação do território e de coesão.”

No mesmo documento são, de seguida, definidos os *objectivos* estratégicos de que destacamos a “Gestão sustentável dos espaços rurais e dos recursos naturais”. Relativamente a este *objectivo*, referem que “Os níveis de intervenção colocam-se em dois patamares. Por um lado, o da exigência no cumprimento de normas obrigatórias; por outro, o do estímulo a comportamentos que produzam efeitos positivos adicionais”. De seguida referem que “(...) as medidas a reforçar visam a sustentabilidade de sistemas que tenham um efeito positivo do ponto de vista da actividade produtiva bem como na prestação de serviços ambientais. A última vertente será vantajosamente concretizada nalguns territórios de gestão mais complexa através de intervenções territoriais integradas, ancoradas em parcerias público-privadas”.

Quando, neste documento, se especifica a estratégia para uma gestão sustentável dos espaços rurais e dos recursos naturais, definem-se *objectivos* específicos que, de certo modo, se enquadram na nossa temática. Assim, referem, nomeadamente, como *objectivos* específicos (i) Manter a actividade agrícola ou florestal em zonas com condicionantes ou desvantagens naturais; (ii) Preservar os recursos naturais e a paisagem no âmbito da actividade agrícola e florestal para “a atenuação das desvantagens económicas resultantes da actividade agrícola ou florestal em zonas com handicaps ou condicionantes naturais, na sustentação das quais é reconhecido o efeito positivo da actividade (zonas desfavorecidas, algumas

zonas Rede Natura) ” e para que “no âmbito da actividade agrícola, através do incentivo à opção por modos de produção particulares, como os modos de produção integrada ou biológicos e à intervenção em terras agrícolas ou florestais resultem benefícios ambientais no âmbito da paisagem e da biodiversidade”.

3.2. Objectivos Operacionais e Metas

Apesar de na estratégia que é apresentada no ponto anterior se considerar que para os Sítios Rede Natura a abordagem da intervenção deve ser delineada com base em modelos diferenciados e de que, em determinados Sítios, se deve adoptar o modelo da Intervenção Territorial Integrada como forma mais ajustada de gestão, com a qual estamos de acordo, entendemos que as condições actuais não permitem avançar com essa metodologia.

Tendo em atenção que o Plano Sectorial da Rede Natura ainda se encontra em discussão pública e que as condicionantes que aí constam, relativas a cada um dos Sítios e ZPE, carecem de melhor definição, consideramos que, neste momento, deve ser efectuado um pagamento-base a todos os agricultores que exerçam actividade dentro dos limites geográficos dos territórios Natura 2000 e que sejam beneficiários da Medida Indemnizações Compensatórias ou Agro-Ambientais. Trata-se de uma medida abrangente, que visa sensibilizar os agricultores para a necessidade de preservar os valores ambientais dos sítios e/ou ZPE em que estão integrados e, como já foi referido, atenuar as desvantagens económicas a que estas zonas com *handicaps* e condicionantes estão sujeitas, mas que reconhecidamente são produtoras de um conjunto de bens e serviços de carácter público, que só são possíveis em territórios humanizados.

Outros prémios adicionais deverão, mais tarde, ser equacionados de acordo com as condicionantes específicas de cada Sítio e os objectivos ambientais que se pretendem atingir com a implementação do Plano Sectorial da Rede Natura.

Perante este cenário definimos como **objectivo operacional** da “Medida 17 – Pagamento Natura” para a Região do Entre Douro e Minho o seguinte:

- Promover a adesão de parte significativa dos agricultores e da área de SAU dos territórios Natura 2000;

Como metas propomos que a medida atinja 60 % da SAU incluída na Rede Natura 2000, o que corresponde a cerca de 25.000 ha e cerca de 3600 explorações.

Para que se cumpra o objectivo e a meta estabelecida é necessário que se invista na divulgação da medida junto dos potenciais beneficiários, bem como na divulgação e explicitação dos compromissos a assumir de modo a começar a envolver os agricultores na gestão dos habitats e espécies que se pretendem preservar.

No quadro seguinte apresenta-se um resumo da proposta, onde se inclui também os valores a pagar por cada escalão de classe de área. Os montantes e as classes de área adoptados correspondem aos propostos para os pagamentos compensatórios.

Medida 17 – Pagamento Natura (Indemnização Compensatória Natura)	
1. Objectivo	<ul style="list-style-type: none"> • Compensar os agricultores pelos custos de contexto e perdas de rendimentos resultantes da inserção das suas explorações em territórios Natura 2000, contribuindo, por um lado, para a manutenção da biodiversidade, qualidade da água, paisagem e rede ecológica nacional e, por outro, para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes
2. Enquadramento	<ul style="list-style-type: none"> • Ponto (iiii) da alínea a) do Artigo 36º e Artigo 38º do Eixo 2 – “Melhoria do Ambiente e da Paisagem Rural” do Regulamento (CE) nº 1698/2005 de 20 de Setembro.
3. Condições de Acesso	<ul style="list-style-type: none"> • Explorações agrícolas ou parte de explorações agrícolas inseridas em territórios Natura 2000; • Agricultores, em nome individual ou colectivo, que mantenham actividade agrícola dentro dos limites geográficos dos Sítios e/ou ZPE e que sejam beneficiários de IC's ou Agro-ambientais; • Encabeçamento ≤ 3CN/ha SAU.
4. Compromissos	<ul style="list-style-type: none"> • Manter as condições de acesso; • Assegurar a manutenção da actividade agrícola, desde que não colida com os valores ambientais a preservar; • Cumprir os Requisitos Legais de Gestão (RLG) e aplicar as Boas Práticas Agrícolas (BPA).
5. Valor da ajuda	
Classes de área das explorações	Ajuda (Euros/ha)
≤5 há	250
>5 ha e ≤ 10 ha	220
> 10 ha e ≤ 20 ha	100
> 20 ha e ≤ 50 ha	65
> 50 ha e ≤ 500 ha	20

4. INVESTIMENTO

No quadro que se segue, apresenta-se uma estimativa do valor máximo a pagar anualmente. Nos cálculos efectuados admitiu-se que a medida vai abranger 60 % da SAU dos Sítios, de acordo com a meta estabelecida, e que a representatividade das classes de área é a que respeita aos pagamentos compensatórios.

Quadro 2 - Estimativa do montante anual máximo a ser dispendido com a Indemnização Compensatória Natura

Classes de área	Representatividade	SAU (ha)	Ajuda (€/ha)	Montante anual (€/ano)
≤5 ha	65%	16250	250	4.062.500,0
>5 ha e ≤ 10 ha	15%	3750	220	825.000,0
> 10 ha e ≤ 20 ha	13%	3250	100	325.000,0
> 20 ha e ≤ 50 ha	5%	1250	65	81.250,0
> 50 ha e ≤ 500 ha	2%	500	20	10.000,0
Total		25.000		5.303.750,0

No quadro seguinte apresenta-se uma estimativa do montante global necessário para esta ajuda. Para este cálculo admitiu-se que a ajuda entra em funcionamento em 2008 e a que taxa de adesão dos agricultores começa em 80% e estabiliza ao terceiro ano (2010).

Quadro 3 - Estimativa do montante global a ser dispendido com a Indemnização Compensatória Natura

Ano	Estimativa de adesão (%)	Montante anual (€/ano)
2008	80	4.243.000,0
2009	90	4.773.375,0
2010	100	5.303.750,0
2011	100	5.303.750,0
2012	100	5.303.750,0
2013	100	5.303.750,0
TOTAL		30.231.375,0

M 18 – PAGAMENTOS AGRO-AMBIENTAIS

1. ENQUADRAMENTO

Os pagamentos agro-ambientais constituem, em conjunto, uma das medidas destinadas à utilização sustentável das terras agrícolas de acordo com o Regulamento do Feader e cujos pressupostos se transcrevem:

“Os pagamentos agro-ambientais são concedidos aos agricultores que assumam, a título voluntário, compromissos agro-ambientais. Quando devidamente justificados, para atingir objectivos ambientais, os pagamentos agro-ambientais podem ser concedidos a outros gestores do espaço rural.”

“Os pagamentos agro-ambientais abrangem apenas os compromissos que ultrapassem as normas obrigatórias estabelecidas nos termos dos artigos 4º e 5º e dos anexos III e IV do Regulamento (CE) nº 1782/2003, assim como os requisitos mínimos relativos à utilização de adubos e produtos fitossanitários e outros requisitos obrigatórios pertinentes estabelecidos na legislação nacional e identificados no programa.”

“Esses compromissos são assumidos, regra geral, por um período de cinco a sete anos. Quando necessário e justificado, para tipos especiais de compromissos, deve ser determinado um período mais longo nos termos do nº 2 do artigo 90º

“Os pagamentos são concedidos anualmente e abrangem os custos adicionais e a perda de rendimentos resultantes do compromisso assumido. Se necessário, podem também abranger os custos resultantes da mudança.”

“Para conservação dos recursos genéticos na agricultura pode ser concedido apoio a operações não abrangidas por disposições ao abrigo dos n.ºs 1 a 4.”

Os pagamentos agro-ambientais serão, portanto, para compensar a assunção de compromissos cujo alcance está para além do exigido pelos requisitos legais de gestão e pelas boas condições agrícolas e ambientais.

O Regulamento FEADER estabelece montantes máximos que só em circunstâncias específicas e devidamente justificadas no programa de desenvolvimento rural, poderão ser aumentados:

• Culturas anuais	- 600,00€/ha
• Culturas perenes especializadas	- 900,00€/ha
• Outras utilizações da terra	- 450,00€/ha
• Raças locais ameaçadas de abandono	- 200,00€/CN

2. AVALIAÇÃO

Da avaliação intercalar do RURIS: “Estudo da Avaliação Intercalar do Programa de Desenvolvimento Rural de Portugal Continental”, IDRHa, 2003, resulta evidente a enorme dificuldade na avaliação das medidas agro-ambientais resultante da ausência de monitorização das variáveis de avaliação (exceptua-se o caso particular do Plano Zonal de Castro Verde).

“Genericamente considerada, a eficácia ambiental da Intervenção Medidas Agro-Ambientais é de difícil avaliação, uma vez que não foram estabelecidas situações de referência adequadas nem monitorizadas variáveis de avaliação.”

“Verifica-se, no conjunto das 20 medidas em avaliação, uma clara continuidade em relação às medidas existentes no Reg. (CEE) nº 2078/92, embora, em muitas delas, os compromissos ambientais tenha alguma complexidade adicional, que contribui para tornar ainda mais difícil a gestão da Intervenção sem que os aumentos de eficácia ambiental possam ser adequadamente medidos.”

“Apesar dos seus objectivos serem formalmente de natureza ambiental, a Intervenção tem poucos referenciais de eficácia ambiental, não tendo sido, para a quase totalidade das medidas, definidas as referências que permitiriam uma avaliação de eficácia convenientemente quantificada.”

Como marca duradoura e de maior repercussão refere-se o desenvolvimento assistido, na região, relativamente à protecção integrada e produção integrada. Relativamente ao modo de produção biológico a influência das agro-ambientais foi praticamente nula ao contrário do verificado no resto do país onde é possível constatar um significativamente maior desenvolvimento. Deve-se, ainda, evidenciar o papel determinante das Organizações de Agricultores como pólos dinamizadores e fomentadores destas novas práticas e tecnologias agrícolas muito particularmente da protecção integrada.

“As medidas do Grupo I ligadas aos modos de produção integrada, protecção integrada e agricultura biológica, foram eficazes num aumento relativo desses modos de produção em relação à situação no início do Programa.”

“As Organizações de Agricultores (OA) confirmaram a sua importância para a obtenção dos resultados da Intervenção, em particular, no aumento muito significativo da adesão à Protecção Integrada.”

“... a execução intercalar da intervenção MAA é marcada por resultados importantes e positivos no estímulo do modo de produção biológico (MPB), da produção integrada (PROD INT) e da protecção integrada (PROD INT). Estes resultados são portadores de potencial de transformação e de impactes ambientais importantes. As medidas Sementeira Directa, Técnicas de Mobilização Mínima e Enrelvamento da Entrelinha de Culturas Permanentes, importantes pelo seu potencial demonstrativo, entraram no elenco das medidas”

É também de salientar a importância da medida de protecção das raças autóctones como a única via para a manutenção de uma determinada produção animal extensiva de raças autóctones em consonância com os bons princípios agro-ambientais e que, doutra forma, tenderia a desaparecer ou a perder significativamente o seu interesse económico.

“O efectivo nacional de raças autóctones foi apoiado numa fracção significativa, sendo este apoio decisivo para a manutenção do mesmo.”

Relativamente ao nosso contexto regional, principal razão deste trabalho, importa frisar a experiência obtida com a medida dos sistemas policulturais. Esta medida, constitui desde 1994, a principal e por vezes a única via de difusão dos princípios agro-ambientais no Entre Douro e Minho. Relativamente ao contributo para os objectivos específicos da Intervenção MAA esta medida foi fortemente penalizada pela ausência de uma avaliação objectiva apesar de se reconhecer as suas potencialidades ambientais.

“Embora se reconheça a potencialidade para a existência de impactos ambientais positivos, principalmente na paisagem e na biodiversidade, a avaliação intercalar não dispõe de situação de referência quantificada.

É com naturalidade que o Grupo de Reflexão Estratégica assume a necessidade de revisão das actuais medidas. Esta revisão além da simplificação das medidas passará sobretudo por uma nova avaliação dos objectivos e por uma redução do leque de medidas de forma a valorizar maiores e mais eficazes níveis de exigências ambientais.

“Considerou-se que, perante um cenário de restrições financeiras, se deve privilegiar o apoio a medidas que visem a sustentabilidade de sistemas que tenham um efeito positivo sobre o ambiente, quer do ponto de vista da actividade produtiva (modo de produção biológico, produção integrada), quer do ponto de vista da prestação de serviços ambientais (biodiversidade, recursos genéticos, paisagem, património rural).” (Orientações para uma Estratégia de desenvolvimento Rural – Dezembro, 2005)

3. PROPOSTAS ESTRATÉGICAS

3.1. Objectivos Operacionais e Metas

Com o propósito de idealizarmos um modelo de programa de medidas agro-ambientais que se ajuste aos interesses particulares do Entre Douro e Minho e que tenha como pressupostos de sustentação, os já definidos pelo Regulamento (CE) nº1698/2005 de 20 de Setembro, e tendo-se em conta a avaliação efectuada, a experiência decorrente de 14 anos de aplicação de medidas agro-ambientais bem como as recomendações resultantes da avaliação intercalar do RURIS e mais recentemente das orientações do Grupo de Reflexão Estratégica, entende-se apontar os seguintes **objectivos operacionais**:

- Aumentar o número agricultores contratualizados na prestação de serviços agro-ambientais.
- Aumentar a área submetida a compromissos agro-ambientais.
- Simplificar o programa de medidas (menor número de medidas e normas de aplicação mais simples).

Como **metas** a atingir, entendeu-se que seria um bom resultado conseguirmos, relativamente ao global das medidas pagas por superfície, as 28.100 explorações com 67.700 ha, o que corresponde a um aumento de área na ordem dos 51%, e de 21% em termos do número de candidaturas, relativamente aos valores conseguidos pelo programa RURIS (ano 2004).

Os valores previstos distribuem-se pelos três níveis de ajuda e de compromissos agro-ambientais (que à frente serão apresentados) da seguinte forma:

Nível I: 25.000 explorações e 55.000 ha;
Nível II: 3.000 explorações com 12.000 ha;
Nível III e 100 explorações com 700 ha;

Como os três níveis de ajuda previstos assumem uma lógica de candidatura e benefício de toda a SAU da exploração, o valor de área aumenta de forma proporcionalmente superior ao aumento do número de explorações.

No que concerne à ajuda animal que visa o apoio às raças locais ameaçadas de abandono consideramos um bom resultado as 22.000 CN, relativamente ao conjunto das espécies de bovinos, de ovinos, de caprinos, de equídeos e de suínos.

Em relação aos galináceos, tendo em conta as perspectivas de evolução aliadas aos incentivos desta medida, esperamos atingir os 15.000 bicos.

Relativamente aos canídeos da raça Cão de Castro Laboreiro, considerou-se o valor de 100 animais.

3.2. Formação e gestão da medida

A definição dos objectivos enunciados tem como pressuposto a ideia de que os pagamentos agro-ambientais se assumem como principal instrumento disponível para a manutenção de uma agricultura ecologicamente adaptada às características regionais que importa preservar, e que o momento actual, designadamente com as últimas medidas de política agrícola, ao desligar ajudas importantes da actividade produtiva, poderão criar condições para acelerar a sua descaracterização.

O modelo de sub-medidas que se propõe procurou ter em conta as seguintes orientações:

- **Aumentar o grau de exigência ambiental;**
- **Simplificação do programa geral;**
- **Privilegiar níveis mínimos de produção;**
- **Criar condições para uma significativa adesão dos agricultores da região;**

Deste modo propomos a criação de três sub-medidas destinadas a pagamentos por superfícies e uma destinada ao pagamento de raças autóctones.

Relativamente aos pagamentos por superfície propomos três patamares de remuneração agro-ambiental que correspondem a três níveis crescentes de exigência agro-ambiental (Nível I, Nível II e Nível III).

Enquanto no primeiro nível se procura, fundamentalmente, remunerar os serviços ambientais prestados por pequenas explorações agrícolas no seu importantíssimo papel na preservação da paisagem, da biodiversidade e do património rural, nos níveis II e III, as explorações candidatas, para além daquelas funções, deverão assumir uma actividade produtiva significativa, e compromissos ambientais de exigência acrescida, nomeadamente na correcta e demonstrada utilização técnica dos principais factores de produção agrícola. Pelo que, nestas explorações, se impõe um mínimo de pelo menos 50% da SAU ocupada com culturas anuais e/ou com culturas permanentes (excluindo os prados e pastagens permanentes). A restante área só será paga se possuir animais à razão de 1ha /CN.

Uma exploração agrícola apenas poderá estar em um dos níveis de compromissos agro-ambientais num dado momento e, sempre que aplicável, os compromissos do nível seguinte integram o conjunto de compromissos do nível precedente ou níveis precedentes.

A transferência de uma sub-medida para outra apenas poderá funcionar no sentido do nível mais baixo para o mais elevado em termos de exigência ambiental (do Nível I para o Nível III).

Os pagamentos agro-ambientais por superfície propostos pressupõem uma lógica de submissão de toda a Superfície Agrícola Utilizada (SAU) da exploração, por se entender que em zonas minifundiárias a exploração agrícola funciona como unidade operacional e que só assim poderá cumprir os efeitos de carácter ambiental que estão subjacentes a estas ajudas.

Seccionar, para efeito de atribuição de ajuda agro-ambiental, elementos de interesse paisagístico, patrimonial, de biodiversidade, etc., integrantes de determinado equilíbrio no seio de explorações agrícolas pequenas ou muito pequenas, que são a garantia da manutenção de determinadas características de ocupação de territórios que é de interesse preservar, não se afigura a melhor opção.

No respeitante às ajudas previstas para as raças autóctones ameaçadas, e na continuidade dos anteriores programas, propõe-se uma nova abordagem da medida, privilegiando os nascimentos na exploração como forma de incentivar um manejo mais responsável dos efectivos, premiando os criadores com melhores resultados em termos de indicadores de produção.

Pretende-se, por outro lado, apoiar a raça Castro Laboreiro, raça autóctone de elevado interesse regional que importa conservar e promover.

Assim, as sub-medidas propostas são dirigidas a agricultores detentores de explorações agrícolas em todo o espaço do Entre Douro e Minho e contribuirão para o cumprimento dos seguintes objectivos específicos:

- Redução dos efeitos poluentes da agricultura.
- Conservação dos recursos solo e água
- Conservação da paisagem
- Conservação da biodiversidade
- Preservação dos habitats semi-naturais.
- Conservação do património tradicional edificado.

- Conservação das estruturas fundiárias e produtivas tradicionais

i. Condições contratuais

Relativamente às condições de contratualização da Administração com os beneficiários é harmonizado o procedimento proposto para com as indemnizações compensatórias, que julgamos se mantém válido para os agro-ambientais, em particular para os beneficiários do primeiro nível, exceptuando-se todas as situações de incumprimento das condições de elegibilidade ou compromissos assumidos.

Assim, transcreve-se, com as necessárias adaptações, o texto constante naquele documento:

"Nos termos regulamentares o contrato vigorará durante um período mínimo de cinco anos a contar da data do primeiro pagamento. É entendido, no entanto, que para regiões minifundiárias e de população agrícola envelhecida e cuja esmagadora maioria são agricultores a tempo parcial, deveriam ser feitos dois ajustamentos nas regras de contratação:

- c) O agricultor beneficiário de pagamentos agro-ambientais deverá ter a possibilidade de se desvincular dos compromissos, sem que desse facto resultem encargos para o agricultor, excepto o impedimento de se voltar a candidatar durante o período em que esse contrato estaria em vigor.
- d) O agricultor beneficiário, durante o período de vigência do contrato, poderá fazer alterações de quantidades ao contrato sem que desse facto resultem quaisquer encargos para o agricultor beneficiário quando haja diminuição de área."

De ambas as propostas se espera que resulte uma mais fácil adesão dos potenciais candidatos, procurando que tenha maior grau de liberdade na situação pós-adesão, quer em termos da sua manutenção ou não na actividade, quer na mobilidade das terras que integram a exploração.

ii. Pagamentos por Superfície no EDM

Nível I

Este nível destina-se a apoiar explorações com sistema tradicional de produção, baseado em pequenas explorações, que é determinante na preservação do mosaico paisagístico regional, assim como na preservação de determinados habitats e manutenção da biodiversidade. Pretende-se contrariar a forte tendência para o abandono das terras agrícolas, procurando atenuar os riscos associados, designadamente os incêndios e degradação da paisagem, manter operacionais infra-estruturas tradicionais colectivas, como os regadios tradicionais, designadamente os beneficiados por financiamento público, conservar outras características específicas da agricultura tradicional regional como sejam a agricultura em socos e determinados elementos do património edificado (espigueiros, eiras, tanques, minas e outras explorações de água particulares antigas, moinhos, muros, etc.).

Neste nível os pagamentos serão atribuídos aos primeiros 5,0 ha de cada exploração, pelo que é, sobretudo, dirigido a explorações de pequena dimensão, nomeadamente de policultura, que utilizam métodos de produção pouco intensivos, e em que muitas vezes o auto-consumo absorve parte significativa da produção.

Este tipo de exploração agrícola assume papel essencial na preservação do património agrícola edificado e do cultivo dos espaços agrícolas, que são determinantes na preservação das características da paisagem rural regional e da sua biodiversidade.

Limitada a ajuda aos primeiros 5 hectares de SAU da exploração, a ajuda máxima a atribuir neste nível é de 1060€/exploração, procurando que os agricultores detentores das maiores explorações assumam compromissos de maior exigência ambiental nos níveis superiores de exigência ambiental.

a) Beneficiários

Agricultores em nome individual ou colectivo.

b) Condições de acesso

- Declarar toda a SAU da exploração.
- Possuir uma área mínima de 0,5ha.
- Possuir um encabeçamento (do próprio ou de outrem) em pastoreio igual ou inferior a 3,0 CN/ha.

c) Compromissos

- Manter as condições de acesso.
- Aplicar as boas práticas agrícolas a toda a unidade de produção.
- Subscrever o Serviço Nacional de Avisos Agrícolas.
- Manter a actividade agrícola em toda a SAU da exploração.
- Manter em bom estado o sistema de rega tradicional sujeito a investimento público nos últimos 10 anos.
- Manter em bom estado a estrutura de socos da exploração.

- Manter em bom estado as vinhas em bordadura quer estas sejam conduzidas em ramadas, enforcado ou arjão.
- Manter em bom estado o património edificado presente na exploração, nomeadamente: espigueiros; eiras; moinhos; tanques e fontanários.
- Não mobilizar o solo de 1 de Novembro a 31 de Março, excepto na instalação de culturas.
- Não mobilizar o solo com o recurso à fresa.
- Manter a vegetação arbórea e arbustiva ao longo das linhas de água.
- Não fazer culturas anuais a menos de dois metros dos cursos de água.
- Proceder à identificação e registo obrigatório de todos os animais presentes na exploração.
- Ter a situação sanitária de todos os animais presentes na exploração, regularizada.
- Utilizar vestuário, calçado e protecção apropriados nas aplicações de produtos fitossanitários.
- Aplicar as técnicas de sementeira directa de culturas anuais no caso de se candidatar à majoração da ajuda.
- Proceder ao enrelvamento da entrelinha de culturas permanentes, no caso de se candidatar à majoração da ajuda.

Nível II

Este nível de exigência ambiental destina-se ao apoio às explorações agrícolas com condições estruturais capazes de viabilizar a alteração substancial do padrão de produção com vista ao aumento da eficiência e minimização de impactes ambientais, através da utilização correcta dos factores de produção e das adequadas técnicas culturais (produção integrada). Os subscritores do *Nível II*, assumem necessariamente os compromissos de preservação e boas práticas identificadas no *Nível I*.

O nível II dirige-se, então, a explorações vocacionadas para o mercado em que os titulares se regem por critérios de eficiência técnica e rentabilidade económica, não valorizando apenas aspectos de preservação patrimonial, paisagística ou ambiental mas integram preocupações relacionados com a competitividade.

Pretende-se, com esta ajuda, compatibilizar as boas práticas tradicionais da região com a racional utilização dos factores de produção (fertilizantes e pesticidas), preservar o património agrícola edificado, introduzir práticas de produção integrada em toda a SAU da exploração. Ter a assistência técnica como forma de impulsionar progressivamente estas explorações do ponto de vista técnico.

a) Beneficiários

- Agricultores em nome individual ou colectivo.

b) Condições de acesso

- Declarar toda a superfície agrícola útil da exploração (SAU).
- Possuir uma área mínima de 0,5ha.
- Possuir um encabeçamento (do próprio ou de outrem) em pastoreio igual ou inferior a 3,0 CN/ha.
- Ter pelo menos 50% da SAU ocupada com culturas anuais e/ou com culturas permanentes (excluem-se os prados e pastagens permanentes). A restante área só será paga se possuir animais à razão de 1ha/CN.
- Subscrever um contrato de assistência técnica com uma organização de agricultores reconhecida na área da Produção Integrada para toda a SAU da exploração.

c) Compromissos

- Manter as condições de acesso.
- Aplicar as boas práticas agrícolas a toda a unidade de produção.
- Subscrever o Serviço Nacional de Avisos Agrícolas.
- Manter a actividade agrícola em toda a SAU da exploração.
- Manter em bom estado a estrutura de socalcos da exploração.
- Manter em bom estado as vinhas em bordadura quer estas sejam conduzidas em ramadas, enforcado ou arjão.
- Manter em bom estado o património edificado presente na exploração, nomeadamente: espigueiros; eiras; moinhos; tanques e fontanários.
- Não mobilizar o solo de 1 de Novembro a 31 de Março, excepto na instalação de culturas.
- Não mobilizar o solo com o recurso à fresa.
- Manter a vegetação arbórea e arbustiva ao longo das linhas de água.
- Não fazer culturas anuais a menos de dois metros dos cursos de água.
- Ter a feito o registo obrigatório de todos os animais presentes na UP.
- Ter a situação sanitária, de todos os animais presentes na UP, regularizada.
- Utilizar vestuário, calçado e protecção apropriados às aplicações fitossanitárias.

- Utilizar apenas os produtos fitossanitários, homologados e recomendados para a protecção integrada.
- Efectuar um registo permanente de todos os tratamentos fitossanitários bem como conservar todos os comprovativos de aquisição.
- Efectuar as fertilizações com base em análises de solo e tendo em conta o balanço de nutrientes.
- Efectuar um registo permanente de todas as fertilizações bem como conservar todos os comprovativos de aquisição.
- Aplicar as técnicas de sementeira directa de culturas anuais no caso de se candidatar à majoração da ajuda.
- Proceder ao enrelvamento da entrelinha de culturas permanentes, no caso de se candidatar à majoração da ajuda.

Nível III

Com este nível pretende-se apoiar explorações em modo de produção biológico e outras que, não tendo aderido a este modo de produção, satisfaçam um conjunto de critérios relativos ao uso dos factores de produção, de preservação e promoção ambiental, assim como preocupações de higiene e biosegurança, que contribuam efectivamente para um modelo de agricultura sustentável, com produção de alimentos de elevada qualidade, mas com preocupação na promoção e melhoria efectiva de parâmetros ambientais. Os subscritores do *Nível III*, assumem os compromissos de preservação e boas práticas identificadas nos níveis I e II.

Com o *Nível III* pretende-se apoiar explorações com certificação em modo de produção biológico, ou explorações em produção integrada, de qualquer dimensão (acima de 0,5 ha), que se apresentam como competitivas em termos técnico-económicos em consonância com padrões elevados de aplicação de princípios e técnicas respeitadoras do ambiente. O titular da exploração terá de assumir uma atitude pro-activa de preservação ambiental.

a) Beneficiários

- Agricultores em nome individual ou colectivo.

b) Condições de acesso

- Os interessados na subscrição deste nível poderão optar pelas condições gerais ou em alternativa adoptar os princípios do modo de produção biológico.

Condições gerais:

- Declarar toda a superfície agrícola útil da exploração (SAU).
- Possuir uma área mínima de 0,5ha.
- Possuir um encabeçamento (do próprio ou de outrem) em pastoreio igual ou inferior a 3,0 CN/ha
- Ter pelo menos 50% da SAU ocupada com culturas anuais e/ou com culturas permanentes (excluem-se os prados e pastagens permanentes). A restante área só será paga se possuir animais, sendo o pagamento efectuado à razão de 1ha/CN.
- Subscrever um contrato de assistência técnica com uma organização de agricultores reconhecida na área da Produção Integrada.
- Possuir vestíários para mudança de roupa e calçado de trabalho.
- Dispor de um local apropriado, para a preparação das caldas fitossanitárias e lavagens de equipamentos, no caso de culturas permanentes com área superior a 5,0ha.
- Ser beneficiário das medidas de apoio ao bem estar animal se a exploração possuir mais de 50 CN.

Modo de produção biológico:

- Submeter a totalidade da exploração e produção pecuária à certificação do modo de produção biológico.
- Subscrever um contrato de assistência técnica com uma organização de agricultores reconhecida na área da Agricultura Biológica.

e) Compromissos

Condições Gerais:

- Manter as condições de acesso.
- Aplicar as boas práticas agrícolas a toda a unidade de produção.
- Subscrever o Serviço Nacional de Avisos Agrícolas.
- Manter a actividade agrícola em toda a SAU da exploração.
- Manter em bom estado a estrutura de socalcos da exploração.
- Manter em bom estado as vinhas em bordadura quer estas sejam conduzidas em ramadas, enforcado ou arjão.
- Manter em bom estado o património edificado presente na exploração, nomeadamente: espigueiros; eiras; moinhos; tanques e fontanários.
- Manter a vegetação arbórea e arbustiva ao longo das linhas de água.

- Instalar bandas de protecção dos cursos de água com pelo menos 2,0 metros de largura.
- Incorporar dos resíduos vegetais no processo produtivo (triturar, enterrar, compostar – proibição da queima).
- Não mobilizar o solo de 1 de Novembro a 31 de Março, excepto na instalação de culturas.
- Não mobilizar o solo com o recurso à fresa.
- Utilizar obrigatoriamente o local destinado para a preparação das caldas fitossanitárias e de adubação bem como para a lavagem dos recipientes.
- Utilizar vestuário, calçado e protecção apropriados às aplicações fitossanitárias.
- Utilizar apenas os produtos fitossanitários, homologados e recomendados para a protecção integrada.
- Efectuar um registo permanente de todos os tratamentos fitossanitários bem como conservar todos os comprovativos de aquisição.
- Efectuar as fertilizações com base em análises de solo e tendo em conta o balanço de nutrientes.
- Redução da fertilização azotada em 20% nas Zonas Vulneráveis relativamente aos valores de referência.
- Efectuar um registo permanente de todas as fertilizações bem como conservar todos os comprovativos de aquisição.
- Proceder à identificação e registo obrigatório de todos os animais presentes na exploração.
- Ter a situação sanitária, de todos os animais presentes na exploração, regularizada.
- Introduzir ninhos artificiais em parcelas de culturas permanentes com área superior a 2,0ha.
- Reservar de 1% da SAU para cultura destinada à alimentação de aves selvagens em explorações com uma área mínima de 5,0ha.
- Proceder a análises de água de rega pelo menos nos 2º e 4º ano da candidatura.
- Realizar as regas de acordo com sistema de monitorização.
- Efectuar a rega por meios apropriados, nomeadamente por aspersão em culturas anuais e à rega localizada em culturas permanentes.
- Não recorrer à rega por alagamento excepto na rega de lima no Inverno.
- Registar as dotações de água de rega por cultura, área e data.
- Utilizar obrigatoriamente os pédilúvios e os rodilúvios nas entradas e saídas das instalações pecuárias.
- Aplicar a sementeira directa de culturas arvenses anuais em parcelas com área superior a 1,0ha.
- Enrelvar a entrelinha de culturas permanentes.
- Utilizar abelhas na polinização em pomares com área superior a 1,0 ha.

Modo de produção biológico:

- Respeitar os princípios do modo de produção biológica definidos no Regulamento (CEE) nº2092/91.
- Certificar o modo de produção biológica através de contrato com Organismo Privado de Certificação e Controlo.

Pagamento – Medidas Superfície – Valor unitário / ha

Os pagamentos propostos, para as medidas superfície, são os constantes na tabela nº1.

Tabela nº1: Valores anuais das ajudas, por hectare, para as medidas de superfície.

Modulação	Nível I (€)	Nível II (€)				Nível III (€)			
		Culturas anuais		Culturas permanentes	Prados e pastagens permanentes	Culturas anuais		Culturas permanentes	Prados e pastagens permanentes
		Arvenses	Hortícolas			Arvenses	Hortícolas		
≤ 2,0 ha	260,00	300,00	550,00	525,00	125,00	550,00	900,00	800,00	250,00
> 2,0 ha e ≤ 5,0 ha	180,00	250,00	450,00	500,00	75,00	450,00	850,00	700,00	175,00
> 5,0 ha e ≤ 10,0 ha		175,00	250,00	425,00	45,00	250,00	600,00	600,00	100,00
> 10,0 ha		100,00	125,00	250,00	20,00	125,00	375,00	350,00	50,00

Para os beneficiários do Nível I o pagamento é efectuado com base na área agrícola da exploração (SAU). Os pagamentos relativos aos níveis II e III respeitam a toda a área da exploração, mas diferenciam as áreas de culturas anuais das áreas das culturas permanentes e relativamente às anuais é feita a distinção entre culturas hortícolas e arvenses.

Consideram-se culturas permanentes as áreas contínuas de vinha, Kiwi, pomóideas, prunóideas ou citrinos e outras fruteiras.

Os prados e pastagens permanentes são pagos em função dos efectivos à razão de 1 ha por cabeça normal.

Relativamente aos compromissos voluntários dos níveis I e II propõe-se uma majoração anual da área envolvida de 100,00€/ha no caso da sementeira directa e 75,00€/ha no caso do enrelvamento da entrelinha de culturas permanentes, de acordo com os definições seguintes:

a) Sementeira directa

A opção por esta ajuda determinará os seguintes compromissos específicos:

- Utilizar as técnicas de sementeira directa em toda a área de compromisso (mobilização do solo apenas na zona da linha e simultânea ao processo de sementeira, com máquina própria para este fim - numa única operação abre sulcos, deposita e tapa a semente);
- Não fazer queimadas, incluindo o restolho

b) Enrelvamento de Culturas permanentes

O enrelvamento da entrelinha de culturas permanentes é voluntário para os subscritores dos níveis I e II e obrigatório para os subscritores do nível III, em culturas permanentes. Deste modo, prevê-se um acréscimo relativamente à ajuda base para atribuir aos subscritores dos níveis I e II. A opção por esta ajuda determinará os seguintes compromissos específicos:

- Manter o revestimento vegetal natural ou semeado das entrelinhas.
- Manter as áreas candidatas em condições normais de produção
- Em culturas regadas controlar o desenvolvimento vegetativo da entrelinha exclusivamente através de cortes sem enterramento
- Em culturas de sequeiro, é permitido aplicar herbicidas não residuais e constantes da lista de produtos homologados em protecção integrada, na entrelinha, entre 1 de Março e 1 de Outubro, para controlo da vegetação
- Utilizar, na sementeira, sempre técnicas de mobilização mínima na entrelinha.
- Nas culturas de sequeiro, garantir uma cobertura de 90% do solo no período de 30 de Novembro a 1 de Março

4.4. Manutenção de Raças Locais Ameaçadas de Abandono

Relativamente ao programa anterior e ainda em vigor, considera-se como alteração principal a propor o facto de passar a contemplar ajudas não só às fêmeas e ou machos adultos, mas também por cria registada no livro de nascimentos, no caso de bovinos e pequenos ruminantes.

Com esta alteração pretende-se premiar os criadores mais dinâmicos em termos da sua actividade produtiva, mas também criar condições para um aperfeiçoamento ao nível das informações prestadas pelos criadores junto das associações detentoras dos livros genealógicos / Registos Zootécnicos.

Para o caso das raças bovinas, sugere-se ainda que as fêmeas elegíveis para o Prémio à Manutenção de Efectivos de Vacas Aleitantes sejam, simultaneamente, elegíveis para efeito de pagamento de ajudas agro-ambientais, passando as fêmeas com idade igual ou superior a 8 meses serem também elegíveis. Esta opção justifica-se por (i) razões de uniformização de critério e (ii) por haver consenso quanto à necessidade de estimular a recria de animais.

Propõe-se ainda a instituição de ajuda à raça de cão Castro Laboreiro para animais inseridos em explorações agrícolas da região.

Apesar de não avançar com proposta concreta no âmbito deste trabalho, o grupo deixa no ar a possibilidade de vir a ser estudada a hipótese de as "raças locais ameaçadas de abandono" beneficiadas por ajudas agro-ambientais poderem vir a ter ajudas diferenciadas em função da zona / região onde está localizada a exploração agrícola que se candidata a ajudas.

a) Beneficiários

Agricultores em nome individual ou colectivo.

b) Condições de acesso

Podem beneficiar das ajudas previstas nesta medida os candidatos que reúnam as seguintes condições:

- Possuir animais das seguintes espécies e raças:
 - Bovinos: Cachena, Barrosão, Maronesa, Arouquesa e Minhota.
 - Ovinos: Bordaleira do EDM.
 - Caprinos: Bravia.
 - Equinos: Garrano.
 - Suínos: Bísaro.
 - Galináceos: Preta Lusitânica e Pedrês Portuguesa.
 - Canídeos: Castro Laboreiro.
- Encabeçamento (do próprio ou de outrem) em pastoreio igual ou inferior a 3,0 CN/ha.
- Ser membro de uma associação de criadores detentora do livro genealógico ou registo zootécnico da raça.
- Ter os animais inscritos no registo zootécnico ou livro genealógico de uma das raças listadas.
- Demonstrar o bom estado sanitário de todos os animais presentes na Unidade de Produção.

- Fazer parte de uma organização de produtores pecuários (OPP), no caso de candidatarem animais das espécies bovina, ovina ou caprina;

São elegíveis as fêmeas reprodutoras e no caso dos bovinos, também as novilhas com mais de 8 meses, nas mesmas condições do prémio às vacas aleitantes, e os machos reprodutores inscritos no livro de adultos até 10% do efectivo de fêmeas (para efectivos inferiores a 10 fêmeas é elegível 1 macho reprodutor). No caso do cão da raça Castro Laboreiro serão os animais machos ou fêmeas inscritos no Livro Genealógico até três animais por exploração.

c) Compromissos

Para efeitos de atribuição da ajuda, os beneficiários devem comprometer-se, durante o período de concessão da ajuda, a:

- Manter as condições de acesso
- Explorar os animais em linha pura;
- Manter os encabeçamentos em pastoreio inferiores ou iguais a 3,0 CN/ha;
- Comunicar à entidade responsável do Livro Genealógico ou Registo Zootécnico todas as alterações do efectivo;
- Fazer prova anual do efectivo presente na Unidade de Produção e do seu estado sanitário.
- Possuir uma área de parque de recreio ao ar livre, com pelo menos 50 m² por animal adulto, relativamente a candidaturas da espécie canídea.

d) Valor da Ajuda

Ajuda base

Para a medida de apoio às raças locais ameaçadas de abandono propomos as tabelas nº 2 e nº3, diferenciando por um lado os bovinos, os ovinos, os caprinos, os suínos e equinos, expressos em CN e por outro lado os galináceos, expressos em número de bicos.

Tabela nº2: Valor anual da ajuda para as espécies bovina, ovina, caprina, equina e suína.

Modulação	Valor da ajuda (€ / CN)
≤ 10 CN	130,00
> 10 CN e ≤ 20 CN	100,00
> 20 CN e ≤ 50 CN	75,00
> 50 CN e ≤ 100 CN	50,00

Tabela nº3: Valor anual da ajuda para a espécie galinácea.

Modulação	Valor da ajuda (€ / 50 bicos)
≤ 500 bicos	130,00
> 500 bicos e ≤ 1500 bicos	100,00
> 1500 bicos e ≤ 5000 bicos	75,00
> 5000 bicos e ≤ 10000 bicos	50,00

Relativamente ao à raça Cão de Castro Laboreiro propõe-se um pagamento de 150,00 € por cada animal adulto inscrito no Livro Genealógico (fêmea ou macho) declarado, até um limite de três animais por exploração agrícola.

Ajuda complementar

- Na espécie bovina, cada cria que seja inscrita no livro de nascimentos no período de vigência do compromisso, filha de fêmea reprodutora inscrita na medida, tem direito a mais uma ajuda de montante igual ao do animal adulto (cada cria equivale a 1,0 CN; pagamento sujeito à modulação respectiva).
- Nas espécies ovina e caprina, por cada três crias que sejam inscritas no livro de nascimentos no período de vigência do compromisso, filhas de fêmea reprodutora inscrita na medida, têm direito a mais uma ajuda de montante igual ao do animal adulto (três crias correspondem a 0,15 CN; pagamento sujeito à modulação respectiva).

4. INVESTIMENTO

4.1. Medidas de Superfície

Para o cálculo do investimento na contratualização com agricultores das medidas relativas aos pagamentos por superfície, foi necessário definir uma série de pressupostos que permitam quantificar as explorações nos diferentes níveis de adesão.

Relativamente a cada um dos níveis quantificamos as explorações que se encaixam em cada uma das classes de modulação. Para este efeito, recorremos ao RGA99 que nos forneceu os dados constantes na tabela nº4. A área das explorações utilizada para o cálculo do investimento é a área obtida através do produto da proporção relativa da área em cada classe de modulação e o valor estimado para as metas apontadas para cada nível de ajuda (tabela nº5).

É então possível determinar o valor do investimento relativo a um ano cruzeiro que estimamos ser possível a partir do 3º ano de candidaturas.

O valor do investimento para pagamentos anuais, relativos às subscrições do Nível I, é de 13.860.906,59 €. Estimamos em 1% a área de sementeira directa e em 10% a área de culturas permanentes com enrelvamento da entrelinha. Deste modo acresce no Nível I, 55.000,00€ relativamente à sementeira directa e 412.500,00€ relativamente ao enrelvamento da entrelinha de culturas permanentes.

Tabela nº4: Determinação do peso das explorações por classes de área e da área média por exploração

Classes de área	Explorações nº	%	Área total* (ha)	%	Área média por exploração (ha)
< 1,0 ha	18149	27	10577	6	0,58
≥ 1,0 ha e < 2,0ha	25085	37	34589	21	1,38
≥ 2,0 ha e < 5,0ha	17330	26	51994	31	3,00
≥ 5,0 ha e < 10,0ha	4752	7	32285	19	6,79
≥ 10,0 ha	2230	3	38250	23	17,15
Total	67546	100	167695	100	2,48

Fonte: RGA99

* No último escalão foram retirados 48000ha de baldio. Trata-se de área não contabilizada, directamente, para efeito de pagamento das ajudas.

Para o cálculo do investimento dos níveis II e III, consideramos os seguintes pressupostos:

- 50% das explorações são predominantemente de culturas permanentes.
- 3% das explorações são predominantemente hortícolas com área média de 1,2ha (consideramos apenas a segunda classe de áreas do RGA99).
- As restantes 47% correspondem a explorações mistas com a seguinte ocupação cultural:
 - 40% da área é ocupada com culturas arvenses.
 - 40% da área é ocupada com culturas permanentes.
 - 20% da área refere-se a áreas de prados e pastagens permanentes (ver tabelas nº6 e nº7).

Tabela nº5: Cálculo do investimento base anual do Nível I

Classes de modulação	Valor da Ajuda (€)	Área (ha)	Investimento (€)
≤ 2,0ha	260,00	43.667,58	11.353.571,43
> 2,0 ha e ≤ 5,0ha	180,00	11.332,42	2.039.835,16
Total		55.000,00	13.393.406,59

Tabela nº6: Estimativa da área por ocupação cultural do Nível II

Ocupação cultural	%	Área (ha)
Culturas Arvenses	18,8	2.256,0
Culturas Permanentes	68,8	8.256,0
Horticultura	3,0	360,0
Prados e Pastagens Permanentes	9,4	1.128,0
Total	100,0	12.000,0

Tabela nº7: Estimativa da área por ocupação cultural do Nível III

Ocupação cultural	%	Área (ha)
Culturas Arvenses	18,8	131,6
Culturas Permanentes	68,8	481,6
Horticultura	3,0	21,0
Prados e Pastagens Permanentes	9,4	65,8
Total	100,0	700,0

O valor do investimento correspondente aos níveis II e III, resulta do somatório em cada um dos níveis, dos valores de investimento relativo às culturas arvenses (ver tabelas nº8 e nº12), às culturas hortícolas (ver tabelas nº9 e nº13), às culturas permanentes (ver tabelas nº10 e nº14) e às áreas de prados e pastagens permanentes (ver tabelas nº11 e nº15).

O valor do investimento anual, totaliza para o nível II 5.684.836,63 €, depois de contabilizados os valores da majoração devida à sementeira directa de 225.600,00 € (valor obtido utilizando a área estimada para as culturas arvenses) e ao enrelvamento da entrelinha de culturas permanentes de 619.200,00€.

Relativamente ao Nível III, o valor anual do investimento cifra-se em 433.765,69 €

Tabela nº8: Cálculo do investimento anual do Nível II – Arvenses

Classes de modulação	Valor da Ajuda (€)	Área (ha)	Investimento (€)
≤ 2,0ha	300,00	1.528,93	458.678,56
> 2,0 ha e ≤ 5,0ha	250,00	294,09	73.522,99
> 5,0 ha e ≤ 10,0ha	175,00	224,36	39.262,44
> 10,0 ha	100,00	208,62	20.862,27
Total		2.256,00	592.326,26

Tabela nº9: Cálculo do investimento anual do Nível II – Hortícolas

Classes de modulação	Valor da Ajuda (€)	Área (ha)	Investimento (€)
≤ 2,0ha	550,00	257,63	141.696,50
> 2,0 ha e ≤ 5,0ha	450,00	73,93	33.268,50
> 5,0 ha e ≤ 10,0ha	250,00	19,91	4.977,50
> 10,0 ha	125,00	8,53	1.066,25
Total		360,00	181.008,75

Tabela nº10: Cálculo do investimento anual do Nível II – Culturas permanentes

Classes de modulação	Valor da Ajuda (€)	Área (ha)	Investimento (€)
≤ 2,0ha	525,00	4.699,32	2.467.143,86
> 2,0 ha e ≤ 5,0ha	500,00	1.897,35	948.673,44
> 5,0 ha e ≤ 10,0ha	425,00	932,58	396.346,45
> 10,0 ha	250,00	726,75	181.687,90
Total		8.256,00	3.993.851,65

Tabela nº11: Cálculo do investimento anual do Nível II – Prados e pastagens permanentes

Classes de modulação	Valor da Ajuda (€)	Área (ha)	Investimento (€)
≤ 2,0ha	125,00	0,00	0,00
> 2,0 ha e ≤ 5,0ha	75,00	814,67	61.100,00
> 5,0 ha e ≤ 10,0ha	45,00	219,33	9.870,00
> 10,0 ha	20,00	94,00	1.880,00
Total		1.128,00	72.850,00

Tabela nº12: Cálculo do investimento anual do Nível III - Arvenses

Classes de modulação	Valor da Ajuda (€)	Área (ha)	Investimento (€)
≤ 2,0ha	550,00	89,19	49.053,12
> 2,0 ha e ≤ 5,0ha	450,00	17,16	7.719,91
> 5,0 ha e ≤ 10,0ha	250,00	13,09	3.271,87
> 10,0 ha	125,00	12,17	1.521,21
Total		131,60	61.566,12

Tabela nº13: Cálculo do investimento anual do Nível III – Hortícolas

Classes de modulação	Valor da Ajuda (€)	Área (ha)	Investimento (€)
≤ 2,0ha	900,00	15,03	13.525,59
> 2,0 ha e ≤ 5,0ha	850,00	4,31	3.665,88
> 5,0 ha e ≤ 10,0ha	600,00	1,16	696,68
> 10,0 ha	375,00	0,50	186,61
Total		21,00	18.074,76

Tabela nº14: Cálculo do investimento anual do Nível III – Culturas permanentes

Classes de modulação	Valor da Ajuda (€)	Área (ha)	Investimento (€)
≤ 2,0ha	800,00	274,13	219.301,68
> 2,0 ha e ≤ 5,0ha	700,00	110,68	77.475,00
> 5,0 ha e ≤ 10,0ha	600,00	54,40	32.640,30
> 10,0 ha	350,00	42,39	14.837,85
Total		481,60	344.254,81

Tabela nº15: Cálculo do investimento anual do Nível III – Prados e pastagens permanentes

Classes de modulação	Valor da Ajuda (€)	Área (ha)	Investimento (€)
≤ 2,0ha	250,00	0,00	0,00
> 2,0 ha e ≤ 5,0ha	175,00	47,52	8.316,39
> 5,0 ha e ≤ 10,0ha	100,00	12,79	1.279,44
> 10,0 ha	50,00	5,48	274,17
Total		65,80	9.870,00

4.2. Manutenção de Raças Locais Ameaçadas de Abandono

Para o cálculo da contratualização com os agricultores da medida de "Conservação de raças locais ameaçadas de abandono", considerou-se que relativamente ao efectivo de bovinos, caprinos, ovinos, suínos e equinos, 80% se encontra na primeira classe de modulação e 20% na segunda. Deste modo calcula-se um investimento anual de 2.728.000,00 € (ver tabela nº16). Relativamente aos galináceos considerou-se que a contabilidade apenas deverá incidir na primeira classe de modulação, resultando um investimento anual de 39.000,00 € (ver tabela nº17). No que diz respeito à raça Castro Laboreiro estima-se um investimento anual de 15.000,00 €.

Relativamente ao acréscimo de pagamento para incentivo aos nascimentos na exploração, no que diz respeito às espécies bovina, ovina e caprina considerou-se que, em média, as fêmeas produzem uma cria de dois em dois anos nos bovinos e nos ovinos ou caprinos, uma cria por ano. Das 22 000 CN estabelecidas como meta estimamos que 20.000 CN correspondem a estas espécies. Deste modo podemos contabilizar um valor anual de 1.240.000,00 €

Tabela nº16: Cálculo do investimento anual relativo ao conjunto de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e equinos

Modulação	Valor da ajuda (€)	%	CN	Investimento (€)
≤ 10 CN	130,00	80	17.600	2.288.000,00
> 10 CN e ≤ 20 CN	100,00	20	4.400	440.000,00
> 20 CN e ≤ 50 CN	75,00	-	-	-
> 50 CN e ≤ 100 CN	50,00	-	-	-
Total		100	22.000	2.728.000,00

Tabela nº17: Cálculo do investimento anual relativo aos galináceos

Modulação	Valor da ajuda (€)	%	Bicos	Investimento (€)
≤ 500 bicos	130,00	100	15.000	39.000,00
> 500 bicos e ≤ 1500 bicos	100,00	-	-	-
> 1500 bicos e ≤ 5000 bicos	75,00	-	-	-
> 5000 bicos e ≤ 10000 bicos	50,00	-	-	-
Total		100	15.000	39.000,00

Os montantes contabilizados para o investimento anual, relativo à medida de "Conservação de raças locais ameaçadas de abandono", totalizam 4.022.000,00 €.

4.3. Investimento Total

No conjunto dos sete anos previstos, as ajudas propostas geram um investimento total que se cifram em 155 milhões de euros para o Entre Douro e Minho (ver tabela nº18). Espera-se para o primeiro ano uma taxa de 60% de aderentes, no segundo 85% e ao terceiro ano atingirmos o pleno das candidaturas previstas.

Tabela nº18: Montante total do investimento no período 2007-2013

Ano de candidatura	%	Ajudas por superfície (€)				
		Nível I	Nível II	Nível III	Total	
Ano 1	60	8.316.543,95	3.410.901,98	260.259,41	11.987.705,35	
Ano 2	85	11.781.770,60	4.832.111,14	368.700,84	16.982.582,57	
Ano 3	100	13.860.906,59	5.684.836,63	433.765,69	19.979.508,91	
Ano 4	100	13.860.906,59	5.684.836,63	433.765,69	19.979.508,91	
Ano 5	100	13.860.906,59	5.684.836,63	433.765,69	19.979.508,91	
Total		61.681.034,33	25.297.523,00	1.930.257,32	88.908.814,65	
Ano 6	100	13.860.906,59	5.684.836,63	433.765,69	19.979.508,91	
Ano 7	100	13.860.906,59	5.684.836,63	433.765,69	19.979.508,91	
Total		89.402.847,51	36.667.196,26	2.797.788,70	128.867.832,47	
Ano de candidatura	%	Ajudas animais (€)				Total
		Bovinos/Caprinos/Ovinos/Suínos Equinos	Galináceos	Castro Laboreiro	Total	
Ano 1	60	2.380.800,00	23.400,00	9.000,00	2.413.200,00	14.400.905,35
Ano 2	85	3.372.800,00	33.150,00	12.750,00	3.418.700,00	20.401.282,57
Ano 3	100	3.968.000,00	39.000,00	15.000,00	4.022.000,00	24.001.508,91
Ano 4	100	3.968.000,00	39.000,00	15.000,00	4.022.000,00	24.001.508,91
Ano 5	100	3.968.000,00	39.000,00	15.000,00	4.022.000,00	24.001.508,91
Total		17.657.600,00	173.550,00	66.750,00	17.897.900,00	106.806.714,65
Ano 6	100	3.968.000,00	39.000,00	15.000,00	4.022.000,00	24.001.508,91
Ano 7	100	3.968.000,00	39.000,00	15.000,00	4.022.000,00	24.001.508,91
Total		25.593.600,00	251.550,00	96.750,00	25.941.900,00	154.809.732,47

6. RURIS VS NOVAS PROPOSTAS

Como se pode observar nas tabelas nº19 e nº20 entre o quadro comunitário de apoio que agora termina, consubstanciado em termos de medidas agro-ambientais no programa RURIS e o futuro quadro de medidas que propomos há uma nítida melhoria quer quantitativa em termos de montantes de investimento e área beneficiada quer qualitativa, em termos do grau de exigência ambiental que se pretende atingir. Verifica-se também uma enorme simplificação com a redução do número de medidas com todas as implicações positivas ao nível da gestão, divulgação e compreensão por parte do público-alvo.

Tabela nº19: RURIS vs Novo Programa Agro-ambiental – comparação quantitativa

Ajuda	RURIS (2004)	Investimento	FEADER (2009)	Investimento	Δ Investimento
Superfícies	17 Medidas + Plano Zonal	11.254.512 €	3 Medidas + ITI	19.979.509 €	78%
	44 738 ha		67 700ha		
	18 191 candidaturas		28 100 explorações		
	€ / candi / ano = 619€		€ / expl / ano = 711€		
	€ / ha / ano = 251,6 €		€ / ha / ano = 295,1 €		
Animais	1 Medida	2.580.575 €	1 Medida	4.022.000 €	56%
	19 136 CN		22 000 CN		
	€ / CN /ano = 134,9€		€ / CN /ano = 182,8€		
Total		13.835.087 €		24.001.509 €	73%

No que concerne ao investimento é proposto um aumento de 73% (ano de cruzeiro). Este valor é correspondido por um lado pelo aumento da área em 51% e por outro lado por uma melhoria significativa do contributo agro-ambiental dos agricultores aderentes. Esta melhoria abrange todas as vertentes desde a paisagem à biosegurança, mas também em relação à biodiversidade, à conservação do solo e água. Relativamente à biodiversidade, são pela primeira vez propostas medidas de promoção e defesa activa da avifauna.

Tabela nº20:RURIS vs Novo Programa Agro-ambiental – comparação qualitativa

Comparação		RURIS			Novo Programa				
		Sistemas Policulturais	Raças Autóctones	Total Medidas 2001-2006	Nível I	Nível II	Nível III	Raças Locais	Total 5 anos
Exigências ambientais	Paisagem	++			++++	++++	++++		
	Biodiversidade	++			++	+++	++++		
	Conservação do solo	+			++	++	+++		
	Conservação da água	+			+	++	+++		
	Biosegurança						++++		

No respeitante à variação dos indicadores unitários dos valores pagos por exploração, por hectare e por Cabeça Normal, considera-se assumirem valores razoáveis tendo em conta a maior exigência ambiental pretendida. O aumento destes valores é da seguinte ordem de grandeza:

Valor pago por exploração (superfícies):+ 15%
 Valor pago por hectare + 17%
 Valor pago por CN + 35%

Os valores relativamente modestos de aumento dos valores a pagar por unidade de superfície e por exploração, apesar da proposta dos valores de ajuda em geral e do valor do investimento global, estará relacionada com o facto de, neste modelo, não estar prevista a acumulação de diferentes medidas para a mesma exploração ou parcela.

M 19 – PAGAMENTOS RELACIONADOS COM O BEM-ESTAR ANIMAL**1. ENQUADRAMENTO****1.1. Definição da medida**

- O Regulamento do FEADER prevê que os agricultores devem ser incentivados a adoptar normas elevadas em matéria de bem-estar dos animais, através do apoio àqueles que se comprometam a adoptar normas zootécnicas mais exigentes que as normas obrigatórias aplicáveis.

- Esta medida (que passaremos a designar por M19) visa conceder uma ajuda directa aos agricultores que assumam, a título voluntário, compromissos em matéria de bem-estar dos animais.

- A Regulamento alerta também para o facto de que os agricultores que se candidatam a estes apoios devem cumprir, em toda a sua exploração os requisitos legais de gestão e as boas condições agrícolas e ambientais, sob pena de serem penalizados.

- Realçamos a seguinte informação:

- a) Caso os beneficiários dos pagamentos previstos para o bem-estar dos animais não cumpram em toda a exploração, devido a uma acção ou omissão que lhes seja directamente imputável, os requisitos obrigatórios estabelecidos nos artigos 4º (requisitos legais de gestão) e 5º (boas condições agrícolas e ambientais) e nos anexos III (entre outros, a aplicação das directivas relativas ao bem-estar animal: 91/629/CEE, 91/630/CEE e 98/58/CE) e IV (normas - boas condições agrícolas e ambientais) do Regulamento (CE) n.º 1782/2003, o montante total dos respectivos pagamentos a conceder no ano civil em que se verifica o incumprimento é reduzido ou anulado;
- b) Durante o período de tolerância, a redução ou anulação dos pagamentos não é aplicável às normas em relação às quais tenha sido concedido um prazo de tolerância nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 26º (não superior a 36 meses a contar da data em que o cumprimento se torne obrigatório para a exploração agrícola, ou a contar da data de instalação de jovens agricultores).

1.2. Valores da ajuda definidos

- Os pagamentos relacionados com o bem-estar dos animais abrangem apenas os compromissos que ultrapassem as normas obrigatórias estabelecidas nos termos dos requisitos legais de gestão (Artigo 4.º e Anexo III do Reg. (CE) n.º 1782/2003) e outros requisitos obrigatórios pertinentes estabelecidos na legislação nacional e identificados no programa.

Os compromissos são assumidos, regra geral, por um período de cinco a sete anos. Quando necessário e justificado, para tipos especiais de compromissos, deve ser determinado um período mais longo nos termos do n.º 2 do artigo 90º do Regulamento atrás citado.

- Os pagamentos são concedidos anualmente e abrangem os custos adicionais e a perda de rendimentos resultantes do compromisso assumido. Se necessário, podem também abranger os custos da mudança.

O apoio é limitado ao montante máximo de **500 euros por Cabeça Normal**.

2. AVALIAÇÃO

O Grupo de Reflexão Estratégica, com vista à elaboração Plano Estratégico Nacional – Desenvolvimento Rural (instrumento de referência para a preparação dos Programas de Desenvolvimento Rural) (PEN) na abordagem feita aos pagamentos compensatórios previstos no Reg. 1698/2005 (FEADER), para o Bem-Estar dos Animais, salienta que as explorações pecuárias não cumprem as normas mínimas de bem-estar exigíveis pela legislação nacional e comunitária, e realça a inexistência de um quadro normativo claro para as explorações de bovinos.

Relativamente ao tipo de apoios previstos no Eixo 1 do FEADER (modernização das explorações, tendo em vista o cumprimento das normas obrigatórias) e no Eixo 2 (adesão à adopção de normas que ultrapassem aquelas), as orientações que este documento de planeamento define centram-se no apoio ao investimento com vista à modernização das explorações pecuárias e na aplicação das normas obrigatórias que estão ou venham a estar em vigor num futuro próximo, remetendo para segundo plano os apoios directos aos produtores pecuários, sempre que, voluntariamente, ultrapassem as normas mínimas obrigatórias estabelecidas nos termos dos requisitos legais de gestão.

Independentemente das orientações preconizadas no PEN privilegiarem a aplicação dos fundos na área do investimento e não nos apoios directos, passaremos a descrever o resultado da reflexão feita na Região, na perspectiva da aplicação desta Medida aos bovinos de leite e aos ovinos e caprinos, dada a importância crescente desta temática.

Os sectores da produção pecuária com maior interesse para a abordagem da problemática do bem-estar animal são: as **explorações intensivas de bovinos de leite** e as **explorações extensivas de pequenos ruminantes**, tendo em consideração o seguinte:

- A importância do sector leiteiro na região e no continente;
- A importância dos pequenos ruminantes nas zonas desfavorecidas;
- Legislação insuficiente e vaga para estes dois sectores, contrariamente ao que acontece para os suínos, vitelos e aves de capoeira.
- Partimos do **pressuposto** que a atribuição de um apoio directo aos produtores que cumpram voluntariamente os requisitos enunciados nesta medida (ultrapassando o nível do estritamente obrigatório), irá incentivar novos produtores a investirem nas suas explorações.

Esta ideia impõe-se também pela convicção de que o aumento da exigência e o respeito por normas de bem-estar animal, para além de proporcionar maior conforto aos animais, cria condições para, a médio prazo, aumentar a rentabilidade das explorações.

Por outro lado, a Comunidade Europeia pretende estabelecer a obrigatoriedade de informar, no rótulo dos produtos, o grau de bem-estar a que os animais foram sujeitos (“mínimo” até “máximo”), ou seja a diferenciação (valorização) do produto em função do nível de cumprimento das normas de bem-estar a que os animais foram sujeitos.

- Na Tabela 1 assinalamos o número de explorações pecuárias de bovinos de leite, de ovinos e de caprinos existentes, em 1999, no Entre Douro e Minho.

- Tabela 1 – Explorações de bovinos e de pequenos ruminantes existentes em 1999, no EDM

Tipo de explorações	Número de explorações	% Total de explorações do EDM (*)	Total de efectivos	Número médio de animais por exploração
Bovinos de leite	10 543	15,6	114 399	10,9
Ovinos	15 455	22,9	140 883	9,1
Caprinos	5 705	8,5	66 202	11,6
Total	31 703	47,1	321 484	

Fonte: RGA - 1999

(*) Total de explorações no EDM: 67 362

- Com a alteração da estrutura de produção verificada nas explorações de leite assistiu-se à redução significativa do número total de explorações mas surgiram explorações de maiores dimensões.

- Na tabela 2, encontra-se assinalado o número de produtores de leite na campanha de 2004-2005, por escalões de quota leiteira e volume de entregas de leite.

Tabela 2. Bovinos de leite. Produtores, produção e efectivo médio na campanha 2004-2005.

Quota leiteira (ton)	Número de produtores	Entregas de leite (ton)	Efectivo médio (n.º vacas em produção) (*)
<20	1 643	7 159	0,5
>20 a 80	681	37 531	6,8
>80 a 160	741	89 614	14,9
>160 a 400	964	254 482	32,6
>400	431	280 564	80,5
Total	4 460	669 350	18,5

Fonte: Divisão de Leite e Lacticínios

(*) Considerando que a produtividade média aos 365 dias, em 2004-2005, foi de 8 091 kg/vaca.

- O número de explorações de ovinos, por classes de número de animais existentes em 1999, encontra-se assinalado na tabela 3.

Tabela 3 - Explorações segundo o número de ovinos

Classes de animais	N.º de explorações	Efectivos	Efectivos médios
1 a 9	11 071	47 964	4,3
10 a 19	3 009	39 058	13,0
20 a 49	1 122	30 730	27,4
50 a 99	189	12 476	66,0
100 a 199	46	5 871	127,6
200 a 499	18	4 784	265,8
>= 500			0,0
Total	15 455	140 883	

Na tabela 4. assinalamos o número de explorações de caprinos, por classes de número de animais, existentes em 1999.

Tabela 4 – Explorações segundo o número de caprinos

Classes do número de animais	N.º de explorações	Efectivos	Efectivos médios
1 a 9	4 654	14 146	3,0
10 a 19	461	5 975	13,0
20 a 49	272	8 466	31,1
50 a 99	154	10 523	68,3
100 a 499	164	27 092	165,2
>= 500			0,0
Total	5 705	66 202	

Fonte: RGA 1999

3. PROPOSTAS ESTRATÉGICAS

3.1. Objectivos Operacionais e Metas

- Os pagamentos relacionados com o bem-estar dos animais estão estreitamente relacionados com os requisitos legais de gestão (previstos na condicionalidade), cuja finalidade é incentivar os agricultores à implementação da legislação comunitária em matéria de ambiente, saúde pública, saúde animal, fitossanidade e bem-estar animal.

- Estes conceitos decorrem da reforma intercalar da Política Agrícola Comum de 2003, que teve como principais objectivos:

- Promover uma agricultura mais orientada para o mercado, com desvio do apoio ao produto para o apoio ao produtor;
- Integrar as componentes ambiente, segurança alimentar e bem-estar animal como condicionantes aos apoios financeiros.

- Desta forma a concessão de ajudas passou a ficar condicionada ao respeito das normas ambientais, segurança alimentar, sanidade animal e vegetal, bem-estar animal e boas condições agrícolas e ambientais.

Com efeito, estabelecemos o seguintes **objectivos operacionais** para a medida a aplicar no EDM:

- Fomentar a adesão de explorações de pecuária intensiva de leite ao cumprimento de normas zootécnicas mais exigentes que as normas estabelecidas nos requisitos legais de gestão;
- Fomentar a adesão de explorações de pecuária de ovinos ao cumprimento de normas zootécnicas mais exigentes que as normas estabelecidas nos requisitos legais de gestão;
- Fomentar a adesão de explorações de pecuária de caprinos ao cumprimento de normas zootécnicas mais exigentes que as normas estabelecidas nos requisitos legais de gestão.

As **metas** propostas a atingir em cada um dos objectivos são as seguintes:

- Atingir 250 explorações leiteiras aderentes – 5 % dos produtores de leite da campanha 2004-2005 - no quarto ano de aplicação da medida;
- Atingir 200 explorações de ovinos aderentes à medida - 10 % das explorações de ovinos do EDM, que se candidataram ao prémio de ovinos e de caprinos , em 2004 - no quarto ano de aplicação da medida;
- Atingir 100 explorações de caprinos aderentes à medida – 10 % das explorações de caprinos do EDM, que se candidataram ao prémio de ovinos e de caprinos, em 2004 - no quarto ano de aplicação da medida.

- Na tabela 5. encontram-se assinaladas as explorações de bovinos, de ovinos e de caprinos potencialmente aderentes, bem como o número de animais potencialmente envolvidos.

Tabela 5 - Explorações de bovinos, ovinos e caprinos potencialmente aderentes e n.º de animais envolvidos

Espécie pecuária	Número de explorações (*)	Número de explorações aderentes	% de explorações aderentes	Efectivos médios considerados	N.º de animais envolvidos
Bovinos de leite	4.460	250	5,0	80,0	20.000
Ovinos	2.050	205	10,0	22,6	4.633
Caprinos	1.000	100	10,0	29,9	2.990
Total	7.510	555			27.623

Fonte: IFADAP/INGA. (2005). Divisão de Leite e Lactícínios, 2006

(*) Baseado nos produtores candidatos ao prémio de ovinos e de caprinos em 2004 (pressupondo que a relação do n.º. de explorações de ovinos e caprinos é de 2:1) e nos produtores de leite da campanha 2004-2005.

- O sucesso de aplicação desta medida pressupõe que se verifiquem, entre outros, os seguintes pressupostos:
 - Divulgação adequada da medida;
 - Reforço de formação profissional nesta temática, orientada para os produtores e respectivas associações;
 - Que os projectos de investimento aprovados para o sector do leite e dos pequenos ruminantes sejam rigorosos na aplicação do normativo em vigor relativo ao bem-estar dos animais.

3.2. Proposta de requisitos de bem-estar animal para explorações intensivas de bovinos de leite

• Os requisitos a que as explorações devem obedecer para que os produtores tenham acesso a esta medida, estão relacionados com as condições físicas das instalações pecuárias, sendo portanto, de natureza estrutural.

• Sabendo que o bem-estar dos bovinos de leite é um dos factores mais influentes no aumento de produção de leite de uma exploração, entendemos que as explorações que obedecem a estes parâmetros de qualidade também têm subjacentes práticas de manejo adequadas.

3.2.1. Condições de elegibilidade

• Apenas se poderão candidatar a apoios no âmbito do Bem-Estar Animal as explorações que satisfaçam as seguintes condições:

1. Explorações licenciadas de acordo com o Decreto - Lei n.º 202/2005 de 24 de Novembro.
2. Explorações em regime intensivo, com um encabeçamento mínimo de 2,8 CN/ha/SAU (*).
3. Explorações com um mínimo de 50 Cabeças Normais.
4. Explorações com estabulação em sistema semi-livre, com cubículos ou parque. (Estão excluídas destes apoios as explorações com sistemas de estabulação de vaca presa).
5. Outras condições técnicas específicas a que deverá obedecer o estábulo:
 - 5.1. Existência de um parque exterior em terra com dimensões mínimas
 - 5.2. Existência de uma área mínima de descanso
 - 5.3. Pavimento adequado
 - 5.4. Qualidade do ar aceitável
 - 5.5. Existência de espaço destinado a maternidade/enfermaria
 - 5.6. Dimensões mínimas de corredores
 - 5.7. Existência de bebedouros em número adequado
 - 5.8. Existência de manjedouras em número adequado
 - 5.9. Existência de um cais de embarque para carga e descarga de animais
 - 5.10. Existência de área mínima para espera de animais para a ordenha
 - 5.11. Parque de vacas de transição com dimensão mínima
 - 5.12. Cumprimento das regras de biosegurança (espaço de quarentena, vestiário, pedilúvio e rodilúvio)

(*) De acordo com o D.L. n.º 202/2005, de 24 de Novembro, designam-se por explorações de regime intensivo, as que em área coberta ou ao ar livre não utilizam o pastoreio em qualquer das fases do processo produtivo, ou cujo encabeçamento seja superior a 2,8 CN/hectare. Nestas explorações, que predominam na região de Entre Douro e Minho, existem ainda carências ao nível do Bem-Estar Animal.

3.2.2. Compromissos

- 1-Cumprimento das regras de bem-estar animal (Decreto-Lei n.º 64/2000, de 22 de Abril, transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva 98/58/CE, que estabelece as normas mínimas relativas à protecção dos animais nas explorações pecuárias);
- 2-Manter as condições de acesso;
- 3-Não aumentar o efectivo pecuário no estábulo para além do que é permitido pelo definido nas condições de acesso;
- 4-Manter os efectivos em bom estado sanitário;
- 5-Cumprir a legislação em vigor em matéria de saneamento animal, identificação animal e movimento de animais de e para a exploração.

3.3. Proposta de requisitos de bem-estar animal para explorações de ovinos e de caprinos

Os principais problemas existentes nas explorações de ovinos e de caprinos no Entre Douro e Minho prendem-se com a sobrelocação e ventilação das instalações.

- Assim, os requisitos a que as explorações de pequenos ruminantes devem obedecer para que os produtores tenham acesso a esta medida, estão relacionados, à semelhança do que acontece para os bovinos de leite, com as condições físicas das instalações pecuárias.

- A tipologia proposta tem como objectivo proporcionar condições de conforto e de bem-estar dos ovinos e caprinos, em termos de qualidade do ar (ventilação), temperatura e humidade do ar.

3.3.1. Condições de elegibilidade

- A aplicação desta Medida destina-se a todas as explorações de ovinos e de caprinos cujos estábulos obedeçam às seguintes condições:

1. Explorações com um mínimo de 10 animais;

2. Condições técnicas específicas a que deverá obedecer o estábulo:

- 2.1. A área mínima por animal deverá ser 1,2 m², para que os animais possam manifestar o seu comportamento fisiológico e etológico

- 2.2. O estábulo deve obedecer aos requisitos preconizados numa das três tipologias de instalações constantes no Anexo 2.

3.3.2. Compromissos

- 1-Cumprimento das regras de bem-estar animal (Decreto-Lei n.º 64/2000, de 22 de Abril, transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva 98/58/CE, que estabelece as normas mínimas relativas à protecção dos animais nas explorações pecuárias);

- 2-Manter as condições de acesso;

- 3-Não aumentar o efectivo pecuário no estábulo para além do que é permitido pelo definido nas condições de acesso;

- 4-Manter os efectivos em bom estado sanitário;

- 5-Cumprir a legislação em vigor em matéria de saneamento animal, identificação animal e movimento de animais de e para a exploração.

4. INVESTIMENTO

- No cálculo do investimento global, consideramos diferentes valores de ajuda para as explorações de bovinos de leite e para as explorações de ovinos e caprinos.

Definição do valor da ajuda a aplicar às explorações de bovinos de leite

Para chegarmos a um valor médio da ajuda a atribuir (por Cabeça Normal), foi feito um exercício de simulação que consistiu na caracterização de uma exploração pecuária de produção de leite, com sistema semi-livre com parque, com um efectivo de 100 vacas e que entendemos representativa da região em termos das suas características técnicas usualmente adoptadas.

Relativamente a alguns parâmetros técnicos, procedeu-se à comparação dessa caracterização com os valores apontados nesta medida como necessários para a atribuição da ajuda e, por fim, uma estimativa do custo de remodelação da exploração para que ela possa candidatar-se à medida aqui preconizada.

Ou seja, este exercício conduziu-nos a um valor sustentado no custo dessa mudança estrutural para que o produtor de leite possa beneficiar desta ajuda.

Definição do valor da ajuda a aplicar às explorações de ovinos e de caprinos

Para as explorações de ovinos e de caprinos, entendemos que o valor da ajuda por Cabeça Normal deverá ser 50% do valor definido para as explorações de bovinos de leite.

Cálculo do investimento global

- Com base no exercício de simulação e dado que o objectivo desta medida é premiar os produtores que ultrapassam os requisitos legais obrigatórios, em termos de bem-estar dos animais, entendemos razoável atribuir o valor de 200 Euros por bovino, e de 100 Euros por Cabeça Normal de ovinos e de caprinos (ver tabela 6).

Tabela 6- Valor da ajuda a atribuir por espécie pecuária (Euros)

Espécie pecuária	Cabeça Normal	Valor da ajuda/CN (Euros)
Bovinos de leite	1,0	200
Ovinos	0,15	100
Caprinos	0,15	100

- A tabela 7 apresenta a estimativa da ajuda para o bem-estar dos animais das explorações de bovinos de leite.

Tabela 7 – Estimativa do investimento – Bovinos de leite

Ano de aplicação da ajuda	Número de explorações aderentes	Número de animais beneficiados	Cabeças Normais candidatas à medida	Ajuda (Euros)
Ano 1	100	8 000	8 000	1 600 000
Ano 2	150	12 000	12 000	2 400 000
Ano 3	200	16 000	16 000	3 200 000
Ano 4	250	20 000	20 000	4 000 000
Ano 5	250	20 000	20 000	4 000 000
Ano 6	250	20 000	20 000	4 000 000
Ano 7	250	20 000	20 000	4 000 000
Total				23 200 000

- A tabela 8 apresenta a estimativa da ajuda para o bem-estar dos animais das explorações de ovinos.

Tabela 8 – Estimativa do investimento – Ovinos

Ano de aplicação da ajuda	Número de explorações aderentes	Número de animais beneficiados	Cabeças Normais candidatas à medida	Ajuda (Euros)
Ano 1	50	1 130	169,50	16 950
Ano 2	100	2 260	339,00	33 900
Ano 3	150	3 390	508,50	50 850
Ano 4	200	4 520	678,00	67 800
Ano 5	200	4 520	678,00	67 800
Ano 6	200	4 520	678,00	67 800
Ano 7	200	4 520	678,00	67 800
Total				372 900

- A tabela 9 apresenta a estimativa da ajuda para o bem-estar dos animais das explorações de caprinos.

Tabela 9 – Estimativa do investimento – Caprinos

Ano de aplicação da ajuda	Número de explorações aderentes	Número de animais beneficiados	Cabeças Normais candidatas à medida	Ajuda (Euros)
Ano 1	40	1 196	179,40	17 940
Ano 2	50	1 495	224,25	22 425
Ano 3	75	2 243	336,38	33 638
Ano 4	100	2 990	448,50	44 850
Ano 5	100	2 990	448,50	44 850
Ano 6	100	2 990	448,50	44 850
Ano 7	100	2 990	448,50	44 850
Total				253 403

Na tabela 10 encontra-se assinalada a estimativa do investimento global da ajuda.

Tabela 10 – Estimativa do investimento global

Ano de aplicação da ajuda	Número de explorações aderentes	Número de animais beneficiados	Cabeças Normais beneficiadas	Ajuda (Euros)
Ano 1	190	10 326	8 349	1 634 890
Ano 2	300	15 755	12 563	2 456 325
Ano 3	425	21 633	16 845	3 284 488
Ano 4	550	27 510	21 127	4 112 650
Ano 5	550	27 510	21 127	4 112 650
Ano 6	550	27 510	21 127	4 112 650
Ano 7	550	27 510	21 127	4 112 650
Total				23 826 303

M 20 – INVESTIMENTOS NÃO PRODUTIVOS

1. ENQUADRAMENTO

As orientações estratégicas estabelecidas para a melhoria do ambiente e paisagem rural estabelecem como prioritário a promoção do desenvolvimento sustentável do espaço rural e visam a protecção e melhoria dos recursos naturais e das paisagens das zonas rurais. Neste contexto, as propostas apresentadas no Regulamento FEADER que visam o cumprimento deste objectivo, integradas no Eixo 2, consistem num conjunto de medidas que contribuem para a manutenção e/ou alteração de actividades agrícolas relevantes para a conservação da biodiversidade e/ ou da paisagem rural.

A aplicação de métodos de utilização das terras, compatíveis com a preservação do ambiente e paisagem e promotores da protecção e melhoria dos recursos naturais, ultrapassam o âmbito das boas práticas agrícolas e implicam custos ou perdas de rendimentos para o agricultor. As medidas de política delineadas visam a compensação monetária dos agricultores pelos serviços ambientais prestados.

A medida de apoio para investimentos não produtivos tem como objectivo apoiar os agricultores no cumprimento dos compromissos a assumir na prestação dos serviços ambientais, entendendo-se que os investimentos apoiados não conduzirão a um aumento líquido significativo do valor ou da rentabilidade da exploração.

Os beneficiários da medida podem ser agricultores em nome individual ou agricultores colectivos e apenas aqueles que sejam beneficiários das medidas inscritas nos pagamentos agro-ambientais e pagamentos Natura 2000 (artigo 41º, Regulamento (CE) nº1698/2005).

2. PROPOSTAS ESTRATÉGICAS

Tendo em consideração os compromissos a assumir pelos agricultores candidatos aos Níveis I, II e III das propostas das Medidas Agro-ambientais, estabelecemos uma série de investimentos que visam a promoção da biodiversidade, a manutenção do património paisagístico, a manutenção de práticas agrícolas tradicionais e a preservação do património edificado.

Para operacionalizar esta medida e reconhecendo o leque significativo de possíveis apoios de investimentos, por dado beneficiário, propõe-se que a análise de elegibilidade seja feita com base num manual de especificações técnicas e de valores de referência para custos máximos de investimentos. Como **meta** a atingir estabeleceu-se o número de 7.500 beneficiários, valor este correspondente a 25% dos agricultores candidatos ao pagamento de serviços agro-ambientais, e como montante de investimento máximo elegível por exploração, o valor de 2.000,00 euros.

OBJECTIVOS OPERACIONAIS	ACÇÕES A DESENVOLVER	METAS	INVESTIMENTO
Promover a prestação de serviços ambientais	Apoio a investimentos necessários para o cumprimento de compromissos agro-ambientais/ preservação de valores e paisagens naturais	7.5000 beneficiários	15.000.000,00 €

Para melhor contextualizar a relação dos investimentos com os serviços ambientais prestados, nomeadamente com os compromissos a assumir, apresentam-se em seguida alguns dos investimentos considerados elegíveis e, sempre que possível, os respectivos custos máximos de investimento:

Compromisso ambiental	Investimentos não produtivos	Custo máximo de investimento
Manutenção da estrutura de socalcos	- Recuperação de socalcos	110€/ m ³
Manutenção do património edificado	- Recuperação de muros de delimitação de parcelas	110€/ m ³
	- Recuperação de edifícios agrícolas tradicionais	220€/ m2
Manutenção do sistema de rega tradicional	- Desmatação e limpeza de terrenos ao longo da levada	5€/ m.l.
	- Recuperação de tanques	50€/ m ³
Preservação da vegetação arbórea autóctone	- Limpeza de matos arbustivos	600€/ ha
	- Remoção de espécies infestantes lenhosas	800€/ ha
Preservação de prados e pastagens espontâneas c/ elevado valor florístico	- Instalação de vedações para manejo dos animais	100€/ ha
	- Recuperação de parques de manejo	5€/ ha
Promoção da gestão e melhoria da qualidade da água	- Limpeza de linhas de água	20€/ m.l.
	- Implementação de equipamentos de rega gota-a-gota	2.990€/ ha
	- Implementação de equipamentos de rega mini-aspersão	6€/ árvore
	- Implementação de equipamentos de por aspersão	2.250€/ ha
	- Implementação de monitorização do sistema de rega	500€/ ha

Uma das vertentes inscritas neste tipo de investimentos não produtivos reporta-se a investimentos associados à preservação de valores naturais dos sítios da Rede Natura 2000. Neste momento não são possíveis de se determinar, na medida em que estão dependentes das opções estratégicas para implementação das orientações de gestão definidas no Plano Sectorial da Rede Natura 2000. Cada sítio tem as suas especificidades em termos de valores naturais e a definição das orientações estruturantes dependem das sinergias existentes entre as entidades responsáveis pela sua implementação. Somente após essa definição será possível estabelecer um normativo de investimentos não produtivos a eleger.

B.3. Medidas: Objectivos Operacionais, Acções, Metas e Investimento (ficha de programação AMI)

Eixo 2 – Ambiente e Paisagem
2.1 – Sustentabilidade Terras Agrícolas

Ficha: AMI

OBJECTIVOS OPERACIONAIS, ACÇÕES, METAS E INVESTIMENTOS

Medidas	Objectivos Operacionais	Acções a Desenvolver	Metas	Investimento (7anos)	
				Parciais	Medida
M15 – Zonas de Montanha	Aumentar o nº de explorações aderentes	Contratualização de serviços com agricultores por períodos de 5 anos	28 000 beneficiários		119 398 020
	Aumentar a SAU beneficiada		84 000 ha		
	Aumentar o rendimento médio dos pequenos agricultores beneficiários		636 € / exploração		
M16 – Zonas não de Montanha					0
M17 – Natura 2000	Promover uma adesão significativa dos agricultores que exerçam a actividade nos territórios Natura 2000	Contratualizaçãp de serviços com agricultores por períodos de 5 anos	3600 explorações		30 231 375
			25 000 ha		
M18 – Agro-Ambientais	Aumentar o nº de explorações aderentes	Contratualização de serviços com agricultores por períodos de 5 anos	28100 explorações		154 809 732
	Aumentar a SAU beneficiada		67 700 ha		
M19 – Bem-Estar Animal	Fomentar a adesão de explorações intensivas leiteiras	Contratualização de serviços com agricultores períodos de 5 anos	250 explorações	23 200 000	23 826 303
	Fomentar a adesão de explorações de ovinos		200 explorações	372 900	
	Fomentar a adesão de explorações de caprinos		100 explorações	253 403	
M20 – Investimentos não produtivos	Promover a prestação de serviços ambientais	Comparticipação em investimentos necessários à prestação de serviços eficazes que garantam a sustentabilidade das terras agrícolas	7 500 beneficiários		15 000 000
				Total	343.265.430

V.3. - EIXO 3 – QUALIDADE DE VIDA E DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA

A. Nota Metodológica

No Eixo da Qualidade de Vida e Diversificação da Economia foi seguida a seguinte metodologia de programação:

- Em primeiro lugar foram identificadas as principais actividades que, na Região de Entre Douro e Minho, poderiam constituir uma actividade complementar da actividade agrícola contribuindo para a diversificação da economia e o aumento do rendimento no mundo rural;

- De seguida foram identificadas as Medidas do Feader que deveriam ser operacionalizadas directamente em cada uma das actividades e que são as seguintes: M28, M29 e M30;

- Por outro lado, houve que eleger os principais *Domínios* preceituados no Feader para efeitos de programação, pelo que foram tratados os seguintes: Tecnológico Específico, Formação, Ambiente, TICs, Certificação, Cooperação e Estudos;

- Finalmente, identificaram-se as Medidas que, embora sejam referenciadas no quadro das actividades, deveriam ter um tratamento horizontal, total ou parcial, a todas as actividades consideradas: M31, M32, M33, M34 e M35

B. ACTIVIDADES PRODUTIVAS

B.1. Notas Prévias

As principais Actividades identificadas e tratadas, que a seguir se apresentam, são as seguintes:

- A1 – Artesanato
- A2 - Turismo
- A3 – Outras Actividades de Diversificação

O tratamento feito em cada actividade foi o seguinte:

- 1º. Breve caracterização da evolução na última década e meia e situação;
- 2º. Análise do Potencial de Desenvolvimento (análise swot);
- 3º. Propostas estratégicas;
- 4º. Estabelecimento de Objectivos Operacionais, Acções, Metas, Investimento e Enquadramento.

B.2. Apresentação

A1 - ARTESANATO

1. EVOLUÇÃO E SITUAÇÃO

O território rural do EDM maioritariamente de montanha, tradicionalmente uma zona cuja economia assentava principalmente na agricultura, tem vindo a perder população pois, as condicionantes a que a actividade agrícola está sujeita nesses territórios e as novas exigências da vida moderna conduziram ao seu abandono.

É assim fundamental promover esforços para a fixação das populações, o que passa pelo estímulo à pluriactividade como complemento do rendimento da actividade agrícola o que permitirá que, continuando a cultivar as terras, o agricultor contribua para a conservação do ambiente e da paisagem garantindo, nomeadamente, as novas funcionalidades que são reconhecidas ao mundo rural pela sociedade moderna.

Uma das actividades que, por ser compatível com a agricultura, poderá contribuir para complementar o rendimento das famílias é o artesanato, cuja relevância em termos de valor artístico, cultural e patrimonial é por todos reconhecida e que, para ser um factor de dinamização da economia rural, tem de fazer assentar a sua valorização na adopção de uma perspectiva empresarial, quer na produção quer na comercialização.

No EDM existem artesãos do mais diversos tipos :

- Os bordados dos quais se podem destacar, pelo reconhecimento que já conquistaram, os lenços de namorados de Vila Verde e os atalhados tradicionais que vão desde o Alto Minho até Arouca;
- A tecelagem do linho, praticamente por toda a região e da lã nomeadamente em algumas zonas de Basto;
- A ourivesaria tradicional de que é exemplo a filigrana;
- A cestaria, que reveste as mais diversas formas conforme a região onde é fabricada;
- Os trabalhos da madeira, como o fabrico de bonecos e peças decorativas e utilitárias;
- A olaria, desde o barro vermelho do Minho até ao barro negro de Resende;
- A escultura da pedra, de que são exemplo os "santeiros" do Alto Minho e a cantaria do Marco de Canavezes;
- As mantas, redes de pesca, pipos e pipotes, tamancos, bengalas, chapéus de palha, bonecos de folhelho, etc.

Tradicionalmente o artesanato e a transformação dos excedentes da exploração, como por exemplo as compotas, eram utilizados para aproveitar os tempos livres, em que não era possível o trabalho na exploração, e serviam para melhorar a qualidade de vida das famílias agrícolas aumentando o leque de produtos ao seu dispor. Nos tempos presentes é fundamental virar estas produções para o mercado e perspectivá-las como uma fonte de rendimento alternativo e um factor de desenvolvimento do mundo rural.

2. ANÁLISE DO POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO

<p>Pontos Fortes</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Diversidade e originalidade da oferta de produtos</i> • <i>Complementaridade relativamente à actividade agrícola nomeadamente a possibilidade de utilização das produções agrícolas da exploração como matéria-prima;</i> • <i>Flexibilidade produtiva</i> • <i>Diversidade da oferta de produtos de qualidade</i> • <i>Existência de artesãos c/ competências técnicas dos processos produtivos e das tecnologias tradicionais</i> • <i>Existência de legislação enquadradora da certificação do artesão e dos produtos e serviços artesanais</i> 	<p>Pontos Fracos</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Debilidade financeira e fraca apetência para investir em novas iniciativas e projecto</i> • <i>Pouca apetência para a cooperação/ associativismo</i> • <i>Dificuldade no fornecimento de matéria prima no caso do linho</i> • <i>Deficiências nos circuitos de comercialização</i> • <i>Sazonalidade e quantidade insuficiente na oferta de alguns produtos</i> • <i>Falta de marketing</i> • <i>Falta de vocação para os mercados externos</i> • <i>Actividade profissional pouco atractiva</i> • <i>Pouca adesão aos incentivos financeiros</i>
<p>Oportunidades</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Apetência dos consumidores por produtos originais e artesanais</i> • <i>Existência de incentivos financeiros ao investimento e formação profissional</i> 	<p>Ameaças</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Concorrência de outras regiões, bem como de outros países</i> • <i>Desaparecimento dos processos produtivos e das tecnologias tradicionais</i> • <i>Atracção do meio urbano na proximidade sobre os jovens, nomeadamente os mais qualificados</i> • <i>Dificuldades de expansão para mercados externo</i>

3. PROPOSTAS ESTRATÉGICAS

Adoptar uma estratégia de valorização e credibilização das artes e ofícios, enquanto plataforma de afirmação da identidade e cultura da população rural, assumir um papel impulsionador na dinâmica empresarial e de emprego local, serão objectivos desta proposta.

Estabeleceu-se como prioridade o apoio ao investimento em instalações e equipamentos como meio de promoção e desenvolvimento de oficinas artesanais.

Complementarmente, considerou-se importante apoiar a criação de espaços de venda, promover a criação de sites para a divulgação e comercialização dos produtos artesanais, apoiar a formação para a instalação/qualificação e aperfeiçoamento de artesãos, promover a criação de um sistema de qualificação e certificação de produtos artesanais de fabrico individualizado e genuíno, sem prejuízo da abertura à inovação.

Por fim, considerou-se importante apoiar a realização de estudos estratégicos e de marketing que enquadrem, numa base sub-regional, o planeamento destas propostas.

4. OBJECTIVOS OPERACIONAIS, ACÇÕES, METAS, ENQUADRAMENTO E INVESTIMENTO

Nas fichas OP e AMI que a seguir se apresentam estão estabelecidos os Objectivos Operacionais, Metas, Enquadramento e Investimento que se propõem como necessários para realizar as propostas estratégicas e os objectivos específicos de curto /médio prazo da Estratégia de Desenvolvimento preconizada para a região.

Não são aqui enumeradas as acções de formação e informação que são imprescindíveis para o sucesso desta actividade pois elas terão em muitos casos cobertura de outros programas que não o FEADER, e no caso de terem uma especificidade própria estão englobadas nas acções previstas na medida horizontal M34 que é desenvolvida no "ponto C".

EIXO 3 - Qualidade de Vida e Diversificação
3.1 - Diversificação Economia Rural

Ficha. OP

MATRIZ DE OBJECTIVOS OPERACIONAIS

ACTIVIDADE NÃO AGRÍCOLA Nº.1 - ARTESANATO

SEGMENTOS	DOMINIOS	TECNOLÓGICO ESPECÍFICO	FORMAÇÃO	AMBIENTE	TICs	CERTIFICAÇÃO	COOPERAÇÃO	ESTUDOS	ENQUADRA MENTO
PRODUÇÃO		1. Apoiar a instalação e modernização de oficinas artesanais							M28/ M29
						2. Promover a criação de um sistema de qualificação e certificação de produtos artesanais			M28/ M29
								3. Promover estudos para o desenvolvimento de produtos do artesanato	M28/ M29
TRANSFORMAÇÃO OU INFRAESTRUTURAS DE APOIO					1. Apoiar a criação de sites para a divulgação e comercialização dos produtos artesanais				M28/ M29
COMERCIALIZAÇÃO		1. Apoiar a criação de espaços de venda dos produtos artesanais							M28/ M29

3.1 - <u>Diversificação Economia Rural</u>					Ficha: AMI
<u>ACCÕES, METAS, ENQUADRAMENTO E INVESTIMENTO</u>					
ACTIVIDADE NÃO AGRÍCOLA Nº.1 - ARTESANATO					
SEGMENTOS	OBJECTIVOS OPERACIONAIS	ACCÕES A DESENVOLVER	METAS	ENQUADRAMENTO	INVESTIMENTO
PRODUÇÃO	1. Apoiar a instalação e modernização de oficinas artesanais	- Criação de instalações para oficinas de artesãos	70 oficinas	M28	582 700
		- Modernização de instalações de oficinas de artesanato	70 oficinas	M29	1.167 300
	2. Promover a criação de um sistema de qualificação e certificação de produtos artesanais	- Realização de estudos de caracterização e de propostas de certificação	7 estudos	M28	420.000 €
				M29	280 200
	3. Promover estudos para o desenvolvimento de produtos do artesanato	- Realização de estudos de desenvolvimento de produtos do artesanato	7 estudos	M28	139 800
				M29	280 200
TRANSFORMAÇÃO OU INFRAESTRUTURAS DE APOIO	1. Apoiar a criação de sítios para a divulgação e comercialização dos produtos artesanais	- Criação de sítios	10 sítios	M28	16 700
				M29	33 300
COMERCIALIZAÇÃO	1. Apoiar a criação de espaços de venda dos produtos artesanais	- Criação de espaços de venda para artesãos	50 p/ artesãos	M28	332 900
				M29	667 100
		- Criação de espaços de venda para associações	10 p/ associações	M28	199 800
				M29	400 200
		- Criação de instalações de empresas de venda	50 p/ empresas	M28	665 800
				M29	1 334 200
				TOTAL	7.990.000

5. INVESTIMENTO POR DOMÍNIOS OPERACIONAIS

<i>Domínios</i>	<i>Investimento</i>
1. Tecnológico específico	7.100.000
2. Formação e Informação	
3. Ambiente	
4. TICs	50.000
5. Certificação	420.000
6. Cooperação	
7. Estudos	420.000
Total	7.990.000

6. INVESTIMENTO POR MEDIDAS

	<i>Medidas</i>	<i>Investimento</i>
M28	Diversificação para actividades não agrícolas	2.660.000
M29	Criação e desenvolvimento de micro empresas	5.330.000
M30	Incentivo a actividades turísticas	
M34	Formação e informação	
M35	Aquisição de competências e animação	
	Total	7.990.000

7. MEDIDAS DE POLÍTICA

O complemento e a articulação com outras medidas do QREN nomeadamente a Formação Profissional, é fundamental para o sucesso desta medida.

A2 – TURISMO

1. EVOLUÇÃO E SITUAÇÃO

Existiam no EDM em 1999, de acordo com o RGA, 67362 explorações agrícolas das quais 60.380 com menos de 5ha de SAU e 43.050 com menos de 2ha, correspondendo a uma diminuição de cerca de 40% relativamente aos n°s apurados pelo RGA de 1989. Estas explorações ocupam cerca de 45% da SAU da Região e muitas delas não conseguirão sobreviver sem que diversifiquem a sua actividade para actividades não agrícolas.

Numa região rica em património natural e construído, tradições, produtos e gastronomia regional, o turismo é sem dúvida uma das formas de diversificar a actividade nas zonas rurais. Tem sido aliás um sector onde se tem investido não só em alojamento e restauração como em animação e promoção.

A título de exemplo, e na falta de dados para o EDM apresentam-se os dados da evolução da oferta de estabelecimentos de TER na Região Norte onde é possível constatar que, de 2001 a 2004 o seu número aumentou mais de 50%

Modalidades:	2001	2002	2003	2004
Tur. Habitação	101	114	115	117
Tur. Rural	135	178	194	202
Agro turismo	40	47	50	52
Casas de Campo	7	33	52	57
Tur. Aldeia			1	1
Total	283	372	412	429

É ainda importante notar o aparecimento do Turismo de Aldeia, respondendo a um anseio das Associações de Desenvolvimento do EDM e que poderá enquadrar iniciativas regionais neste campo.

A oferta de estabelecimentos de TER no EDM em 2005, por NUT III, permite visualizar a sua distribuição na Região, com a modalidade de Turismo de Habitação a predominarem no Minho/Lima, onde este tipo de oferta turística nasceu e onde se situam importantes casas solarengas:

Modalidades:	Ave	Cavado	Entre Douro e Vouga	Grande Porto	Minho Lima	Tâmega	Total EDM
Tur. Habitação	11	11	1	4	45	31	103
Tur. Rural	22	27		4	59	42	154
Agro turismo	2	7		1	17	8	35
Casas de Campo	16	15		1	14	13	59
Tur. Aldeia					2		2
Hotel Rural	2				2	2	6
Parque Campismo						1	1
Total	53	60	1	10	139	97	360

É ainda de referir que a quase totalidade do alojamento em turismo em espaço rural do EDM se situa no Minho Lima, Tâmega, Cavado e Ave, sendo os dois primeiros destes territórios que concentram mais de 65% da oferta. É também no Minho Lima que se situam as duas experiências de turismo de aldeia recenseadas, sendo certo no entanto que outras zonas já avançaram também com o desenvolvimento deste tipo de alojamento.

2. ANÁLISE DO POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO

<p>Pontos Fortes</p> <ul style="list-style-type: none"> Existência de casas agrícolas e solares passíveis de proporcionarem alojamento de qualidade Riqueza e diversidade da gastronomia regional do artesanato e dos produtos tradicionais Património paisagístico e ambiental diversificado e atractivo Hospitalidade da população Existência de feiras e romarias de grande atractividade Existência de entidades locais dinamizadoras do desenvolvimento rural Aumento da qualidade e da quantidade da oferta de empreendimentos turísticos 	<p>Pontos Fracos</p> <ul style="list-style-type: none"> Abandono do cultivo dos solos e envelhecimento do tecido produtivo Ausência de enquadramento estratégico do TER no EDM Legislação e apoios financeiros dispersos e descoordenados Qualificação profissional insuficiente Ausência de promoção do produto TER Insuficiente animação turística Falta de integração entre os operadores do território
<p>Oportunidades</p> <ul style="list-style-type: none"> Mercado turístico em expansão e imagem favorável da Região como destino turístico Proximidade de centros urbanos importantes Impacto das novas tecnologias de comunicação 	<p>Ameaças</p> <ul style="list-style-type: none"> Abandono do meio rural

3. PROPOSTAS ESTRATÉGICAS

O Turismo no Espaço Rural é um factor de diversificação das actividades no espaço rural, permitindo criar mais valias locais e contribuir para um complemento de rendimentos nas explorações agrícolas

Reforçar a rede de infra estruturas de apoio ao TER nas áreas de animação, recreativas/lazer e informação será um dos principais objectivos desta proposta, já que, feito o historial do número de unidades de alojamento do TER nos últimos 4 anos, se concluiu que na Região de EDM existem cerca de 360 unidades de Turismo no Espaço Rural, cuja taxa de ocupação – cama tem vindo a decrescer (17% em 2001 para os 9% em 2003 e 2004.).

Para contrariar esta performance, foi considerado prioritário dinamizar a animação do meio rural, como forma de atrair os potenciais utilizadores de TER. Neste contexto, prevêem-se criar/melhorar diversas infra estruturas, como praias fluviais, pistas de pesca, parques de lazer, trilhos pedestres, desportos de natureza, apoiar feiras de produtos locais, feiras temáticas, apoiar sinalética associada ao turismo rural, bem como a promoção do TER na região do EDM.

Complementarmente, apoiar a formação para instalação, qualificação e aperfeiçoamento de unidades de e para o TER, bem como, apoiar a criação de sites para divulgação e comercialização das unidades de turismo, promover a competitividade das empresas, através do reforço da capacidade técnica e tecnológica e apoiar a criação de micro empresas para dinamização e comercialização de produtos turísticos, serão factores de dinamização do Turismo em Espaço Rural.

Não obstante o acima dito quanto ao número de unidades de alojamento na região, admite-se ainda apoiar a consolidação da oferta turística existente, através da criação/modernização de unidades de Agro Turismo, Casas de Campo, Turismo de Aldeia e Parques de Campismo, na região de EDM, quer pela relação estreita com a exploração agrícola, quer porque, são modalidades do TER pouco implementadas em algumas áreas geográficas.

Por fim, foi considerado essencial, que o planeamento deste tipo de intervenções e apoios fosse feito através de uma abordagem integrada, de âmbito sub regional e na base de parcerias público-privadas.

4. OBJECTIVOS OPERACIONAIS, ACÇÕES, METAS, ENQUADRAMENTO E INVESTIMENTO

Nas fichas OP e AMI que a seguir se apresentam estão estabelecidos os Objectivos Operacionais, Metas, Enquadramento e Investimento que se propõem como necessários para realizar as propostas estratégicas e os objectivos específicos de curto /médio prazo da Estratégia de Desenvolvimento preconizada para a região.

Não são aqui enumeradas as acções de formação e informação que são imprescindíveis para o sucesso desta actividade pois elas terão em muitos casos cobertura de outros programas que não o FEADER, e no caso de terem uma especificidade própria estão englobadas nas acções previstas na medida horizontal M34 que é desenvolvida no "ponto C".

EIXO 3 - Qualidade de Vida e Diversificação
 3.1 - Diversificação Economia Rural

Ficha. **OP**

MATRIZ DE OBJECTIVOS OPERACIONAIS

ACTIVIDADE NÃO AGRÍCOLA Nº 2 - Turismo

DOMINIOS	TECNOLÓGICO ESPECÍFICO	FORMAÇÃO	AMBIENTE	TICs	CERTIFICAÇÃO	COOPERAÇÃO	ESTUDOS	ENQUADRAMENTO
SEGMENTOS								
PRODUÇÃO	1. Apoiar o reforço da estrutura de alojamento do turismo em espaço rural							M28 / M30
				2. Apoiar a criação de sites para divulgação e comercialização das unidades de turismo em espaço rural				M30
TRANSFORMAÇÃO OU INFRAESTRUTURAS DE APOIO	1. Reforçar a rede de infra estruturas de apoio ao turismo em espaço rural							M28 / M30
				2. Apoiar a criação de sites para promoção da oferta turística				M30
COMERCIALIZAÇÃO	1. Apoiar a criação de micro empresas para dinamização e comercialização de produtos turísticos							M30
						2. Melhorar as condições de promoção e comercialização		M30

EIXO 3 - Qualidade de Vida e Diversificação 3.1 - <u>Diversificação Economia Rural</u> ACTIVIDADE NÃO AGRÍCOLA Nº.2 - Turismo					
ACCÕES, METAS, ENQUADRAMENTO E INVESTIMENTO					
Ficha: AMI					
SEGMENTOS	OBJECTIVOS OPERACIONAIS	ACÇÕES A DESENVOLVER	METAS	ENQUADRAMENTO	INVESTIMENTO
PRODUÇÃO	1. Apoiar o reforço da estrutura de alojamento do turismo em espaço rural	- Criação/ adaptação de unidades de alojamento de turismo em espaço rural	60	M28 M30	2 400 000 1 200 000
	2. Apoiar a criação de sítios para divulgação e comercialização das unidades de turismo em espaço rural	- Criação de sítios	40	M30	100.000
TRANSFORMAÇÃO OU INFRAESTRUTURAS DE APOIO	1. Reforçar a rede de infra estruturas de apoio ao turismo em espaço rural	- Criação de infra estruturas de animação, recreativas e de informação	50	M28 M30	1 600 000 3 400 000
	2. Apoiar a criação de sítios para promoção da oferta turística	- Criação de sítios	10	M30	50.000
COMERCIALIZAÇÃO	1. Apoiar a criação de micro empresas para dinamização e comercialização de produtos turísticos	- Criação de instalações de micro empresas de venda de produtos e serviços turísticos	50	M30	2.000.000 €
	2. Melhorar as condições de promoção e comercialização	- Realização de acções de marketing	50	M30	250.000 €
				TOTAL	11.000.000

5. INVESTIMENTO POR DOMÍNIOS OPERACIONAIS

<i>Domínios</i>	<i>Investimento</i>
1. Tecnológico específico	10.600.000
2. Formação e Informação	
3. Ambiente	
4. TICs	150.000
5. Certificação	
6. Cooperação	250.000
7. Estudos	
Total	11.000.000

6. INVESTIMENTO POR MEDIDAS

<i>Medidas</i>		<i>Investimento</i>
M28	Diversificação para actividades não agrícolas	4.000.000
M29	Criação e desenvolvimento de micro empresas	
M30	Incentivo a actividades turísticas	7.000.000
M34	Formação e informação	
M35	Aquisição de competências e animação	
	Total	11.000.000

7. MEDIDAS DE POLÍTICA

Uma actuação no domínio de uma actividade como o turismo implica necessariamente uma articulação com outras medidas do QREN nomeadamente a Formação Profissional, as Infra-estruturas e o Ambiente. É ainda importante que a opção por esta forma de diversificação da actividade do mundo rural seja claramente assumida pelas autarquias, nomeadamente nos instrumentos de ordenamento do território, de forma a não ser posto em causa o investimento efectuado.

A3 – OUTRAS ACTIVIDADES DE DIVERSIFICAÇÃO

1. EVOLUÇÃO E SITUAÇÃO

A desertificação do mundo rural a que se vem assistindo e a fuga dos mais aptos para o litoral ou para os centros urbanos só poderá ser contida se nesse território surgirem oportunidades de emprego.

É assim fundamental incentivar o aparecimento de outras actividades de diversificação no meio rural, no exterior ou no interior da exploração agrícola, apoiando nomeadamente a criação de micro-empresas que, aproveitando sempre que possível os recursos endógenos, promovam o emprego e travem o êxodo rural.

O facto de nesta Região se situarem importantes mercados e estabelecimentos de ensino profissional e superior, aliada ao facto de dispor de uma população relativamente jovem face à média nacional, poderá contribuir para o sucesso desta acção.

No entanto, tal só será possível com uma adequada dinamização das populações, nomeadamente dos mais jovens apoiando-as para a criação de empresas e formando-as de forma que o espírito empresarial surja entre elas.

2. ANÁLISE DO POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO

<i>Pontos Fortes</i>	<i>Pontos Fracos</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Capacidade de utilização das produções agrícolas e dos outros recursos endógenos como matéria-prima • População jovem, se comparada com a média nacional • Diversidade da oferta de produtos de qualidade • Existência de produtos com menção e com valorização no mercado 	<ul style="list-style-type: none"> • Diminuição da importância económica e social do sector agrário • Envelhecimento do tecido produtivo • Baixo nível de escolaridade da população • Pouca apetência para a cooperação/ associativismo e baixa capacidade de intervenção cívica. • Deficiências nos circuitos de comercialização • Falta de marketing • Actividade empresarial pouco atractiva • Pouca adesão aos incentivos e fraca capacidade financeira para garantir o auto financiamento • Regime de certificação dos produtos desajustado à realidade
<i>Oportunidades</i>	<i>Ameaças</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Apetência dos consumidores por produtos tradicionais e de qualidade • Existência de incentivos financeiros ao investimento e formação profissional • Proximidade de importantes mercados • Existência, na Região, de pólos de formação e difusão de conhecimentos. • Impacto das novas tecnologias de comunicação, quebrando o isolamento desses territórios 	<ul style="list-style-type: none"> • Acessibilidades deficientes em alguns locais • Concorrência acrescida de outros mercados • Abandono do meio rural • Inexistência de serviços de apoio às empresas

3. PROPOSTAS ESTRATÉGICAS

Permitir o desenvolvimento harmonioso das zonas rurais, fixar a população nas localidades, criar emprego, criar riqueza, são os objectivos desta proposta.

A criação de unidades produtivas ligadas à diversificação de actividades no espaço rural nomeadamente a instalação de pequenas unidades industriais, comerciais e de serviços que aproveitem os recursos endógenos e canalizem para estes territórios valor acrescentado, são determinantes para o sucesso desta actividade.

Deverá ser apoiado o investimento em infra-estruturas, equipamentos e criação de serviços de apoio à promoção e divulgação e ainda à elaboração de estudos estratégicos e de marketing.

4. OBJECTIVOS OPERACIONAIS, ACÇÕES, METAS, ENQUADRAMENTO E INVESTIMENTO

Nas fichas OP e AMI que a seguir se apresentam estão estabelecidos os Objectivos Operacionais, Metas, Enquadramento e Investimento que se propõem como necessários para realizar as propostas estratégicas e os objectivos específicos de curto /médio prazo da Estratégia de Desenvolvimento preconizada para a região.

Não são aqui enumeradas as acções de formação e informação que são imprescindíveis para o sucesso desta actividade pois elas terão em muitos casos cobertura de outros programas que não o FEADER, e no caso de terem uma especificidade própria estão englobadas nas acções previstas na medida horizontal M34 que é desenvolvida no "ponto C".

EIXO 3 - Qualidade de Vida e Diversificação 3.1 - <u>Diversificação Economia Rural</u>								Ficha. OP
MATRIZ DE OBJECTIVOS OPERACIONAIS ACTIVIDADE NÃO AGRÍCOLA N.º3 - OUTRAS ACTIVIDADES DE DIVERSIFICAÇÃO								
DOMINIOS SEGMENTOS	TECNOLÓGICO ESPECÍFICO	FORMAÇÃO	AMBIENTE	TICs	CERTIFICAÇÃO	COOPERAÇÃO	ESTUDOS	ENQUADRAM ENTO
PRODUÇÃO	1. Apoiar a instalação e modernização de empresas de produção de bens e serviços							M28 / M29
			2. Apoiar a instalação de quintas pedagógicas, centros de interpretação da natureza e de outras unidades de educação ambiental					M28
				3. Apoiar a instalação e modernização de empresas de serviços (contabilidade, gestão, marketing, multimédia, etc.)				M29
					4. Apoiar a criação de um sistema de certificação e qualificação dos produtos tradicionais			M28
TRANSFORMAÇÃO OU INFRA ESTRUTURAS DE APOIO	1 Apoiar a instalação e modernização de empresas de transformação de produtos da exploração agrícola e florestal							M28 / M29
COMERCIALIZAÇÃO	1. Apoiar a instalação e modernização de empresas de comercialização de produtos							M28 / M29
						2. Apoiar a promoção, divulgação e comercialização de produtos e serviços		M29

EIXO 3 - Qualidade de Vida e Diversificação 3.1 - <u>Diversificação Economia Rural</u> ACÇÕES, METAS, ENQUADRAMENTO E INVESTIMENTO ACTIVIDADE NÃO AGRÍCOLA Nº.3 - OUTRAS ACTIVIDADES DE DIVERSIFICAÇÃO					
					Ficha: AMI
SEGMENTOS	OBJECTIVOS OPERACIONAIS	ACÇÕES A DESENVOLVER	METAS	ENQUADRAMENTO	INVESTIMENTO
PRODUÇÃO	1. Apoiar a instalação e modernização de empresas de produção de bens e serviços	- Construção, reconversão e equipamento de edifícios para instalação de empresas de produção e de serviços	200 Empresas	M28 M29	3 700 000 4 300 000
	2. Apoiar a instalação de quintas pedagógicas, centros de interpretação da natureza e de outras unidades de educação ambiental	- Construção, reconversão e equipamento de edifícios e outras instalações, alfaia e equipamentos agrícolas e florestais	20 Un. Ed. Amb.	M28	800.000
	3. Apoiar a instalação e modernização de empresas de serviços (contabilidade, gestão, marketing, multimédia, etc.)	- Construção, reconversão e equipamento de edifícios para instalação de empresas de serviços em novas tecnologias	25 Empresas	M29	500.000
	4. Apoiar a criação de um sistema de certificação e qualificação dos produtos tradicionais	- Realização de estudos de caracterização e propostas de certificação	20 estudos	M28	1.200.000
TRANSFORMAÇÃO OU INFRA ESTRUTURAS DE APOIO	1. Apoiar a instalação e modernização de empresas de transformação de produtos da exploração agrícola e florestal	- Construção, reconversão e equipamento de edifícios para instalação de empresas de transformação	30 Empresas	M28 M29	400 000 800 000
COMERCIALIZAÇÃO	1. Apoiar a instalação e modernização de empresas de comercialização de produtos	- Construção, reconversão e equipamento de edifícios para instalação de empresas de comercialização	25 Empresas	M28 M29	200 000 800 000
	2. Apoiar a promoção, divulgação e comercialização de produtos e serviços	- criação de sites para a divulgação e comercialização de produtos e serviços	20sites	M29	100.000 €
		- Realização de acções de marketing de produtos e serviços	15 acções	M29	75.000 €
					12.875.000 €

5. INVESTIMENTO POR DOMÍNIOS OPERACIONAIS

<i>Domínios</i>	<i>Investimento</i>
1. Tecnológico específico	10.200.000
2. Formação e Informação	
3. Ambiente	800.000
4. TICs	500.000
5. Certificação	1.200.000
6. Cooperação	175.000
7. Estudos	
Total	12.875.000

6. INVESTIMENTO POR MEDIDAS

<i>Medidas</i>		<i>Investimento</i>
M28	Diversificação para actividades não agrícolas	6.300.000
M29	Criação e desenvolvimento de micro empresas	6.575.000
M30	Incentivo a actividades turísticas	
M34	Formação e informação	
M35	Aquisição de competências e animação	
	Total	12.875.000

7. MEDIDAS DE POLÍTICA

Deverá existir uma correcta articulação com medidas idênticas no âmbito do QREN.

B.3. QUADROS SÍNTESES DO INVESTIMENTO IMPUTADO DIRECTAMENTE ÀS ACTIVIDADES

Quadro Síntese 1 - INVESTIMENTO POR DOMÍNIOS OPERACIONAIS

Actividades:	Dominios:	Tecnológico Específico	Formação	Ambiente	TICs	Certificação	Cooperação	Estudos	Total	%
A1 -Artesanato		7.100.000			50.000	420.000	420.000		7.990.000	39,6
A2 - Turismo		10.600.000			150.000		250.000		11.000.000	33,9
A3 – Outras Actividades de Diversificação		10.200.000		800.000	500.000	1.200.000	175.000		12.875.000	26,5
Total		27.900.000		800.000	700.000	1.620.000	845.000		31.865.000	100
%		87,6%		2,5%	2,2%	5,1%	2,7%		100,0%	

Quadro Síntese 2 – INVESTIMENTO DAS ACTIVIDADES POR SEGMENTOS

Actividades:	Segmentos:	Produção	Transformação ou Infra estruturas de apoio	Comercialização	Total	%
A1 -Artesanato		4.340.000	50.000	3.600.000	7.990.000	39,6
A2 - Turismo		3.700.000	5.050.000	2.250.000	11.000.000	33,9
A3 – Outras Actividades de Diversificação		10.500.000	1.200.000	1.175.000	12.875.000	26,5
Total		18.540.000	6.300.000	7.025.000	31.865.000	100
%		58,2%	19,8%	22,0%	100,0%	

Quadro Síntese 3 - INVESTIMENTO DAS ACTIVIDADES POR MEDIDAS

Actividades:	Medidas:	M28	M29	M30	Total
A1 -Artesanato		2.660.000	5.330.000		7.990.000
A2 - Turismo		4.000.000		7.000.000	11.000.000
A3 – Outras Actividades de Diversificação		6.300.000	6.575.000		12.875.000
Total		12.960.000	11.905.000	7.000.000	31.865.000
%		40,8%	37,4%	22,0%	100

C. MEDIDAS, OBJECTIVOS E ACÇÕES COMUNS ÀS ACTIVIDADES

C.1. Notas Prévias

O tratamento feito horizontalmente em cada uma das Medidas, sempre que possível e justificável, foi o seguinte:”

- 1º. Breve caracterização da evolução na última década e meia e situação;
- 2º. Análise do Potencial de Desenvolvimento (análise swot);
- 3º. Propostas estratégicas;
- 4º. Estabelecimento de Objectivos Operacionais, Acções, Metas, Investimento e Enquadramento, o que se apresenta em conjunto numa só ficha de programação.”

C.2. Medidas: Evolução e Propostas Estratégicas

Apresentam-se de seguida as Medidas com Acções Horizontais ou complementares das directamente imputadas às Actividades.

M31 – SERVIÇOS BÁSICOS

1. EVOLUÇÃO E SITUAÇÃO

A crescente perda do peso específico do sector agrícola entre as fontes de rendimento das famílias agrícolas, aliado ao envelhecimento da população, a deficiências nas redes de infra-estruturas locais e serviços e a uma oferta de emprego escassa e pouco diversificada, são factores que têm contribuído para o agravamento do êxodo sobretudo nas zonas rurais mais afastadas e desfavorecidas. Este êxodo afecta sobretudo os jovens que vão procurar no exterior a formação e o emprego que essas zonas não lhes proporcionam.

Com esta intervenção pretendem-se criar condições que permitam não só travar esse êxodo, mas também atrair população para essas zonas, quer de uma forma permanente (para aí fixarem residência), quer ainda de uma forma temporária, actuando nomeadamente ao nível da criação de serviços básicos de apoio da população e da economia que actuem como facilitadores da vivência local.

Neste campo, dada a sua natureza e o carácter de complementaridade destes investimentos com os efectuados por outros sectores, torna-se imprescindível a articulação com outros Fundos Estruturais e com Investimento Público Nacional, nomeadamente ao nível da criação de infra-estruturas básicas em áreas como a Saúde, a Educação, o Ambiente, as Comunicações, Acessibilidades, etc.

2. AVALIAÇÃO DO POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO

<i>Pontos Fortes</i>	<i>Pontos Fracos</i>
<ul style="list-style-type: none"> • <i>População jovem, se comparada com a média nacional</i> • <i>Diversidade da oferta de produtos de qualidade</i> • <i>Alguma dinâmica associativa</i> 	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Envelhecimento da população</i> • <i>Declínio da agricultura enquanto sector produtivo</i> • <i>Fraca capacidade de atracção de investimentos</i> • <i>Inexistência de serviços de apoio às empresas e às populações, nomeadamente crianças e velhos</i> • <i>População com baixo nível de qualificações</i> • <i>Escassez da oferta de emprego</i>
<i>Oportunidades</i>	<i>Ameaças</i>
<ul style="list-style-type: none"> • <i>Proximidade de centros urbanos facilitadores do recrutamento de técnicos e da deslocalização de serviços</i> • <i>Atracção que as zonas rurais exercem sobre as camadas jovens com preocupações de ordem ambiental</i> • <i>Impacto das novas tecnologias de comunicação, quebrando o isolamento desses territórios</i> 	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Acessibilidades e redes de transportes públicos deficientes</i> • <i>Evolução acentuada no decréscimo da população residente, com a migração para o litoral e a consequente desertificação das zonas interiores de carácter rural</i> • <i>Competição pelos fundos estruturais de outras regiões com dinâmicas de desenvolvimento mais acentuadas</i>

3. PROPOSTAS ESTRATÉGICAS

A equiparação das condições de vida entre as áreas urbanas e rurais é impossível sem que estas tenham acesso a serviços básicos de apoio social e a espaços de animação cultural e de lazer.

Também no que respeita à economia, ela é débil se não mesmo por vezes inexistente, o apoio ao nível da facilitação da constituição e funcionamento de empresas é determinante.

Pretende-se, assim, com esta actividade a criar serviços básicos de apoio social aos sectores mais frágeis da população (infância, juventude e 3ª. Idade), a dinamização de actividades culturais e de lazer, numa aldeia ou associação de aldeias, assim como apoiar a instalação de centros de apoio às empresas, nomeadamente no que se refere à sua constituição e funcionamento e no acesso às novas tecnologias.

No entanto, tendo em conta um cenário de restrições financeiras, a dimensão do território, a necessidade de assegurar a articulação com outros instrumentos disponíveis no FEADER e noutros fundos estruturais, a abordagem territorial pretendida, ancorada em parcerias público-privadas, entende-se que só faz sentido a concretização destas medidas de forma integrada, num plano ou num conjunto coerente de projectos que actuem sobre o território.

Deverá também ser "condição de acesso", ao apoio a estas medidas, que fique demonstrado o compromisso efectivo por parte dos destinatários, talvez até com carácter vinculativo. Só assim poderá na fase de execução ser garantida a sustentabilidade das intervenções e o carácter integrado pretendido.

M32 – RENOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ALDEIAS

1. EVOLUÇÃO E SITUAÇÃO

No EDM, região de habitat muito disperso, existem muitas aldeias com reconhecido interesse patrimonial e paisagístico que têm vindo a perder população. A isso não é estranho o abandono da actividade agrícola, o envelhecimento da população, a deficiências nas redes de infra-estruturas locais e de serviços.

Em muitos casos estas povoações já tiveram no passado expressão própria e mesmo algum protagonismo, mas foram objecto de sangrias sucessivas e, não se identificando com os concelhos em que se inserem fruto de uma reorganização administrativa relativamente recente, encontram-se votadas ao isolamento.

Nos quadros comunitários anteriores existiu já alguma intervenção integrada sobre as aldeias sob a forma de intervenções pluri fundos no QCA II e do FEOGA no QCA III. Também a formatação dessas intervenções foi diferenciada: no caso do PIC Leader e do Agris (Medida 7.1.) apenas foi financiada a recuperação de património, enquanto nos Centros Rurais a actividade económica foi também objecto de financiamento:

DESCRIÇÃO	Nº. Proj.	Investimento Aprovado
QCAII	383	12.428.365
LEADERII	272	9.132.891
Centros Rurais	111	3.295.474
QCAIII	892	25.942.241
LEADERI+	35	1.618.400
AGRI - M 7.1.	857	24.323.841

2. ANÁLISE DO POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> Existência de lugares e aldeias tradicionais, com potencial de desenvolvimento e ainda povoadas Riqueza de património natural e paisagístico ainda com elevado grau de preservação Riqueza de património edificado de índole cultural e ligado às tradições em meio rural Dinâmica associativa 	<ul style="list-style-type: none"> Envelhecimento da população Fraca capacidade de atracção de investimentos Escassas oportunidades de emprego Grande carência de investimentos públicos Acessibilidades deficientes e degradadas e com redes deficientes de transportes públicos.
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> Procura crescente de actividades ligadas à natureza e ao meio rural Maior valorização do património natural, cultural e tradicional 	<ul style="list-style-type: none"> Evolução acentuada no decréscimo da população residente, com a migração para o litoral e a consequente desertificação das zonas interiores de carácter rural Competição pelos fundos estruturais de outras regiões com dinâmicas de desenvolvimento mais acentuadas Deficiente ordenamento do território que pode por em causa a actuação sobre as aldeias.

3. PROPOSTAS ESTRATÉGICAS

Pretende-se com esta actividade inverter a tendência de progressivo abandono que se tem verificado nestas povoações intervindo de forma integrada na revitalização destes espaços, na dinamização da actividade económica e na melhoria das infra-estruturas e serviços básicos de suporte ao desenvolvimento e à da qualidade de vida

Assim, dada a sua natureza e o carácter de complementaridade destes investimentos com os efectuados por outros sectores, torna-se imprescindível a articulação com outros Fundos Estruturais e com Investimento Público Nacional, nomeadamente ao nível da criação de infra-estruturas básicas em áreas como a Saúde, a Educação, o Ambiente, as Comunicações, Acessibilidades, etc., da criação de emprego, da qualificação dos recursos humanos, do fomento do empreendedorismo e da iniciativa individual e do turismo e da valorização do património cultural e ambiental

É também importante que sejam previstas formas de vinculação, ao nível do ordenamento do território, que evitem a realização de intervenções contraditórias aos objectivos da preservação destas zonas, zonas estas que devem ser aldeias ou pequenas associações de aldeias de elevado valor patrimonial ou tradicional, bem como a sua envolvente.

M33 – PATRIMÓNIO RURAL

1. EVOLUÇÃO E SITUAÇÃO

O EDM Rural possui um conjunto diversificado de património cultural e natural desde as Áreas Arqueológicas do Freixo e da Aboboreira e da Citânia de Sanfins até aos Mosteiros e Solares do Minho e de Basto.

As pontes, os cruzeiros, os pelourinhos, as brandas, os moinhos, os espigueiros, sequeiros e tantas outras edificações que o homem semeou no território; os parques naturais e toda a fauna e flora autóctones, muitas vezes de grande raridade; os rios, as montanhas e socos com toda a sua beleza paisagística; a “manta de retalhos” em que a agricultura de minifúndio transformou a paisagem cultivada do EDM; as tradições que nesta região foram preservadas e continuam a ter um papel importante na vida das populações, são alguns exemplos deste património.

Com o abandono da agricultura e o êxodo rural, muito deste património está em risco, o que significará o empobrecimento cultural da região e do País, pelo que importa actuar no sentido da sua preservação e valorização.

2. ANÁLISE DO POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> Riqueza de património natural e paisagístico ainda com elevado grau de preservação Riqueza de património edificado de índole cultural e ligado às tradições em meio rural Existência de zonas de grande biodiversidade Importância da família agrícola pluriactiva que integra um conjunto de valores, práticas e de património fundiário que reforçam o sentimento de pertença a um dado lugar 	<ul style="list-style-type: none"> Declínio da agricultura enquanto sector produtivo, e consequente abandono das terras e das construções agrícolas Insuficiente valorização do património e precária conservação e divulgação do mesmo Grande dependência de investimentos públicos Baixo grau de escolaridade das populações
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> Procura crescente da natureza e do meio rural Maior valorização do património natural, cultural e tradicional Maior consciência e preocupação com os valores naturais e ecológicos Procura crescente de produtos e serviços com uma componente ambiental e tradicional significativa 	<ul style="list-style-type: none"> Evolução acentuada no decréscimo da população residente, com a migração para o litoral e a consequente desertificação das zonas interiores de carácter rural Competição pelos fundos estruturais de outras regiões com dinâmicas de desenvolvimento mais acentuadas Avanço de agressões e atentados ambientais, culturais e patrimoniais

3. PROPOSTAS ESTRATÉGICAS

Com esta actividade pretende-se a preservação do património tradicional integrado num conjunto mais amplo de acções de desenvolvimento do território, bem como a recuperação e conservação de práticas e tradições culturais como sejam a musica, o folclore, os trajes, a gastronomia, as tradições, etc.

Pretende-se ainda propiciar a elaboração de planos de protecção e gestão de espaços naturais relevantes, nomeadamente os sítios Natura 2000, a realização de acções de sensibilização ambiental e a recuperação e valorização do património natural.

Está na base da proposta para o desenvolvimento desta acção a sua integração num conjunto coerente de projectos de âmbito territorial ou temático, de modo a evitar as acções isoladas de impacto reduzido.

M34 – FORMAÇÃO E INFORMAÇÃO AGENTES DO EIXO 3**1. EVOLUÇÃO E SITUAÇÃO**

A Formação de Agentes que aqui se pondera, é encarada na perspectiva de melhorar o desempenho dos promotores dos projectos e consequentemente maximizar a sua eficácia sobre o desenvolvimento rural.

Para além dos diversos cursos financiados pelo FSE e promovidos, entre outras, pelas Associações da Desenvolvimento local gestoras do PIC LEADER, foram também promovidas directamente por estas e financiadas ao por esta Iniciativa comunitária as seguintes acções de formação:

1.1 No Âmbito do PIC Leader II e durante toda a sua vigência foram aplicados 526.000€ em acções de formação que, dada a sua tipologia não estavam previstas no pacote de formação promovida pelas diversas entidades gestoras do FSE.

Projecto	Montante Aplicado
Form. Agentes Dinamizadores de Golfe	55.022,40
Centro Hipico do Mezio	46.313,38
Form.Prof. de Promotores de Proj. Turísticos	13.422,65
Curso de Plantas Aromáticas, Medic. e Condím.	27.259,31
Curso de Gastronomia Tradicional	3.775,90
Curso de Bordados Regionais	36.152,87
Curso de Tecelagem Criativa	23.159,19
Curso de Bordados Adaptados ao Vestuário	26.326,55
Curso de Bordados Regionais	6.140,20
Curso de Tradição e Moda	22.964,66
Curso de Tratadores e Ferradores de Cavalos	24.944,88
Form. Para o Desenv. em Meio Rural	21.398,43
Form. Especializada em Restauro de Madeira	73.956,76
Form. Espec. em Restauro de Doc. Gráficos/1996	37.439,77
Form. Espec. em Restauro de Doc. Gráficos/1997	4.339,54
Acção de Iniciação aos Bordados para Jovens	2.558,83
Acção de Iniciação aos Bordados para Jovens	2.693,51
Gab. Apoio à Bordadeira	13.188,22
Programa de Extensão e Assistência Técnica	1.456,49
Form. em Protecção Integrada da Vinha	4.868,27
Clube de Restauro de Mobiliário	4.025,30
Acção de Iniciação aos Bordados para Jovens	4.504,15
Acção de Iniciação aos Bordados para Jovens	4.419,35
Form. Esp. em Preservação/Manuten. da Floresta	2.209,67
Form. Esp. em Preservação/Manuten. da Floresta	2.209,67
Form. Esp. em Preservação/Manuten. da Floresta	3.391,83
Formação de Guias na Área do Turismo Cultural	21.717,66
Formação de Técnicos de Animação Turística	13.841,64
Guias Turísticos Locais	1.860,52
Guias Turísticos Locais	2.783,29
Form.de Empresários Cand. à Const. de Empresas	11.826,50
Form. de Promotores e Titul. de Unid.de Aloj.Turístico	5.835,94
TOTAL	526.007,32

Fonte: Relatório Final LEADER II

1.2 No Âmbito do PIC Leader+ e até 31/12/2004 foram aplicados 33.464€, em acções de formação que, dada a sua tipologia não estavam previstas no pacote de formação promovida pelas diversas entidades gestoras do FSE.

Projecto	Montante Aprovado	Montante Realizado
Acção de Formação Bordados	4.916	0
Curso de Atrelagem	20.524	20.287
Curso de Tecelagem Tradicional	5.119	4.271
Curso de Tecelagem e Bordados	4.962	4.865
Curso de Bordados Tradicionais	4.805	4.041
	40.326	33.464

Fonte: Relatórios 2004 das ADL do EDM

Como se pode verificar, a Formação Profissional financiada pelo PIC Leader foi em número reduzido, corresponde a um montante pouco elevado e procura responder às necessidades próprias dos projectos financiados pelo Programa. É assim encarada como uma actuação supletiva que apenas é accionada quando outras fontes de financiamento não são utilizáveis

2. AVALIAÇÃO DO POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO

<i>Pontos Fortes</i>	<i>Pontos Fracos</i>
<ul style="list-style-type: none"> Existência de recursos passíveis de serem transformados e comercializados Dinâmica associativa em crescimento Existência de fontes de financiamento disponíveis 	<ul style="list-style-type: none"> Envelhecimento da população População com baixo nível de qualificações Progressivo abandono dos processos produtivos e das tecnologias tradicionais
<i>Oportunidades</i>	<i>Ameaças</i>
<ul style="list-style-type: none"> Proximidade de centros urbanos facilitadores do recrutamento de técnicos Impacto das novas tecnologias de comunicação, quebrando o isolamento desses territórios 	<ul style="list-style-type: none"> Acessibilidades e redes de transportes públicos deficientes Evolução acentuada no decréscimo da população residente, com a migração para o litoral e a consequente desertificação das zonas interiores de carácter rural

3. PROPOSTAS ESTRATÉGICAS

A formação dos promotores dos projectos e a informação sobre os produtos e as tecnologias é fundamental ao sucesso de qualquer das medidas previstas neste Eixo. No entanto, dado que várias outras fontes de financiamento estão disponíveis e são organizados por diferentes entidades acções de formação que poderão responder às necessidades de formação detectadas, deverá apenas ser utilizada esta medida quando ligada a projectos de investimento aprovados neste quadro ou em quadros anteriores para as quais não seja possível encontrar outras fontes de financiamento alternativas

M35 – ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

1. EVOLUÇÃO E SITUAÇÃO

Nos últimos anos têm actuado sobre o território diversas Associações de Desenvolvimento Local que prepararam e executaram estratégias de desenvolvimento para os seus territórios. Muitas dessas associações apareceram no seguimento de uma iniciativa que procurou agir sobre o território (os PDAR), embora sem fonte de financiamento própria, e consolidaram-se com o aparecimento da Iniciativa Comunitária LEADER.

A acção dessas Associações foi financiada pelo PIC LEADER I, LEADERII e LEADER +, sendo que nos dois últimos destes programas, no EDM o financiamento das oito ADL que gerem esta Iniciativa Comunitária importou:

1.1. No Âmbito do PIC Leader II e durante toda a sua vigência

Descrição	Montante
Funcionamento do GAL	5.516.357,19
Remun. à Mão-de-Obra	3.418.952,16
Despesas de Funcionam.	1.470.749,60
Equipamento	469.689,79
Estudos	156.965,65

Fonte: Relatório Final LEADER II

1.2. No Âmbito do PIC Leader+ e até 31/12/2004

Descrição	Montante
Funcionamento GAL	5.064.355
Recursos Humanos	3.663.342
Informação e Publicidade	86.669
Sistema de Informação	46.513
Avaliação	57.792
Móveis e Equipamento	184.336
Outras Desp. Funcionamento	1.025.704

Fonte: Relatório 2004 LEADER +

3. PROPOSTAS ESTRATÉGICAS

A intervenção das Associações de Desenvolvimento no mundo rural tem desempenhado um papel muito relevante não só pelos recursos financeiros que o programa que gerem (o PIC Leader) canalizou para os respectivos territórios, mas principalmente pelas dinâmicas que criou, pela fixação de quadros em territórios deprimidos que possibilitou e pelo consequente desenvolvimento que sem a sua intervenção não se teria verificado.

É assim importante manter este tipo de actuação, o que aliás o próprio Regulamento do FEADER consagra, apoiando a continuação, sempre que possível e recomendável, das Associações existentes e financiando a elaboração de estratégias, a aquisição de competências e a execução dessas mesmas estratégias de desenvolvimento local

C.3. Medidas: Objectivos Operacionais, Acções, Metas e Investimento (ficha de programação AMI)

Eixo 3 - Qualidade de Vida e Diversificação <u>3.1. - Serviços Básicos à Economia e Populações Rurais</u> <u>3.2. – Renovação e desenvolvimento de Aldeias</u> <u>3.3 – Património Rural</u> <u>3.4. - Formação e Informação de Agentes do Eixo 3</u> <u>3.5. -Estratégia de Desenvolvimento Local</u>				
OBJECTIVOS OPERACIONAIS ACÇÕES, METAS E INVESTIMENTO				
MEDIDAS	OBJECTIVOS OPERACIONAIS	ACÇÕES A DESENVOLVER	METAS	INVESTIMENTO
<u>M31 - Serviços Básicos à Economia e Populações Rurais</u>	1. Criar serviços básicos de apoio às populações que actuem como facilitadores da vivência local	- Apoiar a instalação e equipamento de Centros de multi-serviços	20 Centros	2.000.000
		- Apoiar a instalação e equipamento de Creches/ amas credenciadas	100 Creches / amas	1.000.000
		- Apoiar a instalação e equipamento de Centros e serviços itinerantes de apoio social a idosos e jovens	30 serviços	2.100.000
		-Apoiar a instalação e equipamento de serviços itinerantes de animação cultural e recreativa	30 serviços	1.500.000
		Apoiar a instalação e equipamento de lojas itinerantes de apoio ao cidadão	30 serviços	1.500.000
	2. Criar serviços básicos de apoio às empresas que promovam a sua instalação no meio rural	- Apoiar a instalação e equipamento de Centros de apoio empresarial;	30 Centros	1.500.000
		- Apoiar a instalação e equipamento de Iniciativas locais em matéria de novas tecnologias de comunicação	30 Centros	1.200.000
		- Apoiar o fornecimento e utilização de fontes de energia renováveis.	15 Acções	450.000
	TOTAL			11.250.000
<u>M32 – Renovação e Desenvolvimento de Aldeias</u>	1. Promover a conservação do património edificado em locais de interesse para o desenvolvimento da actividade turística	- Recuperação e consolidação de sítios e edifícios de traça tradicional colocando-os ao serviço da comunidade local e da procura turística	10 Aldeias	10.000.000
	2. Promover a recuperação e valorização do património rural cultural	- Recuperação de práticas e tradições culturais (espólio documental e material, preservação de tradições, artes e ofícios, folclore, música, trajes, receituário gastronómico,...);	10 Acções	1.000.000
	3.Dinamizar a economia local no sentido de promover o emprego e a fixação das populações	- Apoio à criação de empresas com base nos saberes e produtos tradicionais, ao desenvolvimento do turismo e à instalação de serviços de apoio à economia	50 Emp.	2.000.000
	4.Melhorar a qualidade de vida das populações	- Criar serviços básicos de apoio às populações que actuem como facilitadores da vivência local	20 serviços	1.400.000
		- Requalificar a envolvente da aldeia;	10 Aldeias	5.000.000
	TOTAL			19.400.000

M33 Conservação e Valorização do Património	1. Promover a preservação dos valores e das paisagens naturais com elevado valor paisagístico	- Elaboração de planos de protecção e gestão relacionados com sítios NATURA 2000 e outros locais de elevado valor paisagístico	20 Planos	1.000.000
		- Construção ou recuperação de socos, passagens, zonas pedonais, itinerários e sinalética de locais de interesse	300 obras	9.000.000
		- Conservação e recuperação da vegetação ribeirinha e de margens de linhas de água	20 obras	1.000.000
		- Elaboração e publicação de estudos e inventários de património natural	10 estudos	500.000
	1. Promover a preservação dos valores e das paisagens naturais com elevado valor paisagístico	- Instalar espaços de divulgação e apoio ao turista e visitante, sinalética turística e postos de observação	20 acções	400.000
	2. Promover acções de sensibilização ambiental	- Realizar acções de divulgação sobre a necessidade e a forma de preservação do ambiente e do território	20 acções	800.000
		- Promover acções de formação e sensibilização ambiental	50 acções	2.000.000
		- Preservação do património arquitectónico tradicional (celeiros, espigueiros, moinhos, lagares, ...)	500 acções	15.000.000
		- Recuperação de património arquitectónico tradicional de interesse colectivo, com vista à sua refuncionalização para actividades económicas e culturais	30 acções	900.000
	3. Valorização e promoção do património rural cultural	- Recuperação de práticas e tradições culturais (espólio documental e material, preservação de tradições, artes e ofícios, folclore, música, trajes, receituário gastronómico, ...);	20 acções	400.000
TOTAL				31.000.000
M 3.4. - Formação e Informação de Agentes do Eixo 3	1. Apoiar formação para qualificação e aperfeiçoamento de empresários e trabalhadores	- Realizar acções de formação de qualificação e aperfeiçoamento para a instalação de empresas	10 cursos	400.000
		- Realizar acções de formação para qualificação e aperfeiçoamento de artesãos	15 cursos	300.000
		- Realizar acções de formação para qualificação e aperfeiçoamento de unidades de turismo	15 cursos	300.000
	2. Promover acções de sensibilização das populações e de formação dos executores de projectos de recuperação do Património	- Realizar acções de formação e qualificação nas técnicas de construção tradicional e na aplicação de materiais característicos da zona	8 cursos	320.000
		- Promover acções de sensibilização sobre o Património	20 sessões	60.000
	3. Promover acções de divulgação aos potenciais beneficiários	- Realizar acções de divulgação dos mecanismos de apoio ao investimento	50 sessões	150.000
		TOTAL		1.530.000

MEDIDAS	OBJECTIVOS OPERACIONAIS	ACÇÕES A DESENVOLVER	METAS	INVESTIMENTO
<u>M 35. -Estratégia de Desenvolvimento Local</u>	1. Apoiar estudos estratégicos e de marketing de produtos e serviços	- Realizar estudos estratégicos e de marketing	20 estudos	800.000
	2. Apoiar a organização de feiras e eventos de divulgação/venda de produtos e serviços	- Organizar feiras, mercados tradicionais e outros eventos	50 eventos	1.250.000
	3. Apoiar a realização de estudos estratégicos, de âmbito sub regional, de desenvolvimento do território	- Realizar estudos de diagnóstico da zona de intervenção	10 estudos	250.000
		- Elaborar planos de desenvolvimento da zona de intervenção	10 planos	500.000
	4. Promover acções de divulgação da estratégia local de desenvolvimento	- Realizar acções de divulgação da Estratégia Local de desenvolvimento	50 sessões	150.000
	5. Promover a aquisição de competências e a animação do território	- Realizar acções de formação para qualificação dos executores da Estratégia de Desenvolvimento	20 cursos	1.000.000
		- Realizar acções de formação de animadores	10 cursos	400.000
		- Executar, através de parcerias a estratégia de desenvolvimento definida para o território	10 Planos Est.	15.000.000
	TOTAL			19.350.000

D. EIXO 3 – QUALIDADE DE VIDA E DIVERSIFICAÇÃO – INVESTIMENTO TOTAL POR MEDIDAS

INVESTIMENTO TOTAL DO EIXO 3 – QUALIDADE DE VIDA E DIVERSIFICAÇÃO POR MEDIDAS

Medidas:	Actividades	Qual. de vida e Acções Comuns	Totais
M 28 -Diversificação para Actividades não agrícolas	12.960.000		12.960.000
M 29 - Criação e desenvolvimento de micro empresas	11.905.000		11.905.000
M 30 - Incentivo a actividades turísticas	7.000.000		7.000.000
M 31 - Serviços básicos para a economia e a população		11.250.000	11.250.000
M 32 - Renovação e desenvolvimento das aldeias		19.400.000	19.400.000
M 33 - Conservação e valorização do património		31.000.000	31.000.000
M 34 - Formação e informação dos agentes económicos		1.530.000	1.530.000
M 35 - Aquisição de competências e animação		19.350.000	19.350.000
Totais	31.865.000	82.530.000	114.395.000

VI – INVESTIMENTO TOTAL DO PROGRAMA

INVESTIMENTO TOTAL DO EIXO 1 – COMPETITIVIDADE por Medidas			
Medidas:	Fileiras	Acções Comuns	Totais
M1 - Informação e Formação	14.361.100	16.500.000	30.861.100
M2 - Jovens Agricultores	0	71.000.000	71.000.000
M3 - Reforma Antecipada	0	18.000.000	18.000.000
M4 - Serviços de Aconselhamento	0	75 000 000	75 000 000
M5 - Criação de Serviços e Gestão, Substituição e Aconselhamento	10.410.000	0	10.410.000
M6 - Modernização das Explorações Agrícolas	248.871.000	0	248.871.000
M8 - Melhoria do Valor dos Produtos Agrícolas	147.733.500	4 000 000	151.733.500
M9 - Cooperação na elaboração de novos produtos, processos e tecnologias	15.993.000	0	15.993.000
M10 - Infra estruturas	23.785.000	51.898.000	75.683.000
M11 - Restabelecimento do potencial da produção agrícola	0	20.000.000	20.000.000
M12 - Normas exigentes comunitárias	0	4.669.261	4.669.261
M13 - Apoio a agricultores regimes de qualidade	3.502.500	0	3.502.500
M14 - Apoio a agrupamentos de produtores regimes de qualidade	2.270.000	0	2.270.000
Totais	466.926.100	261.067.261	727.993.361

INVESTIMENTO TOTAL DO EIXO 2 – MELHORIA DO AMBIENTE E DA PAISAGEM por Medidas			
5 – Pagamento em Zonas de Montanha			119 398 020
7 – Pagamentos Natura 2000			30 231 375
8 – Pagamentos Agro-Ambientais			154 809 732
9 – Pagamentos Relacionados com o Bem-Estar Animal			23 826 303
0 – Investimentos não Produtivos			15 000 000
Total			343 265 430

INVESTIMENTO TOTAL DO EIXO 3 – QUALIDADE DE VIDA E DIVERSIFICAÇÃO por Medidas			
Medidas:	Actividades	Qual. de vida e Acções Comuns	Totais
M 28 -Diversificação para Actividades não agrícolas	12.960.000		12.960.000
M 29 - Criação e desenvolvimento de micro empresas	11.905.000		11.905.000
M 30 - Incentivo a actividades turísticas	7.000.000		7.000.000
M 31 - Serviços básicos para a economia e a população		11.250.000	11.250.000
M 32 - Renovação e desenvolvimento das aldeias		19.400.000	19.400.000
M 33 - Conservação e valorização do património		31.000.000	31.000.000
M 34 - Formação e informação dos agentes económicos		1.530.000	1.530.000
M 35 - Aquisição de competências e animação		19.350.000	19.350.000
Totais	31.865.000	82.530.000	114.395.000

INVESTIMENTO TOTAL DO PROGRAMA	
Eixos:	Totais
<i>EIXO 1 – COMPETITIVIDADE</i>	727 993 361
<i>EIXO 2 – MELHORIA DO AMBIENTE E DA PAISAGEM</i>	343 265 430
<i>EIXO 3 – QUALIDADE DE VIDA E DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA</i>	114 395 000
<i>Total do Programa</i>	1 185 653 791

Comparticipação Pública:

Apresentam-se de seguida a estimativa da comparticipação pública no Programa

Eixos:	Investimento	Taxas	FEADER	%
Eixo 1	727 993 361	65 %	473 195 685	52
Eixo 2	343 265 430	100 %	343 265 430	38
Eixo 3	114 395 000	80 %	91 516 000	10
	1 185 653 791		907 977 115	100

Conclui-se que a dotação pública global é de aproximadamente **908** milhões de euros e as dotações dos Eixos situam-se nos intervalos dos previstos no PEN – Plano Estratégico Nacional.

VII – GESTÃO DO PROGRAMA

1. CONSIDERANDOS

Da análise ao investimento realizado nos últimos quadros comunitários verifica-se que o investimento teve uma acentuada litoralização por razões que se prendem também com a dinamização e gestão assente na limitada capacidade de partida da Organização do Agro Local em algumas áreas da Zona Intermédia e em quase toda a Zona Interior, fruto do posicionamento geográfico desses territórios e das suas condições edafo-climáticas e estruturais para poderem competir num mercado de produtos finais que à partida não é homogéneo na relação com o território.

Da análise comparada feita aos indicadores sócio-económicos também se conclui que a Zona Interior da Região do Entre Douro e Minho apresenta níveis de desenvolvimento que são os mais baixos de toda a Região Norte.

Por outro lado, nas Zonas Litoral e Intermédia os modos de produção e as tecnologias empregues nas últimas décadas trouxeram problemas do foro agro-ambiental e paisagístico cuja correcção ou minimização passa pelo envolvimento colectivo de Agricultores e das suas Organizações e de uma forte participação/intervenção das Entidades Públicas que directamente têm competências no território e no domínio do conhecimento, dado que não é possível apenas solicitar aos Agricultores para procederem à correcção dos complexos problemas gerados durante muitas gerações e por muitas intervenções públicas.

Por fim, dada a complexidade da Medida Natura 2000 deverá estabelecer-se uma gestão cuidada de cada sítio ou ZPE por forma a conseguir-se atingir os objectivos de conservação já definidos.

Com efeito, o programa deverá contribuir para uma maior coesão e qualificação através da afectação prévia de recursos a esses territórios.

Nesse sentido propõem-se três tipos de intervenção:

1º. Estabelecimento de *Planos Integrados* de Requalificação e Animação do Desenvolvimento para a Zona Interior da Região, que é constituída por 19 concelhos;

2º. Desenvolver *Ações Integradas* de Requalificação Agro-Ambiental e Paisagística nas áreas mais vulneráveis e áreas problema das Zonas Litoral e Intermédia já identificadas;

3º. Estabelecer *Intervenções Territoriais Integradas* para todos os Sítios e ZPE da Rede Natura 2000 da Região.

2. PLANOS INTEGRADOS

Deverão ser desenvolvidos os seguintes dois planos:

- *Plano para o Minho Interior* a desenvolver nos concelhos de: Paredes de Coura, Melgaço, Arcos de Valdevez e Ponte da Barca da NUT Alto Minho, Terras do Bouro da NUT Cavado e Vieira do Minho, Póvoa de Lanhoso e Fafe da NUT Ave;

- *Plano para o Tâmega, Douro e Vouga* a desenvolver nos concelhos de: Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Ribeira de Pena, Mondim de Basto, Amarante, Baião, Marco de Canavezes, Resende, Cinfães e Castelo de Paiva da NUT Tâmega e Arouca da NUT Entre Douro e Vouga.

Conforme também se referiu na Estratégia de Desenvolvimento (ver capítulo III), a elaboração dos Planos Integrados deverá contar com as contribuições cruzadas das Organizações Representativas dos Sectores Produtivos Agro-florestais e das Organizações de Desenvolvimento Regional/Local sob a égide da Administração Central Regionalizada e da Administração Autárquica e dos Centros de Investigação.

O conteúdo desses planos deverá contemplar: infra-estruturas (regadios tradicionais, caminhos e outras pequenas obras colectivas), a pequena agricultura, a diversificação de actividades não agrícolas complementares, a

pequena transformação de produtos agrícolas e alimentares, a valorização do património cultural e ambiental e os incentivos à actividade turística e artesanal, bem como a Informação e formação, todas medidas do Eixo 1 e do Eixo 3, com excepção das Medidas 4, 9, 11 e 12.

Por último, entende-se, que dada a natureza de “pagamentos de serviços” do Eixo 2, que nenhuma das medidas deste eixo deverá ser incluída nos Planos Integrados

Os recursos a afectar aos planos deverão seguir os seguintes critérios:

- Eixo 1 – Competitividade

Fileiras: A ser ponderadas pelos seguintes Pesos:

Pesos Actuais e Pesos no final do Programa

	Minho Interior		Tâmega e Douro e Vouga		Zona Interior	
Fileiras:	Actuais	2013	Actuais	2013	Actuais	2013
F1	1,35	1,5	3,03	3,5	4,38	5
F2	12,3	14	14,3	16	26,6	30
F3	6,5	10	28,4	30	34,9	40
F4	5,9	7,5	7,6	9	13,5	16,5
F5	18,9	25	14,8	16	33,7	41
F6	42	45	11,6	14	53,6	59
F7	28,6	30	33,1	35	61,7	65
F8	22	25	28	30	50	55
F9	3,32	3	48,72	50	52,04	53
F10	13,47	14	43,17	45	56,64	59
F11	11,7	10	32,6	30	44,3	40
F12	8,8	10	75	75	83,8	85
F13	15	17,5	24,2	25	39,2	42,5
F14	26,6	30	50,9	52	77,5	82
F15	24,61	27,5	39,6	42,5	64,21	70
F16	2,5	2,5	7,5	7,5	10	10
F17	7,5	7,5	2,5	2,5	10	10

Observação: Os pesos actuais – traduzem a importância em termos percentuais dos territórios de cada Plano na produção de base das fileiras.

Acções Comuns às Fileiras

Os pesos de ponderação de afectação a utilizar no cálculo das acções comuns serão os que resultarem da proporção a determinar em relação ao valor total das fileiras.

- Eixo 3 – Qualidade de Vida e Diversificação da Economia

Os peso de afectação proposto é de 60 % do Valor do Eixo para os dois Planos e o peso a atribuir a cada Plano na proporção do número de Concelhos de cada um.

Cálculo dos Valores Propostos para cada Plano

Eixo 1 - Competitividade	Total	M9	Total - M9	Minho Interior		Tâmega e Douro	
				Peso	Valor	Peso	Valor
Fileiras:							
F1- Leite de Vaca e Lacticínios	104.531.600	2.335.000	102.196.600	1,5	1.532.949	3,5	3.576.881
F2- Carne de Bovino e P.Cárneos	21.353.600	1.300.000	20.053.600	14	2.807.504	16	3.208.576
F3- Suínos e Transformados	23.678.900	600.000	23.078.900	10	2.307.890	30	6.923.670
F4- Aves e Ovos	5.855.000	100.000	5.755.000	7,5	431.625	9	517.950
F5- Cunicultura	3.730.000	100.000	3.630.000	25	907.500	16	580.800
F6- Equídeos	2.242.500	700.000	1.542.500	45	694.125	14	215.950
F7- Ovinos e Caprinos e Lacticínios	7.487.000	1.500.000	5.987.000	30	1.796.100	35	2.095.450
F8- Apicultura	2.635.500	200.000	2.435.500	25	608.875	30	730.650
F9- Frutos Frescos	31.926.200	1.285.000	30.641.200	3	919.236	50	15.320.600
F10- Frutos Secos	8.264.180	1.720.000	6.544.180	14	916.185	45	2.944.881
F11- Vitivinicultura	122.621.000	2.125.000	120.496.000	10	12.049.600	30	36.148.800
F12- Olivicultura	8.896.820	600.000	8.296.820	10	829.682	75	6.222.615
F13- Cereais para Grão	10.608.600	150.000	10.458.600	17,5	1.830.255	25	2.614.650
F14- Linho Têxtil	434.200	128.000	306.200	30	91.860	52	159.224
F15- Leguminosas para Grão	2.851.200	150.000	2.701.200	27,5	742.830	42,5	1.148.010
F16- Horticultura e Batata	69.222.550	2.000.000	67.222.550	2,5	1.680.564	7,5	5.041.691
F17- Floricultura e Ornamentais	40.587.250	1.000.000	39.587.250	7,5	2.969.044	2,5	989.681
Total	466.926.100	15.993.000	450.933.100		33.115.824		88.440.080
%			100		7,34		19,61
Acções Comuns	Total	M4+M11+M12	Tot-(M4+M11+M12)				
Valor Atribuído	261.067.261	99.669.261	161.398.000	7,34	11.846.613	19,61	31.650.148
Total Atribuído ao Eixo 1	727.993.361				44.962.437		120.090.227
Eixo 3 – Qualidade e Diversifica	114.395.000			60 %*8/19	28.899.789	60%*11/19	39.737.211
TOTAIS	842.388.361				73.862.226		159.827.438

3. ACÇÕES INTEGRADAS

Ao longo do texto foram identificadas como sendo desejável gerir de forma integrada as seguintes acções:

- Acção Integrada de Requalificação Ambiental das Zonas Vulneráveis na Actividade de Bovinicultura;
- Acção Integrada de Requalificação Ambiental das Zonas Vulneráveis na Actividade Horticultura;
- Acção de Minimização dos Efeitos Poluentes da Suinicultura Intensiva;
- Acção de Redução dos Impactos Visuais Negativos das Estufas de Flores e de Horticultura

Os meios a afectar foram identificados em geral nas definição das medidas e objectivos operacionais e os recursos financeiros a afectar dependerão da metodologia de gestão a estabelecer para cada, bem como as acções a integrar nessa gestão.

4. ABORDAGEM LEADER

Os planos integrados e as acções de requalificação deverão seguir na sua gestão a metodologia de abordagem Leader.

A elaboração dos **planos de acção** por cada Grupo de Acção Local para o Território Rural da Região deverão na sua definição e quantificação ter em conta as medidas e metas definidas nos Planos Integrados acima identificados que apenas contemplam a parte menor do território rural.

Por último, a área territorial rural considerada na Programação é a que tem vindo a ser gerida no Leader +.

Fim.

SIGLAS E CONCEITOS UTILIZADOS

ABLN - Associação de Bovinos Leiteiros do Norte
AGRIS – Medida Agricultura do Pronorte – Programa Operacional do Norte
AGRO – Programa Operacional da Agricultura
BCAA – Boas Condições Agrícolas e Ambientais
BPA –Boa Prática Agrícola
BSE – Encefalopatia Espongiforme Bovina
CEE – Comunidade Económica Europeia
CN – Cabeça Normal
DGV - Direcção Geral de Veterinária
DOP - Denominação de Origem Protegida
DRAEDM - Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho
EDM - Entre Douro e Minho
FAO -Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FEADER - Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FENALAC - Federação Nacional das Cooperativas de Produtores de Leite
FSE - Fundo Social Europeu
GPPAA - Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar
HACCP - Sistema de Auto-Controlo Alimentar
IC – Indemnização Compensatória
I&D - Investigação e Desenvolvimento
IDRHa – Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica
IFADAP – Instituto de Fianciamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas
IGP - Indicação Geográfica Protegida
INE - Instituto Nacional de Estatística
INGA - Instituto Nacional de Garantia Agrícola
IVV - Instituto da Vinha e do Vinho
MAA – Medidas Agro-Ambientais
MB - Margem Bruta
MPB - Modo de Produção Biológico
OMC - Organização Mundial do Comércio
PAMAF – Programa de Apoio ao Melhoramento da Agricultura e Florestas (1994-1999)
PAC - Política Agrícola Comum
PEN - Plano Estratégico Nacional para a Agricultura Portuguesa (2006)
PDAR – Programa de Desenvolvimento Agrário Rural (1989 -1993)
Per capita - por cabeça
PIC –Plano de Intervenção Comunitária
QCA – Quadro Comunitário de Apoio
RAC - Recenseamento Agrícola do Continente

RGA - Recenseamento Geral Agrícola

RPU – Regime de Prémio Único

RURIS – Plano de Desenvolvimento Rural de Portugal Continental

SAU - Superfície Agrícola Utilizada

SEUROP - Grelha de Classificação de Carcaças Europeia

SWOT – É a junção das iniciais (em inglês) dos quatro elementos-chave da análise estratégica conhecida como Modelo SWOT ou Modelo de Harvard, a saber: *Strenghts* – pontos fortes, *Weaknesses* – pontos fracos, *Opportunities* – oportunidades, *Threats* – ameaças.

TER – Turismo em Espaço Rural

TIC - Tecnologia de Informação e Comunicação

UDE - Unidade de Dimensão Económica – A Dimensão Económica é definida com base na Margem Bruta (MB) da exploração (calculada multiplicando a Margem Bruta Standard de cada actividade pela área ou cabeças dessa actividade) É expressa em Unidades de Dimensão Europeia (UDE), correspondendo a 1 UDE a 1200 Euros.

UE - União Europeia

UTA - Unidade de Trabalho Agrícola – equivalente ao trabalho de uma pessoa a tempo completo realizado num ano.

VAB - Valor Acrescentado Bruto

VQPRD - Vinho de Qualidade Produzido em Região Determinada

ZD – Zona Desfavorecida

ZM – Zona de Montanha

Zona Desfavorecida – inclui para efeitos de programação os seguintes concelhos: Amarante, Amares, Arcos de Valdevez, Arouca, Baião, Cabeceiras de Basto, Caminha, Castelo de Paiva, Celorico de Basto, Cinfães, Fafe, Marco de Canaveses, Melgaço, Monção, Mondim de Basto, Oliveira de Azenéis, Paredes, Paredes de Coura, Penafiel, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Póvoa de Lanhoso, Resende, Ribeira de Pena, Terras do Bouro, Vale de Cambra, Valença, Valongo, Viana do Castelo, Vieira do Minho, Vila Nova de Cerveira e Vila Verde.

Zona Não Desfavorecida - inclui para efeitos de programação os seguintes concelhos: Barcelos, Braga, Espinho, Esposende, Felgueiras, Gondomar, Guimarães, Lousada, Maia, Matosinhos, Paços de Ferreira, Porto, Póvoa de Varzim, Santa Maria da Feira, São João da Madeira, Santo Tirso, Vila do Conde, Vila Nova de Famalicão e Vila Nova de Gaia.

Zona Interior (Int) (do EDM) - Amarante, Arcos de Valdevez, Arouca, Baião, Cabeceiras de Basto, Castelo de Paiva, Celorico de Basto, Cinfães, Fafe, Marco de Canaveses, Melgaço, Mondim de Basto, Paredes de Coura, Ponte da Barca, Póvoa de Lanhoso, Resende, Ribeira de Pena, Terras do Bouro e Vieira do Minho

Zona Intermédia (Idia) (do EDM) – constituída pelos seguintes 22 concelhos: Amares, Barcelos, Braga, Felgueiras, Gondomar, Guimarães, Lousada, Monção, Oliveira de Azeméis, Paços de Ferreira, Paredes, Penafiel, Ponte de Lima, Santo Tirso, São João da Madeira, Vale de Cambra, Valença, Valongo, Vila Nova de Cerveira, Vila Nova de Famalicão, Vila Verde e Vizela

Zona Litoral (Li) (do EDM) - constituída por 12 concelhos do EDM -Caminha, Espinho, Esposende, Maia, Matosinhos, Porto, Póvoa de Varzim, Santa Maria da Feira, Trofa, Viana do Castelo, Vila do Conde, Vila Nova de Gaia

ZPE – Zona de Protecção Especial da Rede Natura 2000